

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO
E TERRITORIALIDADES

LAIS DE MELLO ROCIO

VÍTIMAS DO SILÊNCIO:
JORNALISMO LITERÁRIO E REPRESENTAÇÃO DE
MULHERES EM CONTEXTOS HISTÓRICOS

VITÓRIA

2022

LAIS DE MELLO ROCIO

**VÍTIMAS DO SILÊNCIO: JORNALISMO LITERÁRIO E REPRESENTAÇÃO DE
MULHERES EM CONTEXTOS HISTÓRICOS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Territorialidades do Centro de Artes da Universidade Federal do Espírito Santo, na linha de pesquisa Comunicação e Poder, como requisito parcial para obtenção do título de Mestra.

Orientador(a): Prof. Dr. Rafael da Silva Paes Henriques

VITÓRIA

2022

Ficha catalográfica disponibilizada pelo Sistema Integrado de
Bibliotecas - SIBI/UFES e elaborada pelo autor

D278v de Mello Rocio, Lais, 1995-
VÍTIMAS DO SILÊNCIO: : jornalismo literário e
representação de mulheres em contextos históricos / Lais de Mello
Rocio. - 2022.
229 f.

Orientador: Rafael da Silva Paes Henrique.
Dissertação (Mestrado em Comunicação e Territorialidades) -
Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Artes.

1. jornalismo feminista. 2. mulheres na história. 3. cangaceiras.
4. jornalismo. 5. feminismo. 6. cangaço. I. da Silva Paes
Henrique, Rafael. II. Universidade Federal do Espírito Santo.
Centro de Artes. III. Título.

CDU: 316.77

LAIS DE MELLO ROCIO

VÍTIMAS DO SILÊNCIO:
jornalismo literário e representação de mulheres em contextos históricos

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Territorialidades da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Comunicação e Territorialidades, na linha de pesquisa Comunicação e Poder.

Aprovada em 27 de setembro de 2022.

Comissão Examinadora

Documento assinado digitalmente
 RAFAEL DA SILVA PAES HENRIQUES
Data: 28/09/2022 09:44:33-0300
Verifique em <https://verificador.iti.br>

Prof. Dr. Rafael da Silva Paes Henriques
(orientador – POSCOM/UFES)

Prof. Dra. Patrícia Cardoso D'Abreu
(membro interno – Depcom/UFES)
Assinado por **Inês de Oliveira Castilho e Albuquerque Amaral**
Num. de Identificação: 11552434
Data: 2022.09.29 11:55:16 +0100

Prof. Dra. Inês de Oliveira Castilho e Albuquerque Amaral
(membro externo – CEFOP/FEUC/FEUCoimbra/Portugal)





UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

PROTOCOLO DE ASSINATURA



O documento acima foi assinado digitalmente com senha eletrônica através do Protocolo Web, conforme Portaria UFES nº 1.269 de 30/08/2018, por
PATRICIA CARDOSO D ABREU - SIAPE 1921373
Departamento de Comunicação Social - DCS/CAR
Em 30/09/2022 às 15:19

Para verificar as assinaturas e visualizar o documento original acesse o link:
<https://api.lepisma.ufes.br/arquivos-assinados/573301?tipoArquivo=O>

AGRADECIMENTOS

À minha mãe, por abrir caminhos e me apresentar o mundo em todas as suas possibilidades. Às minhas avós, pelas histórias e afetos que me fizeram inteira.

Ao meu pai, por ser sempre ponto de cuidado mútuo.

Ao meu orientador Rafael da Silva Paes Henriques, pela parceria, pela compreensão e mentoriacuidadosa, que fez florescer a pesquisa acadêmica como uma forma transformadora de atuar na vida.

Às mentoras Gabriela Santos Alves, Inês Amaral e Patrícia D'Abreu, entre outras professoras e autoras que tanto me inspiram, por serem mulheres potentes que me acolhem, inspiram e potencializam nossas lutas e realizações.

Aos mentores José Antônio Martinuzzo e Victor Gentili, pela mentoria desde a graduação, pela iniciação na infinitude do campo jornalístico, por me inspirar a atuar nesse campo com curiosidade, inventividade e amor pelo “infinito absurdo da realidade”, como diz Eliane Brum.

Às amigas e amigos de infância, de faculdade, dos encontros inexplicáveis da vida, que me fortaleceram e me deram tanto o respiro para sempre reencontrar a mim mesma ao longo dessa jornada.

A todas as professoras e professores, desde a educação básica, que me mostraram os caminhos abertos, às ideias, trocas e transformações e impensáveis proporcionadas pelo conhecimento.

[...] a eliminação das bruxas das páginas da história contribuiu para banalizar sua eliminação física na fogueira, sugerindo que foi um fenômeno com um significado menor, quando não uma questão de folclore.

Silvia Federici

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO

Reflexões e raízes que abrem caminho a esta pesquisa.....	9
O percurso a ser trilhado.....	11

1. CAPÍTULO 1

Jornalismo e função social: construção cultural e simbólica.....	23
1.1 Senso comum e jornalismo: o conhecimento que naturaliza a realidade.....	28
1.2 Conhecer o mundo e tornar-se parte dele: a construção social da realidade.....	30
1.3 Os diálogos entre senso comum, ciência e diversas formas de conhecimento social.....	33
1.4 Jornalismo entre senso comum e senso crítico: uma complexa relação de diálogo e compreensão da realidade.....	35
1.5 Jornalismo como forma de conhecimento social: a função da notícia entre a sociedade, a ciência e o senso crítico.....	43
1.6 A dualidade entre objetividade e subjetividade: origem e obstáculos do processo de conhecimento.....	49
1.7 Representação, significação e contextualização: o caminho de construção da realidade pelo jornalismo.....	72
1.8 A seleção e interpretação da realidade conforme valores sociais.....	76
1.9 A contextualização como elo entre a função social e a representação jornalística.....	80

2. CAPÍTULO 2

Entre o jornalismo literário e a produção de registros históricos.....	88
2.1 O lugar da reportagem literária entre a literatura, o jornalismo e suas diversas conexões.....	90
2.2. Combinando jornalismo e literatura: para além de usos estéticos, meios para sensibilizar e contextualizar a realidade.....	100
2.3 A contextualização alcançada pelo jornalismo literário: um olhar para as múltiplas dimensões dos fatos.....	111
2.4 Contextualização jornalística e construção de narrativas: os sentidos e significados alcançados pela conexão dos fatos.....	113
2.5 O papel da reportagem literária no debate e transformação histórica.....	117
2.6 Jornalismo literário, periodicidade e atualidade.....	125
2.7 Jornalismo literário, micro-história e história oral.....	130

3. CAPÍTULO 3

A experiência e as vozes de mulheres nos relatos históricos e jornalísticos.....	135
3.1 O apagamento das vozes de mulheres como autoras da própria história.....	135
3.2 As distorções da experiência de mulheres na história.....	138
3.3 A anulação da diversidade de identidades femininas e o silenciamento das mulheres negras.....	142
3.4 O conhecimento da mulher como inferior como base da humanidade.....	148
3.5 A dominação masculina e seus desdobramentos.....	154
3.6 “Lugar de mulher é...”: o lugar e o corpo das mulheres entre o espaço público e privado.....	157
3.7 Mulheres entre a Idade Média e a Modernidade: a caça às bruxas como meio	

de repressão e exclusão.....	161
3.8 A perspectiva feminista como caminho para uma linguagem e história construída por mulheres.....	185
4. CAPÍTULO 4	
Metodologia e análises empíricas.....	187
4.1. A escolha do olhar para as mulheres cangaceiras nos livros-reportagem.....	187
4.2. O cangaço como pano de fundo.....	189
4.3 Seleção do corpus.....	190
4.4 Metodologias utilizadas: a escolha das lentes para olhar o problema de pesquisa....	194
4.5 Análise narrativa: as transformações e significações culturais como forma de olhar para a variedade de representações do cangaço.....	198
4.6 Análise de enquadramento midiático.....	209
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	219
REFERÊNCIAS.....	222

RESUMO

O olhar desta pesquisa percorre as questões complexas, as tensões e contradições que envolvem a inusitada presença de mulheres no Cangaço, movimento social de grupos nômades e subversivos, formados por camponeses do sertão nordestino brasileiro, entre as décadas de 1920 e 1930. Governados por regras sociais próprias, com a liderança da figura histórica de Lampião, o ‘rei do Cangaço’, os bandoleiros percorriam o sertão em incursões que ora ameaçavam e dizimavam a população — por meio de saqueamentos, estupros, invasões e assassinatos de famílias sertanejas —, ora promoviam protestos sociais ao questionar o poder concentrado dos coronéis, proprietários de terras, políticos e autoridades.

Dentro desse complexo universo do Cangaço, a participação de mulheres no bando, iniciada pela famosa cangaceira Maria Bonita, esposa de Lampião, foi historicamente compreendida, representada, silenciada e distorcida de diversas formas. A variação de representações dessa experiência feminina se divide entre versões que as retratam como guerreiras impetuosas que fugiram de seus casamentos para seguir o modo de vida subversivo do bando, e por outro lado, como vítimas de um movimento que tinha a violência generalizada contra mulheres entre suas condutas — uma vez que, como constam os registros, diversas das cangaceiras foram estupradas e raptadas para integrar o bando. Esses relatos turvos e distorcidos sobre a realidade das cangaceiras decorrem das lacunas de informações sobre elas nos registros midiáticos e históricos produzidos durante e após o Cangaço, que foi registrado principalmente por representações masculinas, que privilegiavam os feitos de Lampião e dos homens (NEGREIROS, 2018).

Portanto, em meio a essas várias narrativas distintas e contraditórias sobre as cangaceiras, nos dedicamos a compreender essa experiência feminina pela ótica da perspectiva feminista, e através do jornalismo literário contemporâneo aliado à produção historiográfica. Ao olharmos a questão das mulheres no cangaço como fenômeno que representa um padrão dominante de silenciamento e distorção da experiência feminina na produção de conhecimento da racionalidade, do jornalismo e da história ocidental, esta dissertação pretende investigar como o jornalismo literário e narrativo questiona o apagamento de mulheres na história, e pode gerar representações femininas mais plurais e contextualizadas, a partir de uma visão feminista.

Com esse intuito, iremos analisar, por meio de Análises de Narrativa e de Enquadramento

Jornalístico, o livro “Maria Bonita: Sexo, violência e mulheres no cangaço”, de Adriana Negreiros (2018), e “Lampião e Maria Bonita: Uma história de amor e balas”, do jornalista Wagner Barreira (2018). A partir desta análise da reportagem, pretende-se discutir os questionamentos e complexidades acerca das mulheres no cangaço, uma vez que este apresenta, por um lado, certo empoderamento e participação feminina em suas ações, principalmente na figura da cangaceira Maria Bonita, e por outro lado, ainda mantinha estupros e práticas violentas de dominação masculina contra mulheres.

Assim, o estudo possui os objetivos de identificar e debater as estratégias com que as reportagens literárias podem retratar a experiência feminina histórica a partir de uma perspectiva feminista, desenvolvendo debates teórico-metodológicos em torno da crítica aos relatos jornalísticos que promovem o silenciamento e exclusão de mulheres, reproduzindo a dominação masculina nos modelos de conhecimento e historicidade humanos. Para compreender e debater tais questões de pesquisa, utilizamos métodos de pesquisa bibliográfica, de análise de enquadramento jornalístico dos livro-reportagens selecionados, bem como entrevistas de profundidade semi-abertas com jornalistas autores das reportagens.

INTRODUÇÃO

Reflexões e raízes que abrem caminho a esta pesquisa

Produzir conhecimento ligado ao pensamento feminista, e à expressão das mulheres diante de silenciamentos históricos, significa atravessar o caminho de lutas ancestrais que me possibilitaram chegar nesta universidade, na produção científica e nesta etapa da vida com autonomia e liberdade para ser uma mulher, jornalista, pesquisadora e tantas outras versões. Versões que venho habitando, experimentando e descobrindo a partir das minhas próprias escolhas. Percebo que hoje posso chegar, habitar e desabitatar esse caminho principalmente por uma razão: as mulheres — suas reflexões e mobilizações feministas, que vêm há séculos reivindicando o direito ao próprio pensar, à própria fala, à produção e valorização das suas vozes e identidades.

O direito de pensar e produzir conhecimento foram uma das mais básicas e primeiras faltas que levaram mulheres a lutarem por melhores condições de vida. Elas, feministas brasileiras como Nísia Floresta e Lélia Gonzalez, sabiam e defendiam que o direito à educação, à formação e produção intelectual seria uma luta fundamental para libertar as mulheres da dominação masculina. Como sabemos, a história é marcada por dominações de raça, gênero, classe e diversas distinções, impostas por dominadores, colonizadores, em sua maioria homens e brancos que determinaram mulheres, populações negras, indígenas e diversas comunidades como incapazes de pensar e se legitimar como seres pensantes. Essa aniquilação do pensar foi identificada como racismo e sexismo epistêmico, por autoras do feminismo negro brasileiro como Carla Akotirene (2019) e Lélia Gonzalez (2020), também caracterizado por “epistemicídio” por Grosfoguel (2010).

E foi por essa revolta que a educação se tornou arma para ruir as estruturas que mantinham mulheres presas aos papéis de donas de casa e objetos de desejos masculinos. E foi por conta dessa busca primordial pela libertação do conhecimento, no contexto das lutas feministas, que tenho o direito e plenitude para estar aqui, escrevendo. Trazendo essas lutas para as revoluções particulares de cada mulher, estou aqui hoje principalmente por tudo aquilo que minha mãe construiu nesse sentido, e o caminho que ela abriu para mim e para as gerações de mulheres que viriam depois, com a sua simples história de uma mulher de origem pobre, que foi a primeira da família a frequentar uma universidade, a se formar e se profissionalizar perseguindo seus propósitos. Rompeu com o destino ao qual minha avó materna ainda estava inserida, como dona de casa, assim como foram sua mãe, avó, bisavó. Antes da minha

existência, corre uma história repleta de mulheres revolucionárias como minha mãe, e de outras como minha avó: que estimulou sua filha a seguir em caminho mais autêntico, inovador e libertador, que lhe apresentou a educação como uma opção engrandecedora de vida, talvez a única capaz de lhe emancipar.

Talvez nenhuma delas tenha pensado ou chamado isso de feminismo, mas é essa palavra revolucionária que descreve as transformações representadas por tantas mulheres. Por isso, cresci sem precisar lidar, por exemplo, com a imposição de um casamento, de uma vida no lar, ou de qualquer outra forma de submissão a um homem como únicas opções viáveis de vida. Por isso pude desde criança responder à pergunta “o que você quer ser quando crescer?” tendo como base os meus próprios sonhos e desejos. E por isso cresci estimulada a ingressar em uma universidade onde já habitavam mulheres, a exercer profissões já invadidas por mulheres, a amplificar minha voz em mobilizações políticas já ocupadas por mulheres anteriormente, para que eu também pudesse falar.

Todo esse caminho de possibilidades começou a ser aberto quando minha mãe foi a primeira da família a ingressar na universidade, com o desafio de conciliar os estudos com a necessidade de trabalhar. Por seguir um caminho intelectual e profissional inédito entre as mulheres de sua família, ela lembrou-me que sua mãe - minha avó, que já se foi deste plano terreno, para a qual temos profunda admiração, amor e inspiração - costumava questioná-la para que parasse de trabalhar e ficasse em casa, cuidando do seu lar e da sua filha. Refletimos juntas, eu e minha mãe, percebendo que esses conselhos da minha avó demonstravam a única realidade que ela conhecia, aquilo que ela via de mais ideal sobre ser uma mulher em seu mundo.

E por isso aqui escrevo: apta, autêntica e liberta para pesquisar sobre essa história minha e de outras. Sabendo que ela deve ser contada porque não foi fácil, para tantas mulheres, chegar nesse lugar e abrir caminhos para as outras. Sabendo, mais ainda, que esse representa só um início de conquistas. Porque estar nesses espaços não significa que eles não sejam ainda sustentados pela dominação masculina que nos aprisiona desde os princípios do mundo. Não significa que não sofremos, que não sejamos até mais ainda violentadas. E muito menos significa que todas tiveram os mesmos caminhos abertos que eu, já que o peso dessa falta de espaços recai ainda mais entre mulheres negras, indígenas e marginalizadas por diversas desigualdades sociais.

O percurso a ser trilhado

A experiência vivida por mulheres no mundo é narrada de formas particulares pelos relatos históricos. No conhecimento da humanidade sobre os fenômenos, nas transformações e estruturas políticas, nas crenças ou postulados científicos, que fundamentam nossa compreensão de mundo, circulam formas dominantes de narrar a condição feminina. Nesses cenários, a participação das mulheres costuma ser contada, resgatada e caracterizada com menos expressividade, silenciadas e excluídas dos processos de tomadas de decisões públicas no curso da história. Sendo os homens retratados como protagonistas, fundadores, principais atores e autores das ações políticas e sociais da esfera pública, enquanto elas aparecem inferiorizadas, marginalizadas e sempre associadas a esses papéis masculinos.

Ainda que essas representações encontrem diversas variações, considerando as diferentes concepções do que significa ser mulher em várias culturas, civilizações e épocas, a experiência das mulheres está quase sempre submetida e dependente de um princípio, de uma raiz, de uma faísca, uma essência e um primeiro ato masculino. Assim, entendemos que essa ordem afeta mulheres mundialmente, como uma organização social de mundo, mas que essa dimensão universal não faz da questão de gênero universal e muito menos homogênea. Olhamos o silenciamento das mulheres como parte de uma questão complexa, envolta em muitas camadas de opressões, de raça, de classe, de gênero e sexualidade, enraizadas e encruzilhadas pelos ramos que formam a cultura de um território, suas identidades e relações entre as pessoas. Tendo essa visão como base, o território para o qual olhamos, especificamente, é o sertão nordestino brasileiro e o Cangaço na década de 1920, movimento complexo que reuniu revoltas e conflitos sociais, e também um importante legado cultural — com grandes criações e contribuições artísticas para o forró brasileiro, à cultura e à estética do sertão.

O Cangaço foi um movimento popular e rural formado por bandos que se alastravam pelas cidades do sertão nordestino, em incursões que incluíam saqueamentos, assassinatos e estupros, mobilizadas pela revolta social do bando contra proprietários de terras, agentes do Estado e forças policiais. Por muitas narrativas que fazem parte do imaginário popular, o cangaço foi associado apenas ao estigma da violência e da baderna promovida pelos bandos. No entanto, é preciso demarcar que essa imagem também cresceu carregada de preconceitos de classe e raça, ao desconsiderar que antes do cangaço já havia um padrão de violência e abusos de poder, que caracterizavam a atuação do Estado e da polícia no nordeste brasileiro,

que era parte do quadro histórico de desigualdade social com a população rural e pobre do sertão nordestino. Por isso, como apontam pensadores como Darcy Ribeiro (1995), entendemos esse fenômeno como fruto do poder dos coronéis e proprietários de terra, que aliciavam e controlavam bandos de capangas, armados para ‘fazer justiça’ conforme os interesses políticos dos senhores de terras e autoridades da época.

Nesse cenário, o bando formado por homens e mulheres simples passou a viver sob suas próprias leis e acordos, como efeito do abandono do Estado com a população, que convivia com a pobreza extrema, a fome, a dificuldade ou escassez de acesso a recursos e direitos básicos. Dessa forma, os integrantes do cangaço iam de justiceiros a assassinos. Ao mesmo tempo em que aterrorizavam a população, também prestavam assistência em outros momentos, que deram ao líder Lampião a alcunha de “Robin Hood” do sertão, pela fama de roubar os ricos para dar para os pobres.

O Cangaço foi marcado também pela valentia de Lampião, líder do bando conhecido como ‘Rei do Cangaço’, e de Maria Bonita, sua esposa e conhecida como ‘A Rainha do Cangaço’. Por conta da inusitada presença dessa pioneira no movimento, que foge da vida doméstica para se juntar ao grupo subversivo e se tornar companheira amorosa do líder, e de mais mulheres que bandoleiras que vieram depois dela, o cangaço também traz essa complexa experiência feminina — que não aparece totalmente silenciada, mas ainda é representada à sombra e em função dos homens cangaceiros como protagonistas. Essa representação, alastrada na imprensa nacional, na indústria cultural, nos registros históricos e no imaginário social, atribui às mulheres cangaceiras significados próprios, demarcados pela questão de gênero, tais como o estereótipo de mulheres violentas e pelo peso de terem subvertido imposições e funções de mulheres que deviam servir ao casamento, ao marido e ao próprio lar com tarefas domésticas. Ao mesmo tempo em que sofreram diversos abusos e opressões de gênero dos seus companheiros e dos homens rivais ao bando, também foram masculinizadas e mitificadas como mulheres “guerreiras” nos registros históricos, gerando uma falsa ideia de direitos iguais entre homens e mulheres nesse contexto (NEGREIROS, 2018). A experiência das cangaceiras deixou como legado um exemplo fundamental para pensar a representação das mulheres em fenômenos históricos brasileiros.

Propondo a reconstituição da história da famosa cangaceira, o livro jornalístico “Maria Bonita: Sexo, violência e mulheres no cangaço”, de Adriana Negreiros (2018), parte do questionamento sobre a falta de informações sobre a vida dela, tendo sido frequentemente

silenciada ou retratada apenas como ‘a mulher do Lampião, Rei do Cangaço’ nas coberturas jornalísticas tradicionais da época. Com isso, a jornalista se propõe a construir um relato “do papel dessas mulheres em um universo marcado pelo domínio masculino”, como apresenta na contracapa (NEGREIROS, 2018).

Assim, iremos investigar a construção de memória social, as representações jornalísticas e históricas sobre as mulheres no Cangaço, identificando estratégias jornalísticas de revisão histórica, de ressignificação e visibilização da experiência de mulheres apresentadas no livro de Negreiros (2018). Com isso, ingressaremos na análise empírica utilizando o método da análise de enquadramento jornalístico (ENTMAN, 1993), formando como corpus de análise um conjunto de dois livros jornalísticos: “Maria Bonita: Sexo, violência e mulheres no cangaço” (NEGREIROS, 2018) e “Lampião e Maria Bonita: Uma história de amor e balas” (BARREIRA, 2018). A primeira obra, escrita pela jornalista Adriana Negreiros (2018) foi selecionada para a análise conforme o critério de abordar a participação feminina no fenômeno histórico do cangaço, com determinado potencial e intuito de reescrever fatos, eventos e contextos significativos do passado, a partir de uma perspectiva feminista. Em contraponto, selecionamos o segundo livro, do jornalista Wagner Barreira (2018), seguindo o critério de incluir na análise uma reportagem de prestígio e alcance significativo sobre o mesmo fenômeno histórico, mas que apresente uma perspectiva geral e não dedicada necessariamente à participação feminina, de modo a observar quanto a vida das mulheres têm sido ou não retratada apenas em relatos específicos sobre elas. Sendo assim, torna-se finalidade deste estudo identificar e definir diferentes formas de representar e narrar vivências de mulheres que rompam com esses apagamentos e distorções históricas, visando a promover representações mais plurais pautadas na busca por igualdade de gêneros.

Dessa maneira, a análise do livro se motiva por este representar diretamente a problemática da representação de mulheres na História pelo jornalismo, trazendo como exemplo um contexto histórico tão importante quanto o cangaço, que curiosamente contou com a participação e protagonismo de mulheres como Maria Bonita, mas que foram historicamente associadas e submetidas aos homens, e também carregadas de estigmas machistas que as reduzem as personagens a agressivas, violentas e/ou vulgares.

Por conta de todas as complexidades que envolvem o Cangaço, o sertão nordestino e a vida das mulheres nesse cenário, adotamos principalmente a lente do feminismo negro, decolonial e interseccional. Isso porque tratamos de mulheres negras, indígenas ou mestiças,

pobres e nordestinas — todas essas definições trazem vivências que atravessam opressões muito particulares desse lugar, e da maneira como o Brasil colonial estabeleceu o que significa ser mulher de cada uma dessas formas. Ao olharmos para todas essas vivências que atravessam as cangaceiras, tratamos de “avenidas identitárias” (AKOTIRENE, 2019, p.23), que demonstram a forma como essas mulheres foram historicamente tratadas e representadas em relação aos homens e seus poderes em torno delas.

Pelo olhar do feminismo negro e da interseccionalidade, não há como compreender o problema da inferiorização das mulheres sem considerar a interseccionalidade — conceito estabelecido pela pensadora afro-estadunidense Kimberlé Crenshaw. O pensamento interseccional entende as opressões de raça, gênero e classe como sistemas interligados que regem a maneira como mulheres negras são atingidas e violentadas historicamente. Nessa leitura, o pensamento decolonial considera primordial partir da experiência das mulheres sequestradas pela colonização e escravização. Assim, como aponta a feminista brasileira Carla Akotirene, torna-se necessário:

[...] adotar o Atlântico como locus de opressões cruzadas, pois acredito que esse território de águas traduz, fundamentalmente, a história e migração forçada de africanas e africanos. As águas, além disto, cicatrizam feridas coloniais causadas pela Europa, manifestas nas etnias traficadas como mercadorias, nas culturas afogadas, nos binarismos identitários, contrapostos humanos e não humanos. No mar Atlântico temos o saber duma memória salgada de escravismo, energias ancestrais protestam lágrimas sobre o oceano (AKOTIRENE, 2019, p.15).

Em busca da origem e das raízes desta ordem histórica da desigualdade de gênero, partindo da fundamentação teórica de Beauvoir (1970), é possível encontrar seu princípio na concepção da alteridade, sendo esta “uma categoria fundamental do pensamento humano” (BEAUVOIR, 1970, p. 11), que constitui a formação das civilizações humanas a partir da ideia de que o ser humano se afirma enquanto sujeito a partir da distinção do “Outro”. Ou seja, aquele que é diferente, inferior, específico, condicionado a um primeiro sujeito, e, portanto, objeto.

Tais opressões expressam e garantem relações de poder masculino, que predominam em papéis decisivos e privilegiados de tomadas de decisões e controle das sociedades, reprimindo a liberdade de escolhas e de realizações das mulheres. Dessa maneira, a generalização de estupros, agressões, violências ou feminicídios cometidos por homens contra mulheres, que marcam a humanidade em diversos períodos da História, demonstram práticas que concretizam, operacionalizam, perpetuam e se baseiam nessas formas

simbólicas e ideias partilhadas socialmente ao longo da formação da humanidade, com base na dominação masculina (SAFFIOTI, 1994; BEAUVOIR, 1970).

A naturalização e magnitude desses abusos e agressões masculinas demonstra nitidamente como eles ordenam a organização das sociedades historicamente. A exemplo disso, mais da metade (59,1%) da população brasileira havia presenciado alguma situação de violência e assédio contra mulheres no último ano, em seu bairro ou comunidade, de acordo com o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2019), em dados coletados em 2019. Segundo o estudo, 16 milhões de mulheres brasileiras com mais de 16 anos relataram ter sofrido algum tipo de violência ou agressão no último ano, enquanto 22 milhões de mulheres reportaram ter sofrido algum tipo de assédio.

Com isso, a pesquisa se justifica pela importância de discutir, por meio dos estudos no campo da Comunicação e do Jornalismo, a maneira como as mulheres são representadas nesses meios historicamente, considerando que nossas organizações sociais, baseadas na desigualdade entre os gêneros, geram formas específicas da sociedade e suas instituições definirão determinados lugares e papéis sociais a serem ocupados por mulheres e homens. A razão para abordarmos essa temática pelo prisma do jornalismo se dá, essencialmente, pelo papel fundamental que os relatos jornalísticos exercem na formação e na consolidação dessas representações sociais, inclusive acerca do que significa ser mulher.

Portanto, apresentamos esse resgate e reflexão da condição das mulheres como tema e ponto de partida desta pesquisa. Essa problemática nos motiva a investigar em torno do seguinte problema: se a racionalidade, a História humana e a sociedade de matriz colonial tendem a aniquilar a autonomia das mulheres, tal como denuncia o pensamento feminista, isso nos instiga a analisar como esse problema se reproduz ou se reformula no jornalismo literário, enquanto meio de produção de memória e conhecimento social. Assim sendo, torna-se relevante investigar e questionar os enquadramentos, narrativas, crenças, conceitos e valores que cercam a história das mulheres nos produtos jornalísticos. Já que essas representações, ao mesmo tempo, são sustentadas e também sustentam a estrutura de violência de gênero e suas práticas na sociedade.

Tais possibilidades desempenhadas pelo jornalismo nos motivam a investigar sua atuação no sentido de reproduzir ou questionar esta realidade culturalmente marcada pelo silenciamento de mulheres. Nesse sentido, nos interessamos, mais especialmente, pelas possíveis rupturas desta ordem masculinista, direcionando a pesquisa a buscar, no

jornalismo literário contemporâneo, enquadramentos que proponham a reescrita de fenômenos históricos com a inserção de trajetórias e identidades femininas, que trariam o conhecimento acerca de “uma experiência histórica e cultural diferenciada da masculina [...] que se expressa na busca de uma nova linguagem” (RAGO, 2019, p. 373). A necessidade de estabelecer essa nova linguagem se justifica pela importância de buscar caminhos de pluralidade e ampliação dos direitos humanos no jornalismo e em suas produções de conhecimento, cabendo identificar os horizontes possíveis de reformulação desse conhecimento tradicional predominantemente masculinista sobre a História, sobre o qual focamos a problematização teórica inicial.

Por isso, como inspira o pensamento feminista, o enfrentamento e transformação da violência e desigualdade de gênero perpassa, fundamentalmente, um esforço de repensar e reformular as formas como as mulheres são apresentadas, imaginadas e idealizadas nas diversas esferas do conhecimento e da sociedade. No caso desta pesquisa, reivindicamos a necessidade de repensar especialmente como elas são registradas na memória das sociedades, já que é esta construção de memória e historicidade que tem definido profundamente a maneira como as pessoas se veem e atuam no mundo.

Com nosso alinhamento nestes horizontes teóricos, consideramos o potencial jornalístico na produção simbólica, construção e manutenção de sentidos e significados que circulam socialmente (HALL, 2016). Isso atribui à notícia a função de atuar na construção da realidade histórica, considerando que os fatos não falam por si mesmos a não ser por meio da linguagem, que torna os eventos significativos (HALL, 2016). Ao nos aprofundarmos nesses aspectos da Teoria do Jornalismo, fundamentamos as discussões sobre suas formas de reconstrução da realidade, e, portanto, da construção histórica, sustentadas por autores como Genro Filho (1987), Berger e Luckmann (2004), Gomes (2009) e Franciscato (2014). Na articulação do jornalismo com a Teoria da História e as práticas jornalísticas de produção de memória, também delineamos tal discussão a partir de estudos de Barbosa (2005).

Ao refinarmos essa abordagem na discussão da objetividade jornalística, o paradigma da reprodução dos fatos e seus tensionamentos em relação à ideia de subjetividade, em busca de uma quebra desta polarização, reunimos ainda estudos de Tuchman (1993), Moretzsohn (2007), Sponholz (2009). Este enfoque será aprofundado ao identificarmos, nesses estudos, como as interpretações e perspectivas do sujeito são componentes essenciais em qualquer concepção da realidade, conforme demonstra Sponholz: “Subjetividade e objetividade não

são antônimos. Pelo contrário, subjetividade é uma condição para se alcançar objetividade (Bentele, 1982, 131), assim como interesse uma condição para o conhecimento” (SPONHOLZ, 2009, p. 28).

Em relação à Epistemologia Feminista e ao conceito da perspectiva de gênero, buscamos contextualizações e articulações em estudos de autoras como Beauvoir (1970), Wilshire (1997), Saffioti (2001), Rago (2019) e Bandeira (2019). Assim, o pensamento feminista será acionado, nesta pesquisa, com o intuito de discernir de que forma as mulheres foram historicamente excluídas, silenciadas no conhecimento da humanidade (BEAUVOIR, 1970), levando à discussão conceitual dos valores sociais e simbólicos tradicionalmente associados ao feminino e reclusos ao espaço doméstico e subjetivo (WILSHIRE, 1997). Da mesma forma, consideramos o esforço de resgatar os atravessamentos e impactos do patriarcado nas relações de poder e controle sobre as mulheres, sob seus corpos e escolhas (HOOKS, 2019)

E a partir daí, percorremos conceitos e discussões de pensadoras feministas brasileiras, no sentido de contextualizar a realidade histórica das mulheres nacionalmente, diante dos desafios e lutas para se debater, enfrentar e politizar a violência de gênero enquanto estrutura de dominação social (SAFFIOTI, 2001; RAGO, 2019; BANDEIRA, 2019). Ao deslocarmos os impactos dessa problemática para a produção jornalística e suas representações, nos apoiamos em estudos e análises propostos por Silveirinha (2001), por Veiga da Silva (2014) e Gustafson Costa (2018), contribuindo nesta pesquisa para indicar dados e parâmetros precisos que revelam como a dominação masculina opera nos discursos e quadros noticiosos, esclarecendo os caminhos e desafios de reformulação e incorporação da perspectiva feminista na notícia.

Ao analisarmos teoricamente as características do Jornalismo Literário, seu papel na construção da narrativa, na sensibilização dos relatos e potencialização do diálogo com a realidade, nos apoiamos nos postulados de Lima (1993; 2009), Martinez (2009) e Medina (2003). Sendo a reportagem literária caracterizada por um tipo de produto jornalístico voltado para a “leitura precisa, ampla, da complexa realidade que cerca o mundo contemporâneo” (LIMA, 2009, p.21) e a “compreensão da realidade que ultrapassa o enfoque linear”, no esforço de “estabelecer relações entre as causas e as consequências de um problema contemporâneo” (LIMA, 2000, p.21). Tal escolha de pesquisa também se justifica por tais características do Jornalismo Literário se aproximarem, ainda, de relatos mais

próximos dos registros históricos, dedicados a sistematizar um acontecimento e fenômeno significativo para a construção da História da humanidade. Envolvendo a compreensão do passado, a construção de memória e a contextualização de diversos eventos conectados no presente. Dessa maneira, o direcionamento específico desta investigação para o jornalismo literário se dá justamente pela busca de relatos aprofundados e sensibilizados em torno da experiência feminina nos fenômenos históricos.

Partindo da construção dessa problemática, construímos a metodologia da pesquisa ao operacionalizar conceitos teóricos que fundamentam a pesquisa, e ao acionar métodos de análise de mídia que apresentam perspectivas alinhadas assertivamente com o que buscamos investigar. Assim, definimos a metodologia entre as seguintes etapas: pesquisa bibliográfica e fundamentação teórica (BRAGA, 2011); análise de enquadramento jornalístico e narrativas (ENTMAN, 1993; GUAZINA et al, 2017); e entrevista de profundidade semi-aberta (DUARTE, 2005).

Dessa forma, ingressamos neste percurso metodológico com base nos pressupostos da pesquisa em Comunicação que versam sobre a concepção relacional da Comunicação (FRANÇA, 2016). Acreditamos e atribuímos tal conceito como processo fundamental para pensar a Comunicação a partir de seus fenômenos em constante movimento e relações distintas, produzindo diferentes sentidos, afetações, interações e reflexões entre os sujeitos que fazem parte de seus processos. Ao contrário de formular pesquisas estáticas e presas a postulados teóricos imutáveis, nos alinhamos a abordagens mais dinâmicas e flexíveis, que abarcam as diversas formas simbólicas e múltiplas interações nas produções midiáticas e suas recepções.

A consciência da força da linguagem na comunicação nos impele a um olhar atento para a maneira como ela atua em cada processo. Não se trata apenas de interpretar sentidos e analisar formatos; isto é necessário e importante, mas se nos reduzimos a lidar com os discursos comunicativos neles mesmos (ou os gêneros de linguagem), perdemos a dimensão do todo comunicacional. A atenção à linguagem, aos discursos proferidos e trocados nas dinâmicas interativas significa entender o que eles estão fazendo, como atuam posicionando interlocutores e representando os aspectos da realidade (as coisas do mundo) (FRANÇA, 2016, p. 164).

Assim, partimos das premissas de que “comunicação é ação, é vivenciada como experiência, supõe interação e é medida pela linguagem” (FRANÇA, 2016, p.164), guiando o olhar para

o objeto e o problema de pesquisa. Adotamos tal perspectiva metodológica na medida em que abarcamos os tensionamentos e disputas entre diferentes significados que circulam acerca da experiência feminina em distintos momentos históricos. Nesse sentido, nos aliamos ao pressuposto de que, no campo de pesquisas da Comunicação Social, “não é possível assumir abstratamente abordagens prévias e ‘fechadas’” (BRAGA, 2011. p.2). Diante de uma realidade diversa e instável como a dos fluxos comunicacionais e suas representações sociais, necessitamos realizar articulações teórico-metodológicas personalizadas e ajustadas às questões empíricas (BRAGA, 2011).

Para além do mero relato descritivo e aplicação de técnicas prontas, conforme lembra Braga (2011), a metodologia envolve tomadas de decisões e sistematizações que levam ao questionamento e problematização entre teorias e tensões da realidade, no sentido de “enfrentara resistência da realidade, cercá-la com nossa problematização” (BRAGA, 2011, p. 6). Dessa forma, consideramos uma metodologia que se reconhece enquanto percurso contínuo de investigação e não somente na etapa empírica, incluindo escolhas metodológicas desde a revisão de literatura e pesquisa bibliográfica até chegar aos métodos de análise de mídia, sendo esses momentos interligados e articulados pela pergunta e problema de pesquisa.

Assim, pretende-se ingressar na pesquisa bibliográfica tendo como premissa o papel fundamental desta etapa em aprofundar e reunir conceitos que irão atuar nesta discussão, implicando desafios que esses conceitos dirigem ao objeto, no qual iremos identificar lacunas e abordagens complementares que dialogam e problematizam as teorias já postas (BRAGA, 2011). Com base nessa conduta, dedicamos a fundamentação teórica a gerar um horizonte conceitual de diálogos e debates entre as ideias e as circunstâncias empíricas analisadas.

Assim, este estudo irá percorrer tradições do pensamento comunicacional, teorias e discussões para debater como o jornalismo e as reportagens literárias constroem conhecimentos e produções simbólicas dotadas de memória e historicidade, e como se relacionam com os significados e discussões em torno das desigualdades e questões de gênero. A partir dessas revisões, esse aporte conceitual será selecionado, reunido e sistematizado, de modo a guiar as abordagens e visões com as quais olhamos para o objeto empírico, gerando diálogos, reapropriações e/ou novas possibilidades teóricas frente à análise empírica.

Enquanto método de pesquisa, para realizar a identificação e interpretação dos dados e operações descritos acima, pretende-se empregar a Análise de Enquadramento, com origem nas ideias do sociólogo Erving Goffman (1974) e apropriada para os estudos da mídia jornalística por autores como Robert Entman (1993). Conforme demonstram tais características da Teoria do Enquadramento, consideramos essa análise por sua eficácia na investigação dos fatos e enfoques que ganham destaque ou exclusão nas reportagens jornalísticas, revelando, dessa forma, o contexto social e as possíveis intenções culturais, políticas e ideológicas que levam à construção de determinadas perspectivas em detrimento de outras, nos relatos midiáticos. Ao mesmo tempo, consideramos o potencial desta análise em ressaltar de que maneira as notícias identificam e retratam problemas, atores sociais, soluções e fenômenos da realidade.

Com base no enquadramento jornalístico (ENTMAN, 1993), iremos analisar e interpretar como os livros promovem a “definição de um problema particular, interpretação de causas, avaliação moral, e/ou recomendação de tratamento” (ENTMAN, 1993, p. 52, tradução nossa), sendo que cada um desses aspectos será utilizado como categorias de análise para codificar e interpretar os relatos do livro. Por meio da codificação do material dentro de cada um desses quadros, será possível verificar a predominância e “saliência” e “repetições” de certas interpretações da realidade, fornecendo uma perspectiva específica sobre os acontecimentos (ENTMAN, 1993, tradução nossa).

Isso se torna especialmente significativo para aferir se determinados fatos históricos são retratados a partir de enfoques que privilegiam e naturalizam a dominação masculina como se fosse a versão única, universal e mais importante a ser contada. Da mesma forma, será possível identificar como ocorrem as mudanças de enquadramentos jornalísticos para ângulos que focam e desvelam questões vividas por mulheres, situando essas vivências na mesma ordem de importância política daquilo que deve ser apreendido sobre a realidade.

Tal análise se faz necessária, ainda, para identificar reproduções ou rupturas das concepções masculinistas, uma vez que a prática jornalística de destacar determinadas visões sobre a realidade determina, em certa medida, a maneira como a sociedade irá discernir e difundir interpretações sobre o mundo, como as relações de gênero. Tal como define Entman (1993, p. 53, tradução nossa), essa operação “significa tornar uma parte da informação mais perceptível, significativa ou memorável para o público”.

Após detalhar esses quadros, iremos apontar as perspectivas que guiam predominantemente

o entendimento dos relatos nos livros, no sentido de identificar a “construção das narrativas explicativas do mundo da vida” (GUAZINA; PRIOR; ARAÚJO, 2017, p. 5). A partir desta etapa, será possível identificar ainda os papéis atribuídos às mulheres nas narrativas jornalísticas, os cenários e a frequência com que são retratadas. Assim, podemos perceber se elas são representadas mais como protagonistas ou coadjuvantes em relação às figuras masculinas da narrativa. Após a interpretação dos dados, também iremos perceber investigar os processos de verificação e contextualização jornalística, a complementação entre objetividade e subjetividade, bem como as estratégias de sensibilização, humanização e demais recursos literários utilizados no corpus.

No primeiro capítulo, iremos explorar e aprofundar ainda mais a teoria do jornalismo e suas relações com a produção de conhecimento, as produções simbólicas, representações sociais e contextualização da realidade, que irão se articular com a questão feminina na História. No primeiro tópico, vamos nos dedicar a discernir a finalidade da atividade jornalística; os valores que a definem; sua função social; bem como a relação entre jornalismo, cidadania e promoção de direitos humanos. No segundo, trataremos do que significam mediação e representação midiática, as relações desses processos com o papel de interpretar, contextualizar, conectar e reconstruir os acontecimentos, abordando como a representação jornalística, por meio da linguagem, gera a contextualização e sensibilização em torno de diferentes perspectivas e ideologias, e investigando como essa compreensão ajuda a entender a pergunta de pesquisa, de como atua na produção de sentidos e significação do que é ser mulher na sociedade em fenômenos históricos.

No segundo capítulo, pretende-se analisar como a compreensão da relação entre jornalismo e história ajuda a entender a pergunta de pesquisa, discernindo as limitações e desvantagens, semelhanças e diferenças, e formulando as articulações teóricas e tensionamentos entre o jornalismo frente à ciência histórica. Em um segundo momento, discutimos a produção do conhecimento jornalístico e suas relações com a produção historiográfica, os entendimentos e postulados que estabelecem maneiras de produzir história e suas relações com discussões acerca de como a sociedade apreende a realidade.

No terceiro capítulo, nos dedicamos primeiro a discernir a epistemologia feminista, e como seus postulados se traduzem na teoria do jornalismo, da reportagem literária e os registros históricos midiáticos. Em seguida, investigamos de que formas a ciência feminista contribui para discutir a questão da objetividade jornalística e o conhecimento produzido pela notícia,

abordamos a problemática da associação das subjetividades à experiência feminina, exploramos os limites desses elementos subjetivos, como podem ou não ser acionados de modo a explorar vivências de mulheres, e ao mesmo tempo contestar sua reclusão histórica ao que é subjetivo e emocional. Depois, investigaremos como os estudos feministas propõem, enxergam e planejam esse tipo de transformação da desigualdade de gênero, de modo a discernir como a perspectiva feminista na reportagem pode se engajar em propostas de mudança social, enfrentamento à violência e silenciamento de mulheres. Por fim, iremos analisar o que é invisibilidade e silenciamento das mulheres historicamente; qual a relação dessa questão com a violência de gênero; incluindo a revisão de resultados de pesquisas anteriores, que demonstram como as mulheres costumam ser enquadradas no jornalismo sobre registros históricos. Como conclusão, pretende-se amarrar todo esse aporte teórico de modo a reinserir o problema de pesquisa e o percurso metodológico para análise dos livros-reportagens selecionados.

No quarto e último capítulo, serão expostas as interpretações, aferições, resultados e conclusões da pesquisa empírica das reportagens analisadas. Dessa maneira, será desenvolvida a análise de enquadramento jornalístico dos livros selecionados, gerando formulações qualitativas e dados quantitativos acerca dos trechos de cada uma das categorias de análise. E para completar a análise das reportagens, iremos apresentar a entrevista semi-aberta realizada com jornalistas autoras e autores dos livros analisados, demonstrando suas respostas e as percepções que elas expressam acerca da produção jornalística e a representação da experiência feminina nos eventos históricos retratados.

CAPÍTULO 1

Jornalismo e função social: construção cultural e simbólica

No percurso teórico deste estudo, buscando descobrir possibilidades de representação de mulheres em contextos históricos pelo jornalismo literário com perspectiva feminista, nosso ponto de partida é a investigação do conhecimento produzido pelo jornalismo e o papel social que ele exerce no mundo atual. Essa revisão teórica inicial envolve, portanto, analisar a função e finalidade do jornalismo na construção de conhecimentos, representações e significados que dão sentido à realidade compartilhada socialmente. Nossa revisão bibliográfica parte do pressuposto do jornalismo como forma de conhecimento social como horizonte teórico geral da pesquisa, que engloba diversos conceitos norteadores deste estudo.

Com isso, este capítulo irá percorrer os seguintes questionamentos e discussões teóricas: Ao esclarecer nossos pressupostos baseados nos estudos culturais, nas teorias críticas da função social do jornalismo e da Sociologia do Conhecimento, iremos desdobrar o entendimento acerca da construção cultural e do senso comum, de significados e símbolos que guiam as relações sociais e compõem o terreno onde se forma a produção jornalística. Em seguida, direcionamos a revisão teórica para analisar como a reportagem interpreta, significa e representa a realidade, em diálogo com o contexto social de seu entorno. Nesse tópico, debatemos a tradicional polarização entre objetividade e subjetividade — abordada neste estudo enquanto problema relativo ao modo de se conhecer a realidade; bem como conceitos de *gatekeeping* e valores-notícia.

Nos tópicos finais deste capítulo, todo o percurso teórico nos levará a caracterizar o conceito chave para esta pesquisa dentro da premissa do conhecimento jornalístico: a contextualização. Com isso, faremos uma análise conclusiva em torno do papel do jornalismo no questionamento das injustiças e desigualdades sociais, na transformação social em defesa dos direitos humanos — abordada especialmente a partir do papel de contextualização da cultura de violência contra mulheres e o silenciamento histórico de suas experiências. Essa bagagem teórica nos permitirá analisar em que medida o conhecimento jornalístico pode atuar na transformação social com perspectiva feminista, no sentido de debater e orientar a sociedade acerca da cultura de violência contra mulheres e suas origens fundadas a partir do silenciamento, exclusão e reclusão delas na organização das sociedades e seus modelos de conhecimento. E assim, será possível nos dedicar a definir parâmetros de representação que

retirem a experiência feminina desse padrão de silenciamentos.

O pensamento sobre a função social do jornalismo tem se desenvolvido ao longo da História, na direção de percorrer, aprofundar e explorar cada vez mais a dimensão complexa com a qual a notícia atua em diálogo e participação ativa na construção do senso comum e do imaginário social. Do ponto de vista da relação da mídia com o interesse público e as demandas da sociedade, a trajetória desse campo de ideias é resgatada por McQuail (2012), que contextualiza a tradição de pesquisas sobre a avaliação da atuação da mídia.

O autor divide essa tradição em cinco perspectivas teóricas distintas. Em primeiro e segundo lugar, respectivamente elenca o modelo de avaliação de “eficiência organizacional” — pautada em critérios internos de organizações de mídia para medir sua eficácia —, e o “modelo de impacto de mídia” — que, sobretudo, identifica consequências inesperadas e negativas na cobertura midiática e suas relações com a violência (MCQUAIL, 2012, p. 26-27). Em seguida, pontua a “abordagem crítica marxista”, consolidada como uma importante perspectiva ao analisar criticamente a questão do interesse público na mídia, considerando os sistemas capitalistas ou burocráticos de mídia como “incapazes de servir genuinamente ao bem-estar público, devido à sua natureza de classe” (MCQUAIL, 2012, p. 27).

Outra tradição resgatada por McQuail (2012) é a “abordagem dos estudos culturais da mídia”, relacionada de forma diversa e interdisciplinar com áreas como a crítica literária, a crítica social, a Sociologia, Psicologia e Filosofia, e já consolidada no campo das ciências da Comunicação. Como demonstra McQuail (2012), essa tradição é voltada para o entendimento do conteúdo midiático não como produto pronto, mas como produto que “só tem significado quando é recebido e interpretado”, voltada para “explicar e entender a experiência da comunicação humana” (MCQUAIL, 2012, p. 27-28).

Por último, o autor elenca as linhas de pesquisa “análise do custo-benefício social” e “abordagem ética da mídia”. A primeira, voltada para a avaliação da mídia enquanto política pública com objetivo único de servir ao bem público, é criticada pelo autor ao argumentar que “simplesmente não é apropriado investigar a mídia dentro de um modelo de análise de custo-benefício, pois os meios são muito diversos e os objetivos ilimitados e variáveis” (MCQUAIL, 2012, p. 28). Em seguida, é identificada a análise de questões éticas da mídia, caracterizada pelo código de ética do jornalismo e pela visão da responsabilidade social, mas que possui limitações quanto à avaliação da mídia relativa ao interesse público, já que “adota predominantemente uma perspectiva interna e se ocupa com a

autorregulamentação” (MCQUAIL, 2012, p. 29).

Em meio ao panorama da pesquisa em Comunicação, entendemos que, de um lado, as tradições da Teoria Crítica, dos postulados de Marx e dos estudos desenvolvidos na Escola de Frankfurt por autores como Adorno, Habermas e Benjamin demonstram como as produções e representações jornalísticas se formam pela articulação de forças impostas pelas rotinas produtivas capitalistas, na lógica das indústrias culturais. Por outro lado, com intuito de aprofundar e reformular as lacunas deixadas por esses estudos, os Estudos Culturais Britânicos, em autores como Stuart Hall e Raymond Williams, concentram a percepção do discurso jornalístico como produtor de sentidos, forjado em diversas expressões culturais e identitárias que se articulam por meio da linguagem. Nos alinhamos especialmente a essa abordagem, por oferecer ferramentas de percepção das relações estabelecidas entre a experiência social e as representações midiáticas.

Os Estudos Culturais, tradicionalmente marcados por sua amplitude e diversidade de temas e métodos, definiram sua visão própria ancorada na interdisciplinaridade e na abertura para constantes reinvenções socioculturais. Assim, argumenta Hall: “Apesar do projeto dos estudos culturais se caracterizar pela abertura, não se pode reduzir a um pluralismo simplista” (HALL, 2003, p. 201). Para que não se confunda com uma base teórica que abriria espaço para qualquer tipo de proposta, ela se diferencia justamente em sua maneira de contrapor um caráter científico excessivamente preso às doutrinas da teoria, que poderia se desconectar das particularidades da realidade e suas distintas expressões culturais. Nesse sentido, torna-se importante situar as propostas dos estudos culturais britânicos, inclusive esclarecendo suas diferenças e reformulações em relação ao pensamento crítico marxista. Ao realizar essa distinção dos estudos culturais britânicos, o propulsor dessa corrente, Stuart Hall, explicita:

[...] não estou negando que tanto eu quanto os estudos culturais fomos, desde o início, fortemente influenciados pelas questões que o marxismo, como projeto político, colocou na agenda: o poder, a extensão global e as capacidades de realização histórica do capital, a questão de classe social; os relacionamentos complexos entre o poder [...] questões econômicas, políticas, ideológicas, e assim por diante: a própria noção de conhecimento crítico e a sua produção como prática (HALL, 2003, p. 203).

Asseguradas essas contribuições, a distinção entre as correntes se dá, de acordo com Hall, pelas “[...] insuficiências, teóricas e políticas, dos silêncios retumbantes, das grandes evasões do marxismo” que perdiam de vista elementos-chave dos estudos culturais como “cultura,

ideologia, linguagem e símbolo”, surgindo na contramão de “elementos que aprisionavam o marxismo”, tal como “o caráter doutrinário, o determinismo, o reducionismo” (HALL, 2003, p. 203). Essa discussão significa, neste estudo, que consideramos diversas abordagens críticas que só se tornaram possíveis devido ao marxismo e suas correntes teóricas, ao identificar as relações de poder e desigualdades de classe socioeconômicas como determinantes para os modos de produção e significação das mensagens da Comunicação. Mastambém reconhecemos a necessidade de reformulação desses conceitos ao avançarmos para análises que consideram os contextos culturais, as subjetividades e miudezas simbólicas como igualmente fundamentais no processo de atuação e representação da mídia na sociedade.

Nesse sentido, Hall ainda considera a entrada de duas importantes rupturas e transformações dos estudos culturais britânicos: a inserção das questões de gênero, a partir do pensamento feminista, e inclusão das questões de raça. Com o avanço das teorias feministas na década de 70, esse movimento trouxe importantes rupturas aos estudos culturais ao inserir seu tradicional conceito do “pessoal como político”, que foi considerado “completamente revolucionário em termos teóricos e práticos” (HALL, 2003, p. 208).

Com isso, são destacadas as contribuições disruptivas do feminismo com a “expansão radical da noção de poder”, que até então se detinha apenas à esfera pública, e passa a abarcar “a centralidade das questões de gênero e sexualidade para a compreensão do próprio poder” (HALL, 2003, p. 209), bem como a ampliação das discussões com a inserção de questões como a subjetividade, a teoria do inconsciente e a psicanálise. No caso da questão racial, o autor pontua que a inserção de questões de raça nos estudos culturais resultou de um “combate interno contra um silêncio retumbante, mas inconsciente” (HALL, 2003, p. 210). A partir dessas reflexões que configuraram para o autor uma “virada linguística”, ele ressalta a importância dessas transformações e movimentações teóricas ligadas às mobilizações da cultura:

[...] os movimentos provocam momentos teóricos. E as conjunturas históricas insistem nas teorias: são momentos reais na evolução da teoria. [...] No entanto, a reconfiguração da teoria, que resultou em ter de se pensar questões da cultura através das metáforas da linguagem e da textualidade, representa um ponto para além do qual os estudos culturais têm agora que necessariamente se localizar. [...] se acontecer que a cultura lhes arrebate a alma, têm de reconhecer que irão sempre trabalhar numa área de deslocamento. Há sempre algo descentrado no meio cultural, na linguagem, na textualidade, na significação; há algo que constantemente escapa e foge à tentativa de ligação, direta e imediata, com outras estruturas. [...] dos textos como fontes de poder, da textualidade como local de representação e de resistência, nenhuma destas questões poderá jamais ser apagada

dos estudos culturais (HALL, 2003, p. 210-212).

A partir desse ponto de vista, torna-se possível percorrer contextos complexos e contraditórios da realidade a partir do posicionamento de “[...] manter questões políticas e teóricas numa tensão não resolvida e permanente. Os estudos culturais permitem que essas questões se irrite, se perturbem e se incomodem reciprocamente, sem insistir numa clausura teórica final” (HALL, 2003, p. 213). Essa perspectiva inclui uma especial atenção às complexidades e perturbações do real que tornam os contextos culturais repleto de fissuras e contradições que não permitem encaixá-los em sentidos únicos de verdade, em padrões e reproduções simplistas na História. Portanto, é fundamentalmente a partir desse olhar que abordamos os processos complexos pelos quais o jornalismo atua na vida cotidiana e nos significados internalizados pela cultura. E abordamos, especialmente, a maneira como essas perturbações culturais se tensionam no jornalismo quando os significados partilhados estão ligados às experiências de mulheres periféricas, negras, do sertão e do Cangaço brasileiro que é fenômeno focalizado neste estudo.

Isso porque essas diferentes experiências femininas envolvem diversos níveis de deslocamento e contradições, na medida em que a tradição do patriarcado se articula entre diferentes formas de organização social que se modificam a cada contexto, entre suas diferentes relações de poder — como trataremos mais nos capítulos seguintes, sobre debates feministas ligados às mulheres na História e nas representações jornalísticas. Por enquanto, nos importa primeiro situar o lugar do jornalismo no desenvolvimento desses vários significados, papéis sociais, das diversas relações e experiências que os reproduzem ou os contrapõem.

Para que possamos tratar, futuramente, a representação de mulheres dos livros-reportagem sobre contextos históricos, é necessário compreender como as narrativas femininas no conhecimento social convocam estereótipos sociais ou padrões da racionalidade científica. Bem como compreender, rompendo com essas últimas, as formas críticas, revolucionárias e feministas de produzir conhecimento sobre as vivências de mulheres. Portanto, nos dedicamos nas próximas linhas a compreender cada uma dessas dimensões de conhecimento e suas articulações com a produção jornalística.

Cabe, então, investigar como o conhecimento jornalístico se articula com crenças populares ou postulados científicos que se baseiam, inclusive, em uma cultura de desigualdade entre os gêneros e de exclusão das mulheres. Assim torna-se importante trilhar um caminho em

torno das concepções e articulações do jornalismo **com o senso comum; com o conhecimento científico, e com o senso crítico - traduzido por formas revolucionárias de produção de conhecimento.** Sem desconsiderar a diversidade de formas com as quais o conhecimento se manifesta e se desenvolve socialmente, atribuímos essas três dimensões como principais fontes de produção de conhecimento pelas quais o jornalismo transita, e com as quais a reportagem se articula para gerar sua própria forma de conhecimento.

Sendo a realidade da vida cotidiana a que compreendemos como natural, que partilhamos socialmente para além da nossa própria consciência, nós a conhecemos e vivenciamos por meio da linguagem. Tal realidade é onde habitam as trocas simbólicas e conhecimentos construídos pelo senso comum, que por sua vez “contém inumeráveis interpretações pré-científicas e quase-científicas sobre a realidade cotidiana, que admite como certas” (BERGER E LUCKMANN, 2004, p. 37). Essa naturalização se dá por conta da apreensão do cotidiano ser conhecida “como uma realidade ordenada”, que “aparece já objetivada, isto é, constituída por uma ordem de objetos que foram designados como objetos antes da minha entrada na cena” (BERGER E LUCKMANN, 2004, p. 38). Assim, antes mesmo de nos direcionar para as especificidades do conhecimento jornalístico, é necessário delimitar essa maneira de conhecimento da realidade que é ainda anterior e mais intuitiva em relação aos processos de conhecimento formais, como a ciência e o jornalismo.

1.1 Senso comum e jornalismo: o conhecimento que naturaliza a realidade

Como postulam Berger e Luckmann (2004), a intersubjetividade, que é a partilha e correspondência de significados em comum, consolida essa “atitude natural”, que é a “atitude da consciência do senso comum” partilhada entre todas as pessoas que experimentam e vivenciam esse mesmo real, ainda que com diferentes perspectivas (BERGER E LUCKMANN, 2004). Com isso, é importante reafirmar que tal naturalização ocorre justamente por esse pesada vida coletiva, da sociabilidade e das partilhas de sentidos, que delimitam nossas visões de mundo dentro de uma comunidade.

Essa ideia é profundamente desenvolvida nas definições do “mapa conceitual compartilhado”, que agrupa “conceitos” partilhados em uma cultura para definir, ordenar e dar sentido às coisas concretas e abstratas (HALL, 2016, p. 35-36), com base em “sistemas de representação” definidos por fluxos culturais e expressos na linguagem – conceito sobre

o qual nos debruçaremos mais adiante, ao tratar da linguagem e representação que compõem a construída notícia. Em relação a essa partilha dos conceitos, Hall (2016) esclarece como isso ocorre no interior de uma cultura:

[...] damos sentido ou interpretamos o mundo de formas mais ou menos semelhantes. Isso é, de fato, o que significa pertencer ‘à mesma cultura’. Uma vez que nós julgamos o mundo de maneira relativamente similar, podemos construir uma cultura de sentidos compartilhada e, então, criar um mundo social que habitamos juntos (HALL, 2016, p.36).

Tais definições sobre os sentidos partilhados na cultura nos levam a alcançar e discutir o conceito de universalidade. Ao olharmos para os processos que compõem as formas como o conhecimento da realidade se constroem no cotidiano, eles se resumem em boa parte a disputas e interações entre o “específico” e o “universal”. Nesse ponto, consideramos importante nos conectar aos estudos do expoente teórico do Jornalismo, o Otto Groth (2011). O pesquisador alemão tornou-se referência ao demarcar as particularidades da “Ciência dos Jornais”, conceito difundido a partir de publicações dos anos 1960, que será mais aprofundado na discussão dos próximos tópicos. Por enquanto abordamos aqui o conceito de “universalidade”: estabelecido por Groth (2011) como um dos elementos fundamentais na estruturação dos jornais, representa a maneira como o ser humano conhece e habita o mundo a partir do ponto de vista particular e do recorte específico de cada coletividade à qual cada indivíduo pertence. Assim o autor demonstra: “Tanto quanto o mundo de cada um é peculiar e se alterna constantemente, há nesta peculiaridade também algo universal, tanto naquilo que muda quanto naquilo que persiste” (GROTH, 2011, p. 169). Com proposições que embasam a ideia das comunidades de sentido como terreno de construção de valores simbólicos, o autor parte do pressuposto de que, apesar dos anseios e ambições particulares, cada indivíduo:

[...] já está ‘contagiado socialmente’ nos seus conhecimentos, experiências, necessidades, opiniões, valores, as suas decisões já são prescritas pela formação, costume, tradição, hábito, por uma hierarquia mais ou menos fixa dos valores válidos no seu coletivo. [...] Assim o mundo diante de cada um – e isso também vale para o próprio coletivo –, vivenciado como um todo, interpenetra e funde-se com o pessoal, com o igual e com o geral, com o transitório e com o permanente [...] (GROTH, 2011, p. 170).

Esses valores tidos como universais, construídos na coletividade, penetram e se difundem na construção cultural e pessoal de cada pessoa de forma que não há como separar com clareza e nitidez o que nasce de si próprio daquilo que nasceu do outro e da própria comunidade. Dentro dessas relações é que surge o conhecimento jornalístico, nelas encontram-se “as raízes mais profundas das quais o periódico brota”, sendo que: “[...] se o

periódico se baseia na relação ‘eue o mundo’, então os dogmas e os valores que valem para esta relação devem guiar a atividade da imprensa periódica” (GROTH, 2011, p. 170). Isso revela, então, o caráter do conhecimento jornalístico em orientar as pessoas diante desse mundo percebido a partir das próprias em seu meio coletivo, o que reafirma o caráter do jornalismo enquanto um conhecimento familiar, que dá conta da universalidade presente nesse universo comum à determinada camada social.

Assim, Gomes (2009) desenvolve seus estudos em torno de comunidades de sentido que são fundamentais para a partilha de determinados significados sobre a realidade, condicionando a compreensão da realidade de acordo com esses moldes e limites estabelecidos. Conforme demonstra o autor: “as coisas e fatos que nos aparecem na comunidade de sentido de que fazemos parte são para nós as coisas e fatos mesmos, meta e tarefa do conhecimento, e outras coisas não há [...] cada comunidade conserva uma espécie de autonomia, de independência do nosso conhecimento” (GOMES, 2009, p. 58).

Essa percepção reafirma a ordem natural com que os valores aparecem dentro de cada comunidade, o que torna cada grupo social autodeterminado por essas crenças, que então governam a maneira como as relações são estabelecidas, incluindo aí desde relações públicas que guiam a gestão dos poderes na sociedade, até relações privadas e íntimas — estas que mais interessam a este estudo, no caso do espaço íntimo e privado por onde ocorrem as práticas de inferiorização, controle e abuso sobre as mulheres. Se o mundo externo já nos fornece uma ordem composta por nomes e significados, é neste fluxo que localizamos as formas como as relações de gênero são organizadas socialmente, com significados e papéis sociais atribuídos à experiência feminina, diferentes e inferiores aos papéis atribuídos ao comportamento masculino. Conforme veremos mais adiante sob a ótica feminista se chegamos e nos desenvolvemos no mundo em uma realidade já objetivada para ordenar mulheres no interior do espaço privado, doméstico e disposto a serviço da dominação masculina, a leitura que temos dessa realidade será, intuitivamente, a que inicialmente nos aparece como a ‘ordem natural das coisas’.

1.2 Conhecer o mundo e tornar-se parte dele: a construção social da realidade

Ainda que a realidade apareça, a partir do nosso nascimento, já objetivada e disposta, com seus significados fixados ‘no lugar’ de cada coisa, o conhecimento do mundo e a participação nele envolve um processo dialético que reúne e articula, ao mesmo tempo, a compreensão

do ‘mundo de fora’ e a construção do ‘mundo de dentro’ do sujeito. Para os autores, objetividade e subjetividade se articulam de forma dialética na realidade em três momentos, contínuos e não ordenados temporariamente: “exteriorização, objetivação e interiorização” (BERGER E LUCKMANN, 2004, p.173). Nesse sentido, o indivíduo “exterioriza seu próprio ser no mundo social e interioriza este último como realidade objetiva” (BERGER E LUCKMANN, 2004, p.173). Ao longo dessas relações com o mundo, “o indivíduo não nasce membro da sociedade. Nasce com a predisposição para a sociabilidade e torna-se membro da sociedade” (BERGER E LUCKMANN, 2004, p.173).

A interiorização é classificada pelos autores como base dessa dialética, iniciando a compreensão dos outros e “da apreensão do mundo como realidade social dotada de sentido” (BERGER E LUCKMANN, 2004, p.174). Nesse momento, ao apreendermos e interpretarmos imediatamente a realidade objetiva, a significação que fazemos da realidade ocorre “como manifestação de processos subjetivos de outrem, que desta maneira torna-se subjetivamente significativo para mim” (BERGER E LUCKMANN, 2004, p.174). Essa compreensão de mundo está, ainda, condicionada à identificação que determina a participação das pessoas como pertencentes do mundo em que estão inseridas, como indicam os autores. Com isso, tornamos nossas vivências e interações contínuas, ligadas a sentidos mais amplos que damos para nossa existência.

Após esse processo fundamental de interiorização é que cada pessoa passa a fazer parte da sociedade, integrando-se ao mundo por meio da socialização — que se divide entre “socialização primária”, realizada na infância quando “torna-se membro da sociedade”, e a “socialização secundária”, sendo “qualquer processo subsequente que introduz um indivíduo já socializado em novos setores do mundo objetivo de sua sociedade” (BERGER E LUCKMANN, 2004, p.175). Entre esses dois níveis de socialização, como evidenciam os autores, a primária é a que mais fixa e reforça significados, já que neste estágio inicial da vida não há possibilidade nem consciência de outras realidades diferentes da realidade imposta e estabelecida pela família, pelas instituições e ciclos sociais em que cada criança está inserida. Sendo assim, esse mundo social específico é apreendido pela criança como “o único mundo existente e concebível” (BERGER E LUCKMANN, 2004, p.180). A importância dessa socialização se dá por “fazer aparecer como necessidade o que de fato é um feixe de contingências, dando deste modo sentido ao acidente que é o nascimento dele” (BERGER E LUCKMANN, 2004, p.180).

Portanto, essa etapa da construção do indivíduo na sociedade inaugura os valores essenciais que dão sentido à sua existência, gerando um enorme potencial de valor simbólico para a própria vida e para sua participação no mundo, e atribuindo distintos e determinados valores para as outras pessoas. Por isso, aí também se desenvolve a construção da identidade, desenvolvida na medida que apreendemos e interiorizamos os papéis atribuídos aos outros, nos tornando capazes de identificar nós mesmos inspirados pelos significados que damos às pessoas à nossa volta (BERGER E LUCKMANN, 2004, p.180).

Receber uma identidade implica na atribuição de um lugar específico no mundo. [...] A socialização primária cria na consciência da criança uma abstração progressiva dos papéis e atitudes dos outros particulares para os papéis e atitudes *em geral*. [...] Esta abstração dos papéis e atitudes dos outros significativos concretos é chamada o outro generalizado. Sua formação na consciência significa que o indivíduo identifica-se agora não somente com os outros concretos mas com uma generalidade de outros, isto é, com uma sociedade. [...] O indivíduo tem agora não somente uma identidade em face deste ou daquele outro significativo, mas uma identidade *em geral*, subjetivamente apreendida como constante, não importando que outros, significativos ou não, sejam encontrados. Esta identidade, recentemente coerente, incorpora em si todos os vários papéis e atitudes interiorizados [...] (BERGER E LUCKMANN, 2004, p. 178-179)

Nesse sentido, os autores identificam a ideia fundamental dos papéis e lugares sociais que atribuímos às pessoas e a nós mesmos, ao conhecermos esse mundo e construirmos nossa expressão nele mesmo. E com isso, nossa identidade e os papéis sociais ‘dos outros’ passam a corresponder a normas sociais ‘gerais’ que regem nossas visões do mundo. Portanto, essa reflexão traz noções norteadoras para iniciar o debate sobre a representação de mulheres na sociedade, nos fenômenos históricos e no jornalismo. Antes mesmo de pensarmos como essas representações são construídas na produção de registro histórico gerado nas reportagens, temos como pressuposto a ideia de que os papéis ligados às mulheres são fortemente estabelecidos na significação primária. Sendo que, ainda, tais papéis possuem determinações específicas da cultura patriarcal e de submissão feminina que regem as sociedades como um todo — sobre os quais trataremos mais nos capítulos adiante. O que nos importa apreender, por enquanto, é esse processo de compreensão e construção do indivíduo na sociedade que, no caso das mulheres, irá interiorizar papéis e lugares socialmente atribuídos a elas (tais como as funções sociais ligadas às mães), ao mesmo tempo em que será construída uma identidade específica em torno dos valores e ideias socialmente impostos à condição feminina. Mas é preciso questionar em qual grau e medida essas instituições sociais irão fixar, ressignificar ou alterar as identidades e papéis femininos já fixados desde a socialização primária. Evidentemente, esses papéis sociais irão se perpetuar ao longo das instituições sociais e formas de conhecimento envolvidas nos estágios de

socialização ao longo da vida e, e em seguida, no conhecimento jornalístico.

1.3 Os diálogos entre senso comum, ciência e diversas formas de desconhecimento social

Nesse sentido, o papel das diversas instituições sociais assume importância ao estabelecer normas e procedimentos gerais de vida. Nesse sentido, antes mesmo de caracterizar diferentes etapas de socialização, Berger e Luckmann (2004) chegam a mencionar o papel imprescindível da “religião, a filosofia, a arte e a ciência”, em trechos que demonstram a linguagem e sua construção de sistemas simbólicos sobre a realidade. Essas instituições assumem um papel fundamental ao acionar a linguagem que constrói “imensos edifícios de representação simbólica”. Por conta disso, os autores afirmam que “apesar do máximo desprendimento da experiência cotidiana que a construção desses sistemas requer, podem ter na verdade grande importância para a realidade da vida cotidiana” (BERGER E LUCKMANN, 2004, p.61). Ou seja, esse entendimento propõe uma revisão do papel desses sistemas de poder e de conhecimento da realidade e das posições que ocupam no terreno do senso comum. Apesar da ideia de neutralidade e distanciamento do senso comum proposta pela racionalidade científica, bem como a ideia de erudição da arte que critica o conhecimento popular, tais instituições são intimamente atravessadas por valores do senso comum, realizando constantes trocas de origem e de retorno ao conhecimento social mais imediato, menos elaborado ou verificado. Isso ocorre justamente por conta das produções simbólicas e da partilha de significados em comum nos contextos sociais em que essas instituições se desenvolvem. Nesse sentido, indo mais adiante na obra de Berger e Luckmann (2004), é reforçado esse poder da institucionalização de normas sociais, o que nos permite compreender o papel das instituições na fixação de valores desde a socialização primária, bem como, de forma inversa, o papel dos valores sociais cotidianos ao serem institucionalizados:

Com a linguagem, e por meio dela, vários esquemas motivacionais e interpretativos são interiorizados com valor institucional definido, por exemplo, querer agir como um menino valente, admitindo naturalmente que os meninos se dividem em valentes e covardes. Estes esquemas fornecem à criança programas institucionalizados para a vida cotidiana [...]. Estes programas, tanto os imediatamente aplicáveis quanto os emancipatórios, diferenciam a identidade do indivíduo, separando-os dos outros, tais como moças, meninos escravos ou meninos de outro clã. (BERGER E LUCKMANN, 2004, p.181).

Dessa maneira, essa reflexão mostra-se importante ao discernir a maneira como os sujeitos e grupos sociais são formados por essas diversas instituições e também atuam em suas formações, mas também se mostram primordiais para que, mais adiante, possamos discutir

o lugar do jornalismo entre o senso comum e entre os conhecimentos científicos mais formais e institucionalizados. Na medida que descobrimos e propomos mais aproximações e ligações entre esses dois pólos de conhecimento social, isso também nos dá um entendimento basilar na compreensão do jornalismo enquanto conhecimento que se constrói, ao mesmo tempo, atrelado às questões imediatas que perturbam a vida cotidiana, e também fundamentado pelo papel de esclarecimento e verificação científica sobre a realidade.

E quando acrescentamos a problemática da representação de mulheres a essas questões, esse entendimento sobre as instituições sociais atreladas ao senso comum torna-se pano de fundo para compreender a maneira como as identidades e papéis sociais dominantes atribuídos a mulheres, inscritas em normas específicas de submissão aos homens, não são apenas padrões que regem costumes populares, mas atravessam e transitam entre os conhecimentos mais formais e verificados da realidade.

Nesse sentido, resgatamos estudos do filósofo, historiador e jornalista marxista italiano Gramsci (2001), que se tornou referência por seu ativismo político e suas reflexões publicadas a partir da década de 1920. Ao caracterizar a maneira complexa pela qual o senso comum tem suas crenças elaboradas, ao contrário de um “quadro orgânico e sistemático”, postulou que os grupos sociais são formados por combinações de fatores diversos, tais como “a literatura mais difundida e mais aceita pelo povo”, bem como “correntes ideológicas do passado”, sendo que “cada uma das quais ‘pode’ ter deixado um sedimento, combinando-se de várias maneiras com as correntes anteriores e posteriores” (GRAMSCI, 2001, p. 207).

Assim, entendemos que a formação do senso comum de determinado grupo social remete a crenças e valores de diversos tempos e espaços, presente e passado, de várias instituições sociais, misturando vestígios que formam uma consciência coletiva partilhada e vivenciada de diversas formas, seguindo uma lógica intuitiva, dinâmica e não sistemática. Dessa forma, o senso comum se articula continuamente com tais noções científicas e filosóficas:

Todo estrato social tem seu ‘senso comum’ e seu ‘bom senso’, que são, no fundo, a concepção da vida e do homem mais difundida. Toda corrente filosófica deixa uma sedimentação de ‘senso comum’: é este o documento de sua efetividade histórica. O senso comum não é algo rígido e imóvel, mas se transforma continuamente, enriquecendo-se com noções científicas que penetraram no costume. O ‘senso comum’ é o folclore da filosofia e ocupa sempre um lugar intermediário entre o folclore propriamente dito (isto é, tal como é entendido comumente) e a filosofia, a ciência, a economia dos cientistas. O senso comum cria o futuro folclore, isto é, uma fase relativamente enrijecida dos conhecimentos populares de uma certa época e lugar (GRAMSCI, 2001, p. 209).

Esse fluxo contínuo e complexo de trocas entre senso comum e demais conhecimentos sistemáticos é também compreendido pela teoria de outro filósofo e intelectual marxista expoente na Europa na mesma época, Lukács (1966), ao demonstrar que a cotidianidade é, ao mesmo tempo, ponto de partida e de retorno da ciência e das formas de conhecimento sistemáticas. Segundo o autor, esse processo se inicia com as mediações da ciência em torno das problemáticas cotidianas e retorna ao senso comum na medida que esse naturaliza as propostas e resoluções geradas pela ciência:

É verdade que o papel social da cultura (e especialmente o da ciência) consiste em descobrir e introduzir mediações entre uma situação previsível e a melhor forma de agir nela. [...] os problemas que se colocam à ciência surgem direta ou indiretamente da vida cotidiana, e isso se enriquece constantemente aplicando os resultados e métodos desenvolvidos pela ciência (LUKÁCS, 1966, p. 45, tradução nossa).

Em relação às diferenças entre essas formas de conhecimento, Lukács (1966) aponta que, embora não haja uma “dualidade rígida e intransponível” que geralmente é pressuposta pela “epistemologia burguesa” entre os conhecimentos da ciência e da vida cotidiana, “existem diferenças qualitativas” ligadas às necessidades imediatas da vida cotidiana”, ao romper com hábitos mentais para resolver suas demandas práticas e funcionais da vida social (LUKÁCS, 1966, p. 46). Assim, consideramos essa diferenciação por demonstrar a maneira como os valores e crenças do senso comum costumam ser naturalizados para garantir as mesmas respostas e resultados previsíveis para demandas práticas do cotidiano. Dessa forma, essa reflexão nos convoca então a discutir e identificar possíveis rupturas e reformulações críticas propostas do conhecimento científico, que possam inspirar o jornalismo no sentido de atuar na esfera do senso comum com criticidade. Mas para alcançar isso, percorremos antes as aproximações que devem ser estabelecidas entre jornalismo e senso comum, no sentido de compreender como o papel de construção social da realidade se desloca desde a percepção imediata do cotidiano para o conhecimento jornalístico.

1.4 Jornalismo entre senso comum e senso crítico: uma complexa relação de diálogo e compreensão da realidade

É na direção desse questionamento que Meditsch (2010) elabora uma revisão dos postulados de Berger e Luckmann e as aplicações da ideia de construção social da realidade no

jornalismo. Assim, o autor propõe reformulações críticas de noções, já disseminadas no campo jornalístico, que situam o jornalismo no mesmo patamar — ou ainda num campo superior ou exclusivo — das instituições sociais que formam as noções de realidade de cada pessoa em seu contexto social. Apoiados na máxima de que “o jornalismo constrói a realidade”, como aponta Meditsch(2010), muitos entendimentos construcionistas da notícia — fundamentados na linguagem e nas subjetividades como partes centrais na concepção do mundo objetivo, acabam por atribuirum extremo protagonismo à mídia nesse processo — desconsiderando outros processos de socialização e significação do mundo considerados até mais importantes do que a mídia por Berger e Luckmann (2004).

Ressaltamos a importância desse apontamento não para nos opor à perspectiva construcionista que considera o papel ativo da linguagem e da significação social realizada no jornalismo — sobre a qual continuaremos a desenvolver mais análises ao longo deste capítulo —. Mas sim para evitar simplificações da produção de conhecimento social no jornalismo, além de situar melhor o seu papel em meio a tantas trocas simbólicas que regem a compreensão e atuação dos indivíduos na sociedade. E ainda, lembramos que tais distorções que exageram, ao delegar ao jornalismo um papel supremo de ‘construção da realidade’, contradiz uma das principais distinções propostas pelas perspectivas construcionistas em oposição às noções positivistas: a ideia de que a recepção das mensagens midiáticas não são absorvidas de forma direta, passiva e homogênea pelos públicos, mas sim adaptadas, ressignificadas e reproduzidas de acordo com os repertórios culturais e os diferentes interesses de cada grupo social ao consumir os conteúdos da mídia (HALL, 2003). Essa premissa, por si só, também já condiciona a ‘construção social da realidade’ pelo jornalismo como um processo condicionado a diversos outros fluxos sociais, determinados inclusive pelos receptores.

Nesse sentido, Meditsch (2010) salienta que, nos estudos de Berger e Luckmann (2004), o papel do jornalismo na construção social da realidade assume uma importância “menor do que a das rotinas cotidianas — através das quais o indivíduo se relaciona com as instituições que lhe afetam a vida — e também menos eficaz do que as relações pessoais para esta ‘conservação da realidade’” (MEDITSCH, 2010, p. 5). Ao discernir, então, os graus de atuação do jornalismo e dessas outras instituições na significação social, Meditsch (2010) argumenta que a atuação jornalística teria um desempenho não tão fundacional da realidade quanto outras formas de socialização:

Em termos de interiorização da realidade, em coerência com a teoria de Berger & Luckmann, o jornalismo só poderia ser visto como uma forma de socialização ainda mais tênue em termos de construção da realidade, talvez denominada adequadamente de “terciária” se confrontada com os níveis anteriores. Teria o papel de ‘conservação’ e de ‘atualização’ das realidades internalizadas nas socializações primária e secundária, no mesmo sentido em que os autores falam da função da conversa na vidacotidiana (MEDITSCH, 2010, p. 9).

Dessa forma, passa-se a perceber o conhecimento jornalístico num lugar em meio a diversas interações sociais que atuam na manutenção do senso comum cotidianamente. Seja reforçando ou deslocando significados já estabelecidos como realidade, tais interações estão constantemente dialogando e ‘mexendo’ com nossa compreensão de mundo. Dessa maneira, é imprescindível considerar que “o jornalismo opera no campo lógico do senso comum, e esta característica definidora é fundamental e análoga à que ocorre na conversa cotidiana” (MEDITSCH, 2010, p.9). Com isso, o autor aproxima a função desempenhada pelo conhecimento jornalístico do papel atribuído à conversa por Berger e Luckmann (2004):

O veículo mais importante da **conservação da realidade** é a conversa. Pode-se considerar a vida cotidiana do indivíduo em termos do funcionamento de um aparelho de conversa, que **continuamente mantém, modifica e reconstrói sua realidade subjetiva**. [...] a maior parte da conservação da realidade na conversa é implícita, não explícita. A maior parte da conversa **não define em muitas palavras a natureza do mundo**. Ao contrário, **ocorre tendo por pano de fundo um mundo que é tacitamente aceito como verdadeiro**. [...] Ao mesmo tempo que o aparelho da conversa **mantém continuamente a realidade, também continuamente a modifica** (BERGER E LUCKMANN, 2004, p.202-203, grifos nossos).

Portanto, assim como propõem as articulações de Meditsch (2010), tal função social da conversa cotidiana demonstra estar intimamente ligada ao que o jornalismo realiza socialmente. Essa aproximação se mostra fundamental por revelar e aprofundar a interação jornalística no interior do senso comum, revelando de que maneira a notícia é construída e circula dentro dos costumes e interações sociais. Conforme exposto no trecho acima, um primeiro aspecto fundamental que abordamos de Berger e Luckmann (2004) é o potencial de conservação da realidade. Essa premissa traz a noção fundamental de que, para que a conversa convoque seus atos essenciais de conservação, manutenção ou reconstrução de algo, é obviamente necessário que haja algo anterior e pré-definido para ser convocado e ressignificado nesse processo. Portanto, é evidente que há sempre uma realidade objetiva exterior, anterior e já estabelecida: esta compõe o cenário e o “pano de fundo” que dá sentido aos significados aceitos ou revistos (implicitamente, como mostram os autores) na conversa.

No entanto, é também evidente perceber que essa lógica não envolve uma realidade pronta para ser vista e reproduzida sem qualquer interferência — vejamos que é preciso distinguir

o ato de reprodução dos atos de “conservação ou modificação” da realidade. A diferença fundamental é que os últimos atos, indicados por Berger e Luckmann (2004), demandam precisamente um entendimento subjetivo do “pano de fundo” construído pelos sujeitos que interagem na conversa, bem como uma reconstrução subjetiva que irá reger ‘o que sai e o que fica’ nesse processo de ressignificar a realidade. Portanto, esses momentos reafirmam o processo dialético da compreensão da realidade, que está continuamente combinando realidade objetiva com construções subjetivas acerca do mundo real. E é este processo que irá reger, fundamentalmente, o entendimento que continuaremos a desenvolver sobre a maneira como o jornalismo reconstrói os fenômenos da realidade, complementando aspectos objetivos e subjetivos (MEDITSCH, 2010; GENRO FILHO, 1987; HENRIQUES, 2021; MORETZSOHN, 2007).

Outro aspecto importante é que, na reordenação subjetiva da realidade que ocorre na conversa e também no jornalismo, revelam-se operações que colocam em ênfase ou que silenciam certas ideias e experiências do real, e ambas práticas são fundamentais no processo de ressignificar a realidade, de definir sentidos e valores para cada pessoa ou fenômeno que movimenta a vida cotidiana:

Certos pontos são abandonados e outros acrescentados, enfraquecendo alguns setores daquilo que ainda é considerado como evidente e reforçando outros. Assim, **a realidade subjetiva de uma coisa da qual nunca se fala torna-se vacilante**. Uma coisa é comprometer-se em um ato sexual embaraçoso, outra, muito diferente, é falar dele, antes ou depois. Inversamente, a conversa **dá contornos firmes a questões anteriormente apreendidas de maneira vaga e pouco clara** (BERGER E LUCKMANN, 2004, p.203, grifos nossos).

Dessa maneira, assim como certos acontecimentos menos esclarecidos ganham “contornos firmes” se entram em pauta na conversa ou na notícia, os acontecimentos silenciados por esses processos acabam não sendo reforçados ou conservados como significantes para a realidade. É exatamente em torno dessas operações que iremos pensar as representações jornalísticas de mulheres em fenômenos históricos. Partindo da problemática da reclusão delas aos papéis sociais domésticos, internalizados na vida privada, na dimensão emocional, subjetiva e inferior à racionalidade masculina, torna-se fundamental pensar a forma como as experiências femininas são convocadas na conversa cotidiana. Importante considerar, ainda, o pano de fundo sob qual essas experiências são ressignificadas, em contextos históricos marcados pela dominação masculina sobre mulheres como organização social que

ordena valores e significados. Nessa lógica, percebemos que distintas formas de falar sobre a experiência feminina — incluindo principalmente as experiências dela diante de dominações e abusos de poder masculinos — ordenam ou a conservação da realidade dominante de inferiorização das mulheres, ou a modificação dessa realidade a partir de distintas formas de compreender e significar esses fenômenos.

Esse entendimento nos leva, ainda, a tratar a questão do silenciamento de experiências femininas — principalmente aquelas que fogem à ordem dominante da mulher submissa aos homens — como uma operação potente da conversa que conserva uma realidade e a mantém sem interferências. Na medida em que não se convoca essa realidade na fala, esta se mantém no espaço privado e oculto, conservando os significados aos quais foi ordenada originalmente. Portanto, conservam-se de forma oculta os sentidos que mantêm mulheres presas ao espaço e aos papéis domésticos, assim como costumem ser colocadas na significação primária, por instituições como a família, a educação, as igrejas.

Os estudos de Berger e Luckmann (2004) dividem a rotina cotidiana entre um setor “não-problemáticos” e outro “problemático”, que se distinguem respectivamente entre situações rotineiras e familiares da vida cotidiana que seguem sem interrupção, e outras situações que interrompem essa rotina, surgindo como problemas que exigem novas estratégias, habilidades e conhecimento para, então, integrá-las à rotina. Quando essas novas situações persistem se apresentando de forma problemática e distinta, sem que possam ser integradas à rotina familiar, revelam uma “realidade inteiramente diferente” e incomum: “Comparadas à realidade da vida cotidiana, as outras realidades aparecem como campos finitos de significação, enclaves dentro da realidade dominante marcada por significados e modos de experiência delimitados” (BERGER E LUCKMANN, 2004, p. 41-42). Assim, a concepção do senso comum em relação ao conhecimento jornalístico envolve relações contínuas de um conhecimento que contextualiza os novos acontecimentos de forma “não-problemática”, relacionando-o com sua familiaridade com rotinas comuns das pessoas, ao passo em que também pode tomar para si o papel de revelar eventos “problemáticos” e atuar na integração deles no senso comum, ao estabelecer novas visões e valores. Tais rupturas também são comumente determinadas e tratadas pelo conhecimento jornalístico, com uma função peculiar de conectar essas distintas realidades e estabelecer transições entre elas.

Nesse processo de interação social, Berger e Luckmann (2004) também indicam a construção de “esquemas tipificadores” que estabelecem o modo como apreendemos o outro

e lidamos com ele ao interagirmos socialmente, fazendo com que as situações cotidianas sejam encenadas pela “contínua negociação” de tipificações produzidas de uns sobre os outros. Eventualmente, interferências e objeções do outro que o desviem da tipificação que produzimos podem gerar novas situações problemáticas, que envolvem modificar e replanejar nossas interações com o outro (BERGER E LUCKMANN, 2004, p. 48-49). Isso ocorre, então, quando comportamentos e ações do outro surpreendem e contrariam o comportamento que esperávamos dele, de acordo com tais tipificações pré-concebidas. Da mesma maneira, o conhecimento jornalístico e sociológico com a sociedade contêm formas específicas de tipificar as pessoas que retratam, de acordo com os papéis sociais aos quais cada ‘personagem’ é enquadrado nas notícias. Tais tipificações compõem estereótipos que representam determinados grupos sociais de acordo com os significados que suas condutas têm para as normas estabelecidas socialmente. Assim, os estereótipos aparecem nas representações jornalísticas tanto de forma a conservar as tipificações pré-estabelecidas, como também revelando diferentes arranjos e formas de representar as pessoas quando elas representam algum ‘desvio’ à essas representações.

Nos interessa olhar sob essa perspectiva para as representações de mulheres, na medida que suas tipificações ligadas a papéis sociais emocionais, domésticos e inferiores aos homens são reproduzidas ou tensionadas no jornalismo. O reforço desse estereótipo se dá continuamente na representação de mulheres ‘femininas’ dentro daquilo que é socialmente tipificado como feminilidade. Isso se mostra evidente na tradição das editoriais e publicações ‘femininas’ destinadas apenas ao público de mulheres, com conteúdos e temas relacionados a moda, beleza, decoração, culinária — ou seja, temas relativos aos padrões de beleza e de dedicação à vida doméstica aos quais a experiência feminina é aprisionada socialmente. Da mesma forma, há uma correspondência a essas tipificações quando essas mulheres são retratadas no lugar de coadjuvantes à sombra dos homens, aparecendo nas notícias como esposas, donas de casa, namoradas — assim, têm suas experiências reduzidas a papéis em função dos homens, do ambiente doméstico e privado aos qual foram destinadas nessas tipificações sociais. Por outro lado, é interessante observar formas de desvios a esses estereótipos quando mulheres são retratadas com comportamentos distintos dessas tipificações esperadas, estampando as notícias com manchetes que destacam o caráter extraordinário da ‘mulher de negócios’, da ‘mulher criminosa’, da ‘mulher sozinha’, entre outros.

Essas tipificações demonstram, portanto, a visibilidade de mulheres nas representações

jornalísticas e os papéis que elas ocupam nas notícias. Nesse sentido, essa visibilidade e os esterótipos de mulheres nas mídias são historicamente registrados, contabilizados e interpretados pelo Global Media Monitoring Project, estudo global realizado em mais de 120 países desde 1995. De acordo com os dados apresentados na edição de 2020, do 6º Global Media Monitoring Project (2020), as mulheres ocuparam 24% das vozes especialistas nas notícias no mundo inteiro. A aparição delas só é maior quando são fontes que relatam experiências pessoais “(42% na mídia tradicional, 41% em sites de notícias)” e quando são chamadas para representar a opinião popular “(38% na mídia tradicional, 39% em sites de notícias)” (GMMP, 2020, p. 5, tradução nossa). Confirmando os estereótipos femininos relacionados à dimensão doméstica da qual tratamos, o estudo revela que “mulheres são quase sete em cada 10 das fontes retratadas como donas de casa” — quantidade similar à edição do relatório publicada em 2015.

Com isso, o estudo demonstra que essa representação feminina predominante mantém narrativas históricas que demonstram mulheres como “desengajadas na vida produtiva em relação ao homem”, excluindo elas dos papéis da vida econômica, produtiva, do trabalho e dos conhecimentos ligados à esfera pública (GMMP, 2020, p.36, tradução nossa). Dessa forma, os dados revelam que entre as ocupações das fontes retratadas nas mídias, mulheres ocupavam 95% entre profissionais do sexo; 68% entre donas de casa; 54% entre crianças, jovens e pessoas sem ocupação profissional; 47% entre profissionais da saúde, do serviço social e do cuidado de crianças; 41% entre celebridades e artistas; e 40% entre pessoas aposentadas. Por outro lado, nos levantamentos de ocupações profissionais que desviam desse estereótipo dominante de mulheres, elas foram a minoria entre papéis ligados à participação política, esfera pública e racionalidade científica: 29% do total entre fontes de especialistas acadêmicos e professores; 29% de profissionais da mídia e jornalistas; 25% entre profissionais de advocacia, juízes e magistrados; 20% entre executivos e profissionais de negócios; 18% entre governantes, políticos (as); e 12% entre polícias, militares e afins.

Portanto, o terreno do senso comum é composto por distintas formas de conhecimento que o atravessam, inclusive os conhecimentos sistemáticos e científicos. Uma vez que a construção do senso comum faz parte do papel desempenhado pelo jornalismo ao longo de sua atuação na vida urbana desde a modernidade, essa compreensão situa o jornalismo não só no meio do caminho entre o conhecimento científico e o senso comum. Para além de ser ‘uma ponte’ entre esses dois conhecimentos principais, entendemos que o conhecimento jornalístico é lugar de constante movimento, troca, de ida e retorno do conhecimento

científico e o senso comum, sendo que essas dimensões de conhecimento se retroalimentam. Ao mesmo tempo, este mesmo conhecimento popular é ponto de partida na formação da notícia, dos postulados da ciência, das crenças ideológicas de diversas instituições, num processo em que o senso comum e suas manifestações culturais geram bases, fundamentos, condições e também tensões e contradições que se articulam nas diversas formas de se conhecer e sistematizar a realidade.

Dessa forma, o papel do jornalismo na manutenção dessas demandas sociais se baseia, conforme proposto por Gramsci (2001), em determinações culturais e ideológicas, uma vez que as relações de poder que regem cada veículo jornalístico partem de um “agrupamento cultural”, baseado em premissas que se modificam e se renovam ao longo de seu desenvolvimento (GRAMSCI, 2001, p. 198). Embora essas bases culturais sejam marcadas por “uma certa orientação geral”, o pensamento de Gramsci (2001) destaca as diferenças e complexidades fundamentais que compõem o senso comum em diferentes contextos:

A difusão, por um centro homogêneo, de um modo de pensar e de agir homogêneo é a condição principal, mas não deve e não pode ser a única. Um erro muito difundido consiste em pensar que toda camada social elabora sua consciência e sua cultura do mesmo modo, com os mesmos métodos, isto é, com os métodos dos intelectuais profissionais. [...] É pueril pensar que um ‘conceito claro’, difundido de modo oportuno, insira-se nas diversas consciências com os mesmos efeitos ‘organizadores’ de clareza difusa: este é um erro iluminista. [...] É por isso, portanto, que não basta a premissa da ‘difusão orgânica, por um centro homogêneo, de um modo de pensar e de agir homogêneo’. O mesmo raio luminoso, passando por prismas diversos, dá refrações de luz diversas: se se pretende obter a mesma refração, é necessária toda uma série de retificações nos prismas singulares (GRAMSCI, 2001, p. 205-206).

Com isso, nos guiamos pelo legado de Gramsci (2001), ao demonstrar a existência fundamental de uma “consciência coletiva homogênea”, elaborada no exercício de poder de instituições sociais como a imprensa, com bases ideológicas e culturais determinadas. No entanto, no decorrer das interações sociais, essa base ‘homogênea’ esbarra em contradições e diferentes apropriações, se ressignifica e toma diferentes formas em diferentes momentos e contextos pelos quais ela circula. Assim, o autor estabelece a premissa de um jornalismo que influencia na construção dos valores da sociedade, mas não de maneira direta e homogênea, como supõem noções iluministas. Em suas análises, Gramsci (2001) propõe a construção de conteúdos jornalísticos que gerem identificação com o senso comum e, ao mesmo tempo, afastem-se dele para discutir suas visões de maneira crítica e construtiva — mas evitando um tom de desprezo ou superioridade científica, acadêmica ou partidária. Portanto, nos direcionamos a investigar o jornalismo enquanto forma de conhecimento social e, após esclarecermos a função da notícia junto ao senso comum na construção social

da realidade, iremos agora discernir de que maneira esse conhecimento gera esclarecimentos e desenvolvem debates de relevância social.

1.5 Jornalismo como forma de conhecimento social: a função da notícia entre a sociedade, a ciência e o senso crítico

Com o reconhecimento do Jornalismo enquanto uma instituição social entre várias que atuam na construção do conhecimento da realidade, contribuindo na inserção das pessoas na sociedade, desenvolvendo os valores e significados que geram bases para o fluxo de movimentos da vida social, nos direcionamos à perspectiva e tradição teórica do jornalismo como forma de conhecimento social. Por conta da particularidade do Jornalismo estar essencialmente envolvido na esfera da sociedade, dos conhecimentos populares e da vida cotidiana, torna-se um desafio discernir o papel de esclarecimento que também está no cerne da instituição jornalística e seu caráter de conhecimento dissidente da racionalidade científica. É justamente esse papel duplo e mediador que faz do jornalismo um conhecimento social específico, e por isso nos dedicamos nesse momento a esclarecer essa relação do jornalismo com a Ciência.

De certa forma, a relação entre jornalismo e senso comum pode ser entendida como mais essencial, mais antiga e primordial na essência da notícia. Isso porque as formas mais primitivas artesanais da notícia são identificadas desde a Idade Média, intimamente ligadas à circulação das crenças sociais, dos mitos e das ideias populares, atestando a “filiação do jornalismo informativo a raízes profundas de nossa cultura”, conforme já estabelecido em diversas teorias do Jornalismo (MEDITSCH, 2010, p.16). Assim como há a consideração da notícia enquanto “uma das primeiras e mais elementares formas de conhecimento”, o que a torna “provavelmente tão velha quanto a humanidade, talvez mais velha” (PARK, 2008). Portanto, a notícia está instaurada na sociedade e nas formas de Comunicação social há mais tempo que a própria Ciência, mas curiosamente é a Ciência moderna que inspira o modelo de notícia difundido ao redor do mundo na Modernidade, a partir da institucionalização do Jornalismo e de sua produção industrial.

Essa reformulação e consolidação do jornalismo, agora atravessado por paradigmas científicos, também envolve algumas reformulações na finalidade jornalística: passa assumir como central a função de informação e orientação das pessoas na vida cotidiana, tentando

desprender-se de outras finalidades anteriores tais como a difusão de opiniões, o propagandismo político, a difusão de histórias, mitos, contos e outros gêneros diferentes do gênero informativo (GROTH, 2011; GUERRA, 2008; HENRIQUES, 2021). Assim, a consolidação do jornalismo como instituição social ligada ao conhecimento da vida cotidiana é baseada, fundamentalmente, nos métodos e valores da racionalidade científica que fundamental seu papel de esclarecimento e verificação da realidade. Nesse sentido, em seus estudos sobre a ligação da Ciência e do Jornalismo, Cremilda Medina (2014) contextualiza essa contribuição científica no jornalismo em termos metodológicos e ligados às formas de leitura da realidade entre esses campos de conhecimento:

No século XIX se propõem gramáticas, presentes tanto na metodologia da pesquisa do conhecimento científico quanto na de captação e narrativa da contemporaneidade que se difunde nos meios de comunicação social. O signo da divulgação que rege a relação ciência-sociedade se estrutura numa concepção e prática semelhantes aos discursos que informam sobre a atualidade (MEDINA, 2014, p. 114).

Consideramos, nesse ponto, a necessidade de considerar a presença das aspirações científicas no jornalismo principalmente do ponto de vista da linguagem, ligada à concepção jornalística da maneira de se conhecer o mundo e da maneira com que se transmite e se reconstrói esse conhecimento. E essas concepções são, como indica Medina (2004) profundamente baseadas no positivismo de Auguste Comte, filósofo que formula esse paradigma da ciência moderna, inspirado em cânones da racionalidade ocidental como Descartes e Galileu. O “estado positivo” da ciência, definido por Comte, difundido ao final do século XIX e acionado ao longo do século XX, coloca a observação como procedimento central na pesquisa empírica, fixando na ciência e no jornalismo o princípio de que se deve observar e analisar os fenômenos ‘como são’ na realidade e na situação analisada (MEDINA, 2014). Ao longo do desenvolvimento desse paradigma, perpetuam-se o dogmatismo que hierarquiza as disciplinas científicas por ordem de importância, em que o conhecimento sociológico é classificado por último, além de perpetuar valores como a educação positivista que condena formas de alienação “do jornalismo, das novelas e dos dramas da literatura folhetinesca do século XIX” (MEDINA, 2014, p. 189), pregando a ordem positivista como caminho para o progresso e evolução humana. Sobretudo, essa ordem se estabelece em dogmas e leis com o intuito de “exorcizar, em definitivo, as aberrações pré-científicas que impedem a verdadeira positividade” (MEDINA, 2014, p. 202).

Portanto, sendo essa a base da racionalidade científica conhecida no ocidente,

inevitavelmente, “o jornalismo que se estruturava como o discurso de atualidade não ficou imune aos princípios doutrinários do positivismo”. Com a industrialização, urbanização e modernização da sociedade século XIX para o XX, as práticas de produção da notícia “vão sendo disciplinadas e o jornalismo ambiciona, já no século XIX, um lugar no conjunto das áreas de conhecimento” (MEDINA, 2004, p.206). Nesse sentido, percebemos uma demanda não só ligada às demandas culturais e sociais que, como se sabe, impulsionaram o jornalismo pela necessidade de rapidez e verificação da informação, mas também pela formalização e consolidação do Jornalismo enquanto disciplina em meio aos dogmas da razão científica. Com isso, o espírito positivo de Comte é acionado no jornalismo como garantia do seu lugar no *hall* da razão e da verdade absoluta. A herança positivista se reflete em procedimentos jornalísticos fundamentais como “anoção do real e a relação objetiva com o real [...]; a busca obsessiva pela precisão dos dados como valor de mercado” (MEDINA, 2004, p.212), de maneira que, na produção da reportagem, “os princípios ou comandos mentais que conduzem a operação simbólica espelham a força da concepção de mundo positivista” (MEDINA, 2004, p. 219). Tais operações irão, ainda, corresponder ao pragmatismo e ao funcionalismo que surgem de aspirações positivistas.

A contribuição pragmática é, no entanto, incontestável. Que seria das narrativas da contemporaneidade se encontrássemos na mídia apenas discursos abstratos, opiniões difusas, argumentos imprecisos? A reportagem jornalística recupera a experiência humana e traz a cena viva em contraponto à abstração das idéias ou à vã erudição. Ao se firmar no terreno do fenômeno imediato, ao reunir dados precisos, ao se aproximar no tempo e no espaço do real concreto, o jornalismo expressa uma forma de conhecimento da atualidade (MEDINA, 2004, p. 238).

Com isso, é evidente notar que houve uma necessidade fundamental do jornalismo ao filiar-se nesses aspectos positivistas para sistematizar seu processo de leitura da realidade e consolidar-se como conhecimento verificado da vida cotidiana. No entanto, essa forma de conhecer o real gerou distintos efeitos que desafiam justamente a sensibilidade jornalística enquanto instância que pulsa das relações sociais e dos contextos culturais. Antes de chegar aos desafios disso para a leitura das subjetividades e das representações de mulheres (que por sua vez foram historicamente aprisionadas às dimensões subjetivas da realidade) — problemática sobre a qual falaremos a seguir —, é preciso ainda passar por aspectos gerais que desafiam a ligação entre ciência, jornalismo e sociedade. Nesse sentido, Medina (2014) prossegue em seu pensamento ao demonstrar como os princípios positivistas desafiam o caráter essencial do jornalismo em acompanhar e narrar o presente.

A arte de tecer o presente ultrapassa a rígida lógica de Auguste Comte e a tradição positivista das narrativas da contemporaneidade. Os impasses e os trágicos

contextos que as sociedades viveram no século XX, reforçados pelas mazelas e pelos desafios do século XXI, exigiram e exigem da reflexão e das práticas jornalísticas muito mais do que as gramáticas operantes cujos princípios derivam não só de Comte, como, no século XVII, de René Descartes. As guerras, a bomba atômica, a miséria social, as ameaças ao meio ambiente, o terrorismo, as doenças fatais e todas as pautas da contemporaneidade demandam mais as narrativas autorais densas e tensas do que as promessas da verdade simples e precisa, ideais cartesianos reescritos pelo positivismo no século XIX. Datam da primeira metade do século passado os questionamentos à insuficiência da notícia para que uma sociedade se torne mais consciente de suas decisões históricas (MEDINA, 2014, p. 254).

Com isso, a demanda de mediação social do jornalismo construído em um presente cada vez mais dinâmico e complexo, repleto de contradições culturais que escapam às formas positivistas de sistematizar e ordenar a realidade de acordo com categorias pré-estabelecidas. Nesse mesmo sentido, Medina cita a busca de distinções e alternativas teóricas para essa questão em autores como Marx e Nietzsche — cujos paradigmas científicos avançaram numa direção oposta ao positivismo, fornecendo conceitos e análises sobre as lutas sociais, as produções culturais e simbólicas que podem dar mais conta de apoiar as lentes do jornalismo sobre a cotidianidade. Da mesma forma, resgatamos o posicionamento exposto no primeiro tópico deste capítulo acerca dos Estudos Culturais e suas perspectivas abertas à leitura das tensões e contradições da cultura que agitam o cotidiano em meio às contingências do cotidiano no curso da História (HALL, 2003). Essa discussão leva, então, a uma concepção do jornalismo ligada às diferentes formas de ler e interpretar o mundo, dedicando-se a temáticas e práticas cotidianas tais como indicadas pela autora:

[...] decifrar a complexidade dos acontecimentos, procuram de toda forma armar (ou editar) significados emergentes com seus nexos histórico-culturais, descobrem o protagonismo social onde ele era imperceptível, saem atrás de especialistas e institutos de pesquisa para diagnosticar as situações-limite. As experiências cotidianas da dor ou da alegria, dos comportamentos humanos, os espantos da crueldade – eis alguns temas que desafiam a sensibilidade, a sutileza e o sentimento incômodo das mentes abertas às incertezas (MEDINA, 2014, p. 273).

Nesse sentido, ao prosseguirmos explorando os desafios e possibilidades expostos pela noção do jornalismo como conhecimento social, torna-se importante ressaltar a caracterização de Robert Park (2008) publicada em 1940, que situa a notícia em um lugar próprio, num contínuo entre o conhecimento científico e o senso comum. Um dos principais legados deixados pelo autor é a necessidade de compreender as funções próprias do conhecimento jornalístico, de distintas funções sociais e condições que formam diferentes formas de conhecimento. Basicamente, Park (2008) traz para o jornalismo a compreensão fundante de que o conhecimento não é um só, diferenciando-o entre um conhecimento adquirido nas vivências e interações imediatas, e do conhecimento gerado a partir da verificação e

investigação científica — citando tais categorias apontadas nos estudos do filósofo pragmatista William James (1896). Com isso, Park (2008) contribui para consolidar a noção de que o jornalismo carrega a função de orientar a sociedade, ao passo em que atua na mobilização e participação política das pessoas em seu meio social. Mas consideramos propostas críticas de reformulação dos postulados do autor, ao olharmos para este conhecimento de forma complexa, abordando as diversas produções simbólicas e os diferentes modos pelos quais as pessoas percebem e o mundo à sua volta, bem como as distintas maneiras da notícia conhecer e interpretar a realidade.

Nos apoiamos em visões apresentadas em autores como Genro Filho (1987), para o qual a análise de Park (2008), apesar de sua relativa importância em distinguir o conhecimento jornalístico, resulta em uma abordagem positivista e “reduzora” desse processo (GENRO FILHO, 1987, p. 47). Nesse sentido, Genro Filho (1987) reconhece a proposta de Park (2008) em atribuir “funções sociais distintas” às formas de conhecimento, determinadas por diferentes gêneros e não graus de conhecimento. Mas adverte que a suposição de Park caracteriza o senso comum como “isento de contradições internas, cuja função seria somente reproduzir e reforçar as relações sociais vigentes, integrar os indivíduos na sociedade” (GENRO FILHO, 1987, p. 47). Segundo essa visão simplista do conhecimento como processo homogêneo entre todos os indivíduos, o jornalismo teria que retratar quase automaticamente a realidade, tal como percebida num olhar imediato, numa operação mecânica de adequação do indivíduo ao funcionamento do mundo (GENRO FILHO, 1987). Dessa forma, Genro Filho contrapõe a classificação de Park (2008) ao contrariar sua ideia positivista de um conhecimento jornalístico tido como um “mero reflexo empírico e necessariamente acrítico, cuja função é somente integrar os indivíduos no ‘*status quo*’, situá-lo e adaptá-lo na organicidade social vigente” (GENRO FILHO, 1987, p. 54). Em contraponto, o autor propõe a abordagem do conhecimento como “dimensão simbólica do processo global de apropriação coletiva da realidade”, levando a compreender o jornalismo como parte desse processo, sendo, portanto, “atravessado por contradições” (GENRO FILHO, 1987, p. 54).

Nesse sentido, Meditsch (1998) caracteriza a classificação de Park (2008) como um tipo de “diferenciação do Jornalismo a partir do grau de profundidade que alcança comparativamente à Ciência ou à História”, concluindo que tal leitura comparativa “pode ser útil para elucidar algumas das suas diferenças, mas parece insuficiente para definir o que ele tem de específico” (MEDITSCH, 1998, p. 28). Assim, é possível superar uma leitura que

apenas situa o jornalismo no meio do caminho entre o senso comum e a Ciência tradicional, e passamos a englobar aspectos da realidade alcançados pelo conhecimento jornalístico em particular, diferentemente dos outros modos de conhecimento:

Além desta maneira distinta de produzir conhecimento, o jornalismo também tem uma maneira diferenciada de o reproduzir, vinculada à função de comunicação que lhe é inerente. O Jornalismo não apenas reproduz o conhecimento que ele próprio produz, reproduz também o conhecimento produzido por outras instituições sociais. A hipótese de que ocorra uma reprodução do conhecimento, mais complexa do que a sua simples transmissão, ajuda a entender melhor o papel do Jornalismo no processo de cognição social (MEDITSCH, 1998, p. 28).

Esse entendimento que atribuí ao jornalismo uma produção particular de conhecimento, ligada a diversas trocas simbólicas e culturais, parte de uma concepção anterior de conhecimento que admite diversas formas válidas de conhecer a realidade, que são distintas e não inferiores à metodologia científica. Tais concepções partem da sociologia e antropologia do conhecimento, que apontam para uma “Razão mais refinada, que dê conta da extrema complexidade do mundo” (MEDITSCH, 1998, p. 29). Portanto, reconhecendo diferentes abordagens do conhecimento social produzido pelo jornalismo, nos apoiamos em noções que investigam este conhecimento pelo prisma da produção simbólica, da significação social e da interpretação dos fatos como elementos fundamentais do processo de conhecer.

Tal compreensão está ligada, portanto, a um olhar para o conhecimento jornalístico por seu caráter complexo, forjado em diversas construções sociais e culturais, que “ultrapassa, por sua potencialidade histórica concretamente colocada, a mera funcionalidade ao sistema capitalista” (GENRO FILHO, 1987, p. 42). Com isso, consideramos tais contradições, disputas ideológicas e distintas perspectivas que tornam o processo de conhecimento complexo – e não reflexivo nem imediatamente induzido de maneira uniforme para cada indivíduo. Reafirmamos que o conhecimento jornalístico perpassa “todo um processo técnico e racional que envolve uma reprodução simbólica. Os fenômenos são reconstruídos através das diversas linguagens possíveis ao jornalismo em cada veículo” (GENRO FILHO, 1987, p. 48).

Ao compreendermos o jornalismo como forma de produção de conhecimento, percebemos que seu processo de saída e retorno em relação ao senso comum ocorre de forma semelhante à ciência, mas com características e contradições próprias da relação ainda mais íntima da notícia com a vida cotidiana. Nesse sentido, Sylvia Moretzsohn (2007) também debate o conflito que há acerca da função da notícia em relação ao senso comum:

[...] se a atitude de contestar as evidências é tradicional no pensamento científico em seu movimento de negação do senso comum, o mesmo não ocorre quando se trata do jornalismo, que lida com os fatos ‘imediatos’ do cotidiano: parece aí perfeitamente aceitável que uma atividade voltada a ‘relatar fatos’ se limite ao reino das aparências, o que lhe retiraria qualquer possibilidade de contribuir para a alteração da ‘ordem natural das coisas’. Ocorre que o jornalismo se justifica historicamente pelo ideal iluminista de esclarecer os cidadãos; logo, estaria traíndo sua proposta caso serendesse ao ‘mero’ relato de fatos. [...] Logo, desfazer essa aparente contradição é o primeiro passo para se afirmarem as possibilidades do jornalismo no caminho que vai do senso comum ao senso crítico (MORETZSOHN, 2007, p. 25-26).

É, justamente, essa essência de mediação e conexão entre ciência e crença popular, é essa dupla função do jornalismo, que atribui a ele um caráter potente e autêntico, e também o caracteriza por certa crise de identidade – que se alastra até os dias de hoje ganhando novos questionamentos, ao passo em que se ressignifica com as demandas práticas de conectividade na sociedade da informação.

Dessa forma, “Pensar contra os fatos não é desconsiderá-los na sua objetividade, mas apreendê-los em sua complexidade, contrariando o processo de naturalização que nos faz aceitá-los sem considerá-los” (MORETZSOHN, 2013, p. 25). Como argumenta a autora, esta tarefa do questionamento gera novas perspectivas, que podem atuar na realidade de forma transformadora. Esse caráter questionador e ativo do jornalismo ao interpretar a realidade envolve, então, a concepção de uma representação jornalística que parta da consciência de aspectos objetivos e subjetivos, e a compreensão da participação desses elementos na visão de mundo particular de cada grupo social. Com isso, dedicamos as revisões, que se seguem, a discutir a construção da notícia e suas relações com a linguagem, representação, objetividade e subjetividade.

1.6 A dualidade entre objetividade e subjetividade: origem e obstáculos do processo de conhecimento

Objetividade e ciência

Apresentamos, nos tópicos anteriores, uma introdução da maneira como o conhecimento jornalístico é historicamente concebido em seu papel de mediação entre senso comum, pensamento científico e senso crítico. Até aqui, esclarecemos como essa mediação se estabelece de acordo com as produções simbólicas da cultura, a sociologia do conhecimento e a construção da realidade no senso comum (HALL, 2003; BERGER E

LUCKMANN, 2004; MEDITSCH, 2010); de acordo com os postulados científicos que compõem o ideal de esclarecimento jornalístico (MEDINA, 2014); e com apontamentos críticos que possam gerar novas formas de mediação jornalística mais sensíveis à realidade cotidiana, e mais comprometidas a potencializar o conhecimento social fornecido pelo jornalismo (GENRO FILHO, 1987; MORETZSOHN, 2007).

Percorrido esse caminho de contextualização e conceituação geral da função social desempenhada pelo conhecimento jornalístico, nesse momento do capítulo, iremos aprofundar conceitos e práticas específicas que se desdobram dessa conceituação inicial. E que tornam-se centrais para nossa reflexão e busca de parâmetros para a representação plural de mulheres em fenômenos históricos pelo jornalismo, aliada à uma perspectiva feminista. Portanto, seguimos na discussão em torno dos seguintes aspectos da construção jornalística: a objetividade; a subjetividade; a interpretação da realidade conforme critérios de seleção e valores-notícia (*gatekeeping*); e finalmente a contextualização — estabelecida como ponto chave que une todas as problemáticas aqui enfrentadas.

Dessa maneira, iniciamos por percorrer a discussão em torno do tradicional princípio da objetividade jornalística e suas formas de negação ou anulação da subjetividade. Considerando o conhecimento jornalístico um território de ressignificação de valores e significados sociais, bem como um campo de disputa entre diferentes perspectivas epistemológicas e científicas sobre o ato de conhecer e narrar a realidade, a questão da objetividade é um ponto central que desperta dessas questões.

Como já apontamos, sua tradicional acepção como reprodução objetiva e neutra dos fatos ‘como são’ carrega, por um lado, as tensões de um senso comum que naturaliza significados e valores de cada cultura como realidade absoluta (HALL, 2003), e por outro lado, os dogmas desafiadores da ciência positivista que possui como modelo de conhecimento a observação neutra dos fatos como ‘dados’ puros do real (MEDINA, 2014). Em ambas as faces que reforçame mantém essa ideia de objetividade, há um desafio em comum que nos interessa aqui especialmente: a questão da representação de mulheres, que são historicamente estigmatizadas como inferiores aos homens, e aprisionadas a papéis específicos ligados a esse estigma, compõem o quadro daquilo que parece ser a realidade objetiva, tanto no senso comum quanto na ciência. Portanto, nossa investigação desta objetividade seguirá no sentido de identificar seus ‘pontos cegos’ relacionados a identidades distintas das realidades dominantes, tal como as diversas experiências femininas. Dessa

forma, percorremos uma revisão da subjetividade — tradicionalmente situada em um pólo oposto desse conhecimento objetivo—, com intuito de resgatar a pluralidade de aspectos e a diversidade de identidades que podem ser alcançadas ao acionar subjetividades nessa construção de conhecimento. Mas ao mesmo tempo, buscamos recuperar o potencial de esclarecimento e verificação precisa da realidade que pode ser propostopor concepções da objetividade distintas da neutralidade tradicional, investigando caminhos para um equilíbrio entre elementos objetivos e subjetivos que fortaleça o compromisso do jornalismo enquanto conhecimento social.

Sendo assim, faz-se necessário retomar parte dos princípios científicos positivistas, suscitadosno tópico anterior, focando agora em suas raízes que inauguram a problemática da objetividade. Como pontua Guerra (2008), uma das principais razões para a importância da objetividade jornalística consiste na “crescente influência dos princípios iluministas nas diferentes esferas da vida social moderna, sobretudo na ciência e na política” (GUERRA, 2008, p. 137). Dessa maneira, tal finalidade passa a ser operada pela objetividade:

(...) o jornalismo desde suas origens se propõe a mediar aspectos da realidade para sua audiência. E dedicou-se à especialização desse trabalho quando elegeu, por exemplo, a objetividade como padrão de conduta profissional. Era o que, à época, tinha-se de cientificamente mais moderno a ser empregado para a finalidade de se chegar aos fatos (GUERRA, 2008, p. 39).

Assim, com a revolução científica e industrial que estabelece a racionalidade como ordem de organização da sociedade — como tratamos no tópico anterior —, no jornalismo “a neutralidade e objetividade se enquadram nesse novo perfil de conduta profissional, que fundaa concepção moderna da profissão” (GUERRA, 2008, p. 132). Como demonstra o autor, entendemos que tal reflexão deve ser iniciada com a premissa de que a objetividade é um princípio jornalístico derivado de certa ideia de mediação, desde a qual o que importa são os acontecimentos, e não as opiniões e interpreta-ções que os jornalistas podem realizar sobre os fatos de interesse público. Por um lado, consideramos tal concepção da objetividade como ferramenta fundamental para consolidar e profissionalizar o jornalismo como forma legítima de conhecimento da realidade.

No entanto, apesar da relativa clareza histórica no surgimento da objetividade como valor fundamental, a inspiração iluminista também instaura a dicotomia da razão contra a emoção como fundamental para a busca da verdade, associando-a principalmente à neutralidade, que se traduz na idealização da busca pela reprodução pura dos fatos, descartando aspectos subjetivos. Conseqüentemente, esse postulado também traz tradições iluministas marcadas

pela dominação masculina — questão sobre a qual nos debruçaremos mais nos capítulos acerca da teoria feminista —, prejudicando historicamente os relatos jornalísticos sobre experiências vividas por mulheres, reduzindo-as à dimensão inferior, pessoal e não tão legítima como o conhecimento racional.

É importante, então, retornar brevemente a problemática as bases científicas tradicionais que estabelecem a separação entre sujeito e objeto enquanto procedimento essencial ao modelo de racionalidade ocidental. Como demonstra o sociólogo Edgar Morin (2015), tal cisão instaura esse desdobra em questões muito mais profundas ao estabelecer sentidos de oposição, disjunção e anulação entre sujeito e objeto, pensamento e mundo externo, excluindo processos essenciais de associação entre elementos subjetivos e objetivos que formam a própria concepção do mundo real:

De fato, a ciência ocidental fundamentou-se na eliminação positivista do sujeito a partir da ideia de que os objetos, existindo independentemente do sujeito, podiam ser observados e explicados enquanto tais. [...] Nesse quadro, o sujeito é o ruído, isto é, perturbação, a deformação, o erro que se deve eliminar a fim de atingir o conhecimento objetivo, ou o espelho, simples reflexo do universo objetivo. [...] o sujeito se desdobra, pois, no reino não ocupado pela ciência. Para a eliminação positivista do sujeito, responde, no outro polo, a eliminação metafísica do objeto. [...] a dualidade do objeto e do sujeito se coloca em termos de disjunção, de repulsão, de anulação recíproca. O encontro entre sujeito e objeto anula sempre um dos dois termos: ou bem o sujeito torna-se ‘ruído’ (perturbação), ausência de sentido, ou bem é o objeto, poderíamos dizer o mundo, que se torna ‘ruído’: que importa o mundo ‘objetivo’ para quem entende o imperativo categórico da lei moral (Kant), para quem vive o tremor existencial da angústia e da busca (Kierkegaard) (MORIN, 2015, p. 39-40).

Dessa maneira, o autor contrapõe essa dualidade ao afirmar sujeito e objeto como inseparáveis, que se articulam continuamente no conhecimento e vivência da realidade: “[...] só existe objeto em relação a um sujeito (que observa, isola, define, pensa) e só há sujeito em relação a um meio ambiente objetivo (que lhe permite reconhecer-se, definir-se, pensar-se etc., mas também *existir*)” (MORIN, 2015, p. 41, grifo do autor).

Assim, a partir dessa discussão sob o viés da Ciência, abordamos a objetividade jornalística como um problema que, antes mesmo de tornar-se uma questão de técnica de captação e de transmissão ‘neutra’ da realidade, está essencialmente ligado ao que a racionalidade científica entende pelo processo de conhecer a realidade e os fatos. Portanto, qualquer discussão teórica dessa questão deve perpassar, primeiro, o problema que está na gênese do conhecimento entre objeto e sujeito. Tal como contextualiza Henriques (2019):

Numa leitura rasa, o problema da objetividade jornalística pode parecer estar restrito a uma questão extremamente prática, já que faz parte do cotidiano de todo

profissional da informação. Entretanto, a mínima reflexão sobre o tema revela que o assunto possui, na verdade, um fundo filosófico evidente e passa, necessariamente, pela tentativa de responder o que é o real com o qual nos relacionamos e qual é a possibilidade e a melhor maneira de acessá-lo. Problemas de ordem ontológica e epistemológica, com larga tradição na Filosofia, mas que também são discutidos por autores da área de Teorias do Jornalismo (HENRIQUES, 2021a, p.63).

Portanto, com base no entendimento de que o real só pode ser verificado pela observação do objeto independentemente do sujeito, a objetividade jornalística tradicional se concentra na norma de reproduzir os fatos ‘puros’, a serem refletidos na notícia assim como estariam dispostos e organizados na realidade, num processo externo e separado das interpretações subjetivas deste fato. No entanto, tal entendimento se mostra inconsistente, na medida que esse mundo externo e objetivo — embora já se encontrem dispostos em algum grau sem que dependam completamente do sujeito para existir — são também essencialmente construídos pelas concepções e valores subjetivos que dão sentido à essa realidade. E como já tratamos, tal construção social da realidade percorre diversos níveis e filtros sociais, alternando processos objetivos e subjetivos desde as etapas socialização — em que o indivíduo conhece o mundo particular que vive e se insere na sociedade — até a ressignificação dessa realidade pelo jornalismo, pela educação e demais instituições sociais de conhecimento (BERGER E LUCKMANN, 2004; MEDITSCH, 2010; HALL, 2016). Assim, nossa visão de reformulação da objetividade ultrapassa a mera questão estilística ou de preferência estética da construção textual da notícia, mas sim resgata a questão essencial do processo dialético com que se conhece a realidade entre objeto e sujeito:

[...] acreditamos que a pesquisa em Teoria do Jornalismo não pode tomar como óbvia e evidente a compreensão ontológica que divide a realidade em dois polos opostos: a objetividade e a subjetividade. Isso quer dizer que, antes de mais nada, discutir a noção de objetividade jornalística é investigar o modo como ontologicamente a realidade se estrutura. [...] No jornalismo, o fato, que costuma ser compreendido como equivalente a objetividade nela mesma, e a perspectiva, que costuma ser entendida como um elemento posterior que é acrescentado pela subjetividade do jornalista, são, na verdade, ontologicamente uma mesma realidade que se dá num único e mesmo ato (HENRIQUES, 2018, p. 266-267).

Com esse direcionamento, é necessário perceber como essa concepção da realidade se difundiu se dissolve nas noções práticas de objetividade na produção jornalística, buscando identificar os ‘significados do que é o real’ que estão por trás de métodos tão enraizados nas redações de jornais — o que nos levará a discutir as implicações e efeitos sociais dessas condutas, buscando formas de esclarecimento e reformulação.

A objetividade jornalística e suas várias noções: do conhecimento do real à garantia

da verdade

A ideia da objetividade tradicional continua a operar nas redações jornalísticas por meio de diversas e distintas condutas profissionais que se confundem entre si. Por exemplo, essa noção é comumente reduzida a um estilo de texto ‘direto ao ponto’, ou de imparcialidade resumida em ‘ouvir todos os lados’ (HENRIQUES, 2021). A questão principal a ser problematizada é que essas diversas condutas confundem o sentido do que significa ser objetivo, misturando distintas concepções filosóficas de como a realidade é construída. E sobretudo, podem se distanciar do propósito central do jornalismo com a objetividade: que é a correspondência dos relatos jornalísticos com a realidade, e a necessidade de verificação e reconstrução mais completa possível da realidade captada.

É evidente que no dia a dia industrial das redações, na imediatividade e extrema rapidez da construção da notícia, não há espaço para tal reflexão filosófica sobre o que a objetividade realmente significa e sobre suas origens na racionalidade científica, como mencionamos acima. Talvez, justamente por isso, a objetividade se mantenha por essas diversas condutas que simplificam a rotina jornalística, e há séculos repetem os mesmos ritos para garantia de credibilidade (TUCHMAN, 1993).

Mas ainda assim, é preciso salientar que esse fundo filosófico mantém suas verdades estabelecidas de forma implícita, que fortalecem essas condutas jornalísticas tão naturalizadas. Por isso, Henriques (2021) aponta que, além das “premissas teórico-práticas” sobre a objetividade já serem difundidas nos cursos e meios profissionais da área, qualquer produção jornalística traz em si “alguma concepção do que significa relatar a realidade”, que está “ao menos, subentendida ou pressuposta como ‘óbvia’ e ‘evidente” (HENRIQUES, 2021b, p.68).

Por outro lado, as noções que propõem a reformulação da objetividade se dividem entre diversas perspectivas, que definem novos processos de conhecimento diferentes do conhecimento puramente ‘objetivo’. Em seu estudo sobre os entendimentos da objetividade jornalística no Brasil, tanto nas pesquisas acadêmicas quanto nas redações de jornais, Henriques (2021b) divide essas perspectivas entre o realismo, o ritual estratégico, a intersubjetividade e a dialética. Aqui iremos percorrer brevemente cada uma dessas noções, utilizando esse panorama como base para compreendermos a objetividade de maneira completa, entre suas diversas implicações. Bem como suas possíveis conexões com as subjetividades que possam oferecer diferentes formas de representações de mulheres e

distintas identidades. Após compreendermos esse panorama, vamos nos ater mais profundamente às noções do intersubjetivismo e da dialética, por serem essas as que fornecem mais contribuições para discutir o problema da objetividade na representação de mulheres, no contexto de violência e dominação masculina, e no silenciamento de distintas experiências e identidades femininas historicamente. Da mesma forma, são essas as noções que mais partem da ideia — já aqui estruturada — de uma realidade construída e compreendida com produções simbólicas entre objetividade e subjetividade, complementando realidade externa com significados ‘internos dos sujeitos. Portanto, suas leituras de realidade (que não são iguais e nem homogêneas) fornecem pistas importantes para um estudo que pensa o jornalismo em meio aos papéis sociais e valores simbólicos atribuídos às mulheres em fenômenos históricos.

Antes de adentrarmos em cada entendimento da objetividade, é importante lembrar que o autor sistematiza essas perspectivas de acordo com suas dimensões: ontológica (relativa ao que se entende como realidade); epistemológica (sobre como se conhece a realidade) e metodológica (relativa aos procedimentos jornalísticos para retratar a realidade conforme essas noções anteriores). Ao revelar essas múltiplas facetas da objetividade na Ciência e na produção jornalística, é importante em distinguir como esse princípio se desdobra entre cada instância de teoria e da prática. Ou seja, se a realidade é compreendida ontologicamente de uma forma, o método jornalístico para alcançá-la será determinado especificamente de acordo com essa compreensão anterior. Com isso, o autor ainda ressalta as lacunas sobre algumas dessas dimensões nos estudos sobre a objetividade, embora tenham seus méritos reconhecidos, suas concepções “se concentram em apenas um ou dois desses aspectos, tornando como óbvias e evidentes, deixando subentendida algumas dessas três dimensões” (HENRIQUES, 2021b, p.71). Isso torna tais análises implícitas ou incompletas na medida que não explicam a objetividade integralmente em suas noções teóricas e práticas — que são inseparáveis e se retroalimentam para sustentar protocolos ‘objetivos’ no jornalismo.

O realismo e o ritual estratégico

Na perspectiva do realismo, ligada à objetividade tradicional aqui discutida, entende-se a realidade como completamente externa e independente dos sujeitos, cujo conhecimento é alcançado ao “revelar/ representar fielmente a objetividade” e os “fatos ‘puros’”, que demanda do jornalismo a eliminação de “toda e qualquer mácula de interferência do

jornalista nos fatos”(HENRIQUES, 2021b, p.73).

O “Ritual Estratégico” é outra perspectiva que, como demonstra Henriques (2021b, p. 73), apresenta apenas um viés metodológico. Definida por Tuchman (1993) após análises empíricas *in loco* no dia a dia das redações, essa noção define que a objetividade é incorporada no trabalho jornalístico como “ritual estratégico”. Segundo a autora, tal ritual é executado principalmente para lidar com pressões sociais e demandas práticas, com os “perigos múltiplos e onipresentes” (TUCHMAN, 1993, p. 78), que envolvem a produção da notícia, tais como o cumprimento de prazos, a reputação do jornalista e os lucros do veículo:

Os jornalistas lutam contra estas pressões ao realçar a ‘objetividade’, argumentando que os perigos podem ser minimizados se eles seguirem as estratégias de trabalho que eles identificam com as notícias objetivas. Eles defendem que, se todos os repórteres reunirem e estruturarem os ‘fatos’ de um modo descomprometido, imparcial e impessoal, os prazos serão respeitados e os processos de difamação evitados (TUCHMAN, 1993, p. 78).

Numa revisão teórica crítica sobre este estudo, Henriques (2021a, p.70) demonstra que segundo essa definição “a questão não é nem mesmo teoricamente elaborada” na produção jornalística, e estaria mais ligada “à finalidade de padronização dos modos de se reportar a realidade”. Conforme demonstram esses estudos, o problema dessas estratégias é que elas se reduzem mais à necessidade de ‘parecer’ objetivo, neutro e imparcial do que de fato ser objetivo — já que essa captação cega de interpretações não é garantida ‘nos bastidores’ da produção das notícias. Operações correntes como o uso de citações de fontes como estratégia para atestar a neutralidade do repórter, e com a ideia de que os fatos ‘falam por si só’, acabam revelando condutas forçadas para ocultar recortes e interpretações que inevitavelmente foram feitas por repórteres e editores.

As consequências dessas práticas estão ligadas a diversos efeitos relativos à representação de mulheres no jornalismo. No contexto de uma indústria jornalística cuja estrutura de poder se baseia na dominação masculina, cuja perspectiva do homem tido como representante absoluto, neutro e universal impera na formação do conhecimento científico e também jornalístico (VEIGA DA SILVA, 2010), tais condutas repetitivas baseadas na ideia de que os ‘fatos falam por si’ mantém perpetuando vozes e fontes masculinas revestidas da aparência de neutralidade, como verificado em diversas análises empíricas da predominância masculina nas representações midiáticas (GMMP, 2020). Além disso ocasionar uma questão estrutural da falta de diversidade de vozes, experiências e identidades de mulheres, como já observamos neste estudo, a predominância de ‘versões masculinas’ dos fatos gera graves

efeitos na cobertura de violência contra mulheres.

Por conta de uma perspectiva supostamente neutralizada com foco nos ‘fatos em si’, por exemplo, a condição feminina historicamente ligada à desigualdade de gênero, expressa na violência física e simbólica de homens, não encontra espaço nos rituais da objetividade estratégica. Isso gera, por exemplo, a predominância de quadros jornalístico que tratam isso apenas sobre um aspecto pontual, policial e espetacularizado onde imperam as citações de agentes policiais e autoridades masculinas. Tal como revelam Natasohn e Brito (2019), as notícias sobre feminicídio analisadas, entre os anos de 2014 e 2017, e publicadas no jornal Folha de São Paulo, definiram o assassinato de mulheres como uma questão predominantemente policial (55,2%); judicial (13,15%) e de drama familiar (13,15%). Sendo que a definição com base na violência de gênero foi apresentada em apenas 5,26% das notícias.

Nesse sentido, um exemplo desse procedimento foi percebido no caso emblemático do assassinato da jornalista Sandra Gomide pelo seu namorado e diretor de redação do jornal O Estado de S. Paulo, o jornalista Antônio Marcos Pimenta Neves, que atingiu a vítima com dois tiros, após uma série de agressões e perseguições dele durante um relacionamento abusiva com Sandra (VILARDAGA, 2020). Tanto a cobertura do caso pelos jornais da época quanto a justiça brasileira tiveram julgamentos que levaram a culpabilizar a vítima e justificar os atos do acusado como um crime cometido por amor ou “passional”, trazendo resquícios de um passado que absolveia acusados por esse motivo enquanto “legítima defesa da honra”. Na dissertação de Magalhães (2008) sobre o tratamento do caso nos jornais, a análise realizada revela uma cobertura que desloca a responsabilidade de Pimenta Neves pelo crime para a culpabilização da vítima.

Nos trechos dos relatos analisados pela pesquisadora, é fundamental perceber o amplo espaço dos relatos que dão voz puramente às citações do assassino justificando o crime por condutas de Sandra e suas questões no relacionamento. Magalhães (2008, p.81) verifica então que “a ênfase no relacionamento do casal de jornalistas encontrada na cobertura da Folha Online é direcionada para a responsabilização de Sandra Gomide”. Isso se mostra em trechos das notícias como “Pimentas Neves justificou o crime dizendo que Sandra o traiu profissionalmente e pessoalmente. [...] Pimenta Neves informou ainda que se sentia usada pela ex-namorada” (FOLHA ONLINE, 2000 *apud* MAGALHÃES, 2008, p. 80-81). Nesse ponto, percebemos exatamente a operação mencionada por Tuchman (1993) do uso de aspas

para neutralizar e ocultar a interpretação jornalística por trás da situação, mas que é revelada implicitamente, pelo amplo espaço dado à essa justificativa na notícia. Tal interpretação se torna evidente, ainda, pela falta de contextualização e esclarecimento sobre o que ela significa em meio à uma sociedade marcada que permite atos masculinos agressivos e letais como os de Pimenta Neves, respaldados por seu controle sobre o corpo e as escolhas da vítima, a ponto de se sentirem permitidos a matá-las caso sintam que esse controle é ‘desobedecido’. Ao mesmo tempo, a vítima não tem suas vozes e suas perspectivas relatadas com o mesmo espaço, tal como demonstra o estudo:

“Colegas e amigos da jornalista [a vítima] raramente tiveram seus depoimentos divulgados. A respeito de Sandra, pouco é relatado ao leitor. Nesse caso, a vítima é construída em relação ao assassino. Seu passado é comumente vinculado ao de Pimenta Neves. Nas reportagens, ela é “a também jornalista” (porque Pimenta aparece em primeiro lugar), “ex-namorada de Pimenta” ou subordinada a ele no jornal” (MAGALHÃES, 2008, p. 73).

Portanto, após identificarmos tais inconsistências conceituais dessas noções de objetividade, percebendo seus efeitos em exemplos de relatos unilaterais e masculinizados, que perpetuam a mentalidade de exclusão e submissão feminina, seguimos agora no sentido de buscar diferentes noções atribuídas à esta objetividade.

Intersubjetivismo

O intersubjetivismo, já mencionado neste capítulo segundo autores como Franciscato (2014), Gomes (2009), Groth (2011) e Sponholz (2009a), acredita que “a existência dos fatos não depende dos sujeitos, mas sua natureza está ligada a ação subjetiva” (HENRIQUES, 2021b, p.73), por conta dos significados partilhados entre sujeitos de uma mesma comunidade de sentido. Tal entendimento demanda do jornalismo uma máxima aproximação dos fatos e a redução da interferência subjetiva do/da jornalista. Percebemos então que há uma distinção fundamental no propósito de minimizar, e não eliminar completamente as subjetividades, justamente porque essa total eliminação é considerada inviável nessa perspectiva, acreditando que “apesar do conhecimento ser considerado uma operação viável, nunca nos é possível acessar a objetividade nela mesma” (HENRIQUES, 2021^a, p.64). Com a ressalva de que o conhecimento é intersubjetivo, tal perspectiva compreende o conhecer como ato de “representar/recrutar a objetividade nela mesma” (HENRIQUES, 2021b, p.73).

Nesse horizonte teórico, com intuito de reformular e ampliar a noção de objetividade para

uma perspectiva que possibilite e potencialize a integridade e complexidade dos fatos, da construção cultural e simbólica envolvida ao representar a realidade, torna-se necessário desmistificar ideias que tentam simplificar e reduzir esse conhecimento apenas à objetividade nela mesma. Assim, nos baseamos na fundamentação de Sponholz (2009a) ao elencar os principais ideais e práticas tradicionalmente considerados como passos para alcançar a objetividade, mas acabamos por confundir sua principal finalidade da mediação e verificação da realidade. Tais finalidades apontadas pela autora são: a facticidade, reduzida à ideia simplista de que os fatos falam por si só. A compreensibilidade, que embora necessária para a tradução do mundo, não é suficientemente capaz de traduzir o real (SPONHOLZ, 2009a, p. 25). A relevância, que elenca valores-notícia de acordo com a importância e apelo público, mas não necessariamente garante sua veracidade (SPONHOLZ, 2009a, p. 26). O pluralismo, que se compromete a inserir diferentes e múltiplas interpretações sobre a mesma realidade, mas não demonstra suficientemente a verdade sobre um fato, e sim opiniões e personificações diferentes sobre ele (SPONHOLZ, 2009a, p. 29). E a neutralidade, a qual questionamos principalmente, que instaura a ideia de ausência das subjetividades como procedimento fundamental para gerar um relato objetivo.

Entre essas diversas finalidades atribuídas de forma equivocada, segundo a autora, a "facticidade" é a que consideramos mais primordial para essa distorção: como demonstra Sponholz (2009, p. 25) a premissa do "foco em fatos" é atribuída a regras que, no entanto, "não garantem per se (isoladamente e sem averiguação) uma adequação à realidade. Por isso não se pode dizer que facticidade seja o mesmo que objetividade)". Como já discutimos acerca da suposição de 'reprodução pura dos fatos', nos cabe agora abordar a questão dos fatos por um outro ângulo importante que é a reconstrução deles na notícia.

Em outro estudo, este focado especificamente no conceito de fato e sua relação com o jornalismo, Sponholz (2009b) salienta a necessidade de definição dos fatos também nas dimensões ontológica, epistemológica e comunicativa. Na primeira dimensão, no sentido da natureza do que é a realidade, o fato corresponde à própria realidade, "o dado bruto". No entanto, a autora ressalta que esse dado cru do real nunca pode ser equivalente ao sentido epistemológico ou comunicativo, ou seja, daquilo que se conhece e se interpreta de um fato. Assim, o conhecimento do fato é definido pela autora como "processo epistemológico de factualização", que "inclui decisão, concretização, seleção e atualização" (SPONHOLZ, 2009b, p. 58). A partir desse pressuposto, a autora demonstra que o tipo de fato tratado no jornalismo está ligado à dimensão epistemológica e comunicativa, por se tratar de

declarações e proposições da realidade.

Em primeiro lugar, deve-se diferenciar entre fatos como matéria-prima e como produto do jornalismo. No primeiro caso, dizer que o jornalismo trabalha com fatos significa afirmar que ele trabalha com um **recorte da realidade, com a perspectiva de um evento que serve como objeto de suas proposições**. Ao analisar os fatos como produtos do jornalismo, **as definições ontológicas podem ser automaticamente eliminadas. A realidade produzida e oferecida pelo jornalismo a seu público é a priori secundária**. [...] Nenhuma notícia contém dados crus, mas sim proposições sobre a realidade (SPONHOLZ, 2009b, p. 62-63).

Dessa maneira, desde o procedimento de captação do real, no jornalismo, o fato é acessado não em seus ‘dados brutos’, mas sobretudo por meio de declarações de fontes, em pesquisas documentais, eventos ou circunstâncias em que os fatos já saíram do seu estado ‘bruto’ e original da realidade, já tendo sido atualizados e reposicionados — como também já tratamos sobre os processos de socialização e construção da realidade mais primários e anteriores ao jornalismo (BERGER E LUCKMANN, 2004; MEDITSCH, 2010). E, num momento posterior, como já estabelecido aqui, tais fatos serão novamente atualizados, selecionados e reinterpretados para serem apresentados na notícia.

No mesmo sentido, Gomes (2009) fornece perspectivas importantes para a diferenciação entre fato e notícia, ao esclarecer que “notícias são textos dotados de sentido que, por sua vez, falam de fatos”, enquanto estes “em princípio, são objetos ‘mudos’, isto é, objetos com os quais não é possível nenhuma comunicação ou interação linguística”, embora possam conter certa “textualidade” (GOMES, 2009, p. 29). Para o autor, o fato é entendido como um conjunto de relações, não uma ação pontual por si só, mas uma série de ações e relações efetivas, que se completam e se consolidam enquanto “realização” após passarem por vários movimentos. Enquanto o texto, por exemplo, a notícia, se constrói “nas tramas da linguagem” e “pode referir-se a fatos”, mas em sua maioria tem como finalidade maior “produzir sentidos”, para além de apenas revelar “o estado das coisas (fatos)” (GOMES, 2009, p. 31-32). Com isso, conclui-se:

[...] de algum modo, um fato é interpretado e/ou apreendido segundo uma complexa estratégia de interações que envolve também os intérpretes/testemunhas, bem como, por força, as suas competências linguísticas e as suas competências no que tange às categorias da percepção como patrimônio social (GOMES, 2009, p. 34).

Isso nos leva a concluir que a interpretação jornalística dos fatos – considerando suas características múltiplas, complexas e inseridas num contexto de ações – envolve a reconstrução de uma realidade que já está dada sob determinada perspectiva, em que o

jornalista atua de forma ativa, utilizando as ferramentas da linguagem e do seu repertório cultural para reerguer alguns componentes dos fatos em torno de uma narrativa.

Essa noção fundamenta a perspectiva intersubjetivista de que, embora a realidade já esteja disposta e não dependa somente do sujeito, a construção dessa realidade que também perpassa procedimentos subjetivos de seleção e atualização. Partindo dessa ideia, o problema da correspondência jornalística com a realidade passa a questionar não mais o que é essencialmente real ou não, mas sim questiona o que pode ser verificado e comprovado, tornando-se “um problema de verificação”. Diante da “impossibilidade de se alcançar a verdade” em si, resta “somente a possibilidade de aproximar-se da realidade ao testar as próprias hipóteses ou suspeitas de forma cada vez mais rigorosa” (SPONHOLZ, 2009b, p.65).

Nesse processo, o ideal tradicional de neutralidade — que supostamente garantiria a reprodução fidedigna dos fatos — é apontado não só como equivocado mas como prejudicial à verificação defendida nessa perspectiva. Ao em vez de garantir qualquer comprovação da realidade, Sponholz (2009a) indica que esse protocolo “pode levar à passividade do jornalista”, “reduzir seu engajamento na busca pelas informações”, com risco até de “levar à transmissão de declarações falsas” (SPONHOLZ, 2009, p. 28-29). Dessa maneira, a autora demonstra que esse caminho de investigação jornalística da veracidade das informações não perpassa “a negação da subjetividade, mas através da sua confrontação com a realidade” (SPONHOLZ, 2009a, p. 28). Ou seja, ao contrário de declarar a possibilidade de uma realidade que possa ser refletida sem qualquer intervenção subjetiva, essa noção compreende a presença de elementos subjetivos no real. Mas acredita que o conhecimento jornalístico, por meio da verificação, deve reconhecer as subjetividades e tentar atravessar suas inclinações para se chegar a um relato mais próximo da realidade objetiva.

Nessa reflexão, a objetividade jornalística passa a ser entendida, mais integralmente, enquanto processo de interpretação dos fatos, ao lidar com o desafio constante de conexão e esclarecimento dos fatos. Como reforça Sponholz (2009a), isso significa conceituar a objetividade como “adequação de uma representação à realidade”, construída a partir do complexo processo de apreensão do mundo pelo jornalista:

Conhecer algo resulta sempre de um “jogo” entre sujeito e objetivo, do processamento dos conteúdos vivenciados pelo primeiro (cf. Sponholz, 2007). Neste sentido, o resultado de um processo de conhecimento não é nem espelhamento, nem invenção ou construção, mas sim uma reconstrução da realidade (BENTELE, 1993, 160 *apud* SPONHOLZ, 2009a, p. 19).

Assim, reforçamos tais compreensões que não anulem completamente o sentido da objetividade ligada à mediação jornalística, o que poderia levar à perda ou distorção do compromisso do jornalismo com a verdade e a representação precisa da realidade. Consideramos a necessidade de estabelecer um equilíbrio entre a dimensão subjetiva e a veracidade dos fatos, para que fenômenos não sejam relativizados como passíveis de qualquer interpretação, já que ainda assim os fatos “são algo dado e induzem a sua própria apreensão e representação” (GOMES, 2009, p. 28). Se considerarmos que “os fatos são sempre abertos, no sentido de que para existirem enquanto tal dependem da colaboração de um intérprete, continuam, de qualquer sorte, sendo fatos” (GOMES, 2009, p.28). Portanto, sua natureza sugere que “podem suscitar infinitas interpretações, mas não consentem qualquer apreensão possível” (GOMES, 2009, p.28). Esse balanceamento que admite a apreensão subjetiva sem torná-la exclusiva e arbitrária na produção jornalística também é traduzido por Genro Filho (1987) da seguinte forma:

Os fatos jornalísticos são um recorte do fluxo contínuo, uma parte que, em certa medida, é separada arbitrariamente do todo. Nessa medida, é inevitável que os fatos sejam, em si mesmos, uma escolha. Mas, para evitar o subjetivismo e o relativismo, é importante agregar que essa escolha está delimitada pela matéria objetiva, ou seja, por uma substância histórica e socialmente constituída, independente dos enfoques subjetivos e ideológicos em jogo. A verdade, assim, é um processo de revelação e constituição dessa substância (GENRO FILHO, 1987, p. 212).

Isso demanda a necessidade de discernir e reformular a finalidade esclarecedora do jornalismo, por meio da investigação e questionamento dos fatos de forma crítica e detalhada, ligada ao papel social de mediação voltado a oferecer orientação e contextualização do que ocorre no mundo. Nesse sentido, Lisboa e Benetti (2015) demonstram que “a justificação social” do jornalismo está amparada em sua capacidade de comprovar a veracidade dos relatos com elementos que confirmam o real, como “o detalhamento dos fatos”, a “citação de fontes especializadas”, entre outros procedimentos. Como classificam as autoras, essas finalidades fazem do jornalismo “uma crença verdadeira justificada”, que “se torna um conhecimento quando o sujeito qualifica o que antes era apenas uma mera crença” (LISBOA E BENETTI, 2015, p. 22). Assim, passa-se a reconhecer a objetividade não mais como reprodução espelhada dos fatos, mas como procedimento essencial de verificação precisa da realidade e investigação profunda de todo contexto que cerca um fato.

No entanto, tal ideia de “confrontação” das subjetividades, como se essas fossem obstáculos

a serem vencidos, nos desperta questionamentos em torno do que se considera como 'subjetivo' nas situações investigadas pelo jornalismo. Nesse sentido, entendemos que a visão intersubjetivista e suas propostas de verificação jornalística, ao manter a ideia de superação das subjetividades para o alcance de relatos verídicos, pode acabar reduzida a protocolos que excluem identidades, experiências e dados menos concretos, porém importantes para o entendimento da realidade da maneira mais plural e por meio de várias dimensões (físicas e simbólicas).

Com isso, não pretendemos negar o problema evidente que há no extremismo subjetivo que afeta os relatos jornalísticos e o conhecimento da realidade, o que leva a problemas como o discurso propagandista e populista que apela às emoções e subjetividades como arma de distorção da realidade e, conseqüentemente, de desinformação a favor de poderes e interesses violentos. Diferente disso, o que pretendemos com a subjetividade é compreender a construção do conhecimento jornalístico e seu potencial de transformação social ao incluir, de maneira criteriosa, aspectos subjetivos importantes para uma compreensão mais completa, diversificada e multidimensional da realidade.

É justamente com o mesmo propósito anunciado pelos estudos intersubjetivistas — o de evitar um relativismo e subjetivismo desenfreado nos relatos — que pontuamos a necessidade de identificar quais elementos subjetivos estamos tratando, de maneira a não generalizá-los e descartá-los sem que antes haja esse cuidado. Assim como a concepção de objetividade é entendida de distintas formas, sendo revisada e reformulada nos estudos que buscam unificar seu papel de correspondência com a realidade, a subjetividade e sua diversidade de significados também exigem um olhar cuidadoso, buscando revisões e redefinições.

Isso porque, na medida que discernimos o significado e a importância de cada aspecto subjetivo, torna-se possível diferenciar aqueles que são necessários daqueles que precisam ser reduzidos (ou tratados com cautela) na construção da reportagem. Em busca desses parâmetros, nos direcionamos para os estudos que abordam o conhecimento jornalístico e a objetividade conforme a noção da dialética.

Para ingressarmos nessa perspectiva, é fundamental lembrar previamente que não estamos interpretando as teorias do jornalismo ligadas à dialética a partir de uma centralidade, superioridade ou privilégio da subjetividade — o que seria bastante equivocados, visto que a noção da dialética considera que há uma atuação simultânea e interligada entre

determinações subjetivas e objetivas na construção e concepção da realidade para cada pessoa. E, ainda, considera como fundamental e primordial a existência objetiva do mundo material e externo, mas também ressalta a importância fundamental da consciência humana que se constrói na interação de cada pessoa com esse mundo ‘de fora’, no decorrer da realização de suas atividades. Dessa forma, como demonstra Genro Filho (1987), um dos representantes e precursores dessa perspectiva no campo do jornalismo, sua abordagem do método dialético- materialista de Marx se traduz em:

[...] uma maneira de considerar a realidade histórico-social que compreende as determinações subjetivas como algo real e ativo, uma dimensão constituinte da sociedade, mas que só pode ser apanhada logicamente em sua dinâmica como momentos de uma totalidade que tem na *objetivação* seu eixo central (GENRO FILHO, 1987, p.9, grifo do autor).

Na linha de mais um pensamento que retorna à dimensão ontológica e filosófica de como a realidade se estrutura, para que assim se possa entender como essa realidade pode ser conhecida pelo jornalismo em seus rituais de objetividade, o entendimento da dialética de Genro Filho (1987) se inspira em interpretações filosóficas de Marx e de Hegel. Como demonstra Pontes (2015), em sua tese sobre a teoria marxista do jornalismo construída por Genro Filho (1987), este autor resgata a visão de Marx sobre a determinação material e histórica do mundo e das relações, a partir dessas estruturas pré-estabelecidas que a reflexão humana se constrói, ou seja, “do ser das coisas surge a consciência e não o contrário” (PONTES, 2015, p.320). No entanto, Pontes (2015) demarca na teoria de Genro Filho (1987) uma diferenciação e talvez um complemento do autor ao método dialético-material marxista:

Genro Filho concorda com essa afirmação de Marx. No entanto, a emergência da consciência, a capacidade do sujeito refletir sobre suas ações e sobre si próprio, gerao que considera uma espécie de traição à natureza. Um ser completamente novo se gesta, produz e reproduz conforme uma organização e sentido que diferem da vida orgânica e inorgânica. Situação que não significa aos sujeitos perderem seus laços com o natural. [...] mesmo em concordância com essa premissa ontológica [de Marx], Genro Filho vê na práxis, mais especificamente na consciência, um momento superior da vinculação humana à matéria e de sua atividade prática (PONTES, 2015, p. 321).

Dessa maneira, compreendemos que essa teoria traz a noção fundamental da práxis de Marx —segundo a qual o pensamento crítico se desenvolve na medida que a vida prática gera distinções e contradições sociais —, e acrescenta a importância da consciência e da subjetividade humana ao ressignificar o mundo objetivo (GENRO FILHO, 1987). Nessa distinção, Genro Filho resgata o conceito de práxis definido anteriormente por Hegel, ao definir que a razão humana “se constrói através da ação dos humanos” (GENRO FILHO, 1986, p. 28 *apud* PONTES, 2015, p. 320) — que se diferencia de Marx, por considerar o

desenvolvimento da consciência humananuma ordem mais simultânea (e não posterior) à vida prática. Com isso, para Genro Filho a dialética é concebida da seguinte forma entre esses teóricos:

No caso de Hegel, como realização e revelação do ‘Espírito Absoluto’ que subjaz à atividade histórica dos homens. Para Marx, como resultado da práxis, através de homens concretos e reais, em consonância com as tendências que nascem da vida material e da sua necessária reprodução (GENRO FILHO, 1987, p.67).

Portanto, ao nos apoiar nos estudos de Genro Filho, todo esse horizonte conceitual nos indica uma relação particular e complexa entre objetividade e subjetividade, em que esta última é compreendida para além da simples interferência ou intenção do sujeito ao conhecer a realidade, mas engloba vários momentos contínuos de tomada de consciência e reflexão humana na interação com o mundo material. Dessa forma, a aplicação dessa ideia no jornalismo se dá, segundo este autor, pela tomada de consciência da atividade jornalística em relação a si própria, refletindo acerca de seu papel enquanto forma de conhecimento que surge da relação dialética entre o sistema capitalista, que está no cerne do jornalismo ao demandar o fluxo de informações numa lógica comercial e industrial, e as construções subjetivas que tornam única a atividade jornalística:

Um enfoque verdadeiramente dialético-materialista deve buscar a concreciticidade histórica do jornalismo, captando, ao mesmo tempo, a especificidade e a generalidade do fenômeno. Deve estabelecer uma relação dialética entre o aspecto histórico- transitório do fenômeno e sua dimensão histórico-ontológica. Quer dizer, entre o capitalismo (que gestou o jornalismo) e a totalidade humana em sua autoprodução. Dito de outro modo, o jornalismo não pode ser reduzido às condições de sua gênese histórica, nem à ideologia da classe que o trouxe à luz. [...] A ambivalência do jornalismo decorre do fato de que ele é um fenômeno cuja essência ultrapassa os contornos ideológicos de sua gênese burguesa, em que pese seja uma das formas de manifestação e reprodução da hegemonia das classes dominantes. [...] o conceito de conhecimento não deve ser entendido na acepção vulgar do positivismo, e sim comomomento da práxis, vale dizer, como dimensão simbólica da apropriação social do homem sobre a realidade. (GENRO FILHO, 1987, p.12)

Essa distinção da dialética enquanto compreensão que não reduz toda a realidade à subjetividade, mas a considera parte da complexidade do real, também é demarcada por Moretzsohn (2007) em sua defesa da verificação e criticidade jornalística para confrontar a aparência dos fatos. A autora distingue essa proposta das ideias pós-modernas e seu “apelo às múltiplas sensibilidades e percepções que inviabilizariam a identificação de ‘uma’ realidade e fomentariam a indistinção entre aparência e essência.” (MORETOZSOHN, 2007, p.25). Por conta da presença da materialidade histórica, do olhar para as estruturas objetivas das lutas de classes de organização da sociedade, a dialética marxista que inspira pesquisadores do jornalismo como Moretzsohn (2007) se distancia do relativismo absoluto

de filósofos da pós-modernidade, para os quais toda a estrutura do real depende da construção do sujeito e não há realidade ‘exterior’.

Nesse caminho, Moretzsohn (2007) demonstra que sua proposta para o jornalismo reivindica “arecuperação de uma velha concepção da dialética, segundo a qual é a negatividade que move a história”, ou seja, o ato de “contestar as evidências”, de questionar os dados e fatos do real para a construção do conhecimento revolucionário.

Com isso, na noção da dialética, representada na pesquisa brasileira em Jornalismo por Genro Filho (1987) e Moretzsohn (2007), entende-se que “a objetividade é construída subjetivamente, assim como a subjetividade é construída objetivamente” — gerando assim o processo dialético e contínuo que constrói a realidade. Assim, o conhecer é concebido como “interpretar a realidade”. Acredita-se, nessa visão, que “apesar de ser a âncora de toda a realidade, a objetividade precisa necessariamente ser significada pelos sujeitos”, reivindicando métodos jornalísticos que deixem claros os processos de interpretação, a perspectiva e lugar social de onde se fala em cada relato jornalístico (HENRIQUES, 2021b, p.73).

Ao caracterizar a ideia tradicional da objetividade jornalística pela “compreensão do mundo como um agregado de ‘fatos’ prontos e acabados” (GENRO FILHO, 1987, p. 213), cuja existência seria independente de ideologias e concepções do mundo, Genro Filho (1987) denuncia o aspecto ingênuo dessa noção fundadora do jornalismo, que reduziria o papel do jornalismo à simples tarefa de recolher fatos prontos, “como se fossem pedrinhas coloridas” (GENRO FILHO, 1987, p. 213). Ao contrário desse entendimento, portanto, compreendemos a realidade enquanto fluxo desde o qual “os fatos são recortados e construídos obedecendo a determinações ao mesmo tempo objetivas e subjetivas”, num processo de “mútua criação” do conhecimento social (GENRO FILHO, 1987, p. 212-2013).

Para além desta ideia que reafirma entendimentos já expostos até aqui, Genro Filho (1987) avança nessa questão ao indicar que os elementos objetivos não só são inevitáveis, mas necessários ao conhecimento da realidade. Isso significa afirmá-los não como fragilidades a serem superadas, e sim potencialidades, motivações e inclinações que envolvem a compreensão da realidade a partir de uma ou outra visão de mundo, sem as quais não seria possível apreender os fatos. Nesse sentido, o autor argumenta que essa impossibilidade da objetividade plena ainda é reconhecida por autores “como uma limitação, um sinal de impotência humana diante da própria subjetividade, ao invés de perceber essa

impossibilidade como um sinal da potência subjetiva do homem diante da objetividade” (GENRO FILHO, 1987, p. 210).

Da mesma forma, a subjetividade é atribuída não mais como uma limitação emocional que esconderia a verdade, mas como uma dimensão simbólica e interpretativa que também apreende a realidade objetivamente. Ao entendermos papéis fundamentais – e não secundários ou dispensáveis – desempenhados por aspectos subjetivos no conhecimento da realidade, a objetividade jornalística ligada à sistematização e verificação de contextos do real também envolve incluir e revelar os elementos subjetivos e simbólicos que também dão contorno a essa realidade.

Nesse processo, é necessário resgatar a importância de certos dados da realidade tidos tradicionalmente como ‘subjetivos’, que foram excluídos dos relatos tradicionais, tais como experiências femininas e demais identidades e vozes excluídas socialmente. Nesses casos, o que se entende como ‘subjetivo’ corresponde às perspectivas e contextos sociais que se distinguem do sujeito masculino tradicionalmente tido como ‘neutro’. Na medida que o protocolo da objetividade realista rotulou como ‘subjetivas’ diversas ações, sensações e experiências humanas que fogem às essas perspectivas masculinas dominantes, torna-se necessário reestabelecer parâmetros que incluam essas experiências como parte da verificação do real.

Avançando para esse ponto de discussão, nos aproximamos da problemática do silenciamento de mulheres nos registros históricos no jornalismo. Identificamos a ordem tradicional do ‘feminino’ como ‘subjetivo’, e, portanto, descartável, como uma das principais origens desse silenciamento. Por isso, partimos para estudos que aprofundam ainda mais essa questão, e retomam o lugar da subjetividade nos relatos jornalísticos.

Nesse sentido, Moraes e Veiga da Silva (2019) analisam como a objetividade jornalística é ancorada na perspectiva do homem branco, heterossexual e ocidental, que está por trás referencial de neutralidade e verdade universal estabelecido na ciência positivista moderna — como apontamos no início do tópico sobre objetividade, a partir dos estudos de Medina (2014). A partir dessas bases científicas que se desdobram no conhecimento jornalístico, as autoras avançam a discussão para além do problema da ‘reprodução pura dos fatos’ do qual já tratamos, alcançando uma dimensão ética ligada às representações sociais excluídas desse ideal de neutralidade. Dessa maneira, sendo o jornalismo centralizado na objetividade da ciência moderna, com paradigmas dominantes masculinistas e racistas, a negação da

subjetividade nesse sentido leva à “reprodução irrefletida dos valores hegemônicos” (MORAES e VEIGA DA SILVA, 2019, p.18).

Assim, as autoras acionam as teorias feministas como caminho que questiona a dominação masculina e a exclusão de distintas identidades presente neste ideal de objetividade. Como resgatam as autoras, a perspectiva feminista torna-se um meio fundamental para localizar os contextos sociais e relações de poder em que o conhecimento está inserido, ao contrário do suposto ‘lugar universal’ em que se colocava o conhecimento tradicional. Com isso, tais teorias contribuem para “complexificar as noções diferença”, englobando distintas formas de conhecimento, marcadas por diversas vozes e identidades sociais (MORAES e VEIGA DA SILVA, 2019, p.7). Tal articulação do conhecimento jornalístico com teorias feministas, pelo viés da contestação à objetividade masculinista, será ponto chave deste estudo em busca de formas alternativas de incluir e ressignificar distintas experiências femininas históricas nos relatos jornalísticos. Iremos nos aprofundar nessa articulação nos próximos capítulos, e por enquanto, nos interessa apenas sinalizá-la como caminho de entrada em novos e distintos entendimentos da subjetividade no jornalismo.

Dessa maneira, as autoras trazem a proposta de um “jornalismo de subjetividade” que reivindica principalmente a demarcação e transparência de posições sociais, de gênero e de raça de quem produz e de quem é retratado nos relatos jornalísticos (MORAES e VEIGA DA SILVA, 2019a; MORAES, 2019b). Isso demonstra, portanto, uma perspectiva específica do que se entende por subjetividade nesse caso, que é aliada à critérios objetivos de verificação:

A subjetividade a qual nos referimos nesse jornalismo que busca ser mais integral se situa em **critérios também objetivos: na necessidade de observarmos posições de classe, gênero, geográficas, raciais, grupais; na obrigatoriedade de levar em conta a estrutura social circundante** (em nosso caso, a brasileira, fraturada pelo classismo e pelo racismo); na necessidade de olhar miúdo para entender como essas questões se traduzem nas pessoas, em como são devolvidas ao mundo; na procura de fissurar representações previamente dadas (ou fatos previamente dados); finalmente, em uma autocrítica do próprio campo assentado em bases positivistas e também que privilegia narrar a partir de um enquadramento espetacular. (MORAES, 2019b, p. 209).

Portanto, segundo a autora, esse processo de conscientização e debate das condições e desigualdades sociais em torno da realidade retratada, no jornalismo, levaria a questionar e romper com preconceitos do senso comum que reproduzem ideias dominantes e excludentes. E assim, seria possível estabelecer uma reformulação frente à ideia do outro, do exótico, do diferente e específico utilizado para enquadrar identidades sociais que desviam da lógica do homem ‘neutro e universal’.

Assim, a definição do jornalismo de subjetividade, estabelecida por Moraes (2019b) tem como foco de problematização o olhar de diferença, de distanciamento e isenção que opera a partir da neutralidade e objetividade e jornalística. A autora analisa as relações desse ponto de vista com métodos tradicionais da etnografia e antropologia, por exemplo, guiados pelo “olhar imensamente exotificante e eurocêntrico por parte dos que iam a campo – geralmente escolhendo aquilo que era distante, ‘estranho’” (MORAES, 2019b, p.210). Como pontua a autora, é este olhar excludente que gera a subrepresentação e violência contra diversas camadas sociais tidas como ‘desvios’ à norma. Ao serem vistos e retratados, pela imprensa, sobretudo pelo aspecto espetacular da ‘diferença’ que apresentam, esses grupos sociais apenas tornam-se pautas a partir de critérios noticiosos que os relacionam aos seus estereótipos espetaculares: por exemplo, pessoas negras, mulheres, trans ou homossexuais tidas como pauta e representadas sobretudo por características exóticas, ‘selvagens’, sexuais ou criminosas.

Por isso, como meio de contrapor essa espetacularização que violenta e invisibiliza essas pessoas, a autora propõe a inversão deste olhar da diferença para o de “semelhança”, enquanto parâmetro inscrito no jornalismo de subjetividade ligado à visibilidade de grupos historicamente excluídos:

[...] trazer focos de luz para grupos pouco ou mal representados também é importante não como “temas” em si, mas justamente pelo fato de, nas relações assimétricas midiáticas, estes ocuparem um lugar de desvantagem (MORAES, 2019b, p.210).

Com isso, a autora completa sua definição ao atribuir essas propostas à complementação da objetividade no jornalismo, defendendo que os protocolos objetivos sejam pensados não somente por critérios técnicos, mas pela reflexão social dessas desigualdades, incluindo a reformulação de um “modo de apreensão da realidade não respaldado no espetacular, mas que interessa pelo banal” (MORAES, 2019b, 210).

Ao que nos parece, tais propostas podem se materializar em estratégias que modifiquem critérios noticiosos e valores-notícias (sobre os quais trataremos nos próximos tópicos), na medida em que camadas excluídas sejam revistas como ‘pautas’ relevantes em suas mais diversas experiências, alcançando quadros além dos estereótipos dominantes atribuídos a elas. E, ainda, isso pode levar a práticas de construção textual que esclareçam as disputas, contradições e desigualdades de raça, classe e gênero que estão por trás de uma situação retratada no jornalismo, transparecendo até mesmo a posição social em que o/a jornalista se

situa. Percebemos, então, que essas práticas de fato também podem resultar em construções da objetividade, na medida que essas questões sociais já estão materializadas como dados concretos da realidade.

No entanto, acreditamos que ainda deve ser complementada, na perspectiva de um jornalismo que inclua subjetividades, demais dimensões que estão de fato internalizadas no sujeito. Ou seja, os elementos abstratos ou emocionais que compõem uma realidade devem também ser, a nosso ver, reconsiderados na construção de um relato integral da realidade a partir de critérios precisos. Indo além da inclusão de problemáticas sociais concretas, propostas por Moraes (2019b), mas alcançando também uma dimensão simbólica, estética e imaginária da realidade. Portanto, as análises que se seguem nesse e nos próximos capítulos serão ainda dedicadas a dar conta desta outra dimensão da subjetividade jornalística — ligada aos elementos que acreditamos ainda ser uma lacuna a partir das revisões já apresentadas:

Dessa maneira, trazemos esses parâmetros para esse estudo como mais elementos a acrescentar na construção de um jornalismo integral e contextualizado acerca de mulheres em fenômenos históricos, na medida em que suas distintas experiências sejam reconsideradas como pautas, e que as diferentes questões de gênero, raça e classe que elas enfrentam sejam tratadas nas reportagens.

A partir dessa perspectiva, destacamos que essa demanda de uma objetividade que apreenda a realidade de maneira mais completa, complexa e sensível é o que fundamenta justamente a urgência por relatos que incluam a representação da experiência de mulheres, enquanto fontes legítimas e relevantes para retratar diversos contextos. E, especialmente, nos contextos históricos importantes para as transformações na esfera pública, em que a participação e as vozes delas têm sido ao longo do tempo descartada, tida como ‘subjetivas’ e pessoais demais de acordo com o modelo tradicional de objetividade. Diante das proposições alcançadas, torna-se fundamental considerar que a perspectiva feminista no jornalismo corresponde à construção de discursos marcados pela pluralidade, que esclareçam a complexidade da realidade. Trata-se de uma empreitada que se relaciona não só com demandas e pautas feministas, mas reflete toda a necessidade de representar a potencialidade da experiência humana, como expressa Wilshire (1997): “Muito do que faço pode ser chamado de ‘valorização do feminino’, mas estou realmente procurando tornar plena a experiência ‘humana’, resgatando o valor e o conhecimento no corpo ‘humano’, na emoção e no compartilhar humanos [...]” (WILSHIRE, 1997, p. 106).

Dessa forma, a noção reformulada da objetividade enquanto precisão e verificação abre caminho para um relato mais plural e integrado com todas essas possibilidades de experiências, de diversas origens sociais, gêneros, raças e distintas vivências, que passam a tornar-se fontes legítimas de um contexto histórico. É esse o posicionamento que direciona, portanto, as iniciativas jornalísticas dedicadas a incluir a representação de mulheres e suas experiências fundamentais para registros completos de contextos históricos, como é o caso do livro de Negreiros (2018) sobre as mulheres do cangaço. Em trecho da entrevista semi-estruturada de profundidade realizada com a autora para este estudo, em uma das etapas de análise empírica deste trabalho, é possível compreender como esse direcionamento mais plural e completo para a objetividade se traduz em práticas que guiam a reportagem, como declara a jornalista:

É importante sempre ter em mente aquilo que a gente compreende como objetividade jornalística: olhar para determinado assunto e contemplá-lo com todas as suas circunstâncias, sem que nossas paixões e crenças contaminem essa investigação. O nosso compromisso tem que ser com os fatos, acho que as paixões nos conduzem para nossas escolhas, mas é sempre importante que elas não nos imobilize (informação verbal)¹.

Com isso, a jornalista demonstra utilizar um direcionamento a partir de uma objetividade que não negue de forma ingênua as inclinações subjetivas ao interpretar a realidade, mas que estabeleça limites para que essas “paixões” não limitem o olhar investigativo e plural voltado para descobrir diversas possibilidades, contradições e aspectos do real. Essa concepção da objetividade torna-se, então, um dos pilares que fundamentam a própria perspectiva feminista utilizada na reportagem para incluir experiências de mulheres que fazem parte dos contextos retratados, e tiveram seus relatos ocultados justamente por esse aspecto “imobilizador” e o olhar unilateral que foi construído de forma subjetiva e ideológica pela dominação masculina na produção do conhecimento tradicional.

¹ Entrevista de Adriana Negreiros concedida à Lais de Mello Rocio, em outubro de 2021, durante coleta de dados e análise empírica para este estudo, utilizando método de entrevista de profundidade semi-estruturada.

Tais estratégias de ampliação do olhar para essa realidade e de inclusão das vozes silenciadas dessas mulheres ocorre, especialmente, ao considerar como importantes retratos desse contexto os aspectos da vida íntima e privada – espaços que revelam as origens das reclusões e opressões vividas pelas mulheres na sociedade – como revela Negreiros (2018):

Minha perspectiva é muito mais nesse sentido de escrever sobre algo a respeito do qual não se dava atenção, não se olhava, por motivos que o feminismo nos mostra (...). Por exemplo, em relação ao olhar feminista, o pessoal é político. Não adianta a gente contar as grandes histórias sem observar o que acontece na intimidade, porque a intimidade é que vai impulsionar o que acontece na vida pública, é da intimidade que nós viemos, todas nós, são as relações familiares que nos constituem, nossas relações domésticas que definem a forma como vamos nos postar nos espaços coletivos, e também pra no caso do cangaço, mostrar que as relações de poder que ocorriam ‘lá fora’ eram as relações de poder que ocorriam dentro da intimidade. E a grande ilusão que se tinha sobre as cangaceiras é que elas eram as ‘manda-chuvas’ de casa, mandavam nos cangaceiros. É bom a gente identificar o que acontecia na intimidade até pra desmistificar essas verdades estabelecidas (informação verbal)².

A partir das revisões teóricas articuladas às práticas jornalísticas das reportagens analisadas, encaminhamos o estudo a esclarecer, então, todo o processo de representação, significação e contextualização jornalística que concretizam as discussões alcançadas.

1.7 Representação, significação e contextualização: o caminho de construção da realidade pelo jornalismo

A reflexão em torno da representação jornalística significa reafirmar o olhar para o conhecimento noticioso por seu papel de construção da realidade social, que dá contornos e valores específicos à vida cotidiana. Neste processo, é a linguagem que opera nas determinações de significados dados aos objetos dispostos no mundo externo (BERGER E LUCKMANN, 2004). Acreditamos que pensar a representação midiática nos direciona, primordialmente, a pensar a maneira como o jornalismo opera a linguagem e articula sentidos por meio dela.

² Entrevista de Adriana Negreiros concedida à Lais de Mello Rocio, em outubro de 2021, durante coleta de dados para análise empírica para este estudo, utilizando método de entrevista de profundidade semi-estruturada.

No campo da Sociologia do Conhecimento, de acordo com Berger e Luckmann (2004, p. 57), a linguagem carrega e difunde sinais e símbolos que representam tanto aspectos objetivos quanto subjetivos da realidade, uma vez que trazem “objetivações”, ou seja, expressam e traduzem “intenções subjetivas” que se manifestam e se fazem concretas nos objetos: “A realidade da vida cotidiana não é cheia unicamente de objetivações; é somente possível por causa delas. Estou constantemente envolvido por objetos que ‘proclamam’ as intenções subjetivas de meus semelhantes [...]” (BERGER E LUCKMANN, 2004, p. 54). Assim, a linguagem é o meio de expressividade humana fundamental não só por nomear e traduzir situações e objetos na percepção imediata, mas por “sua capacidade de comunicar significados que não são expressões diretas da subjetividade ‘aqui e agora’”, tornando-a “capaz de se tornar o repositório objetivo de vastas acumulações de significados e experiências, que pode então preservar no tempo e transmitir às gerações seguintes” (BERGER E LUCKMANN, 2004, p. 57).

Com os estudos culturais britânicos e as proposições estabelecidas por Hall (2016), valendo-se de contribuições do construtivismo social e abordagens semióticas, o papel central da cultura e da linguagem para a formação de significados sociais e valores individuais atribuído à representação uma importância primordial que passa a ser “concebida como parte constitutiva das coisas”, tornando-se “tão fundamental quanto a base econômica e material para a configuração de sujeitos sociais e acontecimentos históricos – e não uma mera reflexão sobre a realidade depois do acontecimento” (HALL, 2016, p. 25-26). Tal perspectiva se consolida, então, contrariando uma visão convencional e anterior mais objetivista nas Ciências Humanas, que considerava a representação apenas “um processo de importância secundária, que entrava em campo apenas quando as coisas já haviam sido totalmente estabelecidas e seus sentidos constituídos” (HALL, 2016, p. 25). Com isso, a representação se faz “uma parte essencial do processo pelo qual os significados são produzidos e compartilhados entre os membros de uma cultura” (HALL, 2016, p. 32).

Assim, essa abordagem abre caminho para perceber a representação como protagonista na maneira como se define a realidade na vida em sociedade, num processo que também depende essencialmente da linguagem e da cultura para que o mundo seja percebido. Conforme define Hall (2016), o fenômeno da significação social em uma cultura, também considerado um “processo global de construção de sentido”, se desenvolve em dois “sistemas de representação”. O primeiro, segundo o autor, é o das “representações mentais”, agrupando

conceitos que fazem referência àquilo que conhecemos e internalizamos mentalmente. Hall (2016, p. 36) lembra que esse agrupamento “não é uma coleção aleatória de conceitos, mas sim organizados, dispostos e classificados em relações complexas com os outros”, sendo articulados por relações de semelhança, diferença e diversos critérios que classificam todos os objetos e sujeitos do mundo. O segundo sistema de representação é, enfim, o da linguagem, pela qual a representação se completa ao gerar a troca de sentidos, traduzir e expressar o “mapa conceitual compartilhado” que agrupa os significados partilhados em uma cultura. Dessa forma, a linguagem torna todos esses conceitos acessíveis por meio dos “signos”, que “indicam ou representam os conceitos e as relações entre eles que carregamos em nossa mente e que, juntos, constroem os sistemas de significado da nossa cultura” (HALL, 2016, p. 37-38). A articulação desses sistemas de representação se complementa e completa, portanto, o processo cultural de produção e circulação de sentidos sobre o mundo:

O primeiro [sistema] permite dar sentido ao mundo por meio da construção de um conjunto de correspondências, ou de uma cadeia de equivalências, entre as coisas – pessoas, objetos, acontecimentos, ideias abstratas, etc. – e o nosso sistema de conceitos, os nossos mapas conceituais. O segundo depende da construção de um conjunto de correspondências entre esse nosso mapa conceitual e um conjunto de signos, dispostos ou organizados em diversas linguagens, que indicam ou representam aqueles conceitos (HALL, 2016, p. 38).

Trazemos essa abordagem para evidenciar como conhecemos e damos sentido à realidade a partir de definições que são, ao mesmo tempo, culturais, sociais e cognitivas. A ideia da representação que engloba todos esses aspectos nos leva a perceber o conhecimento social dos sujeitos, objetos e situações como um sistema extremamente organizado e dinâmico, armazenado e mantido em redes que circulam pela vida social.

Tal importância da linguagem delega à Comunicação um papel ativo na construção da realidade, não apenas num sentido passivo de refletir a realidade externa. Também acreditamos que essa compreensão pode ser encontrada e aprofundada em fundamentos filosóficos de Nietzsche (1999) e postulados teóricos da pós-modernidade, contrariando visões funcionalistas que enxergam a realidade e os fatos como independentes e externos à linguagem e à interpretação dos sujeitos. Essa perspectiva se desdobra em diversos autores da teoria do jornalismo ao longo do tempo, tal como nos argumentos apresentados por Franciscato (2014), ao caracterizar a essência construtiva do jornalismo que “não apenas produz relatos sobre eventos, mas sua inserção social faz com que ele esteja imerso no processo de construção da experiência social do presente” (FRANCISCATO, 2014, p. 102), num processo em que a vivência social do mundo é por vezes condicionada ao conteúdo

jornalístico. Dessa maneira, tal discussão é aprofundada na investigação da maneira como o jornalismo produz conhecimento, considerando que os fatos não falam por si mesmos a não ser por meio da linguagem, que torna os eventos significativos (HALL, 2016).

Nesse sentido, o jornalismo é caracterizado pela construção constante de códigos que atuam na resignificação da realidade para que esta seja compreendida: “Essa ‘tradutibilidade não é dada pela natureza ou fixada por deuses, mas é criada socialmente e na cultura, como o resultado de um conjunto de convenções sociais” (HALL, 2016, p. 42). Com isso, a notícia desempenha o papel de fixar “as relações entre conceitos e signos”, de estabilizar o “sentido dentro de diferentes linguagens e culturas”.

Na produção jornalística, tais processos se materializam no circuito de “codificação/decodificação” que fundamenta as etapas da produção e circulação midiática conforme as definições propostas por Hall (2003). Ao contrário de uma produção midiática direta e linear cuja mensagem vai do emissor ao receptor, como definido nas teorias fundadoras da Comunicação, Hall (2003) propõe que este circuito ocorre de maneira mais complexa e interligada, distinguindo suas diferentes etapas ao mesmo tempo em que estabelece diversas conexões contínuas entre elas. Tendo como ponto de partida a produção, o discurso jornalístico só encontra sua efetividade quando é “traduzido – transformado de novo – em práticas sociais, para que o circuito ao mesmo tempo se complete e produza efeitos”, sendo que “se nenhum sentido é apreendido, não pode haver ‘consumo’” (HALL, 2016, p. 88).

Assim, a recepção dessa mensagem pelo público perpassa diversos filtros sociais e culturais, sendo apreendida pelos indivíduos e grupos sociais de distintas formas, de acordo com suas respectivas visões de mundo. Com isso, Hall (2003) acrescenta: “Antes que essa mensagem possa ter um ‘efeito’ (qualquer que seja sua definição), satisfaça uma ‘necessidade’ ou tenha um ‘uso’, deve primeiro ser apropriada como um discurso significativo e ser significativamente decodificada” (HALL, 2003, p. 390).

Tal reflexão nos deixa com a premissa de que, ainda que não analisemos detalhes da recepção e distribuição da notícia, será primordial abordar primeiro todo o percurso, desde a significação e constituição inicial do evento jornalístico até sua circulação e difusão. Isso porque tratamos de um evento que já está circulando e sendo relacionado a diversos sentidos e significados, desde que é selecionado e interpretado pelo jornalismo. Sendo possível, então, afirmar que este evento tem sido significado e representado pela sociedade de diversas

maneiras que dialogam e se retroalimentam com as representações jornalísticas.

1.8 A seleção e interpretação da realidade conforme valores sociais

Dentro desse conjunto de ideias, trocas e padrões culturais pelos quais os conceitos e significados da notícia atravessam, mesmo ainda antes da produção, o processo de “gatekeeping” é determinante e fundamental ao esclarecer os sentidos e escolhas que antecedem a produção jornalística. Conforme define a autora Pamela Shoemaker (2011) ao sistematizar essa tradição teórica, ao fornecer recursos que identificam os critérios utilizados na seleção, na produção e em diferentes maneiras de interpretar os acontecimentos na notícia, os “*gatekeepers*” - valores ou sujeitos que determinam os “portões” de entrada de um acontecimento nas pautas jornalísticas – “determinam aquilo que se torna a realidade social de uma pessoa, sua forma particular de ver o mundo” (SHOEMAKER, 2011, p. 14). Com isso, é possível identificar diversos movimentos que filtram o olhar jornalístico para a realidade:

A premissa básica da escola do *gatekeeping* é que as mensagens são geradas a partir de uma informação sobre eventos que tenha atravessado uma série de portões e tenha sofrido modificações ao longo do processo. [...] O processo de *gatekeeping* começa quando um profissional da comunicação transforma a informação sobre um evento em uma mensagem. Esse é o primeiro portão do evento. De onde surge o manancial de itens/mensagens? Alguns itens são jogados em frente aos portões (relações públicas), outras vezes eles têm de ser empurrados aos berros e pontapés (jornalismo investigativo) até passarem pelo portão (SHOEMAKER, 2011, p. 37).

A autora ressalta que o “ápice” dessa determinação midiática sobre o público ocorre quando diversos veículos apresentam as mesmas versões da realidade, o que, no entanto, não é a ordem geral desse processo: “as representações de mundo produzidas pela mídia não são sempre consoantes; a vasta quantidade de decisões tomadas pelos *gatekeepers* não resulta necessariamente em imagens uniformes da realidade social (SHOEMAKER, 2011, p. 15).

É justamente por essa diversidade de recortes da realidade que o *gatekeeping* também se explica e se mostra essencial: tais “portões” que abrem caminho para determinadas formas de selecionar e interpretar os acontecimentos variam de acordo com diversas determinações culturais de cada contexto, e são formados por uma série de critérios e fontes que são mais ou menos priorizados na definição da notícia, dependendo da situação. Assim, segundo a autora, as diferenças de interpretação de um mesmo acontecimento podem ser mais bem

explicadas ao considerar “a natureza e o valor de notícia”, sendo que as “dimensões do valor de notícia” atribuem diferentes significados sociais aos eventos (SHOEMAKER, 2011, p. 16).

E para além de todos esses definidores, a autora destaca um fator fundamental nesse recorte da realidade, que são “as limitações dos sentidos humanos”, incluindo limitações como eventos que são invisíveis ou despercebidos, assim como as diferentes interpretações sobre uma mesma situação. Dessa maneira, não basta apenas a experiência pessoal e/ou acesso privilegiado do/da jornalista ou das fontes consideradas “*gatekeepers*”. Para além da interação e contato com certa realidade, a primeira ‘porta de entrada’ para tornar-se notícia é definida pela importância e valor de notícia dado ao evento, o que varia com a leitura subjetiva de cada pessoa: “Somente essa última decisão traz o evento para a atenção do primeiro *gatekeeper* do veículo de comunicação” (SHOEMAKER, 2011, p. 39).

Por conta dessa necessidade humana e cognitiva de filtrar o valor dos acontecimentos de acordo com diversos critérios de relevância social, o “valor de notícia” torna-se então um elemento fundamental que engloba e mobiliza as diversas formas de ‘aberturas de portões’ de diferentes setores sociais. Consideramos para este estudo que, ainda mais importante do que definir os tipos de pessoas, autoridades, pessoas públicas e as diferentes influências que exercem na sociedade e no agendamento midiático, nos interessa mais compreender os valores e significados dos eventos que despertam nessas pessoas de influência, ou nos jornalistas e editores, a forma como aquele fato será selecionado, interpretado e dimensionado em termos de importância e espaço nos jornais. Nesse sentido, Shoemaker (2011) desenvolve seu pensamento ao discernir e caracterizar esses valores definidores da notícia. Assim, o caráter extraordinário de desvio de normas é elencado de forma primordial pela autora, como um fato que diferencia os eventos que são ignorados e silenciados daqueles que são “transformados em itens jornalísticos”:

Quando o mundo opera do modo como nossas leis e normas dizem que ele deve operar, tais eventos raramente são notícias [...] Uma característica básica de eventos com valor de notícia diz respeito ao fato do evento, das pessoas ou das discussões constituírem desvios ou não. As leis e as normas definem as fronteiras do mundo civilizado. Dentro das fronteiras está a civilização, a sociedade como se supõe que ela deve ser. O que está do lado de fora é desvio, um mundo repleto de violações de normas e regras, algumas menores outras maiores. Os eventos que ocorrem fora das fronteiras têm maior probabilidade de se tornarem itens jornalísticos (SHOEMAKER, 2011, p. 41).

É justamente desse processo que os sentidos construídos pelo senso comum, os significados e conceitos concebidos por uma cultura sobre aquilo que é “norma” ou “desvio” – sobre os

quais percorremos até aqui com perspectivas sociológicas – começam a dialogar e atuar diretamente na produção jornalística. Essa percepção demonstra práticas concretas que reafirmam nosso posicionamento de acordo com os estudos culturais de que esses significados culturais não aparecem pura e simplesmente nos momentos de recepção da notícia, e este argumento nos possibilita identificar a maneira como diversos significados sociais e histórico-culturais se transformam em “valores notícia” determinantes.

No estudo das representações jornalísticas em torno das experiências de mulheres em contextos históricos, em episódios determinantes como guerras, revoluções e mobilizações sociais de grande influência, tal como se perdurou o fenômeno do cangaço no nordeste brasileiro na década de 1920, o entendimento dos valores notícia torna-se fundamental no entendimento sobre a cobertura desse fenômeno em grandes reportagens de registro histórico.

Considerando a relevância pública daquilo que representa um “desvio” às normas, isso se aplica em contextos de guerras e conflitos na medida em que se desenrolam as disputas de poder das instituições normativas contra um inimigo. Essa ordem se torna clara ao analisarmos o caso do cangaço e a maneira como ele foi retratado na imprensa da época. Fenômeno de banditismo rural de uma região marcada pela carência de assistência social e gestão pública, foi marcado pela mobilização de homens ‘fora da lei’ que criaram seu próprio poder paralelo, formando bandos para ‘fazer justiça com as próprias mãos’, realizar saques de cidades e diversos crimes determinados por suas disputas de poder. Ou seja, um contexto perfeitamente encaixado como um ‘desvio de norma’ em relação aos poderes institucionais do Brasil, ameaçando as normas de controle de uma região tão significativa como o sertão nordestino, numa época intensamente marcada pelo controle de coronéis, latifundiários e famílias proprietárias de boa parte das terras, propriedades, da economia e das decisões políticas.

Como é possível perceber na reportagem transformada em livro de registro histórico desse período, da jornalista Adriana Negreiros (2018), tal caráter extraordinário e desviante do cangaço não se deu somente pelas práticas de extrema violência, chacinas, saqueamentos e estupro em massa causados pelos bandoleiros. Como demonstram as apurações de Negreiros

(2018), muitas dessas práticas também eram cometidas pelas polícias da época, talvez não coma mesma exposição pública e com a mesma dimensão que chegava a impactar cidades inteiras de uma só vez, no caso do cangaço. Mas, em um contexto cultural e político em que essas práticas de violência e tortura já eram naturalizadas nas próprias instituições brasileiras, os valores-notícia e os significados sociais do cangaço como um fenômeno aterrorizante e sem precedentes eram intensificados pelo fato dessas forças serem não oficiais, representados por homens miseráveis e que inicialmente não tinham privilégios de poder, mas sim ameaçavam os donos do poder.

Com eventuais momentos de tomada desse poder e parceria entre bandoleiros e autoridades, também se tornou curiosa a forma com que eram retratados pela imprensa, com caráter espetacular e heroico no cumprimento de serviço público e ‘institucionalização’ do cangaço, cujos feitos foram principalmente concentrados na representação mítica da figura do líder Lampião, considerado “o bandido mais procurado do Brasil, o autoproclamado Governador do Sertão” (NEGREIROS, 2018, p. 17). Com isso, é possível enxergar a presença e a articulação desses diversos valores notícias associados a Lampião, transitando entre o papel heroico – quando era associado às normas e vínculos do cangaço a serviço das forças oficiais – e em outros momentos, a ideia desviante de norma, de ameaça e terrorismo que a figura de Lampião também representava.

Ainda, como trataremos melhor no momento da análise empírica desta pesquisa, na medida que o caráter subjetivo e específico imposto às mulheres se enquadra justamente dentro das normas, está banalizado e naturalizado dentro da vida normal e dentro das fronteiras do que as culturas consideram um cotidiano sem nada de novo. Portanto, isso se reflete mesmo nas coberturas de conflitos, guerras e mobilizações sociais significativas, em que, mesmo que haja certa participação feminina na vida pública, essa participação teve historicamente pouca importância noticiosa. Assim, essa experiência é enquadrada dentro dos “eventos ignorados”, que “não são notícias porque representam condições normais, o modo como o mundo acontece se tudo ocorrerem. Quando o mundo opera do modo como nossas leis e normas dizem que ele deve operar, tais eventos raramente são notícias” (SHOEMAKER, 2011, p. 41).

No caminho percorrido até aqui, nos dedicamos a caracterizar as perspectivas e bases teóricas que nos guiam na análise da função social da Comunicação, do jornalismo enquanto forma de conhecimento social, abordando as representações jornalísticas, a questão da

objetividade e da subjetividade, a articulação de valores-notícia e as produções de sentidos acionadas no processo da reportagem ao interpretar a realidade. Diante dessa construção teórica, nos dedicamos a alcançar propostas conclusivas com a conexão final desses conceitos. Utilizaremos, como meio para isto, o esclarecimento da contextualização jornalística que abre possibilidades para a futuraformulação de um conhecimento jornalístico revolucionário, com perspectiva feminista.

1.9 A contextualização como elo entre a função social e a representação jornalística.

Conforme a discussão construída ao longo deste capítulo, estruturamos a construção do conhecimento jornalístico como um processo traçado por contornos culturais, sociológicos, ligados ao pensamento humano e seus desdobramentos na formação de valores e significados que regem a vida cotidiana. Uma vez que enxergamos essa rede de origens e relações que formam o conhecimento jornalístico e suas práticas interpretativas, torna-se imprescindível amarrar esses fios e conectá-los em uma só base que sustente a produção e circulação desse conhecimento do início ao fim. Acreditamos que essa base, esse fator de conexão e de conclusão é justamente a contextualização, que neste estudo é também fundamentada Teoria da Complexidade, estruturada pelo sociólogo francês Edgar Morin a partir dos anos 1970.

E aplicação dessa perspectiva no jornalismo torna-se possível a partir dos estudos produzidos pela pesquisadora brasileira Ana Paula Lückman (2020), que de forma pioneira realiza a aplicação do pensamento complexo de Morin no campo do Jornalismo, como meio fundamental para potencializar e garantir o cumprimento da essência jornalística de esclarecimento da realidade na Era da Informação. Nesse momento em que “o jornalista já não é mais um mero contador de novidades factuais”, torna-se necessário ao jornalismo “fortalecer-se enquanto mediador qualificado”, reafirmando “seu trabalho intelectual num sentido de intervenção da vida pública, de reflexão sobre assuntos relevantes e defesa de valores civis e democráticos” (LÜCKMAN, 2020, p. 192).

Tais articulações e proposições, lançadas pela autora, representam uma base teórica fundamental para estabelecer a ponte entre o pensamento complexo e as teorias do

jornalismo enquanto forma social de conhecimento, levando à importância fundamental de “elaborar uma resignificação dessa perspectiva com alicerce na concepção de conhecimento complexo” (LÜCKMAN, 2020, p. 28). Com isso, é gerada uma metodologia de contextualização jornalística, concretizada em diversas estratégias de conexão e esclarecimento integral dos aspectos da realidade (LÜCKMAN, 2020).

Sendo assim, nossa abordagem do pensamento complexo de Morin (2015) e da contextualização jornalística de Lückman (2020) será direcionada a encontrar meios que fundamentem este objetivo da pesquisa, concretizando e reunindo os conceitos do jornalismo como forma de conhecimento social ligado à produção de sentidos e à construção cultural da sociedade, como já apresentamos aqui. Assim, a escolha de ir em direção à esta base teórica se dá, essencialmente, por suas premissas estarem ligadas justamente ao conhecimento e à cultura.

O conhecimento é uma preocupação central na teoria da complexidade, e, mais especificamente, o estudo do processo pelo qual se conhece – o que Morin chama desconhecimento do conhecimento. Na perspectiva complexa, o conhecimento só é pertinente quando colocado em contexto, pois um conhecimento especializado, compartimentado e abstrato fecha-se ao diálogo e à comunicação com o meio, perdendo assim sua relevância. Conhecimento, cultura e sociedade são indissociáveis para o pensamento complexo (LÜCKMAN, 2020, p. 28).

Assim como a objetividade jornalística é baseada nos modelos científicos tradicionais e iluministas que instauram a ilusão de um conhecimento neutro e não contaminado por interpretações subjetivas, também as noções de complexidade e contextualização – inerentes ao conhecimento da realidade – têm sua importância reduzida e inferiorizada pelo modelo científico tradicional ao estabelecer a separação de saberes, a especialização em disciplinas e setores distintos de compreensão do mundo. É a partir deste conflito, partindo das mesmas problemáticas ocasionadas pela separação entre sujeito e objeto que guia todo conhecimento, que Morin (2015) teoriza sobre o pensamento complexo e contextual com um importante aspecto do conhecimento que é desintegrado pelos métodos de simplificação presentes na racionalidade.

As contextualizações, conexões e complexidades fundamentais ao conhecimento da realidade são, de acordo com Morin (2015), historicamente desconsideradas pela ciência clássica ao estabelecer um “império dos princípios de disjunção, de redução e de abstração”, formando um conjunto considerado pelo autor como “paradigma da simplificação”. Instaurado por Descartese que sustenta o pensamento ocidental a partir do século XVII, esse

paradigma trouxe a segregação entre conhecimento científico e reflexão filosófica e estabeleceu “como princípio de verdade as ideias ‘claras e distintas’, ou seja, o próprio pensamento disjuntivo”. Apesar de ter gerado “os maiores progressos ao conhecimento científico”, esse modelo passou a revelar “consequências nocivas” a partir do século XX (MORIN, 2015, p. 11). Um desses principais efeitos identificados pelo autor foi “a redução do complexo ao simples” e a “hiperespecialização”, levando a “despedaçar e fragmentar o tecido complexo das realidades, e fazer crer que o corte arbitrário operado no real era o próprio real” (MORIN, 2015, p. 12). Teorias e métodos obscureceram a complexidade presente tanto nos fenômenos naturais quanto nos contextos sociais:

A antiga patologia do pensamento dava uma vida independente aos mitos e aos deuses que criava. A patologia moderna da mente está na hipersimplificação que não deixa ver a complexidade do real. A patologia da ideia está no idealismo, onde a ideia oculta a realidade que ela tem por missão traduzir e assumir como a única real. A doença da teoria está no doutrinário e no dogmatismo, que fecham a teoria nela mesma e a enrijecem. A patologia da razão é a racionalização que encerra o real num sistema de ideias coerente, mas parcial e unilateral, e que não sabe que uma parte do real é irracionalizável, nem que a racionalidade tem por missão dialogar com o irracionalizável (MORIN, 2015, p. 15).

A relação de consequência de complexidade e completude – que nos leva a formular a ideia de contextualização – ocorre quase como elementos que, embora diferentes, dependem um do outro e estão intrinsecamente inseridos um no outro no processo de conhecimento da realidade. Para que se haja uma visão completa, plural e integrada do real – condição para um conhecimento social transformador – é preciso considerar a complexidade, pela qual as contradições e incertezas são vistas como parte integrante e fundamental da realidade, que demonstram “uma camada profunda da realidade que, justamente por ser profunda, não encontra tradução em nossa lógica” (MORIN, 2015, p.68). Da mesma forma que, para que seja possível alcançar tal visão complexa que enfrenta as contradições da realidade, é preciso enxergar o mundo real em sua essência multidimensional e interconectada entre diversas dimensões que se interligam e também se chocam:

Se você tem o senso de complexidade, você tem o senso da solidariedade. Além disso, você tem o senso do caráter multidimensional de toda realidade. A visão não complexa das ciências humanas, das ciências sociais, considera que há uma realidade econômica de um lado, uma realidade psicológica de outro, uma realidade demográfica de outro etc. [...], mas esquece-se que no econômico, por exemplo, há as necessidades e os desejos humanos. [...] Num certo sentido eu diria que a aspiração à complexidade traz em si a aspiração à completude, já que se sabe que tudo é solidário e que tudo é multidimensional. Mas, num outro sentido, a consciência da complexidade nos faz compreender que jamais poderemos escapar da incerteza e que jamais poderemos ter um saber total: “A totalidade é a não verdade” (MORIN, 2015, p.68-69).

Portanto, esta reflexão nos fornece questões importantes em torno da tarefa fundamental da

contextualização do jornalismo, e de pensar o jornalismo propriamente como um sistema de conhecimento complexo e interconectado. Acreditamos que essas práticas enfrentam desafios na forma da produção jornalística: ao herdar procedimentos da produção de conhecimento tradicional, juntamente com sua prática de apreender e narrar pontualmente fatos específicos, chamando a atenção para algum aspecto extraordinário do cotidiano que salte aos olhos, os processos de apuração seletiva, de hierarquização e separação das informações entre categorias padronizadas contribuem para ocultar as conexões, a pluralidade de ideias e experiências distintas e contraditórias presentes na realidade.

Embora considere a ideia de completude e o papel fundamental das conexões e relações de interdependência das ‘partes de um todo’ no conhecimento da realidade, o pensamento complexo também tenta prevenir um outro extremo que pode surgir em consequência dessa visão contextual: a generalização excessiva que simplifica o todo sem considerar as particularidades de suas partes. Essa problemática é encontrada por Morin no caráter holístico da teoria geral dos sistemas, que também se consolidou no conhecimento tradicional a partir do século XX, com a ideia de que as estruturas naturais, do universo e da humanidade podem ser entendidas pela lógica sistemática que agrupa partes em um todo.

Como interpreta Lückman (2020, p. 48), tal modelo acaba “desprezando as partes enquanto tal” e se torna “míope à complexidade no interior da unidade global”. Diante disso a autora reafirma, com base nos postulados de Morin, a proposta da teoria da complexidade em “superar as abordagens reducionistas que focam só na observação das partes separadamente”, e ao mesmo tempo “rejeitar as visões holísticas que valorizam o todo e desprezam as singularidades das partes” (LÜCKMAN, 2020, p. 51).

Dessa maneira, o pensamento complexo e sua proposta de contextualização do conhecimento sugerem uma perspectiva que se diferencie de ambas as formas de redução e simplificação de conhecimento, negando tanto o reducionismo da extrema segregação da realidade entre distintas partes desconectadas, quanto o holismo que reduz todo o conhecimento ao todo, ou seja, ao contexto e ao conjunto que reúne as partes. Com isso, Morin traduz essa premissa da complexidade com seu “princípio hologramático”, conforme explicado por Lückman (2020), demonstrando que esse modelo:

[...] enfatiza a observação das emergências decorrentes da relação contínua entre o todo e as partes, ou seja, qualidades, elementos ou características acrescentadas ao sistema organizado a partir da relação entre as suas diversas partes. Um holograma é uma imagem cujas qualidades de relevo, cor e presença devem-se ao fato de cada um de seus pontos incluírem quase toda a informação do conjunto que

ele representa. Nesse princípio, o raciocínio é que o todo é alguma coisa a mais que a soma das partes, na medida em que produz qualidades que não existiam nas coisas separadas. Ao mesmo tempo, o todo também é menos que a soma das suas partes, já que estas podem ter qualidades ou propriedades inibidas por contingências na organização do todo (MORIN, 2010a; 2010b apud LÜCKMAN).

Ou seja, esse princípio sugere fundamental atenção tanto às características gerais do todo, quanto os aspectos singulares de cada uma das partes, bem como as novas questões geradas na interação entre partes de todos. Ao operacionalizar esse olhar, Morin (2015, p. 95) o traduz em ações na produção de conhecimento voltadas para práticas como “tentar articular sem homogeneizar, e respeitar a diversidade sem fazer um puro e simples catálogo”. Dessa maneira, o caminho percorrido pela complexidade é explicado pelo autor da seguinte forma:

[...] a união da simplicidade e com a da complexidade; é a união dos processos de simplificação que são seleção, hierarquização, separação, redução, com os outros contraprocessos que são a comunicação, que são a articulação do que foi dissociado e distinguido; e é a maneira de escapar à alternância entre o pensamento redutor, que só vê os elementos, e o pensamento globalizado, que só vê o todo (MORIN, 2015, p.102).

Dessa forma, a produção de conhecimento guiada pela perspectiva da complexidade e da completude nos leva a incluir, na interpretação jornalística, práticas dedicadas a separar e isolar o fato abordado para compreendê-lo em sua singularidade, mas em seguida juntá-lo novamente ao seu contexto, abordando e investigando suas conexões e desdobramentos, compreendendo o que o fato revela ao passo em que o inserimos no seu contexto, em sua cultura e em seu sistema (ou nos diversos sistemas sociais que se articulam para constituir esses fatos). Tal processo inclui, então, um caminho de contínua retirada e reinserção das partes no todo, do todo em relação às partes, de maneira a compreender os movimentos revelados por essa dinâmica.

Neste estudo, tais práticas se revelam importantes e revolucionárias pela necessidade de contextualização da desigualdade de gênero — sobre a qual focamos a temática da pesquisa. Como sabemos pela perspectiva feminista, o ‘todo’ que é essa desigualdade entre homens e mulheres se desdobra em relações bastante complexas quando é atravessado por cada cultura com seus próprios valores, por outras desigualdades de raça, gênero, etnias, determinações políticas e socioeconômicas, que condicionam as mulheres como inferiores, de maneiras muito específicas e peculiares, em cada fenômeno, em seu recorte específico de tempo e espaço abordado. Assim, todas essas partes revelam questões estruturais demais para que sejam isoladas (no caso da racionalidade clássica e suas disjunções), sem que haja uma consciência em torno da cultura, dos antecedentes culturais e das determinações que surgem

de diferentes dimensões (políticas, emocionais, subjetivas, econômicas, entre outras) para respaldar esses atos pontuais de violência contra mulheres.

Ao mesmo tempo, essas partes são particulares e específicas demais para serem resumidas apenas pelo aspecto global da violência contra mulheres e da cultura do patriarcado (no caso da perspectiva holística focada no sistema, no conjunto), sem que sejam discutidas as suas variações em diferentes dimensões (simbólica, física, abusiva, velada), as diferentes origens e suas determinações sociais (mulheres latinas, europeias, negras, brancas, indígenas, pobres, ricas, etc), entre outros aspectos singulares de cada fenômeno da experiência de mulheres. E, de acordo com a noção complexa que engloba esse percurso, a diversidade e as contradições são como fios condutores dessas diversas realidades: é a partir dessas noções que podemos olhar para a forma como a ordem geral de controle das mulheres encontra suas incoerências, suas pausas e suas contradições na História — o que se manifesta, por exemplo, em diversos momentos em que mulheres são vítimas e ao mesmo tempo incentivadoras de ações e sistemas que anulam suas experiências.

Por isso, acreditamos que o paradigma complexo demonstra ser essencial ao jornalismo no sentido de promover conhecimentos e discussões ancoradas na realidade, profundas e sensíveis — com a precisão necessária para a formação da sociedade no sentido de revisão desses diversos valores que atravessam fenômenos de deslegitimação das mulheres. Especialmente no caso em que abordamos o silenciamento de mulheres em fenômenos históricos de conflito, o modelo de conhecimento científico e jornalístico, que silencia e deslegitima suas experiências, também é compreendido como um todo que, a partir de um modelo geral que isola mulheres no ambiente doméstico e subjetivo, também é atravessado por diversas partes distintas e singulares, se sustenta e se desdobra em diversas outras formas de violência contra mulheres.

É nesse sentido que o pensamento de Genro Filho (1987), além de problematizar as questões que decorrem da formação do jornalismo baseada em interesses burgueses e funcionalistas, concretiza esse aspecto redutor da realidade em sua crítica ao modelo de pirâmide invertida, a partir da qual a produção jornalística acaba resumida à tarefa de “responder monótona e mecanicamente” às questões que tradicionalmente norteiam a notícia (o quê; quem; quando; onde; como; porque) (GENRO FILHO, 1987, p. 200). O autor questiona o modelo como “uma descrição formal, empírica, que nem sempre corresponde à realidade, exatamente porque não capta a essência da questão. Não se trata, necessariamente, de relatar os fatos

mais importantes seguidos dos menos importantes” (GENRO FILHO, 1987, p. 205). Com isso, o autor propõe a reformulação desse modelo para a pirâmide clássica, que se sustenta sobre sua base mais alargada — metáfora que demonstra a proposta de contextualização jornalística, pela qual o conhecimento se inicia em seu caráter singular e percorre um caminho de contextualização até alcançar seu aspecto universal:

A igualdade dos três ângulos indica um equilíbrio entre a singularidade do fato, a particularidade que o contextualiza e, com base nessa relação, uma certa racionalidade intrínseca que estabelece seu significado universal. [...] Sempre que um fato se torna notícia jornalística, ele é apreendido pelo ângulo da sua singularidade, mas abrindo um determinado leque de relações que formam o seu contexto particular. É, na totalidade dessas relações, que se produzem os pressupostos ontológicos e deontológicos que direcionam sua apreensão. [...] Há um grau mínimo de conhecimento objetivo que deve ser proporcionado pela significação do singular (pelo *singular-significante*), que exige um mínimo de contextualização do particular, para que a notícia se realize efetivamente como forma de conhecimento (GENRO FILHO, 1987, p. 200-201, grifo do autor).

Sendo assim, compreendemos que essa contextualização torna-se capaz de captar os principais fatos, significados, detalhes e desdobramentos de um fato, ao passo em que esse procedimento percorre a investigação e reconstrução sensível do fato em si (singular); expressa suas relações estruturais e as raízes culturais do contexto e que o fato se insere (particular); e embasa suas características a partir de um significado, uma base ideológica, dentro de um sistema de valores totalizantes (universal), um todo que engloba todas essas partes de um evento da realidade. Com isso, tal capacidade de “apreensão crítica” da notícia se potencializa ao passo em que essa apreensão complexa e contextual dos fatos revela seus significados e seus movimentos dinâmicos, instaura questionamentos, evitando tanto a generalização quanto a redução extrema do conhecimento: “Assim, a “notícia crítica”, que apanha os fatos numa perspectiva revolucionária, constitui a singularidade como algo que transborda sua relação meramente funcional com a reprodução da sociedade” (GENRO FILHO, 1987, p. 198).

A partir dessa consciência, além do pensar jornalístico sobre princípios e práticas de contextualização que sejam “de dentro para fora”, consideramos a importância e possibilidade de estabelecer a contextualização “de dentro para dentro”. Isso significa que o pensar e a experiência jornalística teriam como condição estabelecer o pensamento complexo e contextual dele para e sobre ela mesma. Entendemos que essa consciência pode ser entendida a partir do que Otto Groth (2011) conceitua como “obra cultural” para descrever o produto da atividade jornalística.

Ao teorizar sobre a periodicidade jornalística, o autor retorna à gênese dos princípios que

demandam a periodicidade como pilar fundamental do jornalismo, alcançando a definição de que o caráter periódico é determinado pela continuidade que “não é ‘estipulada’ pela periodicidade, mas sim pela unidade da obra”. Ou seja, para que seja construída a obra cultural que está na idealização inicial de um jornal, “as organizações que ele [o autor da obra] gera para isso têm conseqüentemente como objetivo desde o começo a ideia do todo em um aparecer contínuo, periódico, e ele se submete a essas exigências” (GROTH, 2011, p. 147).

Assim, nas definições do autor, os jornais se caracterizam como uma obra cultural, que se completa na medida que aparece continuamente no cotidiano, produzindo e fixando seu sentido. Tal obra é formada a partir de uma ideia, de uma “realidade mental ou imaterial”, que se materializa nas edições periódicas, sendo elas as etapas dessa continuidade que correspondem às “‘emanações’, manifestações e materializações da sua ideia, que se soltam ininterruptamente - continuamente - como unidades independentes” (GROTH, 2011, p. 146-147). Na medida em que essa obra cultural se realiza, sustentada pela base ideológica interna de um jornal, por uma edificação simbólica e ideológica, que se concretiza na circulação periódica, seu sentido é continuamente fixado e ela se efetiva simbolicamente na sociedade:

Ao se reforçar internamente, ela [a obra cultural jornalística] se demarca para fora: perante seus leitores e anunciantes, perante os concorrentes e os ‘interessados’ nela, perante os sistemas sociais e as demais obras culturais, deparam com eles em interações incontáveis, permanentes ou passageiras. Quanto mais a sua individualidade se desenvolve, quanto mais a duração da sua existência aumenta, a eficácia se espalha, tanto mais rico também o seu simbolismo, que fortalece a fusão interna, que deve intensificar a sua autonomia para fora (GROTH, 2011, p. 149).

Em nossa percepção, esse pensamento estabelece conexões fundamentais entre a função social do jornalismo na construção cultural da sociedade e o sentido primordial de contextualização que constitui o jornalismo — primeiro internamente, depois externamente em suas “manifestações”. Acreditamos que seu viés enquanto obra cultural é o que torna o jornalismo uma atividade profundamente ligada ao contexto, já que cada veículo jornalístico, e cada produto jornalístico, se inserem e operam articulados com esse conjunto baseado em sua ideia e obra cultural.

Isso faz do jornalismo uma atividade de contínua contextualização, de contínua ligação entre partes e todo, entre momentos que isolam essas partes em nome da singularidade dos fatos, e outros momentos que ressignificam sua obra cultural a partir das novas conexões e contradições estabelecidas entre suas partes (notícias) e seu todo (que podemos chamar de base ideológica). Assim, acreditamos que esse poder de contextualização, completude e

complexidade do jornalismo encontra seu potencial e faz jus à sua essência quando a produção jornalística toma consciência de si. Ao se perceber como parte de uma obra cultural, como “emanação” que reproduz ou contradiz uma ideia primordial, a notícia poderá exercer o poder fundamental de conexão, de mediação, de pluralidade e de correspondência com as diversas realidades culturais que a atravessam, tornando-se capaz de transformá-las a partir da mobilização social.

Assim, a contextualização demonstra ser elemento-chave para que o jornalismo desempenhe sua função social – a qual acreditamos estar ligada ao debate das desigualdades e injustiças sociais, visando à transformação para a garantia de dignidade e direitos de grupos sociais violentados, tal como as mulheres num contexto de silenciamento e dominação masculina.

Capítulo 2

Entre o jornalismo literário e a produção de registros históricos

Conduzimos este estudo para a fundamentação teórica do jornalismo literário, e mais adiante, para articulações dessa produção jornalística quando ligada ao registro histórico de eventos. A abordagem do jornalismo literário corresponde ao nosso propósito de investigar diferentes possibilidades do fazer jornalístico que aprimorem a contextualização dos fenômenos culturais históricos, com maneiras de representar a experiência de mulheres com pluralidade e perspectivas feministas. Com isso, acreditamos que será possível encontrar reflexões, parâmetros e recursos para a análise que será feita ao final do estudo, dos livros-reportagem sobre mulheres em contextos históricos. Sendo eles a obra “Maria Bonita: sexo, violência e mulheres no cangaço”, de Adriana Negreiros (2018) sobre as mulheres cangaceiras do nordeste brasileiro; e a obra “Lampião e Maria Bonita: Uma história de amor e balas”, de Wagner Barreira (2018).

O interesse na produção da reportagem literária se motiva por este modelo oferecer amplas possibilidades de relatos sensíveis e aprofundados, reformulando fazeres jornalísticos tradicionais que limitavam essas possibilidades. Assim, partimos do pressuposto de que o jornalismo literário pode oferecer ferramentas para sensibilizar, humanizar e aprofundar os relatos jornalísticos, possibilitando a inclusão de diversas vozes e experiências silenciadas (como é o caso das mulheres).

No entanto, entendemos fundamentalmente que isso não significa uma regra geral que automaticamente caracteriza toda a prática do jornalismo literário. Mesmo porque, como veremos adiante, esse tipo de reportagem apresenta um conjunto de práticas e definições bastante amplo, híbrido e heterogêneo, em diferentes contextos ao longo do tempo. Diante dessa problemática, nossa motivação é investigar e identificar características específicas desse modelo, que podem construir relatos dedicados ao debate em torno das transformações sociais. Interessa-nos, portanto, a compreensão e debate das propriedades e recursos específicos da reportagem literária, que podem ser incorporadas à prática geral do jornalismo contextualizado em torno das representações de mulheres, abrindo margem para diversas aplicações em redações de jornais ou livros-reportagem.

Nesse sentido, acreditamos que um primeiro passo é compreender o caráter transdisciplinar, diversificado e heterogêneo, que torna a reportagem literária revestida de diversos formatos, em distintos contextos. Dessa maneira, iniciamos percorrendo a revisão teórica e as concepções da reportagem literária em diversas origens e contextos históricos, conectando essa trajetória com as características desses modelos que desenvolvem diferentes representações, experiências e debates sociais. Consideramos importante percorrer as distintas funções e atribuições assumidas pelo jornalismo literário, que geraram, historicamente, uma gama de possibilidades e práticas de reportagem — fornecendo um acervo de ferramentas a serem reapropriadas para releituras da história da humanidade, como é o caso da representação das mulheres em acontecimentos importantes para a historiografia tradicional. Esse olhar diversificado para a produção da reportagem literária leva a perceber vestígios e fragmentos dessa prática em diversos espaços e momentos da literatura, da imprensa e do conhecimento da humanidade.

Em seguida, percorremos e discutimos os tensionamentos e as articulações do jornalismo literário com a Literatura e com o Jornalismo diário e tradicional. Essa contextualização nos leva, então, a perceber, em seguida, as diferentes funções, hierarquias e finalidades estabelecidas entre os recursos literários e as técnicas de reportagem, de maneira a compreender seus distintos arranjos na reportagem literária. Com isso, alcançamos parâmetros definidores da combinação entre Jornalismo e Literatura, caracterizando os significados e quadros buscados nesse tipo de reportagem. Por último, realizamos as articulações do jornalismo literário com a produção histórica, definindo concepções que geram uma relação recíproca de trocas entre as produções de conhecimento do Jornalismo e da História, bem como a consciência histórica presente na essência da reportagem. Assim,

percorremos questões como a produção de narrativas jornalísticas e históricas, a relação com o tempo e a periodicidade, e a presença da história oral e cultural no jornalismo literário.

2.1 O lugar da reportagem literária entre a literatura, o jornalismo e suas diversas conexões

Entendemos que a reflexão sobre a trajetória do jornalismo literário remete a inspirações e rastros mais antigos, das formas mais primitivas de produção de narrativas e de conhecimentos sobre a vida humana. Nesse sentido, Monica Martinez (2009) identifica que os elementos primordiais desse modelo “remontam à aurora da civilização”, relacionada ao pensamento filosófico sobre as questões profundas da existência humana, bem como o uso da oralidade, de símbolos e metáforas que se assemelham “aos primeiros contadores de histórias” (MARTINEZ, 2009, p. 73). Assim, partimos de um olhar para o jornalismo literário, que leva em consideração seu caráter diversificado, interdisciplinar, tendo sido inspirado em diversas produções narrativas dedicadas às reflexões existenciais acerca da humanidade.

Para além dessa formação conceitual, a instauração e sistematização da reportagem literária, na modernidade e na contemporaneidade, surge num entre-lugar entre a Literatura e o Jornalismo. Dessa forma, suas condições de produção, em meio a esses dois campos, evocam aproximações ou disputas, que estabelecem hierarquias e atribuem distintos papéis ao jornalismo literário entre os campos artístico e jornalístico. Portanto, é a partir desses dois pontos que percorremos as diversas origens e expressões da reportagem literária: por um lado, frente aos modelos e recursos literários, e por outro lado, diante das práticas estabelecidas nas redações de jornais diários.

A reportagem literária frente à literatura: tensões e conexões entre a sujeira do cotidiano e a pureza da sensibilidade artística

Por conta dessa complexa origem intimamente ligada à literatura, as questões que tensionam jornalismo e Literatura surgem da caracterização do processo criativo literário como divino, mágico, espiritualmente elevado e superior a uma realidade “dada” e crua. Essa noção desconsidera a necessidade da reportagem na interpretação, apuração e lapidação dessa

realidade — o que descarta, portanto, possibilidades de articulação desse processo com a arte (WOLFE, 2005). Como contextualiza Wolfe (2005), estabeleceu-se uma hierarquia marcada pela predominância de uma “classe alta literária”, formada principalmente por romancistas, tidos como “os únicos escritores ‘criativos’, os únicos artistas literários”, caracterizados por sua “exclusividade de entrada na alma do homem, nas emoções profundas, nos mistérios eternos, e por aí vai...” (WOLFE, 2005, p. 43-44). Nessa classificação, que perdurou pelo século XX, jornalistas “eram tidos sobretudo como trabalhadores diaristas que desencavavam informações para escritores de maior ‘sensibilidade’ fazerem melhor uso delas”.

Tais noções geraram um consenso consolidado até os dias de hoje, no meio jornalístico, que segrega entre polos opostos a produção literária e a jornalística. Por conta dessa oposição, a ideia da escrita literária é tradicionalmente oposta e incocebível na rotina intensa das redações de jornais. Portanto, a idealização do escritor, que se isola do mundo real para se aproximar da arte, foi radicalmente oposta à figura do jornalista sombrio e ágil que ‘gasta a sola dos sapatos’ nas ruas durante longas investigações. Esse conflito histórico foi, portanto, ilustrado por Tom Wolfe (2005) no contexto das redações de jornais dos grandes centros urbanos dos EUA, por volta da década de 1950:

A idéia era conseguir um emprego num jornal, conservar inteiros o corpo e a alma [...] depois, em algum momento, demitir-se pura e simplesmente, dizer adeus ao jornalismo, mudar-se para uma cabana em algum lugar, trabalhar dia e noite durante seis meses, e iluminar o céu com o triunfo final. O triunfo final era conhecido como O Romance. [...] Se um jornalista aspirava a status literário, o melhor era ter o bom senso e a coragem de abandonar a imprensa popular e tentar entrar para a grande liga [dos romancistas] (WOLFE, 2005, p.18).

Paralelamente, conforme resgata Martinez (2009), as inspirações de técnicas literárias associada à reportagem são identificadas desde a literatura de não-ficção, produzida a partir do século XVII — de acordo com tais correntes teóricas que consideram as múltiplas e diversas origens do Jornalismo Literário. E no século XIX, com o advento do realismo social, a imersão no cotidiano e na vida real é ainda mais partilhada entre jornalismo e literatura. Nesse período, a autora lista obras clássicas como *Madame Bovary*, de Gustave Flaubert; obras de Honoré de Balzac e de Charles Dickens como exemplos basilares de jornalismo literário, ao narrarem e “mergulharem no cotidiano”, em torno de questões sociais, costumes das épocas, contextos históricos (como a revolução industrial, vivenciada e retratada por Dickens), com relatos marcados pelo protagonismo de pessoas comuns e anônimas — e não mais heróis e autoridades, como no romantismo — demonstrando suas dificuldades,

contradições e conquistas cotidianas (MARTINEZ, 2009).

Mas mesmo após o realismo se estabelecer enquanto novo olhar voltado para a sociedade a partir do século XIX, Wolfe (2005) contextualiza que correntes de romancistas se distanciam novamente da vida real, o que conseqüentemente abriu espaço para a reportagem literária no registro sensível das transformações sociais e culturais que floresciam a partir da década de 1960:

Argumentava-se que esses romances [ligados ao realismo social] eram produto da ascensão da burguesia do século XIX, no ápice do capitalismo. Mas agora a sociedade burguesa entrava em colapso, se fragmentava. [...] A única esperança era um novo tipo de romance (o candidato dele era o romance de ideias). Essa teoria pegou nos jornalistas jovens com uma força surpreendente. [...] Num piscar de olhos, estavam mergulhados em romances de ideias, romances freudianos, romances surrealistas [...] o romancistas mais sérios, ambiciosos e supostamente talentosos haviam abandonado o terreno mais rico do romance: especificamente a sociedade [...] (WOLFE, 2005, p.49-50).

Essa tensão foi registrada por Wolfe (2005) especificamente no contexto norte-americano entre os anos 1950 e 1960, como cenário anterior ao advento das reportagens literárias do Novo Jornalismo — do qual o próprio autor foi um dos propulsores. Mas entendemos que esses dilemas representam e remetem a questões gerais dos primórdios do jornalismo e seu distanciamento da arte. Por um lado, o jornalismo é caracterizado como conhecimento popular contaminado pela cotidianidade, e por outro lado, como conhecimento baseado na objetividade e racionalidade científica — que se estabelece a partir da segregação e oposição aos aspectos subjetivos, criativos e místicos presentes na arte (MORIN, 2015).

Nesse sentido, Genro Filho (1987, p. 209) caracteriza a problemática que se estabelece pelo fato de o “jornal impresso estar ligado historicamente à expansão da literatura, a interpenetração entre um e outro (através dos folhetins e da participação dos escritores nos jornais), a mútua influência entre as técnicas jornalísticas e literárias”. Diante dessa questão, o autor define que as duas áreas podem estar naturalmente articuladas (por conta dessa intimidade histórica, e também pelo fato da arte atravessar diversas formas de conhecimento). No entanto, essa articulação não é facilmente estabelecida, já que exige trocas específicas e determinadas para que o jornalismo não se dilua apenas no gênero literário. Esse processo, portanto:

[...] exige uma superposição do talento literário e de apuradas técnicas de investigação e redação jornalística, uma vez que o resultado deve articular harmonicamente os efeitos estéticos e jornalísticos, sem que um supere o outro. Logo, não se trata de um caminho que possa ser generalizado como substitutivo da arte ou do jornalismo, pois ele se constitui precisamente na difícil confluência de dois gêneros relativamente autônomos (GENRO FILHO, 1987, p. 212).

Portanto, essa lógica não ‘substitutiva’ entre os campos literário e jornalístico torna-se primordial para investigarmos, então, quais diferentes funções esses campos assumem no caso da reportagem literária, que não a de substituição. Com a difusão dessas práticas, ao longo do tempo, diversas reportagens ou livros-reportagem se valem desses recursos como forma de ampliar os graus de profundidade e compreensão dos fatos retratados, de modo que não há a clareza de um consenso do que se classifica ou não como jornalismo literário, ou mesmo da necessidade de se assumir ou não como “jornalista literário”, uma vez que as características desse modelo são pinceladas, reapropriadas e acionadas de diversas formas.

Questões entre o jornalismo literário e a indústria das redações de jornais: objetivo demais para a literatura, sensível demais para o jornalismo diário.

Se, por um lado, as relações e conflitos do jornalismo com a literatura se justificam pela supostafalta de sensibilidade jornalística, é justamente o suposto excesso de sensibilidade que motiva os conflitos entre o jornalismo literário e a produção de notícias da imprensa diária. É, portanto, nesse entre-lugar que o jornalismo literário acaba situado ao longo da história: como um modelorealista demais para a literatura, e romântico demais para a mídia tradicional.

Se as técnicas literárias realistas geraram inspirações para que jornalistas desejassem transcender e intensificar a construção da notícia com recursos literários emocionais e sensíveisque aprimoravam o envolvimento com o público leitor (WOLFE, 2005), a busca desse ‘algo amais’ nas reportagens surge não do acaso, mas a partir de lacunas e necessidades, que emergiamda rotina do jornalismo industrial, e da necessidade de aprimorar, ampliar e aprofundar seu olhar sobre a realidade. Dessa maneira, ao longo de suas origens, em diversos momentos em que o jornalismo literário estreiou e inovou ao cobrir contextos de maneira diferente, encontramos várias dessas demandas e estratégias para ‘suprir faltas’ do jornalismo convencional.

Nesse sentido, Bak (2017) demonstra que as variações de concepções em torno da reportagem literária são determinadas pelo que cada nação entende enquanto literatura, enquanto jornalismo e enquanto verdades objetivas, ao passo em que essas produções se

desenvolveram conforme demandas ideológicas, culturais e políticas desencadeadas pelos fenômenos históricos:

No final do século XIX, vários países estavam desenvolvendo tradições jornalísticas que identificamos atualmente como Jornalismo Literário ou reportagem literária. Contudo, ao longo da maior parte do século XX, e particularmente após a Primeira Guerra Mundial, essa tradição foi ofuscada e até mesmo marginalizada pela percepção geral entre os estados democráticos de que o jornalismo deveria ser ou “objetivo”, como na tradição estadunidense, ou “polêmico”, como na tradição europeia (BAK, 2017, p. 231).

Assim, percebemos que as problemáticas estruturais das rotinas e indústrias jornalísticas, ligadas a questões como periodicidade, objetividade e imediatismo, tem contribuído historicamente para o afastamento do jornalismo literário, localizando-o num polo oposto ao jornalismo efetivamente praticado em redações. Nesse sentido, Edvaldo Pereira Lima (2009) resgata demandas que levaram ao desenvolvimento da reportagem e do jornalismo interpretativo nos EUA, de maneira a aprimorar a notícia informativa. Fundamentando-se nos estudos de Paulo Roberto Leandro e Cremilda Medina, Lima (2009) reafirma o contexto que levou à difusão da prática da reportagem no jornalismo norte-americano em 1910. A partir da Primeira Guerra Mundial, apesar da vasta estrutura e produtividade das agências noticiosas dos EUA, essa imprensa ainda “estava muito presa aos fatos, ao relato das ocorrências, mas era incapaz de costurar uma ligação entre eles, de modo a revelar ao leitor o sentido e o rumo dos acontecimentos” (LIMA, 2009, p. 19). Como demonstra o autor, foi a partir dessas lacunas que a produção da grande-reportagem se consolida com o surgimento de revistas e publicações, voltadas pra uma “compreensão aprofundada” dos fenômenos.

Em relação a essa problemática, Lima (2009, p.104-105) considera que a razão para esse afastamento está principalmente nas condições industriais, que limitam a interpretação jornalística sensível sobre a realidade. Assim, o autor caracteriza o livro-reportagem pelo papel de atuar “preenchendo vazios” ocasionados por diversos formatos da imprensa, já que esse modelo “avança para o aprofundamento do conhecimento do nosso tempo, eliminando parcialmente que seja, o aspecto efêmero da mensagem da atualidade praticada pelos canais cotidianos da informação jornalística” (LIMA, 2009, p.4).

Nesse sentido, é possível encontrar mais exemplos desses aspectos na história, tal como os momentos apontados por Bak (2017), nos quais o Jornalismo Literário foi desenvolvido por pautas marxistas e comunistas, a partir da reivindicação ao ideal de objetividade dos veículos jornalísticos, antes mesmo dessas demandas surgirem na pós-modernidade. Como indica o autor, por volta dos anos 1930, em meio ao comunismo estadunidense inspirado na Rússia

pós-revolucionária, o jornalismo literário apresentou inspirações desses movimentos revolucionários, que ampliaram seus relatos para além do que se produzia tradicionalmente nas notícias da época — o que foi considerado “uma de suas mais significativas, embora de maneira alguma a primeira, mutações transnacionais” (BAK, 2017, p. 235). Nessas formas de preencher lacunas dos jornais tradicionais e apresentar novos pontos de vista, percebe-se que também houve a necessidade de ampliar conexões entre perspectivas de culturas e nações distintas — o que também pode não encontrar espaço nas mídias tradicionais com ideologias hegemônicas enacionalistas.

O autor ressalta, ainda, que essas transformações e inclinações ideológicas ganham novos contornos quando “uma Segunda Guerra Mundial logo dividiu o mundo e a plutocracia americana desnudou a reportagem literária de sua pauta marxista” (BAK, 2017, p. 235). Com isso, mesmo que modelos de reportagem literária mantivessem a tradição de reivindicar a realidade objetiva em certo grau, a polarização entre as ideologias norte-americana e soviética segregou também a forma como seus modelos de jornalismo literário foram se desenvolvendo. De forma geral, entre distintas ideologias e políticas nacionais, as variações entre as práticas jornalísticas se pautam pelo “problema de determinar quem respeita a verdade” (BAK, 2017, p. 235), já que cada cultura e contexto histórico têm suas próprias verdades estabelecidas. Assim como lembra Norman Sims (2009), essa diversidade de origens, modelos e referências de jornalismo literário torna-se fundamental para entender transformações sociais ligadas a esses modelos, em diversas culturas e momentos históricos. E como é foco especial neste momento, nos interessa perceber os efeitos dessas variadas produções a partir das rupturas e questões causadas frente às práticas das redações de jornais.

Com distinções culturais próprias, Sims (2009) resgata exemplos da reportagem literária da China, Rússia, Brasil e diversos países da América Latina, África, Leste Europeu, entre outros. Por exemplo, na Rússia, o autor (2009, p.10) destaca o desenvolvimento de um jornalismo literário com “raízes nativas”, que foi “influenciado pelo movimento internacional de escritores proletários” no século XX, o que até hoje inspira jornalistas contemporâneos como a jornalista bielorrussa Svetlana Aleksievitch (SIMS, 2009). Inclusive, nossa busca de parâmetros que promovam a representação igualitária de mulheres em fenômenos históricos é guiada justamente por produções como a de Aleksievitch (2016), em especial a obra “A guerra não tem rosto de mulher”. A reportagem, associada aos recursos literários, gerou a quebra de silêncio de mulheres que guerrearam na Segunda Guerra Mundial, e pouco tiveram voz e legitimidade para falar sobre a guerra nos relatos

jornalísticos e históricos tradicionais.

Em meio às mudanças sociais e culturais que eclodiam nos EUA nos anos 1960, uma geração de repórteres investigativos estabeleceram novas práticas de reportagem que posteriormente formaram bases do Jornalismo Literário — embora seja importante reconhecer que o modelo norte-americano não foi o primeiro nem o único modelo fundador do gênero (SIMS, 2009; MARTINEZ, 2009; PASSOS, 2021). O “Novo Jornalismo” gerou importantes coberturas investigativas e literárias de guerras, movimentos sociais e culturais, acionando novas formas de sensibilizar e aprofundar esses fenômenos, para além das notícias cotidianas pontuais. Nesse cenário, repórteres como Tom Wolfe, Hunter Thompson, Gay Talese e Joan Didion, entre vários autores e autoras ousaram ao explorar recursos literários em reportagens especiais e de profundidade, publicadas em jornais e revistas renomados dos EUA, como *New Yorker*, *Life*, *Esquire* e livros-reportagem, que se tornaram ícones desse gênero.

No entanto, os desafios enfrentados pelo Novo Jornalismo nas redações serviram para demonstrar os conflitos do jornalismo literário diante dos modelos tradicionais. No início da década de 1960, Wolfe (2005) resgata o estranhamento da classe jornalística frente às primeiras iniciativas experimentações de técnicas literárias nas revistas norte-americanas. Em uma reportagem da revista *Esquire*, em 1962 — que envolvia diálogos e aspectos emocionais sobre a fase da meia-idade vivida por um famoso atleta de luta — Wolfe (2005) descreve a desconfiança que ele mesmo teve ao ler os relatos. Segundo o autor, tal resistência com essas práticas jornalísticas se tornou usual entre os repórteres mais tradicionais, ao longo do desenvolvimento do Novo Jornalismo:

Com muito pouco esforço, o texto podia se transformar num conto de não-ficção. A coisa realmente única a respeito do texto, porém, era a reportagem. [...] Minha reação instintiva, defensiva, foi achar que o sujeito tinha viajado, como se diz... improvisado, inventado o diálogo [...] O engraçado é que essa foi precisamente a reação que incontáveis jornalistas intelectuais teriam ao longo dos nove anos seguintes, à medida que o Novo Jornalismo ganhava força. [...] A reportagem realmente estilosa era algo com que ninguém sabia lidar, uma vez que ninguém costumava pensar que a reportagem tinha uma dimensão estética (WOLFE, 2005, p. 22).

Nesse contexto, o olhar da reportagem literária em direção aos aspectos estéticos, detalhes e significados foram considerados exageros e preciosismos, por contrariarem o modelo tradicional, que descrevia respostas a perguntas básicas de um fato isolado. Assim, diversas estratégias foram consolidadas no jornalismo literário para distingui-lo de qualquer produto de invenção ou idealização que pudessem distorcer a realidade abordada. Com essa proposta,

Martinez (2009) lembra que a “apuração precisa” implica uma “atuação ética” na reportagem literária, visando a manter o rigor de verificação da realidade, sem que os relatos se confundam com ficção “ou um livro baseado em fatos reais” (MARTINEZ, 2009, p. 81).

Como demonstra Genro Filho (1987, p. 210), o Novo Jornalismo descrito por Tom Wolfe “recorreu às formas literárias para obter um reforço de reportagem, para dizer algo que não estava sendo dito pelas formas usuais do jornalismo e que, por tais formas, seria quase impossível dizê-lo”. Com isso, o autor classifica que esses recursos estéticos propiciaram à reportagem “a percepção de certos aspectos que o simples relato jornalístico cristalizado na singularidade não comportava” (GENRO FILHO, 1987, p. 210-211). Assim, o apanhado histórico das produções jornalísticas literárias demonstram a maneira como o Novo Jornalismo — e também diversas formas de reportagens literárias espalhadas pelo mundo — se apropriaram de práticas literárias, para instaurar um novo paradigma de reportagem. Se não para criar algo novo, para resgatar e consolidar certa essência da reportagem, que não encontrava vias de se desenvolver por outros meios.

Portanto, no sentido de estabelecer relações de complementação do jornalismo literário em relação à notícia diária, Lima (2009, p.106) considera que o desprendimento do jornalismo literário das indústrias de notícia permite explorar recursos distintos, tais como: “experimentar novas formas de captação, expandir o leque de fontes de consulta, criar novas maneiras de interação entre os repórteres e seus entrevistados, munir-se de instrumentos inovadores na observação do real em suas múltiplas complexidades [...]”.

No entanto, como também já consideramos aqui, o autor salienta que apenas essa abertura de possibilidades não é suficiente para garantir tais recursos e a eficácia de qualquer reportagem literária, já que muitos livros ainda são produzidos “presos ao fato instantâneo” (LIMA, 2009,p.106), e limitados por diversas outras condições — industriais ou não — que desafiam o potencial de suas reportagens.

Nesse sentido, a jornalista Adriana Negreiros, autora do livro-reportagem “Maria Bonita: sexo,violência e mulheres no cangaço” (2018), que será analisado neste estudo, argumenta a favor de seu posicionamento em não se apresentar sob o título de jornalista literária, por acreditar que as práticas atribuídas a esse modelo deveriam ser consolidadas como fundamentais em toda forma de jornalismo escrito:

Acho que convencionou-se chamar de jornalismo literário aqueles textos que tem

um pouco mais de apreço estético, e minha cisma com esse termo é porque acho que o apreço estético deve ser uma coisa basilar no jornalismo escrito. Claro que no jornal diário não dá pra você exercitar um estilo, mas acho que, quando há espaço, é obrigação própria do jornalismo ter um certo compromisso, que é um compromisso ético-profissional com a clareza. Minha intenção como jornalista é sempre contar uma história muito clara e na medida do possível atraente, pra que a pessoa não abandone o livro, por isso faço uso dos elementos da narrativa, e isso talvez se aproxime um pouco mais da literatura nesse sentido, tem o compromisso do jornalista com a estética também, pra tornar aquele material interessante pra quem vai ler. Sempre foi uma busca minha, como trabalhei a maior parte do tempo em revista, tinha um pouco mais de liberdade de exercitar um texto mais trabalhado. Nas grandes redações, é um compromisso do jornalismo, mas é um desafio diário, porque há muita careta dos editores, que acham que você tá querendo ‘escrever bonito’, ‘inventar mentira’. Acho que um compromisso que o jornalista, que vai escrever livros, tem que ter, é com o jornalismo, não com a literatura, a não ser que esse jornalista queira ser escritor de ficção. Mas é um compromisso que você não pode abrir mão de forma alguma, nunca conteúdo pode ser dispensado em nome da forma (informação verbal).

Nesse sentido, Negreiros mencionou momentos em que, ao usar recursos estéticos e literários, foi questionada por editores em redações de jornais ou revistas sobre a pretensão de ‘ter estilo’ em seu texto — o que para ela, ao contrário da crítica negativa que recebia, era um elemento inevitável e não condenável de seu texto. Por outro lado, ela conta que também já presenciou editores inserindo características e descrições fictícias, inventadas por esses repórteres, com intuito de tornar o texto mais atraente, com a justificativa de “utilizar jornalismo literário”. Por conta dessas distorções, bem como situações em que a noção de literatura fictícia se sobrepõe aos princípios da reportagem, torna-se necessário e fundamental o esforço de esclarecimento, que teorias do jornalismo tem produzido, no sentido de esclarecer as relações hierárquicas e funções estabelecidas entre as ferramentas acionadas ao se combinar literatura e jornalismo.

Diante dessa polarização estabelecida entre notícia diária e livro-reportagem, a essência diversificada do jornalismo literário contraria a ideia de oposição entre um padrão geral de ‘jornalismo’, que seria distinto de outro gênero específico, e uniforme, considerado ‘jornalismo literário’. Ao contrário disso, a diversidade de produções e modelos conduzem à definição do jornalismo literário como “um conjunto diverso de gêneros enunciativos situados na fronteira entre jornalismo e literatura” (PASSOS, 2017). Tal variedade representa uma gama de “comunidades interpretativas”, que partilham internamente seus próprios valores e verdades estabelecidas sobre esse fazer jornalístico (PASSOS, 2021).

Assim sendo, não parece coerente inserir o jornalismo literário como um sub-formato entre vários, tais como as categorias como jornalismo informativo, opinativo ou interpretativo (PASSOS, 2017), que compõem o jornalismo tradicional, guiado pela

dualidade entre objetividade e subjetividade. Por isso, Passos (2010) propõe as definições de dois modelos de Jornalismo distintos: o “Jornalismo de pirâmide” ou informativo, e o Jornalismo literário. O primeiro modelo se define pela estrutura da pirâmide invertida (GENRO FILHO, 1987) — que constrói a notícia factual começando pelas informações mais importantes que respondem, geralmente, às mesmas perguntas descritivas do fato. Enquanto o segundo se estrutura pela estética literária aplicada à reportagem de diversas formas. Assim sendo, a distinção mais marcante entre os modelos é que o primeiro se define como “um formato razoavelmente estável, padronizado”, enquanto o jornalismo literário “dá margem a infinitas variações” (PASSOS, 2010, p. 203).

Embora estabeleça essa distinção principal entre o jornalismo literário e a notícia convencional, construída a partir do *lead* e pela crença da reprodução dos fatos em si, Passos (2017) ainda esclarece que isso não significa a presença garantida da subjetividade e das interpretações na reportagem literária. Mesmo dentro da corrente do Novo Jornalismo nos EUA, “o grau de separação entre fatos e opiniões, o nível de interpretação autoral explícita nos textos — as próprias compreensões em torno da realidade e objetividade — variam fortemente [...]” (PASSOS, 2017, p. 10). Assim, o autor demonstra, neste mesmo período, a presença de “jornalistas literários ‘realistas’” ou “empiricistas” — que consideravam realizar a apreensão objetiva de uma realidade externa, e de outro lado, “repórteres modernistas” que assumiam seu papel “interpretação da realidade”.

Dessa forma, tal como as teorias do jornalismo se baseiam na ideia de “comunidades”, que constroem seus próprios sentidos e valores partilhados enquanto verdade objetiva (HALL, 2016; GOMES, 2009), também o jornalismo literário se constitui em comunidades, variadas conforme diferentes maneiras de estabelecer “o grau de separação entre fatos e opiniões, o nível de aceitação de interpretação autoral explícita nos textos — as próprias compreensões em torno de realidade e objetividade” (PASSOS, 2021, p.10).

Como também sugeriu Bak (2017), a questão da objetividade aparece como principal fio condutor, que marca essas distinções. Sendo um pilar fundamental, que guia a razão de ser das reportagens — justificadas por sua correspondência com a realidade —, as distintas concepções do jornalismo literário se distinguem, sobretudo, por suas relações entre aspectos objetivos e subjetivos. Com isso, as problemáticas em torno do jornalismo literário se desenvolvem ao passo em que ele desperta e tensiona essas questões fundantes do jornalismo tradicional: a bipolaridade entre objetividade e subjetividade — sobre a qual

discutimos no capítulo anterior. Portanto, uma vez que superamos a dualidade entre literatura *versus* jornalismo; subjetividade *versus* objetividade, passamos a discutir como esses conceitos podem se tornar complementares, na medida em que o jornalismo literário se afirma, justamente, por essa complementação: dos aspectos emocionais e simbólicos, acionados pelos recursos literários, com a precisão e aprofundamento na realidade acionados pela reportagem. Portanto, esse direcionamento nos leva a explorar e identificar parâmetros da sensibilização da Literatura associada à contextualização jornalística, compreendendo suas articulações e significados na produção da reportagem literária.

2.2. Combinando jornalismo e literatura: para além de usos estéticos, meios para sensibilizar e contextualizar a realidade

Como vimos, a concepção do jornalismo literário lida com questões desafiadoras que urgem a prática jornalística, para que a estética literária não se sobreponha ao compromisso com a precisão e verificação da realidade. Portanto, como demonstra Wolfe (2005), é importante atribuir aos recursos literários um papel secundário, auxiliar e complementar à reportagem investigativa, para tornar os fatos retratados cada vez mais palpáveis e contextualizados. Nesse sentido, Genro Filho (1987) classifica que o uso dos recursos literários na reportagem — a exemplo dos modelos do Novo Jornalismo — é apropriado como “um instrumento para a dramatização do acontecimento e a revelação mais explícita — não apenas insinuada ou pressuposta — do conteúdo universal do fenômeno reproduzido” (GENRO FILHO, 1987, p. 210-211). A partir daí, chegamos a uma definição de duas estratégias principais e complementares, que se tornam base desses modelos: a primeira, a “dramatização” (GENRO FILHO, 1987), ligada à sensibilização emocional dos relatos; e a segunda, a predominância do aspecto universal, desenvolvida neste estudo como um meio de contextualização.

Assim sendo, diante da revisão teórica até aqui, alcançamos a definição da sensibilização e contextualização como características-chaves que determinam, de maneira geral, a construção da reportagem literária. Ao classificarmos esses dois pontos definidores das práticas possibilitadas pelo jornalismo literário, acreditamos que eles englobam diversos outros literários acionados ao longo do tempo em suas distintas produções — sobre os quais

nos dedicamos a detalhar a partir de então. Nos interessa, então, investigar como esses parâmetros gerais podem potencializar a produção de conhecimento jornalístico e uma compreensão aprofundada de fenômenos históricos — e associados à perspectiva feminista, a uma representação plural da experiência de mulheres na História.

A definição desses aspectos gerais também vai ao encontro do que argumenta Passos (2021, p.14), ao identificar a experiência sensorial como “denominador comum” entre as várias “comunidades interpretativas”, gêneros e formatos do jornalismo literário. Assim, o autor caracteriza que as reportagens literárias se dedicam, de modo geral, a promover “a experiênciavirtual dos acontecimentos por meio de estéticas narrativas”, em vez de se voltar a “preocupações noticiosas ou mesmo informativas”, o que leva a definir tais “princípios norteadores como valores-narrativa, em vez de valores-notícia” (PASSOS, 2021, p.14). Em nossa visão, essa forma multidimensional e multissensorial de interpretar e reconstruir a realidade se traduz, principalmente, na articulação entre esses modos de sensibilizar e contextualizar o máximo possível de nuances os relatos dos acontecimentos.

Consideramos ainda que essas características se articulam e dependem uma da outra, sendo que a sensibilização se faz primordial e fundamental para alcançar a contextualização. Se há contextualização, significa que há sensibilização — isto é, que o processo de contextualizar um fato percorre e aprofunda seus aspectos materiais, sensíveis, subjetivos e emocionais. Seja a narrativa mais marcada por subjetividades e simbolismos (no caso de jornalistas, que valorizam mais esses aspectos), ou pelo detalhamento mais empírico de personagens, cenários e ações concretas (no caso daqueles mais empiricistas) — de qualquer forma, acreditamos ser a sensibilização a finalidade principal que guia esses procedimentos. Assim, tais práticas carregam em comum uma estratégia para que a realidade narrada possa ser sentida, vivenciada e experienciada ao máximo por quem lê — ainda que se saiba que essa realidade não tem como ser literalmente refletida e revisitada, como já salientamos no capítulo anterior, ao questionarmos a concepção jornalística de reprodução pura e reflexiva dos fatos.

Embora a contextualização dependa de certo grau de sensibilização para narrar a realidade de maneira completa e integral, a sensibilização não necessariamente depende de um relato contextualizado para existir. Por isso essa definição nos levará à tarefa fundamental de caracterizar, em seguida, a contextualização como processo fundamental e complementar, que encadeia os elementos sensíveis com demais dimensões da realidade, que expressam

suas conexões e sua complexidade.

Sensibilização: acionando a dimensão sensível, subjetiva e emocional para ampliar a leitura dos fatos na reportagem literária

A estratégia de “dramatização” (GENRO FILHO, 1987) se traduz fundamentalmente na maneira como a reportagem, articulada com formas artísticas e literárias, inaugura um novo tipo de narrativa construída pela complementação da realidade objetiva com seus aspectos subjetivos, sensíveis e psicológicos. Como mostra o autor, esses recursos podem alcançar uma profunda vivência e empatia do espectador com a realidade e os personagens retratados, ainda que com a consciência de que aquela realidade ocorreu efetivamente sem sua participação (o que se diferencia da arte). Segundo o autor, obras com esse teor “despertam uma percepção da realidade que sintetiza — de maneira equilibrada — aspectos lógicos e emocionais” (GENRO FILHO, 1987, p. 211). Ao instrumentalizar e definir as finalidades desses recursos de sensibilização a favor de uma imersão mais profunda no real, o jornalismo literário pode potencializar seu papel específico de produção de conhecimento social com esclarecimentos e debates fundamentais sobre a realidade em que se insere.

Por isso, Wolfe indica (2005) esse ingrediente particular de valorização do real como combustível da reportagem literária, que contrapõe a ideia da mera preferência estética pela literatura. O autor aponta que, para além das técnicas literárias, “existe uma vantagem tão óbvia, tão interna, que quase se esquece o poder que ela tem: o simples fato de o leitor saber que *tudo aquilo realmente aconteceu*” (WOLFE, 2005, p. 57, grifos do autor). Segundo Wolfe (2008, p.58), essa potência da reportagem remete ao realismo como “circuito principal”, como a “eletricidade” sem a qual não há funcionamento das máquinas, que garante a “força psicológica, moral, filosófica, emocional, poética, visionária” de produções literárias de autores clássicos do gênero, como Dickens e Dostoiévsky.

Assim, Wolfe (2005) resgata a prática do Novo Jornalismo de imersão na experiência da realidade, transmitida ao leitor com a narração detalhada de ambientes, da atmosfera, das emoções e personagens testemunhados nessa imersão do repórter *in loco*. Essa vivência sensível é alcançada, portanto, quanto mais o/a jornalista participa da realidade que está reportando, fazendo-se presente, acompanhando suas circunstâncias e emoções, observando

seus detalhes em diversas dimensões, e reunindo vários desses aspectos para a construção de uma narrativa. Esse fator é o que justifica, portanto, a necessidade de jornalistas literários em interagir com os acontecimentos e personagens por um tempo. Isso envolve desde a participação de repórteres por meses imersos no espaço e na rotina abordada na reportagem (por exemplo, dentro de expedições de exércitos militares), até o completo mergulho do repórter como personagem, reportando situações vivenciadas por ele mesmo com a finalidade de conhecê-las a fundo (como é o caso do jornalismo gonzo). Dessa forma, para além de meros detalhes estilísticos ‘escolhidos’ por conta própria, os aspectos evidenciados por essas reportagens imersivas se propõem a alcançar o máximo de amplitude e intensidade física e psicológica de certa realidade, demonstrando seu caráter de extensão de apurações jornalísticas tradicionais:

Eles [repórteres literários do Novo Jornalismo nos EUA] estavam indo além dos limites convencionais do jornalismo, mas não apenas em termos de técnica. O tipo de reportagem que faziam parecia muito mais ambicioso também para eles. Era mais intenso, mais detalhado e sem dúvida mais exigente em termos de tempo do que qualquer coisa que repórteres de jornais ou revistas, inclusive repórteres investigativos, estavam acostumados a fazer. Eles tinham desenvolvido o hábito de passar dias, às vezes semanas, com as pessoas sobre as quais escreviam. Tinham de reunir todo o material que o jornalista convencional procurava — e ir além. Parecia absolutamente importante *estar ali* quando ocorressem cenas dramáticas, para captar o diálogo, os gestos, as expressões faciais, os detalhes do ambiente. A ideia era dar a descrição objetiva completa, mais alguma coisa que os leitores sempre tiveram de procurar em romances e contos: a vida subjetiva ou emocional dos personagens. [...] Só através das formas mais investigativas de reportagem era possível, na não ficção, usar cenas inteiras, diálogo intenso, ponto de vista e monólogo interior (WOLFE, 2005, p. 37-38).

De acordo com a interpretação de Genro Filho (1987) sobre esses procedimentos adotados no Novo Jornalismo, essa pretensão da “intimidade com os fatos” trazia a intenção de “oferecer algo que os leitores encontravam apenas na literatura: uma vivência subjetiva e emocional junto aos personagens” (GENRO FILHO, 1987, p. 210).

Nesse sentido, entre as práticas e recursos do jornalismo literário elencados por Kramer (1995) — compondo ‘regras’ que são frequentemente reinventadas — pode-se listar a imersão “no mundo das personagens e no pano de fundo da investigação”, com o propósito de captar a compreensão das pessoas a partir de seus sentimentos, diferenças, vaidades e etc (KRAMER, 1995, p. 22, tradução nossa). Assim, a partir dos longos períodos de tempo percorridos ‘dentro das vidas’ das fontes e personagens, em seus locais de trabalho, ao longo de situações e rotinas apuradas, jornalistas literários alcançam a etapa de reportagem num estado de “alerta para reviravoltas significativas de narrativa e capítulo, o tempo todo pensando como retratá-los [...]” (KRAMER, 1995, p.22, tradução nossa). Esse processo demanda, de acordo com Martinez (2009, p.80), a “apuração precisa” e a “sensibilidade para notar as tramas paralelas”, que

ocorrem em torno dos acontecimentos.

A sensibilização também aparece nos instrumentos de captação da reportagem literária, estabelecidos por Lima (2009), a exemplo do recurso de observação participante. Como contextualiza o autor, na década de 1960, nos EUA, em meio à efervescência cultural do movimento *hippie* e suas reivindicações por liberdade contra o militarismo e a moral norte-americana dominante, a ideia de “sentir, perceber, emocionar, usar o potencial sensorial do corpo era a ordem dos novos tempos” (LIMA, 2009, p.122). Isso, portanto, inspirou o Novo Jornalismo ao “mergulho e envolvimento total nos acontecimentos e situações, os jornalistas tentando viver, na pele, as circunstâncias e o clima inerente ao ambiente de seus personagens”, a partir da ideia de que “não há como retratar a realidade senão com cor, vivacidade, presença” (LIMA, 2009, p.122-123). Com isso, o autor define que o jornalismo literário perpassa um processo de experiência do acontecimento que, além de objetivo na captação das informações, é sensorial, psicológica e emocional — o que o torna capaz de interpretar e transmitir essa dimensão sensível do real.

Esse conjunto de práticas resgata, ainda, o conceito definido por Hartsock (2015, tradução nossa) como “a estética da experiência”. O emprego desse termo pelo autor parte do pressuposto de que é preciso uma complementação entre objetividade e subjetividade, ao admitir que toda experiência cotidiana é composta por essas duas dimensões da realidade. Entende-se que a experiência dos acontecimentos sempre irá mesclar sentidos físicos, concretos e externos ao sujeito com apreensões, imaginações e abstrações, ainda que coletivas, fruto de certos contextos históricos e culturais, mas que também o tornam significativos. Nesse sentido, Hartsock (2015, p.4, tradução nossa) considera que essa estética da experiência está ligada a “uma experiência fenomenal que provoca uma resposta sensorial, um ponto de vista revivido no conceito da estética do cotidiano”. Assim, faz sentido refletirmos sobre a função do jornalismo literário em retratar essa “resposta sensorial”, ou seja, às maneiras como os acontecimentos são imaginados, revividos, reapropriados e sentidos pelos indivíduos. Isso, portanto, denota a finalidade desse tipo de reportagem em revelar significados culturais, simbólicos e psicológicos envolvidos na realidade.

Ressaltando o papel essencial do jornalismo literário em revelar a “experiência sensorial refletida na linguagem” (HARTSOCK, 2015, p.4, tradução nossa), o autor demonstra que, ao retratar a dimensão estética das experiências dos indivíduos pelo mundo, a reportagem

pode ainda ser capaz de “romper suposições culturais e pessoais tidas como certas”. Isso revela, portanto, a necessidade de demarcar relatos que questionam tais “suposições culturais” dominantes. Dessa forma, diante do conhecimento hegemônico que silencia mulheres por não serem consideradas fontes dignas de registros históricos, as estratégias de sensibilizar essas experiências femininas conduzem a uma maneira de desconstruir tais verdades estabelecidas ao passo em que percorrem o caminho sensorial, imaginativo, simbólico que as construiu e as fixou socialmente.

Assim, a intimidade com os fatos e personagens, no jornalismo literário, se complementa por meio da força de expressão da/do jornalista, ao manifestar uma linguagem própria, se colocar e participar do texto de diversas formas possíveis. Isso se traduz na prática da voz autoral, apontada por Kramer (1995) e por Martinez (2009); bem como pela contraposição a uma voz neutra, defendida por Wolfe (2015). Diferentemente da tradicional neutralidade jornalística, que retira de cena tudo aquilo que o repórter sente diante da realidade abordada, o espaço para a interação e expressão do jornalista, enquanto sujeito, se abre de diversas formas. Tais recursos não se resumem necessariamente à narração em primeira pessoa e na explicitação direta de opiniões do autor, mas se traduzem também na seleção dos aspectos sensíveis da realidade e a forma como são situados na narrativa, no tom de voz e nos recursos estilísticos explorados.

Ao articularmos todas essas formas de sensibilização, um dos principais desdobramentos dessa construção sensível das reportagens aparece na construção dos personagens. Isso se dá por meio da construção detalhada de personagens, com base em intensos traços humanos e psicológicos, com histórias de vida fundamentadas em situações reais — não idealizadas, nem heroicas ou romanceadas. Assim, a reportagem busca alcançar uma dimensão única de envolvimento e transformação social, ao retratar a intensidade de experiências vividas e sentidas na realidade das pessoas.

Por um lado, as fontes e entrevistas, são um ingrediente fundamental de precisão, humanização e enriquecimento da grande reportagem. Por outro lado, as técnicas da literatura são marcadas por personagens fortes, com traços e papéis bem delineados para representar significados e contextos. Nos parece, então, que a reportagem literária reúne esses parâmetros de ambos os campos, visando construir personagens que representem ainda mais a experiência e complexidade da realidade abordada (Há fontes que corroboram?). Portanto, essa prática reúne precisão cirúrgica de percepção da realidade a partir das fontes,

captando e transmitindo a singularidade de suas histórias de vida e expressões marcantes, unindo todos esses dados empíricos aos recursos literários de humanização. Essa articulação jornalístico-literária se traduz, então, no que Passos (2017, p.88) considera uma transição “de fontes a personagens”:

[...] enquanto o jornalismo de pirâmide utiliza entrevistados como fontes de informação amparadas e validadas a partir das instituições de poder que representam, no jornalismo literário esses indivíduos se transformam em personagens que, retratados em seu sentir e agir no mundo, têm a validação de sua fala articulada a partir de suas vivências, que lhes conferiria credibilidade de modo independente de um amparo institucional (PASSOS, 2017, p.88-89).

Ou seja, os papéis das fontes-personagens nessa reportagem são atribuídos não por representarem posicionamentos ‘oficiais’ de certas instituições e poderes (como costuma ocorrer no jornalismo tradicional), mas sim por simbolizarem experiências, formas de sentir e ver certas situações da vida, papéis sociais e culturais significativos para a construção da narrativa em questão. Isso delega aos personagens uma função ativa e simbólica para além de apenas validar os relatos expostos, mas se estende ao imergir na experiência de quem vivencia a realidade abordada de várias formas.

No livro-reportagem “Maria Bonita: sexo, violência e mulheres no cangaço”, de Adriana Negreiros (2018), esse modo de caracterizar personagens guia as descrições de traços da aparência e do comportamento da protagonista, a cangaceira Maria Bonita. Esses recursos demonstram simbolizar e representar sua realidade enquanto mulher do sertão brasileiro, que se rebelou de sua condição feminina para integrar o bando. Seus traços revelam as diversas relações de poder de gênero e classe que a atravessam, e revelam reproduções e desvios à normadas mulheres aprisionadas ao ambiente doméstico na época. Isso se traduz, por exemplo, neste trecho que revela os estereótipos de beleza e objetificação sexual feminina daquele contexto:

Morena clara, cabelo e olhos castanhos, nariz afilado, lábios finos e 1,56 metro de altura, a esposa de Neném possuía um atributo em alta conta nas veredas nordestinas: um par de coxas grossas, cuja robustez se podia antever pelos tornozelos rotundos que os vestidos cortados abaixo dos joelhos deixavam à mostra. **Embora, na época, o arquétipo urbano de elegância contemplasse corpos esguios** como o da canadense Mary Pickford — que ganharia, em 1930, seu segundo Oscar de melhor atriz pela atuação no filme mudo *Coquete* —, **as garotas mais cobiçadas do sertão eram as bem fornidas**. As pernas fortes de Maria compensavam alguns de seus predicados pouco favoráveis, como certo achatamento da região glútea e os pés grandes e esparramados (NEGREIROS, 2018, p.19, grifos nossos).

Entre outras diversas descrições do comportamento, da vida privada e dos costumes da

personagem, forma-se uma narrativa marcada pelo debate das desigualdades entre homens e mulheres. Tais recursos demonstram, então, a maneira como elas são submetidas aos afazeres e lazeres domésticos, artesanais, delicados. E, portanto, inferiores aos papéis masculinos destinados aos ‘grandes feitos’, das relações políticas, comerciais, de pais de família e detentores de diversas formas de poder, ainda que classificadas por distinções de classe e raça entre eles. E na medida em que Maria Bonita e outras cangaceiras manifestavam comportamentos que extrapolavam essa dimensão doméstica e privada imposta às mulheres, a construção dessas personagens demonstra certo grau de ruptura, tensão e desvio em relação à norma vigente, como no trecho grifado abaixo:

No exílio voluntário na casa dos pais, **sempre que brigava com o marido**, Maria mergulhava na rotina de seus tempos de solteira: passava horas a bordar lenços com as irmãs e a prostrar à sombra do umbuzeiro. [...] Alguns de seus passatempos, **entretanto, não eram tão singelos**. Embora os dias fossem maçantes, um ar festivo tomava conta da caatinga quando o cenário era iluminado pelo luar do sertão. Nessas ocasiões, Maria se emperiquitava com seus melhores vestidos e ia bater suas coxas maciças nas de algum pé de valsa nas fazendas da região (NEGREIROS, 2018, p.20, grifos nossos).

Essas descrições das personagens também revelam como as hierarquias de poder eram fortalecidas, por meio dos trejeitos, do estilo e da estética apropriada pelo povo sertanejo, e pelas cangaceiras e cangaceiros. Conforme detalham diversas passagens do livro, os bandoleiros — principalmente o casal mais poderoso do bando, Lampião e Maria Bonita — faziam questão de exibir trajes e acessórios que ostentavam e simbolizavam sua autenticidade, e os relativos poderes que exerciam sobre as comunidades e instituições do sertão. Assim, esses relatos fornecem vários aspectos culturais e simbólicos daquele universo:

[A cangaceira Dadá] Inventara um bordado diferente, com motivos florais e geométricos, e aplicara-os sobre o bernal [bolsas utilizadas pelos cangaceiros] de Corisco. De tão exuberante, a peça logo se transformou motivo de cobiça. [...] dedicou-se a confeccionar o mais lindo dos relevos para o comandante [Lampião]. [...] No sertão do começo do século XX, o manejo de linhas e agulhas não era uma atividade exclusivamente feminina. Os vaqueiros produziam os próprios gibões e chapéus e **primavam pela beleza, além do aspecto utilitário da indumentária**. Cangaceiros também se dedicavam à produção de seus trajes — **verdadeiros uniformes de guerra**. Se Lampião apreciava o bordado de Dadá era porque dominava o assunto e sabia reconhecer a sofisticação de uma trama (NEGREIROS, 2018, p.69-70, grifos nossos).

Com essa riqueza de descrição de detalhes estéticos, é possível perceber certa subversão e ousadia do bando ao se trajarem como uma espécie de nobreza do sertão, denotando uma forma de expressão até mesmo artística de seu poder paralelo. Por isso, por vezes também exibiam objetos raros e ‘nobres’ roubados em assaltos do bando aos membros da elite.

Maria de Déa, de fato, estava sempre nos trinquês, **ornada com algumas das melhores joias que já tinham circulado pelo sertão nordestino**. Em volta do pescoço, **exibia sete correntes de ouro que pertenceram a Joana Vieira de Siqueira Torres, a baronesa de Água Branca**, da cidade alagoana de mesmo nome, **cujo casarão fora assaltado por Lampião** [...] (NEGREIROS, 2018, p.64, grifos nossos).

Nesse sentido, tais expressões da aparência de Maria Bonita também representam a transição e ascensão dela de mulher comum, casada e fadada à vida doméstica, para uma mulher subversiva que se tornou a “Rainha do Cangaço”. Essa ascensão social é simbolicamente marcada por várias performances estéticas, que demarcavam sua soberania — especialmente entre as outrasmulheres cangaceiras que depois vieram a integrar o bando, levando a certa competitividade feminina também revelada ao longo do livro.

Assim, as reportagens biográficas das bandoleiras do nordeste resgatam uma tradição de reportagem atenta às minúcias significativas especialmente na representação das mulheres — para as quais os detalhes íntimos, privados e sutis são marcadamente lugar de perpetuação das imposições masculinas. E, ao mesmo tempo, os espaços privados têm sido onde elas encontram certos ‘refúgios secretos’ para formas de libertação — o que será mais tratado em torno da teoria feminista no capítulo seguinte. Mas por ora, é importante demarcarmos as origens e efeitos desses elementos no jornalismo literário.

Com isso, é possível perceber fortes simbolismos e detalhes posicionados no texto, não apenas para envolver e transportar o leitor às cenas e atmosferas, mas para demonstrar como os conflitos, disputas e conquistas das personagens se manifestam nessa dimensão estética da vida real. Essa técnica se traduz, nas definições de Wolfe (2005), como um meio de expressão do *status* de vida das personagens:

Trata-se do registro dos gestos, hábitos, maneiras, costumes, estilos de mobília, roupas, decoração, maneiras de viajar, comer, manter a casa, modo de se comportar com os filhos, com os criados, com os superiores, com os inferiores, com os pares, além de vários ares, olhares, poses, estilos de andar e outros detalhes simbólicos do dia a dia que possam existir dentro de uma cena. Simbólicos de que? Simbólicos, em geral, do status de vida da pessoa, **usando essa expressão no sentido amplo de todo padrão de comportamento e poses por meio do qual a pessoa expressa sua posição no mundo** ou o que ela pensa que é seu padrão ou o que gostaria que fosse (WOLFE, 2005, p. 53-55, grifos nossos).

A narrativa das minúcias do cotidiano como marca da reportagem literária

É justamente por esses meios que o jornalismo literário traz consigo uma tradição de narrar cotidianidades, dedicando particular atenção às tramas da vida anônima, dos personagens

ordinários e de suas expressões mais banais na rotina dos dias (KRAMER, 1995; PASSOS, 2017; MARTINEZ, 2022). Dessa forma, as realidades e questões abordadas na reportagem se sustentam nessas expressões e movimentos pessoais de cada indivíduo. Tais minúcias passam a revelar pontos fundamentais da forma como um fenômeno histórico-social se desenrola no cotidiano, com efeitos sutis e sensíveis, que intensificam a forma como cada um sente, vivencia e ressignifica a própria realidade.

Um importante exemplo norteador dessa análise é a maneira como Svetlana Aleksievitch (2016), no livro-reportagem “A Guerra Não Tem Rosto de Mulher”, se pauta justamente nesses detalhes sutis e minuciosos da vida das mulheres combatentes do exército soviético na Segunda Guerra Mundial. Esses relatos demonstram nesses detalhes da rotina os efeitos da dominação masculina, e suas formas de deslegitimar a participação feminina na guerra. Um recurso fundamental explorado pela jornalista, para preencher os silêncios e vazios históricos deixados pela ocultação e deslegitimação dos relatos femininos da guerra, foi acionar a memória, a história oral e as vivências pessoais de maneira sensível e afetiva. Como observam Passos e Marchetto (2018, p.14), a jornalista “criou uma esfera intimista que violou os entraves que supervalorizavam a versão histórica neutra”, levando a “prestar atenção nas minúcias, nos sentimentos, naquilo que parece pequeno e humano, ao invés dos grandes feitos e do heroísmo”. Essa narrativa revela, portanto, uma leitura completa do que é sentido tanto nas dimensões ‘macro’ quanto ‘micro’ de um fenômeno histórico — tal como também trataremos nos próximos tópicos, nas articulações entre Jornalismo e História.

De um lado, o livro de Svetlana retratou as atrocidades da guerra, suas torturas e mutilações, a vida dos prisioneiros, o ódio, a morte e o estupro. [...] Do outro lado, vemos as minúcias, o amor, a vontade de usar vestidos e maquiagens, a inabilidade dos soldados em lidar com a menstruação, o vestido de noiva feitos de ataduras. O relato da mulher para quem ter que usar cuecas era a pior coisa da guerra, o contato com as flores, a terra e os animais. Todos esses fatores servem para estruturar o que Svetlana caracteriza como história dos sentimentos e da alma (PASSOS E MARCHETTO, 2018, p.113-114).

Da mesma forma, Heller e Martinez (2019) identificam nas reportagens de Aleksievitch as marcas da voz autoral (SIMS E KRAMER, 1995) e sensível ao transmitir os detalhes cotidianos por meio da história oral e as memórias das combatentes, ao “mesclar sua profunda sensibilidade com a sutileza expressa pela memória pessoal das narradoras” (HELLER E MARTINEZ, 2019, p. 3). Como observam as pesquisadoras, esse percurso envolve uma imersão profunda da jornalista da realidade das soldadas, como se ela própria tivesse presenciado aquela atmosfera da década de 1940, testemunhada por Aleksievitch por

meio da escuta sensível, da reflexão e absorção das memórias delas.

Isso então resulta na inclusão dessas “vozes silenciadas”, por meio da narração que rompe com os limites convencionais e se situa dentro do texto: “Ao incluir, depois de digeri-las, a voz invisível das mulheres que lutaram, Aleksiévitich insufla vida às narrativas tradicionais de mortedo conflito” (HELLER E MARTINEZ, 2019, p.10). Ao acessar e transmitir esses relatos com esse grau de sutileza, Heller e Martinez (2019, p.12) identificam na autora uma busca menos preocupada em versões oficiais, mas sim em “permitir o processo de afloramento das lembranças, das experiências vividas, seus significados e a natureza da memória individual e da coletiva”.

Como referência de reportagem dedicada a romper o silêncio histórico imposto às versões das mulheres, as estratégias de Aleksiévitich se mostram necessárias em contextos que trazem as sensações e a memória como fontes principais ou até exclusivas da experiência de mulheres. Tudo isso revela-se fundamental em meio a repressões e opressões masculinas, que as impediam de transformar essas questões em acontecimentos concretos, objetivos e oficialmente legitimados como registro histórico.

Entre as referências brasileiras desse tipo, a reportagem da jornalista Eliane Brum sintetiza esse modo de ser jornalista que capta a vida em seus diversos sentidos — movimentos, cheiros, cores, memórias, tensões, anseios — em acontecimentos ‘minúsculos’, vividos por pessoas comuns. Com diversos livros-reportagens que reúnem suas incursões pelo Brasil em reportagens publicadas em revistas e colunas de jornais, Brum reúne histórias que surpreendem por revelar uma realidade marcada pelo extraordinário que chama de “milagres de gente”, captando momentos sutis que representam grandes feitos de transformação social da humanidade.

Por exemplo, em seu livro “A vida que ninguém vê” (BRUM, 2006), a reportagem “A História de um Olhar” revela, com linguagem afetiva, a mudança de vida de um andarilho que teve seu destino modificado quando passou a frequentar a escola, acolhido pelo olhar solidário de uma professora e crianças da turma. A reportagem inicia narrando atos sutis do cotidiano: “O mundo é salvo todos os dias por pequenos gestos. Diminutos, invisíveis. O mundo é salvo pela avessa importância. (...) O mundo é salvo por um olhar. Que envolve e afaga. Abarca. Resgata. Reconhece. Salva (BRUM, 2006, p.22)”.

Já no livro “O olho da rua: Uma repórter em busca da literatura da vida real” (BRUM, 2008),

areportagem “Vida até o fim” a levou a acompanhar o fim da vida e a passagem para a morte de uma mulher que estava com câncer terminal. A experiência conduziu a uma imersão de Eliane em uma rotina de visitas e diálogos cuidadosos com a personagem da vida real, Alice, até a chegada de sua morte. Isso gerou a narrativa de sua trajetória marcada pelo ofício de merendeira escolar, percorrendo a intensidade dos anseios, medos, memórias e vivências que formaram um importante registro psicológico da condição humana. Com isso, essa mudança de olhar para aquilo que poderia ser banal e inexpressivo leva a alcançar tais elementos sensíveis, que afligem a essência humana, aproximando o jornalismo de reflexões existenciais e filosóficas que urgem a realidade, como revela Brum:

Todo o meu olhar sobre o mundo é mediado por um amor desmedido pelo infinito absurdo da realidade. E pela capacidade de cada pessoa reinventar a si mesma, dar sentido ao que não tem nenhum. São estes os únicos milagres em que acredito, os de gente. [...] Meu ofício é encontrar o que torna a vida possível, a delicadeza nas horas brutas. [...] Acredito na reportagem como documento da história cotidiana, como vida contada, como testemunho. Exerço o jornalismo sentido em cada vértebra o peso da responsabilidade de registrar a história do presente, a história em movimento. Por isso, exerço com rigor, em busca da precisão e com respeito à palavra exata. Mas também com a convicção de que a realidade é um tecido intrincado, costurado não apenas com palavras, mas também com texturas, cheiros, cores, gestos. Marcas. Também com faltas, excessos, nuances e silêncios. Ruínas. Na apuração de minhas matérias, busco dar ao leitor o máximo dessa riqueza do real, para que ele possa estar onde eu estive e fazer suas próprias escolhas (BRUM, 2008, p.13-14).

2.3 A contextualização alcançada pelo jornalismo literário: um olhar para as múltiplas dimensões dos fatos.

As proposições alcançadas nos levam a definir que, para o jornalismo literário, a literatura assume um papel instrumental, estratégico, tido como meio — e não fim, como para obras puramente literárias — para se chegar ao destino final: que é justamente a construção da reportagem aprofundada e contextualizada. Como premissa, consideramos que a reportagem literária oferece possibilidades de explorar ainda mais os meios de “ampliação da notícia” e aprofundamento dos fenômenos. É importante ressaltar, ainda, que abordamos a reportagem literária de maneira ampla, sendo mais ligada a uma perspectiva e um posicionamento de produção jornalística, e que, portanto, não estaria presa a formatos específicos, sendo capaz de atravessar diversas plataformas, como livros, revistas, portais digitais ou jornais impressos.

A consolidação da reportagem enquanto modelo marcado pela amplitude da investigação jornalística, indo além da informação pontual da estrutura da notícia, demonstra estar na

essência do jornalismo literário. Ao olharmos para as teorias que indicam a formação desse modelo, em seus distintos contextos sociais, percebemos em comum a premissa de que ele existe a partir da reportagem. Desse modo, nem toda reportagem é jornalismo literário, mas todo jornalismo literário precisa surgir a partir da reportagem. Nesse sentido, Lima (2009) estabelece essa ligação, que fundamenta a concepção do livro-reportagem:

Entendendo a reportagem como a ampliação da notícia, a horizontalização do relato — no sentido da abordagem extensiva em termos de detalhes — e também sua verticalização — no sentido de aprofundamento da questão em foco, em busca de suas raízes, suas implicações, seus desdobramentos possíveis —, o livro-reportagem é o veículo de comunicação impressa não-periódico que apresenta reportagens em grau de amplitude superior ao tratamento costumeiro nos meios de comunicação jornalística periódicos. Esse “grau de amplitude superior” pode ser entendido no sentido de maior ênfase de tratamento ao tema focalizado — quando comparado ao jornal, à revista ou aos meios eletrônicos —, quer no aspecto extensivo, de horizontalização do relato, quer no aspecto intensivo, de aprofundamento, seja quanto à combinação desses dois fatores (LIMA, 2009, p. 26).

Nesse sentido, ao discutir e conceituar o jornalismo literário, Genro Filho (1987) demonstra que esse modelo parte de uma definição de reportagem não nos aspectos operacionais — de quantidade de palavras e extensão da notícia, por exemplo. Para além disso, o autor defende discernir a reportagem pelo modo particular como ela produz conhecimento, fazendo com que a reportagem alcance ainda mais a “*particularidade* (enquanto categoria epistemológica)” (GENRO FILHO, 1987, p. X). Ou seja, a contextualização particular em torno dos fatos abordados.

Assim, a particularidade “assume uma relativa autonomia ao invés de ser apenas um contexto de significação do singular [...] busca sua significação na totalidade da matéria jornalística” (GENRO FILHO, 1987, p. 208). Com isso, entendemos que a reportagem — e logo, o jornalismo literário — ao mesmo tempo em que se vale da dimensão singular dos fatos em foco, também dá abertura e aprofundamento para percorrer elementos do universo particular aos quais aqueles fatos se encaixam. Isso se traduz, portanto, na prática das reportagens literárias em dedicar boa parte do seu espaço para caracterizações estéticas dos ambientes, da atmosfera e das emoções; ou para um profundo esclarecimento de índices, tendências e traços dos fenômenos, que formam pano de fundo dos fatos investigados.

É importante compreender que, apesar desses aspectos concorrerem entre si, Genro Filho (1987) argumenta que “a singularidade atinge a particularidade sem, no entanto, superar-se ou diluir-se nela”. A partir dessa lógica, é possível resgatar novamente a premissa do pensamento complexo de Morin (2015), caracterizando o conhecimento produzido sob a

ótica da complexidade que alcança a contextualização. Esse tipo de conhecimento considera, fundamentalmente, tanto a singularidade de cada parte quanto as relações contextuais estabelecidas com a totalidade, contrapondo a visão holística que generaliza todas as partes apenas às definições gerais do todo — perdendo de vista as interações, disputas e contradições entre as partes.

Dessa forma, essa perspectiva contextualizada na reportagem literária tem potencial, por exemplo, de traçar as particularidades e aspectos gerais que constroem os valores e papéis atribuídos às mulheres em cada cultura e época. Ao mesmo tempo, é capaz de transmitir questões singulares e extremamente específicas da experiência de mulheres, revelando suas formas específicas e individuais de se articular, de submeter ou reproduzir as dominações masculinas que lhes foram impostas.

Assim sendo, essa produção de conhecimento entre as singularidades e os contextos particulares construídos culturalmente pode ser, então, entendida pelas considerações de Morin (2001) sobre a relação entre a “unidade e a diversidade”, que, segundo o autor, estabelecem vínculos e interações fundamentais à maneira de apreender as culturas:

A cultura constitui a herança social do homem, as culturas alimentam as identidades individuais e sociais, no que elas têm de específico. [...] Cada enunciado, em cada cultura, dá testemunho simultaneamente das qualidades e propriedades universais da linguagem e das especificidades próprias de cada língua, de cada cultura, de cada indivíduo. [...] As diversidades individuais, culturais, sociais, não passam de modulações à volta de gênero singular; elas actualizam, nas suas singularidades próprias, o infinito poder diversificador do modelo singular (MORIN, 2001, p. 60- 61).

Dessa forma, a reportagem literária possibilita um conhecimento que privilegia os contextos, diversidades, totalidades, de modo a complementar (e não anular) a singularidade explorada na investigação dos fatos. Isso ocorre ao passo em que a reportagem percorre essas variações, atualizações, multiplicações ou até mesmo contradições de padrões universais nos casos singulares, revelando a complexidade do acontecimento em si.

2.4 Contextualização jornalística e construção de narrativas: os sentidos e significados alcançados pela conexão dos fatos

Chegando a uma definição conclusiva dessa prática, entendemos que esse viés jornalístico de composição e reconstrução de aspectos da realidade se traduz na construção de narrativas. Tal conceito, amplamente trabalhado nas pesquisas em Jornalismo ligadas à teoria e análise de Narrativa (MOTTA, 2013), volta sua atenção para as narrativas construídas ao

esculpirmos a linguagem para formar sentidos, significados e representações, contando histórias que materializam as experiências de vida com temáticas centrais. Com isso, o conjunto de enquadramentos jornalísticos gerados por uma reportagem leva à “construção das narrativas explicativas do mundo da vida” (GUAZINA; PRIOR; ARAÚJO, 2017, p. 5).

Nesse sentido, Ana Teresa Peixinho (2016) considera a narrativa a “matriz comum” que está na essência do Jornalismo e da História — sobre os quais trataremos de aproximar e conectar nos próximos tópicos. A autora define a narrativa como um “produto textual e discursivo que organiza a experiência, dando-lhe forma, nexos, coerência e sentido”, num processo que interrelaciona os elementos e personagens que constituem os fatos, “conferindo-lhes uma lógica interna” (PEIXINHO, 2016, p. 560). Assim, nos interessa fixar a ideia de que, a partir da linguagem articulada aos repertórios culturais e simbólicos disponíveis, a reportagem literária reestrutura a experiência de uma realidade. Mas não no sentido literal de revisitar o fato como quem o viveu de fato, na experiência imediata, e sim no sentido de ressignificar, de estabelecer novas conexões próprias dessa narrativa jornalístico-histórica. Isso delega a reportagem um papel de construtora da realidade, ao criar novas realidades que habitam o território simbólico da linguagem, dos significados e imaginários que circulam socialmente — e, portanto, incidem fortemente na realidade material e concreta (HALL, 2016).

Isso denota a maneira como essa reconstrução do real é capaz de embaralhar e reconectar diferentes tempos e espaços, causas e efeitos, mesclar sensações atuais do/da jornalista com sensações alcançadas na memória dos personagens. Assim sendo, admitimos também a memória como uma construção de narrativa, por ser fruto de uma atualização e uma ressignificação, que não reconstitui literalmente as experiências, mas seleciona seus elementos mais marcantes e os reconecta em uma cadeia de fatos, que expressam sentidos e significados particulares dos sujeitos.

Com isso, acreditamos que a contextualização jornalística é composta fundamentalmente por esses processos, e o ato contínuo de contextualizar promove inúmeras reelaborações dos fatos (inclusive posteriormente, pelos leitores). E definitivamente, quando sistematizada na construção da reportagem literária, a contextualização demonstra ser fundamental para dar aos fatos um sentido maior que suas aparições pontuais, preenchendo a realidade com diversas cadeias de sentidos, significados, fundamentos, questionamentos e esclarecimentos desencadeados pelos acontecimentos. Encontramos exemplos claros desse *modus operandi* nos livros-reportagem “Maria Bonita: sexo, violência e mulheres no cangaço”, de Adriana

Negreiros (2018), bem como no livro “Ela disse: os bastidores da reportagem que impulsionou o #MeToo”, de Jodi Kantor e Megan Twohey (2019).

Na reportagem literária de Negreiros (2018), focalizada na análise empírica deste estudo, a construção da singularidade e da contextualização demonstra ser um forte elemento da narrativa marcada pela experiência específica e singular de Maria Bonita — primeira mulher cangaceira que entrou para o bando como esposa do líder Lampião e ficou conhecida como “A Rainha do Cangaço” (NEGREIROS, 2018). Ao mesmo tempo em que o livro busca construir uma biografia de Maria, também há a significativa abertura de espaços e capítulos inteiros dedicados a aprofundar e esclarecer contextos relacionados à cangaceira. Por isso, o livro se debruça sobre o contexto particular das mulheres cangaceiras; dos homens cangaceiros e do cangaço de maneira geral (relatos históricos das incursões do bando, e suas relações com poderes políticos, institucionais e com as comunidades do entorno). Cuidado para não repetir explicações/descrições anteriores.

Dessa forma, é possível perceber que a narrativa singular e biográfica de Maria Bonita se desloca e até perde espaço, por vezes, para diversas outras personagens e situações desses contextos particulares, também interligados por sua dimensão universal (o contexto da sociedade brasileira e ao sertão nordestino, os símbolos nacionais e universais da criminalidade, miséria e relações de poder na época dos fenômenos). Com isso, a singularidade de Maria Bonita se torna porta de entrada para um amplo registro histórico do fenômeno do cangaço, revelando um fenômeno nitidamente atravessado por diversas contradições e variações culturais e sociais, que se relacionam de diversas formas à experiência feminina das cangaceiras.

No livro-reportagem de Kantor e Twohey (2019), as jornalistas do *New York Times* revelaram abusos sexuais contra mulheres e outros crimes característicos de violência de gênero, cometidos por homens públicos e poderosos do meio político, da indústria cultural e tecnológica, entre outros campos profissionais nos Estados Unidos. As investigações jornalísticas contribuíram para um conjunto de milhares de denúncias que formaram a campanha feminista *#MeToo*, circulada globalmente nas redes sociais para quebrar o silêncio sobre assédios, que geraram diversos debates, medidas e punições.

A presença da singularidade aparece como forma de sensibilizar e detalhar os efeitos sentidos pelas mulheres, a partir da indústria de assédios e indenizações por silêncio — identificada pelas repórteres em *Hollywood*. Assim, as experiências singulares se traduzem

no protagonismo de atrizes e funcionárias afetadas pelos impactos do machismo. Nesse sentido, as repórteres descrevem trajetórias de atrizes como Gwyneth Paltrow e Ashley Judd. Tais trechos demonstram, por exemplo, como Paltrow enxergava confiança numa relação quase paternal com o seu mentor profissional e assediador — o produtor Harvey Weinstein —, o que gerou impotência e silenciamento dela diante dos assédios. Ao retratar a história de Judd, o livro aborda traumas de infância, decorrentes dos assédios sofridos, e os impactos psicológicos dos abusos de Weinstein, além de sua trajetória como ativista e acadêmica feminista, como formas de mudar essa realidade. Isso também se reflete no depoimento sobre a condição feminina em Hollywood, concedido pela atriz Marissa Tomei, que “precisara lidar com uma desigualdade salarial aparentemente sem solução, e diversas vezes se vira reduzida a um acessório, em cenas que giravam em torno de personagens masculinos” (KANTOR; TWOHEY, 2019, p. 42-43). Enquanto questões singulares, o livro revela a exclusão profissional e os impactos psicológicos, incluindo depressões e tentativas de suicídio, que várias vítimas sofreram diante dos abusos (ROCIO E HENRIQUES, 2021).

Entretanto, o que ganha peso nessa narrativa não é o aspecto espetacular de cada um dos abusos e traumas sofridos, e sim o “padrão de comportamento” encontrado nesses crimes. Assim, esse contexto particular ganha predominância à medida que as repórteres revelam a série de assédios sexuais enquanto problema estrutural da indústria cultural de Hollywood, baseada em ideais de beleza e comportamento feminino, ditados pelos homens. Assim, identificaram que “gênero não era apenas uma pauta, mas uma espécie de porta de entrada investigativa. Como as mulheres ainda estavam à margem em muitas companhias, documentar o que elas vivenciavam mostrava como o poder funcionava” (KANTOR; TWOHEY, 2019, p. 15-16, grifo nosso Quais?). A pauta de Kantor e Twohey (2019, p. 37) teve como ponto de partida a tarefa de “ir além dos infratores individuais e definir os elementos e o sistema que faziam com que o assédio sexual continuasse a ser tão generalizado e difícil de abordar”.

Tal direcionamento leva à contextualização como principal forma de identificar causas, padrões e tendências abusivas dos homens, possibilitando o assédio sexual de forma mais efetiva e profunda. Sendo assim, o contexto é acionado principalmente das seguintes formas: a sistematização de um grande volume de provas documentais; a contextualização de acusações, que totalizaram doze vítimas denunciando assédios na reportagem, o que encorajou mais mulheres a denunciarem; e o resgate histórico de tradições e práticas abusivas contra mulheres, no dia a dia das empresas e das produções cinematográficas, desde os anos

1970. Isso revelou um padrão de comportamento masculino que ainda se mantinha, mesmo que mulheres já ocupassem cargos de chefia e posições de protagonismo.

A partir desses parâmetros e efeitos alcançados pela sensibilização e contextualização de realidades reconstruídas no jornalismo literário, é possível nos aproximar, com precisão, de temáticas que conectam o objeto empírico deste estudo com as concepções teóricas do jornalismo literário. Assim, nos dedicamos a discernir as possibilidades de debates e questionamentos voltadas à transformação social pelo jornalismo literário — questão especificada pela compreensão da perspectiva feminista como debate social a ser promovido nessas reportagens. E em seguida, de maneira interligada às questões históricas e culturais propiciadas por esse papel de debate social da reportagem literária, iremos investigar e identificar a fundo as articulações da reportagem literária com a produção histórica e com narrativas que registrem fenômenos da História

2.5 O papel da reportagem literária no debate e na transformação histórica

Ao se desenvolver como modelo revolucionário e que historicamente trouxe certo grau de questionamento dos padrões sociais e culturais, em seus distintos meios, reconhecemos que as formas de promover debates sociais e políticos, no jornalismo literário, são marcadas como finalidades principais buscadas pelas estratégias de sensibilização e contextualização, já tratadas acima. Nesse sentido, por conta de certa tradição subversiva, o jornalismo literário engloba ligações e tensionamentos com a liberdade de imprensa e as democracias. Bak (2017) demonstra que, embora a garantia dessas liberdades seja fundamental para que o jornalismo literário se desenvolva, por conta de seu papel questionador e investigativo, isso não significa dizer que não existiram exemplos importantes desse modelo em nações afetadas por ditaduras e governos repressores. Nesses casos, é importante notar que os recursos literários foram usados para favorecer o papel de protesto social das reportagens, ao driblar essas opressões por meio de seus recursos estéticos e metafóricos:

O Jornalismo Literário e reportagem literária foram igualmente produtivos em tempos de crises sociais e políticas que um dado governo quisesse ou não que seu corpo político conhecesse. Há exemplos impressionantes de como jornalistas de várias nações autocráticas têm contornado ditadores, juntas entrincheiradas e com caudilhos armados, para produzir peças que estão em pé de igualdade com as dos jornalistas literários de nações mais livres. [...] A opressão tem alimentado a produção do Jornalismo Literário tanto quanto, senão mais do que, a liberdade. [...] Tendo sido negada a liberdade de expressar a verdade, jornalistas censurados simplesmente experimentaram técnicas literárias para expressar a verdade de

maneiras subversivas. [...] Esse tipo indireto de jornalismo/reportagem é potencialmente mais eficaz como arma sociopolítica do que a adoção de técnicas jornalísticas mais tradicionais, pois é precisamente sua qualidade literária que ajuda a entregar a verdade ao mesmo tempo em que contribui com certa quantidade de beleza para a peça (BAK, 2017, p. 236- 238).

Esse uso da reportagem literária para debater injustiças, repressões e temas sensíveis à sociedade também representa uma marca desse conjunto de gêneros no Brasil desde seus primórdios. Uma publicação que marca essa trajetória no país foi a revista “Realidade”, que circulou entre 1966 e 1976, em meio ao início e fortalecimento da repressão e censura da ditadura militar no Brasil. Com grandes reportagens de repercussão significativa, marcadas pela denúncia de desigualdades sociais, a revista foi alvo de censuras, que estiveram entre os motivos que ocasionaram o fim da publicação, tal como observa Martinez (2009, p. 79): “sem liberdade de imprensa não é possível fazer reportagens com a profundidade e amplitude social como *Realidade* fazia”.

Oferecendo parâmetros de contextualização jornalística da representação de mulheres e das dominações masculinas impostas a elas, a revista “Realidade” publicou reportagens sobre diversas experiências de mulheres brasileiras, retratando diversas histórias femininas que contestavam os papéis sociais e padrões de feminilidade ligados ao casamento, à vida doméstica e à submissão aos homens. De acordo com dois estudos distintos que analisam essas matérias — um artigo de Oliveira e Nascimento (2013) e outro de Fernandes (2018) —, seus relatos foram revolucionários e tidos como polêmicos na época, por tocarem em temas como liberdade sexual feminina, mães solteiras, divórcio, aborto e desigualdades de gênero no mercado de trabalho.

Como apontaram Oliveira e Nascimento (2013), a revista trouxe a abertura de espaço para novos papéis sociais exercidos pelas mulheres, com suas escolhas que contestavam as formas de vigilância e controle da sociedade patriarcal sobre elas. Isso se mostra, por exemplo, na análise de matérias sobre mulheres que reivindicavam sua liberdade sexual; protestavam pelo direito ao divórcio (ainda reprimido na época) sem que fossem julgadas por isso; e outras que assumiam espaços de poder no mercado de trabalho, lutando pela realização profissional sem necessidade de se masculinizar para ocupar esses cargos — como era comum nesse período (OLIVEIRA E NASCIMENTO, 2013).

Em uma edição que se tornou clássica do jornalismo brasileiro — e símbolo emblemático de seu caráter revolucionário — o especial intitulado “A Mulher Brasileira Hoje”, de janeiro de 1967, tornou-se referência de reportagem de fôlego sobre diversas experiências vividas

por mulheres, reivindicando a liberdade de escolha. Isso se refletia logo na capa, com chamadas como “Confissões de uma moça livre” e “Eu me orgulho de ser mãe solteira”. As reportagens da edição apresentavam dados coletados junto a um instituto de pesquisa, que entrevistou 1,2 mil mulheres ao redor do país, com questões como divórcio, trabalho, educação, família e sexualidade. O posicionamento da revista foi enfático ao questionar estereótipos de fragilidade e inferioridade feminina em relação ao homem, contextualizando questões culturais como “a divisão sexual do trabalho” e a construção da “falsa sensação de superioridade por parte dos homens” (FERNANDES, 2018, p. 7). Ao longo da edição, as reportagens demonstravam questões vividas por mulheres como abortos, a prostituição, e a contestação a imposições, como a maternidade e a virgindade antes do casamento. Ressaltavam a desigualdade das imposições sociais, culturais e legislativas, que exigiam um comportamento ‘recatado’ de mulheres, mas não exigiam o mesmo dos homens. Tal como também relembra o texto “Belas, censuradas e dolar”³, no portal jornalístico “Risca Faca”, sobre a edição da revista:

As reportagens abordavam temas como saúde, comportamento, humor, artes, religião, revelando mulheres fortes, batalhadoras, inovadoras e marginalizadas. Apesar de a maioria dos textos serem assinados pelo time de jornalistas da casa, quase todos homens, algumas mulheres foram convidadas para integrar a equipe. Daisy Carta realizou uma pesquisa para uma pauta sobre a “superioridade natural das mulheres”; Carmen da Silva teve contato com milhares de cartas para elaborar um artigo sobre “consultórios sentimentais”, e Gilda Grillo escreveu uma impactante entrevista com uma anônima mãe solteira. [...] [na entrevista] lembra que a mulher recusou-se a casar com o pai da criança se o motivo fosse apenas o filho, o que, na visão da terapeuta, era fora do comum para a época. ‘Ela foi pioneira do movimento de vanguarda de libertação da mulher dos grilhões medievais’ (DANIEL, 2016).

³ DANIEL, Marcelo. Belas, censuradas e do lar, 29 abr. 2016. Disponível em: <<https://riscafaca.com.br/historia/belas-censuradas-e-do-lar/>>. Acesso em: 1 fev. 20

Não por acaso, justamente por seu potencial de contestação social, esta edição de *Realidade* foicensurada e apreendida por ordem de um juiz do Estado de São Paulo, sob o argumento de que as reportagens eram “obscenas e profundamente ofensivas à dignidade e à honra da mulher [...] com graves inconvenientes e incalculáveis prejuízos para a moral e os bons costumes”, conforme publicado no Diário Oficial da época (DANIEL, 2016). Anteriormente, outra censuramoral já havia afetado a revista, quando uma reportagem sobre juventude e sexualidade sofreu ameaça judicial de apreensão caso fosse publicada (FERNANDES, 2018).

Dessa forma, como vimos sobre o papel das reportagens literárias de acordo com cada cultura às quais estavam inseridas, no Brasil esse modelo teve seus contornos próprios relativos às questões tensionadas em cada momento histórico do país. Assim Martinez (2009) identifica, como propulsor do jornalismo literário no Brasil, o autor Euclides da Cunha em sua cobertura de profundidade sobre a insurreição de Canudos no sertão baiano, que posteriormente gerou a clássica obra “Os Sertões”.

Como resgata a autora, as práticas de imersão na realidade, sensibilização e humanização da reportagem levaram Cunha a descobrir “uma realidade bem diversa da divulgada no Sudeste do país”. Isso porque as elites e a República brasileira difundiam uma imagem equivocada e distorcida de que a insurreição — formada por camponeses inspirados nos ideais do líder religioso Antônio Conselheiro — era ligada a monarquistas e ameaçava o regime republicano recém instaurado. Na verdade, a imersão jornalística de Cunha revelou a verdadeira motivação das mobilizações:

Os ‘perigosos’ insurgentes eram na realidade humildes agricultores, excluídos social e economicamente que, em meio a latifúndios, desemprego e seca inclemente, acreditam numa salvação milagrosa proposta pelo messias de sua época [Antônio Conselheiro] [...]. A ação do líder carismático da pequena comunidade às margens do rio Vaza Barris, que acolhia também os ex-escravos, não agradam clero, fazendeiros nem Estado. As elites organizam quatro expedições militares até sua morte, em 1897 (MARTINEZ, 2009, p. 76).

Portanto, tais exemplos representam a maneira como o jornalismo literário pode abrir espaços propícios para revelar vozes silenciadas e excluídas socialmente, contrapondo distorções das “fontes oficiais” e tornando-se fonte de denúncia e investigação de episódios de brutais violências institucionalizadas, como no caso do massacre de Canudos.

Acreditamos que esse papel do jornalismo literário é desempenhado de maneira semelhante no livro que será abordado em nossa análise empírica: “Maria Bonita: sexo, violência e mulheres no cangaço” (NEGREIROS, 2018). Além de ser também uma reportagem de

fôlego, marcada pela imersão nas questões sociais do sertão nordestino brasileiro, o trabalho jornalístico de Adriana Negreiros (2018) também se opõe a ‘versões oficiais’, que foram difundidas historicamente, no sentido de silenciar pessoas socialmente marginalizadas: neste caso, as mulheres do Cangaço — fenômeno de banditismo rural no sertão do Nordeste do país entre 1920 e 1930.

Ao contestar o silenciamento, distorções e injustiças em torno da representação e memória das mulheres cangaceiras, logo no prólogo de seu livro, Negreiros (2018, p.16) argumenta que “a história de Maria Gomes de Oliveira [a cangaceira Maria Bonita, esposa de Lampião] é contada apenas por terceiros. As lacunas em torno de sua trajetória, embora dificultem a reconstituição dos fatos, não diminuem sua influência”. Apesar da forte popularização da figura da cangaceira Maria Bonita — símbolo do ideal de mulher guerreira do sertão — a jornalista demonstra que “enquanto a mulher de Lampião viveu, a personagem nunca existiu”, sendo que a ‘Rainha do Cangaço’ “morreu sem jamais saber que, um dia, seria conhecida como Maria Bonita”(NEGREIROS, 2018, p. 16).

Com isso, o debate social gerado por essas reportagens se baseia e se caracteriza, fundamentalmente, por suas perspectivas ideológicas. Isso não significa, necessariamente, que essas reportagens seriam carregadas de um sentido ativista, político-partidário e propagandista. Isso porque, ainda assim, essas visões de mundo são contra-balanceadas com investigação objetiva para detalhar e apurar os fatos com precisão, em seus múltiplos traços e características, apresentados com certas doses de independência em relação aos posicionamentos políticos. Por isso, acreditamos que nos casos relativos à representação das mulheres, a perspectiva feminista — utilizada como posicionamento político na abordagem da realidade — é o que contribui para que esse tipo de reportagem literária direcione seus recursos de contextualização e humanização para um olhar aprofundado e sensível acerca das experiências vividas por mulheres.

Tais mobilizações, problemáticas e transformações sociais e históricas, quando impulsionadas ou acompanhadas pelo jornalismo literário, podem se caracterizar pelo que Genro Filho (1987, p.53) define como “insensatez revolucionária”, que está ligada às “contradições políticas, ideológicas e filosóficas que perpassam a sociedade de classes”, e se diferencia das “noções que implicam uma apreensão funcional e orgânica do mundo”. Essa questão é caracterizada como:

A ‘insensatez revolucionária’ das massas humanas que se tornam, de repente,

protagonistas das grandes transformações históricas nascem de elementos explosivos que estão latentes, embora normalmente subordinados, no interior do processo de percepção e das noções que formam o ‘senso comum’ nas sociedades dotadas de antagonismo de classes. A partir de tais elementos potencialmente explosivos que atravessam todas as dimensões da produção simbólica de uma práxis socialmente dilacerada é que surge, de um lado, o reconhecimento da ideologia espontânea das classes dominadas e, de outro, a possibilidade de expansão da ideologia revolucionária a partir daquela (GENRO FILHO, 1987, p. 54).

Ao contrário das visões que normatizam a realidade em estereótipos e padrões fechados, a “insensatez revolucionária” revela contradições, disputas e rupturas que desafiam os significados e conhecimentos atribuídos socialmente à realidade. Tal processo vai ao encontro do pensamento complexo, como mencionado no capítulo anterior, ao englobar incertezas e desvios como partes fundamentais do conhecimento contextualizado (MORIN, 2015). Isso se torna determinante no contexto de sociedades marcadas e operadas por divisões e hierarquias de gênero, raça e classe. Assim, é relevante considerar que as vivências de mulheres ocorrem em circunstâncias conturbadas e instáveis, na medida em que as relações de poder entre mulheres e homens se modificam e apresentam diferentes lógicas — o que demanda esse olhar para essa complexidade social, suas disputas e contradições.

Assim, o jornalismo literário atuou diversas vezes como propulsor das transformações que abalaram a ordem dominante, na medida em que as próprias reportagens têm sido responsáveis por revelar e desocultar tais “elementos explosivos”. Ao retirá-los da escuridão em que se encontravam, escondidos e ocultados pelos tabus do senso comum, e percorrendo suas características. Nesse processo, tal enquadramento jornalístico é capaz de representar a realidade por sua dimensão mais plural, complexa e composta de múltiplas experiências de vida.

Com isso, como mostram os exemplos percorridos, entendemos que as condições e possibilidades do jornalismo literário podem abrir caminhos férteis para desenvolver questionamentos necessários às transformações sociais. Por conta da concepção desse modelo, enquanto prática voltada ao esclarecimento de debates e reflexões sociais sensíveis em diversos contextos históricos, tais fenômenos inspiraram a eclosão de reportagens literárias. Da mesma forma, o lugar do jornalismo literário, geralmente deslocado dos veículos de jornalismo diário, favorece uma postura alternativa, de contestação social, abrindo caminho para experimentações e aprofundamentos tanto estéticos quanto da investigação jornalística.

Trazendo essas questões para as particularidades dos tempos atuais, é possível perceber que iniciativas contemporâneas do jornalismo literário surgem no sentido de se inserir nas lógicas de excessivas informações, interações e debates acalorados no meio digital, bem como a desinformação e as polarizações ideológicas como sintoma disso. Um cenário que, portanto, desafia e motiva o jornalismo literário a intensificar formas de estabelecer mediação, debate, esclarecimento, conexão e produção de registros sólidos entre pílulas de informação que circulam em milésimos de segundos. Diante do fluxo intenso e rápido de mudanças e informações na contemporaneidade, como demonstra Lima (2009), é necessário que o jornalismo seja capaz de construir “um *sentido* mais vasto nessa tentativa de leitura, abarcando cada vez mais *realidades* [...] e uma *abertura* para a incorporação das novas lentes — criadas pela ciência e pelas artes —” (LIMA, 2009, p.105). Essa percepção nos leva a atribuir ao jornalismo literário certa função de renovação e vanguardismo, voltada para dar conta de novas questões e discussões, que surgiram em suas diferentes épocas — e não eram ainda captadas de forma ampla e sensível pelos jornais diários, por conta de suas fórmulas estáticas sobre as quais discutimos.

Diante do contexto exposto, percebemos que a articulação entre reportagem literária e História se revela intimamente ligada às origens dessas produções jornalísticas. Entre suas diversas produções, esse modelo sempre esteve marcadamente conectado a fenômenos históricos, cujas mudanças sociais e novas mentalidades tanto inspiraram e surtiram efeitos nas reportagens literárias, assim como foram fortalecidas e difundidas por essas produções. Tal como vimos nas ligações do Novo Jornalismo com o movimento hippie a contracultura nos EUA (LIMA, 2009); bem como na importância dos livros-reportagem de Svetlana Aleksievitch (2016) para retratar vivências de guerras, conflitos e injustiças sociais por camadas marginalizadas do Leste Europeu (SIMS, 2009). Dessa maneira, nossa articulação teórica, para esclarecer essas trocas recíprocas entre Jornalismo e História, seguirá dividida entre dois eixos de discussão: no primeiro eixo, resgatamos como o jornalismo é constituído por concepções históricas do ‘espírito’ de cada época e espaço, ao mesmo tempo em que atua na construção simbólica de momentos históricos da humanidade. Nesse sentido, percorremos questões da relação com o tempo, da periodicidade, atualidade e maneiras de lidar com o presente e o passado. E no segundo eixo, analisamos especificamente as formas de produção da reportagem literária que constroem narrativas da História, atuando como fonte direta de registro histórico — aqui especialmente ligada a subversões e reparações históricas, por meio do olhar para elementos da micro-história e da história cultural, ocultados

e despercebidos pelos relatos oficiais.

Ao longo do primeiro capítulo, assumimos como premissa que, ao construir em certa medida própria realidade, por meio da linguagem, o jornalismo está constantemente atuando como produtor histórico, ao estabelecer significados sobre a vivência social de certo contexto, ao historicizar o presente e determinar o curso histórico de diversos processos na sociedade — ainda que esses sejam sempre reapropriados na reprodução simbólica pelas pessoas, ao receberem e ressignificarem as mensagens jornalísticas. Dessa maneira, consideramos que todo esse processo é também determinado e encadeado essencialmente pela construção de narrativa, enquanto forma de dar sentido e atribuir significados à experiência humana, quando reorganizada pelo conhecimento jornalístico e histórico, como salienta Peixinho (2016).

[...] a narrativa transforma os factos em acontecimento, seleccionando do passado ações, espaços, personagens e tempos, interrelacionando-os e conferindo-lhes uma lógica interna. Estas são, sumariamente, propriedades comuns ao discurso da História e ao do Jornalismo, ambos construídos estruturalmente pela narrativa que os enforma. Quer isso dizer que tanto a narrativa histórica quanto a narrativa jornalística são produtos de processos de exteriorização desencadeados por sujeitos, temporal e historicamente enquadrados, que se apropriam de factos, acontecimentos e ações, que decorrem numa determinada temporalidade, tornando-os legíveis e compreensíveis em sua maior ou menor complexidade (PEIXINHO, 2016, p. 560-561).

Ao passo em que é atribuído a um processo de reconstrução da realidade, de acordo com significados de certo contexto histórico, social e cultural, o potencial interpretativo da produção jornalística leva ao encontro de postulados da produção histórica. Nesse sentido, ao elencar postulados da teoria da História que podem ser aliados à atividade jornalística, Marialva Barbosa (2005) salienta:

O principal postulado da historiografia refere-se à questão da interpretação: não se trata de recuperar o que de ocorre (até porque o que de fato ocorre não pode jamais ser recuperado, como veremos mais adiante ao discutir a questão da verossimilhança), mas interpretar - a partir da subjetividade do pesquisador - as razões de uma determinação ação social (BARBOSA, 2005, p. 53).

Dessa maneira, tal “consciência histórica” (BARBOSA, 2005, p. 53) desempenha um importante papel na produção jornalística, em sua função de conectar, interligar e reinterpretar acontecimentos de acordo com um sentido maior de “mundo histórico”. Tal esforço envolve pensamento contextual, que instaura a contextualização histórica, aplicada à reportagem que, seja datada do passado ou do presente, sempre cria novas temporalidades, territorialidades e experiências sociais acerca do mundo, na medida em que é vivenciado por meio da linguagem das trocas comunicacionais que produzem memória social.

Tal produção de memória social, por meio das ferramentas do jornalismo e da reportagem literária, demonstra sua importância ao articular diversos tempos históricos e gerar registros diversos, não lineares, que ganham contornos mais específicos e particulares com o foco jornalístico em torno de uma temática, de personagens e narrativas específicas da realidade. Isso gera, portanto, maneiras eficazes de construção do conhecimento social, dos debates e formas de transformação social alcançados por meio de um olhar humanizado e atento às lacunas de informação, e às questões particulares de contextos históricos. Tudo isso pode ser potencializado, portanto, tendo em vista a articulação do Jornalismo e da História com essa perspectiva:

Reconhecendo as especificidades de cada um destes campos, parecem existir alguns pontos de contacto entre o discurso historiográfico e o discurso jornalístico que, por si só, tornam esta reflexão não só legítima como urgente, nomeadamente: o facto de ambos se traduzirem publicamente pela divulgação de textos escritos que se articulam em torno do conceito de narrativa, por um lado; por outro lado, o facto de ambos terem como principal objetivo a legibilidade do passado, do tempo e da experiência humana. Dir-se-á mais: hoje, no decurso da segunda década do século XXI, num tempo em que parece assistir-se ao apagamento e desvalorização da memória, em que tudo é fugaz e efémero, num tempo de crises várias, que afetam não só as economias dos países da Europa, mas a própria vida das pessoas e a identidade das nações, talvez seja relevante perceber em que medida o jornalismo pode ganhar com uma aproximação à História, com ela aprendendo a construir e preservar uma memória coletiva, tão importante como chave de leitura do presente e como fator de união civilizacional (PEIXINHO, 2016, p.562-563).

Portanto, conforme exposto por Peixinho (2016), essa construção de memória social como fator desencadeado pelo jornalismo ligado à História, torna-se potente ao gerar esclarecimento e compreensão coletiva de momentos da humanidade, para que seus significados possam ser partilhados socialmente, registrados e acionados no imaginário coletivo, moldando suas formas de atuar no presente. Isso fundamenta, então, a importância de lançar esse olhar jornalístico-histórico para as experiências de mulheres em momentos históricos. Numa sociedade marcada pela desigualdade de gênero como hierarquia que sustenta as relações de poder entre homens e mulheres, faz-se necessário consolidar a memória social de vivências de mulheres frente às submissões, abusos e repressões da dominação masculina — como meio fundamental para repensar essas relações, em busca da igualdade de gênero.

2.6 Jornalismo literário, periodicidade e atualidade

A questão da periodicidade traz discussões específicas relativas ao jornalismo literário e à História. Logicamente, a periodicidade do jornal convencional e do livro-reportagem se

materializa de maneiras diferentes, mas é importante compreendermos essas distinções para delinear os tipos específicos de relação com o tempo que se dão na reportagem literária, que por sua vez determinam sua relação com a História.

Em sua importante conceituação da periodicidade no jornalismo, Groth (2011, p. 150, grifos do autor) define período como “*recorte de tempo* delimitado tanto com relação ao retorno constante de algo no tempo como também sem a intenção de um retorno”. Assim, a periodicidade é definida pela “*qualidade*’ de retornar periodicamente”, tida como “*característica essencial*” de jornais e revistas. Ressaltamos ainda que, nos momentos atuais, em que os jornais diários não são mais tão determinados pela ‘hora marcada’ para o jornal impresso chegar às bancas ou para o telejornal começar sua edição do dia, entendemos que esse conceito pode estar muito mais ligado a um “retorno” constante, imediato e ininterrupto, em que as informações se espalham por recortes de tempo, que tentam, cada vez mais, informar ao mesmo tempo em que ocorre o acontecimento, com a pressa da notícia instantânea.

Por isso, o autor define que essa periodicidade inerente ao jornal o diferencia de “outros organismos que retornam na natureza, na cultura, na sociedade”, tal como obras literárias, por esses terem “uma forma independente do retorno, a sua capacidade de retornar não é parte deles próprios”, como acontece com o jornal diário (GROTH, 2011, p.150). Essa questão anuncia, portanto, uma diferenciação do jornalismo literário em relação às notícias periódicas, nos levando a explorar mais sobre as possíveis “formas independentes” de organização temporal da reportagem literária.

Com isso, percebemos que a questão do retorno periódico demonstra ser algo que ganha outra natureza e outros contornos no jornalismo literário. Nesse modelo, a periodicidade vai sendo delineada de maneira mais flexível, que pode se dividir, por exemplo, entre edições regulares mais alargadas (como séries de reportagens literárias semanais, mensais, etc), em volumes de livros ou em livros com volume único. Dessa maneira, acreditamos ser importante ressaltar que, entre esses vários arranjos, as diversas determinações de periodicidade do jornalismo literário levam em conta novas formas de se relacionar com a realidade abordada e com a maneira como se pretende que essa realidade seja absorvida e ressignificada, pelo público e pela sociedade.

Por isso, os meses de imersão na apuração e vivência de uma realidade, tal como mencionamos aqui, também são caracterizados pela forma como se pretende transformar

esse contexto em reportagem, a ser publicada de uma só vez ou em determinadas vezes determinadas pela construção de narrativas formadas por etapas, capítulos e/ou edições determinadas por cronologias, temas ou personagens pelos quais a reportagem caminha gradativamente.

Com isso, percebemos que essa relação distinta e alargada com o tempo possui consequências na mudança da ideia de periodicidade, sendo essa ordem modificada por conta de outras formas de se relacionar com a atualidade, a urgência, a relação com o passado e o presente dos acontecimentos. Se o compromisso regular do retorno é reformulado para outras formas de periodizar as reportagens literárias, isso ocorre porque o próprio tempo de construção da reportagem não comporta uma relação convencional com o presente e a atualidade, não sendo suficiente narrar o presente quase instantaneamente. E, portanto, esses distintos arranjos e extensões de tempo estão estritamente ligados aos aspectos da realidade e seus significados apreendidos pelo jornalismo literário, como demonstra Martinez (2022):

Não há pressa em chegar, mas sim a preocupação em realizar coberturas diversas, complexas, humanas, temperadas por referenciais simbólicos que pedem que os fatos sejam cozidos no tempo lento da escuta (JÚNIOR, 2005; MARTINEZ, 2010; ZIELINSKI, 2006) e da reflexão para serem relatados. Até porque alguns envolvidos precisarão elaborar em si mesmos o que viveram antes de contar as narrativas com outro nível de densidade que não o do tempo presente [...] Entre os especialistas do campo um dos poucos consensos é o de que o Jornalista Literário tem em sua bagagem as ferramentas necessárias para processar os eventos do dia a dia e depurá-los de forma a extrair a essência deles, desvendando conexões invisíveis, sentidos ocultos, paradoxos inerentes (MARTINEZ, 2022, p. 261-262).

Com isso, esse tempo de depuração, reflexão e apreensão daquilo que é apreendido na reportagem literária leva em conta aspectos fundamentais como a profundidade da investigação — cujo tempo para juntar as peças da realidade, por vezes ocultas, é determinado pela complexidade de encontrar e conectar dados. Da mesma forma ocorre com o tempo de imersão na realidade, que implica longos períodos necessários para completar vivências, alcançar significados e desdobramentos fundamentais à reportagem literária — que não se apresentam no calor do momento em que explodem os acontecimentos.

Dessa maneira, essa especificidade da relação com o tempo no jornalismo literário o aproxima consideravelmente da História, já que esta envolve métodos historiográficos com períodos temporais mais longos, determinados pela exigência de um distanciamento temporal dos eventos, para que possam ser lidos de maneira aprofundada e crítica. Nesse sentido, Peixinho (2016, p.561-52) argumenta que a “História, enquanto ciência social, exige um tempo de maturação e reflexão, que torna pouco consensual o estatuto da História

do Tempo Presente”, o que para a autora se diferencia do Jornalismo já que este “vive na urgência da atualidade e, hoje mais do que nunca, estrutura-se como discurso do instante presente, com curto prazo de validade”. Portanto, se essa urgência ligada ao tempo presente caracteriza o jornalismo tradicional baseado na periodicidade, como vimos, as reformulações de tempo oferecidas pelo jornalismo literário retomam, justamente, esse encontro com o tempo historiográfico.

Por outro lado, é preciso ainda reconhecer que essas questões não deslocam completamente o jornalismo literário da lógica de atualidade dos jornais, já que diversas reportagens literárias também surgem de dentro da rotina de redações e apenas propõem alargar determinados recortes temporais. Por isso, ainda que essas produções desfrutem de mais tempo para serem construídas, e de um espaço de tempo ampliado nos contextos para onde olham, algumas práticas decorrentes da periodicidade também podem permanecer em suas reportagens. Por exemplo, a preocupação em olhar para acontecimentos passados com lentes atualizadas, recentes, inserindo na narrativa e na sequência de fatos certo ‘ritmo’ temporal, para que os relatos não estejam completamente soltos e dispostos aleatoriamente em relação ao tempo.

Diante desses paradoxos, faz-se importante situar esse lugar particular do jornalismo literário em relação ao tempo. Não sendo nem completamente composto pelo tempo histórico com sua ausência de atualidade; e nem completamente ligado à urgência do presente do jornalismo tradicional. Assim, a reportagem literária — de maneira muito específica, determinada pelas intenções e temáticas de cada produção — inaugura e reinventa novos sentidos de tempo, que mesclam e articulam a elasticidade temporal da História com a atualidade jornalística.

Dessa forma, o livro “Maria Bonita: sexo, violência e mulheres no cangaço” (NEGREIROS, 2018) demonstra exemplos interessantes dessa relação com a periodicidade jornalística, e as maneiras como ela é ressignificada, para manter o olhar ‘atualizado’ do jornalismo sobre a realidade ao mesmo tempo em que lança, sobre a realidade, o olhar histórico de tempo alargado. Nesse sentido, o livro demarca as perspectivas da jornalista que olha, do tempo atual, para uma realidade de quase 100 anos atrás. É possível perceber, então, que esse olhar fornece à História novos elementos, novas formas de enxergar e interpretar aquele contexto, e ainda novas experiências objetivadas nesse presente, que remetem ao passado do cangaço. É nesse sentido que o livro se inicia e se finaliza com dados da atualidade — no ano de 2018

em que o livro foiescrito — sendo relacionados ao passado.

No prólogo, a jornalista narra sua chegada ao Museu Casa de Maria Bonita, onde ela originalmente nasceu e cresceu, e numa praça próxima ao local onde se situa uma estátua de Maria, sendo hoje pontos turísticos e memorialísticos na pequena cidade sertaneja de Paulo Afonso, na Bahia. Esses trechos fornecem dados significativos sobre o estado atual com o qual a história da cangaceira é tratada, refletindo a importância de historicizar também a maneira como tais fenômenos históricos são ressignificados no presente. No caso da história das cangaceiras, tais elementos se fazem fundamentais para a discussão que a reportagem propõe refletir, sobre como elas ficaram conhecidas ao longo da história, partindo da maneira como suas experiências foram distorcidas ou silenciadas pela dominação masculina:

Apesar das placas [do Museu], pode-se cogitar, à primeira vista, se aquele é o endereço certo. Nos arredores, um bar com as portas fechadas, onde uma mesa de brilhar jaz ao terraço, é o único indício de presença humana ali. [...] Mediante o pagamento em dinheiro vivo de uma **taxa simbólica** — o equivalente ao preço de uma garrafa de água mineral de meio litro —, é possível entrar no local, com o esbaforido adolescente como guia. [...] No interior do museu, réplicas de utensílios domésticos de época **tentam reproduzir o ambiente** de uma casa sertaneja típica dos anos 1930 [...] **A despeito da precariedade**, o Museu Casa de Maria Bonita é um dos pontos altos de quem visita a cidade de Paulo Afonso, município ao qual hoje pertence Malhada da Caiçara, em busca de informações sobre a cangaceira mais ilustre da história do Brasil. Outro destino obrigatório é a estátua em pedra talhada de Maria [...] No largo, transeuntes interrompem a caminhada **para tirar selfies ao lado da figura idealizada da personagem**: cenho fechado, com ares de valentia, a despeito de Maria ter sido uma mulher risonha; rifle posicionado na vertical, diante do corpo, **embora Maria só portasse armas de pequeno porte — e, ao que conste, nunca tenha dado um tiro.** [...] **A forma como Paulo Afonso homenageia Maria Gomes de Oliveira, a Maria Bonita, é uma metáfora da maneira dúbia como ela entraria para a história**: por um lado, como se vivesse permanentemente à sombra do marido, despertou pouco interesse por parte de contadores da história do cangaço, fenômeno de banditismo rural que teve na figura de Lampião a sua mais famosa expressão (NEGREIROS, 2018, p. 11-13, grifos nossos).

Esse relato — que poderia compor uma matéria de um jornal periódico atual sobre como a memória da cangaceira é preservada e também distorcida — demonstra como a questão da atualidade é porta de entrada para ingressar nesse passado marcado pela complexidade e diversidade de interpretações, versões e representações contraditórias com as quais ele é lembrado socialmente. Num momento da reportagem que discute a produção historiográfica do cangaço, a forma como o patrimônio imaterial daquele contexto é preservado e desfrutado pelo turismo, a denúncia da atual precariedade do museu anuncia uma questão constatada pela jornalista ao longo desse contexto: a desvalorização e deslegitimidade dada às mulheres cangaceiras e também a um movimento marginalizado no sertão nordestino brasileiro —

região que é alvo da desvalorização e discriminação cultural pelo resto do país. Por outro lado, a autora também anuncia a maneira contraditória com que se instaurou e permaneceu, até os dias de hoje, o fascínio e fetichismo coletivo pela figura de Maria Bonita como mulher guerreira e heroína.

Nesse mesmo sentido da atualidade jornalística, consolidando as problemáticas dessa memória de um fenômeno feito de pessoas comuns, marginalizadas e silenciadas, o último capítulo é encerrado descrevendo as circunstâncias com que os restos mortais do casal de cangaceiros foram preservados:

Embora a ata de exumação das cabeças informasse que os restos mortais seriam trasladados para o túmulo da família, em um cemitério de Aracaju, isso nunca viria a acontecer. Naquele mesmo ano, 2002, Vera Nunes diria aos jornalistas que guardaria o que restara das cabeças em local não revelado — por motivo de segurança — até o momento em que conseguisse erguer um memorial em homenagem aos avós. Como o projeto do memorial nunca saiu do papel, as cabeças permaneceram insepultas. Em 2018, passados oitenta anos da morte de Maria Bonita e Lampião, o destino dos restos mortais permanece um mistério. Apenas mais um entre tantos, na turbulenta e fascinante história do cangaço (NEGREIROS, 2018, p.247).

Portanto, o olhar para esses procedimentos de reportagem pelas lentes da História nos leva a compreender como tais arranjos distintos e criativos com o tempo, com a cronologia e atualidade dos fatos, são essencialmente direcionados a captar novos detalhes das tramas da realidade. Detalhes esses que não seriam tão depurados e percebidos com tradicionais limites de tempo e cronologia.

Como já detalhamos, a sensibilização demonstra ser uma das definições gerais da reportagem literária, que envolve inclusive esse olhar para as minúcias do cotidiano e a humanização. E neste momento do estudo, quando articulamos esse processo à História, percebemos que isso se fundamenta e se explica ainda mais por demandar não só longas, como distintas escalas e direcionamentos do tempo histórico. Portanto, esta constatação nos conduz a caracterizar como se dá esse tipo de olhar a partir das metodologias da História que se aplicam ao jornalismo: e fazemos esse percurso por meio dos conceitos da micro-história, da história oral e da história cultural.

2.7 Jornalismo literário, micro-história e história oral

Aproximamos-nos aqui de diversas apropriações da história oral, da micro-história, da história cultural e das memórias coletivas, que são acionadas pela prática do jornalismo

literário nos termos que delineamos, voltando-se à representação sensível e contextualizada das experiências de mulheres que foram silenciadas pela História oficial.

Para além das aproximações evidentes e basilares, que situam o jornalismo no curso da construção histórica, um fator fundamental, que reúne o Jornalismo e a História tradicionalmente estabelecidos, é o olhar que privilegia os contextos ‘macro’, cujos critérios de relevância social e interesse público estão ligados a questões de amplitude nacional ou global. Quando compreendidas pelas produções jornalísticas e históricas a partir dessas dimensões, são privilegiadas como chaves de leitura do presente (no jornalismo) ou do passado (no caso da História) as fontes documentais e autoridades oficiais, as relações e tomadas de decisões do Estado, dos governos e das macropolíticas. Assim como demonstra Queirós (2020), em sua tese sobre as articulações da micro-história e do jornalismo:

Durante boa parte do século XX, a configuração da história a partir do olhar de cima predominou como instância enunciativa do passado. **Esse fenômeno também encontrou ressonância no campo jornalístico, ao privilegiar as fontes hegemônicas**, ao simplificar a complexidade dos contextos sociais e ao ressaltar a lógica cientificista centrada nas consequências e, em raros momentos, nas causas (QUEIRÓS, 2020, p.100).

Como contextualiza o autor, essa tradição remete à consolidação da História como Ciência, no século XIX. Nesse contexto, “marcas profundas” das ideias positivistas de objetividade científica de Auguste Comte inspiraram o modelo do historiador Leopold von Rank, baseado na “investigação à luz dos arquivos oficiais — nutrindo-se na crença de que os documentos dos governos e das autoridades garantem uma maior cientificidade e credibilidade aos estudos do campo da história” (QUEIRÓS, 2020, p.101). Com o avanço dos paradigmas da modernidade, o autor ressalta que houve uma mudança de paradigma com a Escola dos Annales e foco na “análise das estruturas, ou seja, a compreensão dos mecanismos que presidem as mudanças históricas” (ROMANCINI, 2007, p.26 *apud* QUEIRÓS, 2020, p.101). É somente a partir das transformações de 1968, na virada da pós-modernidade e a crítica às visões ‘macro’ da História moderna, que se instaura a concepção da micro-história desenvolvida por historiadores italianos como Carlo Ginzburg (1993). Portanto, o autor demonstra que, nesse contexto de mudanças de paradigmas:

[...] a micro-história italiana alcança espaço privilegiado para pensar os contextos socioculturais e também a crise política, teórica e historiográfica. O olhar da história — antes consagrado aos processos macrosociais — direciona suas interrogações e problemáticas de pesquisa para os novos sujeitos sociais, como os estudantes, as mulheres, os migrantes, os indígenas e os negros. Há um deslocamento das análises totalizadoras para os processos microscópicos do social

(QUEIRÓS, 2020, p.102).

Assim sendo, por um lado, o jornalismo tradicional e a História tradicional, moldados na ciência moderna, se baseiam no olhar objetivista e positivista para os fenômenos legitimados como ‘grandes’. Por outro, o olhar para o ‘micro’ é o que une essencialmente as formas alternativas e subversivas da produção jornalística (inclusive, mas não exclusivamente, a reportagem literária) e da produção histórica. Portanto, essa escala e a dimensão de olhar para os fenômenos, reúnem e guiam jornalismo e história tanto num polo hegemônico quanto num polo subversivo.

Nesse sentido, Ginzburg e Poni (1991, p.172) sugerem que a difusão do uso da micro-história, na leitura historiográfica do mundo, está “ligada às dúvidas crescentes sobre determinados processos macro-históricos”. Dessa forma, torna-se importante compreender que o surgimento dessa visão mais detalhada para as relações e processos humanos se dá justamente por buscar os rastros perdidos e excluídos da macro-história. Portanto, o conceito de micro-história surge para questionar esse olhar genérico, apontando as lacunas do conhecimento acerca das relações de poder, interações, significações e microrrevoluções que ocorrem no interior das culturas e comunidades, principalmente das pessoas e grupos subalternizados.

Essa conexão entre ‘micro’ e ‘subalterno’ aparece, conforme delimita Queirós (2020), na medida em que a aplicação de perspectivas e técnicas da micro-história pode levar a “compreender como os sujeitos subalternos emergem na tessitura do social, nas malhas das reportagens e também como ‘vestígios’ histórico-culturais”. Ou seja, as lentes da micro-história permitem, justamente, esse olhar para as margens, os rastros — territorialidades quase invisíveis e ocultas onde habitam as experiências de pessoas subalternizadas. Isso porque tais camadas da sociedade são justamente as mais prejudicadas por esse olhar ‘macro’, já que suas experiências foram sendo depositadas nas dimensões privadas, pequenas, específicas, não tidas como representativas da população e da História ‘geral’ e da verdade absoluta. E com isso, perderam-se de vista experiências fundamentais para a compreensão dos cursos da humanidade. Tal como foram as mulheres, historicamente impostas na categoria secundária do ‘outro’ desde a concepção da humanidade (BEAUVOIR, 1970). Assim, as noções da micro-história encontram efeitos diretos relacionados à perspectiva feminista, como demonstram os teóricos precursores desse conceito:

Que os inquéritos micro-históricos tenham, em muitos casos, como objecto de análise os temas do privado, do pessoal e do vivido, propostos com tanta

veemência pelo movimento feminista, isso não é uma coincidência — visto que as mulheres foram indubitavelmente o grupo que tem pago os custos mais elevados pelo desenvolvimento da história humana (GINZBURG E PONI, 1991, p. 172).

Como contextualizam os autores, o olhar para esses aspectos sutis e sensíveis da cultura e das relações sociais está ligado, essencialmente, a uma fusão entre a história e antropologia — cujo olhar para a humanidade joga luz sob “temas largamente descurados no passado” pelos historiadores, que vão “desde as relações de parentesco até à cultura material, desde os rituais simbólicos até à magia” (GINZBURG E PONI, 1991, p. 172). Com isso, acredita-se que “uma história impregnada de antropologia poderá repensar a aventura plurimilenária da espécie *homo sapiens*” (GINZBURG E PONI, 1991, p.172, grifos do autor).

Essa articulação de disciplinas conduz, então, a pensar os tipos de fontes com as quais essa leitura da realidade e da história humana se relaciona — o que nos fornece diretamente recursos para pensar a produção da reportagem literária e histórica. Assim, Ginzburg e Poni (1991, p.173) problematizam os “depósitos de arquivo” que são fontes principais de investigação, em detrimento da “complexidade das relações sociais reconstituíveis pelo antropólogo”. A partir da produção historiográfica, que se baseia em “registros civis” de nascimentos, mortes ou casamentos, ou de “registros cadastrais” de propriedades, crimes e etc, os autores argumentam que “corre-se o risco de perder a complexidade das relações que ligam um indivíduo a uma sociedade determinada” (GINZBURG E PONI, 1991, p.173).

Nesse ponto, é preciso lembrar da concepção da reportagem como modelo que mescla, de certa forma, a apuração mais voltada ao interior das relações sociais, dos movimentos da vida real nas ruas, com as fontes documentais e esses registros oficiais utilizados, na reportagem, para garantir comprovação e veracidade às circunstâncias sociais narradas. Dessa forma, é importante nos ater a casos em que a reportagem, quando mais ligada a essas concepções tradicionais, privilegia os dados simplistas fornecidos pela pesquisa documental — tal como boletins de ocorrência policial, constantemente utilizados como únicas fontes de notícias, ocasionando essa mesma perda de complexidades da vida real que ocorre na História. Portanto, tal articulação do jornalismo literário com a prática da micro-história oferece, de ambas as áreas, recursos de sensibilização e detalhamento, que promovem essa importante inclusão de vozes e experiências antes silenciadas.

Dessa forma, Ginzburg e Poni (1991, p.177) demonstram a importância do olhar micro-histórico para “os casos marginais”, que expressam “indícios de uma realidade oculta que a

documentação, de um modo geral, não deixa transparecer”. Ultrapassando as barreiras institucionais e burocráticas dos documentos oficiais, os autores percebem que “é possível atingir aquele nível mais profundo, invisível”, traduzido pela “história que os homens não sabem que fazem” — que remete a postulados de Marx.

Cabe ressaltar que, como explica Queirós (2020, p.102), com base na sistematização teórica desse conceito, a ideia de uma visão ‘micro’ não está ligada a um olhar restrito e limitado ao local, ao regional e a espaços fisicamente menores, mas sim para “análises pormenorizadas das problemáticas históricas”. Esse processo envolve, inclusive, maneiras de potencializar e completar o conhecimento sobre as macroestruturas, ao passo em que é possível compreender as relações, processos e troca simbólicas particulares, que formam essas estruturas e fenômenos gerais. Nessa perspectiva, pelo menos duas importantes dimensões da realidade passam a ganhar destaque: “Por um lado, movendo-se numa escala reduzida, permite em muitos casos uma reconstituição do vivido impensável noutros tipos de historiografia. Por outro lado, propõe-se a indagar as estruturas invisíveis dentro das quais aquele vivido se articula” (GINZBURG E PONI, 1991, p.177-178).

Com isso, acreditamos que essa conceituação e suas abordagens práticas da realidade vão ao encontro de práticas da reportagem literária que acionam a história oral, as histórias de vida, da construção de memórias sensíveis do cotidiano (LIMA, 2009; MARTINEZ, 2022; PASSOS, 2017), especialmente quando se direcionam a reconstituir fenômenos históricos do passado e seus efeitos no presente. Isso nos leva, portanto, a uma definição teórica de que o jornalismo literário, demarcado pela sensibilização e contextualização, se faz profundamente atravessado pela produção histórica pós-moderna, nos moldes de Ginzburg e Poni (1991). Assim, oferece potentes formas de combinar tais ferramentas interdisciplinares para dedicar-se a conhecimentos da essência humana, às experiências de vida silenciadas da sociedade — gerando relatos com forte viés historiográfico e cultural.

CAPÍTULO 3

A experiência e as vozes de mulheres nos relatos históricos e jornalísticos

A representação de mulheres na História realiza, de um lado, silenciamentos e distorções, e de outro lado, formas de recuperação da visibilidade e dos relatos de diversas experiências femininas. No conhecimento sobre os fenômenos da humanidade, nas transformações sociais e políticas, nas crenças ou postulados científicos, circulam formas dominantes e excludentes de narrar as experiências femininas. Nesses cenários, a participação das mulheres costuma ser contada, resgatada e caracterizada com menos expressividade, silenciadas e excluídas dos processos de tomadas de decisões públicas no curso da História. Sendo os homens retratados como protagonistas, fundadores, principais atores e autores das ações políticas e sociais da esfera pública, as mulheres aparecem numa ordem inferior e secundária a esses papéis masculinos. É a partir dessa percepção geral que abordamos a representação feminina nesta dissertação, cujas perguntas de pesquisa nesse momento buscam investigar de que forma as representações dominantes silenciam ou distorcem as experiências femininas. E num caminho inverso, iremos identificar e discutir como essas representações (sociais, científicas e midiáticas) foram construídas para sustentar projetos de dominação masculina e várias formas de controle das mulheres ao longo da História, excluindo, distorcendo, despolitizando e anulando a importância de diversas questões vividas por mulheres.

Assim, iremos percorrer esse capítulo em dois eixos principais. Em primeiro lugar o problema da representação, que será investigado ao longo dos seguintes aspectos principais: 1) a falta de registros históricos de mulheres e de relatos produzidos por suas próprias vozes; 1.2) a falsa visibilidade e as versões distorcidas de mulheres na História; 1.3) o silenciamento de mulheres negras, latinas, brasileiras e de diversas identidades. Num segundo momento, iremos investigar mais a fundo a construção histórica da humanidade que levou à estrutura de dominação masculina e submissão feminina, a partir de seus eixos principais: 2.1) As crenças, dogmas, leis e modelos científicos da humanidade que sustentam a inferioridade das mulheres; 2.3) a divisão de homens e mulheres entre as esferas pública e privada, e suas imposições ao espaço e corpo das mulheres, impondo a vida doméstica e reprodutiva como principal forma de dependência e submissão feminina.

3.1 O apagamento das vozes de mulheres como autoras da própria história

Como ponto de partida, compreendemos a história como “a sucessão dos acontecimentos

[...] das acumulações que tecem a transformação das sociedades”, e também “o relato que nos é feito” (PERROT, 2007, p.13). Nesse sentido, a historiadora francesa renomada pelo resgate da história das mulheres, Michelle Perrot (2007), constata o padrão de exclusão de mulheres dos registros históricos, ou pelo menos de suas vozes como autoras ou relatoras da própria história:

Durante muito tempo, as mulheres estiveram ausentes deste relato, como se, votadas à obscuridade de uma inenarrável reprodução, **se situassem fora do tempo, ou pelo menos dos acontecimentos** [...]. É verdade que se fala das mulheres, mas em termos gerais. ‘As mulheres são’, ‘A mulher é...’ A prolixidade do discurso sobre as mulheres contrasta com **a ausência de informações precisas e circunstanciadas**. Acontece o mesmo com as imagens. Produzidas pelos homens, dizem-nos certamente mais sobre os sonhos ou os medos dos artistas do que sobre as mulheres reais. As mulheres são imaginadas, representadas, antes de serem descritas ou explicadas (PERROT, 2007, p.13-14, grifos da autora?).

Os estudos de Perrot (2007) destacam esse silenciamento feminino na ausência concreta de vestígios, registros documentais e demais rastros materiais da história vivida efetivamente por mulheres — sendo esse um dos principais obstáculos para alcançar e recuperar as vozes femininas do passado. Assim, a autora pontua que a participação de mulheres nesses relatos “foi muitas vezes ignorada, os vestígios apagados, os arquivos destruídos” (PERROT, 2007, p.19).

Essa ausência ou destruição de vestígios originais demonstra ser fruto da dominação masculina na linguagem e na gramática tida como ‘neutra’, pela qual a coletividade social sempre foi designada por pronomes e artigos masculinos no plural (por exemplo: ‘eles’; ‘os homens’; ‘os camponeses’; ‘os burgueses’; ‘os senhores’; ‘os escravos’) (PERROT, 2007). Isso gerou não só uma forma estilística de descrever a humanidade, mas causou ainda a impossibilidade de conhecermos quantas, quais e quem eram as mulheres presentes nessas coletividades.

Perrot (2007, p.19) também constata esse problema na “sexualização das estatísticas” como algo “relativamente recente” nos registros históricos e sociológicos, enquanto por muito tempo os dados estatísticos da sociedade não distinguiam entre homens e mulheres. Entre essas formas de apagamento, somam-se a perda dos nomes e sobrenomes das mulheres nos registros de casamentos, tornando “difícil, ou mesmo impossível, reconstituir linhagens femininas” (PERROT, 2007, p.19).

Dessa forma, percebemos que a conservação dos patrimônios materiais da humanidade é “social e sexualmente seletiva”: “Num casal cujo homem seja célebre, conservam-se os

documentos do marido, não os da mulher. Assim são conhecidas as cartas de Tocqueville à mulher; não as que esta lhe escreveu” (PERROT, 2007, p.20). Nisso, a autora resgata a prática padrão nos arquivos públicos em aceitar, por exemplo, registros de políticos e artistas, enquanto excluía a gestão de documentos de cidadãos comuns ou mulheres. À essa precarização dos vestígios, se soma ainda a “a autodestruição da memória feminina”:

Submersas na sua insignificância, alargando à vida passada o sentimento de poder que lhes foi inculcado, muitas mulheres, no declinar da sua existência, destruíam — ou destroem — os papéis pessoais.

Queimar papéis, na intimidade de um quarto vazio, é um gesto clássico da mulher idosa. Todas estas razões explicam que haja uma falta de informação não sobre as mulheres, e ainda menos sobre *a mulher*, mas sobre sua existência concreta e a sua história singular. No teatro da memória, as mulheres são uma leve sombra (PERROT, 2007, p.20).

Com isso, percebemos que o problema da falta de relatos femininos vai muito além da visibilidade ou presença delas nos relatos ou imagens históricas, já que isso ocorre de forma generalizada e estereotipada por homens. Com isso, os relatos e o conhecimento sobre a vida de mulheres são marcados pela falta de pluralidade, de vivências particulares e da própria voz de mulheres — que poderiam revelar como de fato as mulheres viveram e se sentiram em diversos eventos históricos.

Com isso, alcançamos uma questão fundamental da pesquisa: consiste em questionar se as mulheres aparecem com suas próprias vozes e falam por si mesmas, ou se, ao contrário, são reproduzidas e reinterpretadas por aqueles que detém o poder de fala sobre as narrativas dominantes da história. Nesse ponto, acionamos as ideias de Spivak (2010) em “Pode o subalterno falar?”, em que a autora problematiza os desafios da representação de sujeitos subalternizados, colonizados e marginalizados socialmente. Como esclarece Almeida (2010, p.14) no prefácio do livro, Spivak problematiza “o fato de a fala do subalterno e do colonizado ser sempre intermediada pela voz de outrem, que se coloca em posição de reivindicar algo enorme de um (a) outro (a)” — o que inviabiliza a “autorrepresentação” dessas pessoas. Como demonstra a autora, no caso das mulheres subalternas, e especialmente mulheres pobres e negras, ocorre uma acumulação de opressões de gênero, classe e raça, que tornam esse silenciamento ainda mais profundos.

Dessa maneira, Spivak (2019, p.89), alerta para a necessidade de questionar e transformar “a inquestionável mudez da mulher subalterna”. Nesse sentido, a autora tece essa crítica não só às narrativas dominantes, positivistas e coloniais, mas também aos intelectuais pós-colonialista. Assim, ela critica o ato do intelectual pós-colonial de “buscar aprender a falar

ao **(em vez de ouvir ou falar em nome do)** sujeito historicamente emudecido da mulher subalterna [...]” (SPIVAK, 2010, p.88, grifo nosso). Nessa direção, Spivak (2010, p.91) aponta ainda para os riscos da ideia de proteção e salvação branca que pode surgir dos “esforços para dar ao subalterno uma voz na história”. Com isso, ela reivindica a necessidade de modificar as teorias e métodos de produção de conhecimento, no sentido de gerar novas linguagens e espaços que possam potencializar para que subalternos falem por si.

Assim, chegamos à premissa de que essa ausência das vozes femininas não deixa um vazio a ser preenchido, mas é substituída por representações distorcidas que sustentam práticas de violência, abuso e subordinação dessas mulheres. A escritora e militante negra norte-americana, Audre Lorde (1987), demonstra essas distorções nas formas de silenciamento de mulheres negras em “A transformação do silêncio em linguagem e ação”. Ao demarcar uma ligação fundamental entre o silêncio e as formas de visibilidade delas, a autora destaca a “distorção de visão” gerada pelas diferenças raciais, em que “mulheres negras tem de um lado sido altamente visíveis, e por outro lado, têm se tornado invisíveis pela despersonalização do racismo (LORDE, 2013, p. 42)”. Assim, a autora destaca a visibilidade que, ao gerar tais visões distorcidas, torna as mulheres “mais vulneráveis”, mas que também pode ser sua “maior força”, na medida em que mulheres negras quebrem esse silêncio motivado pelo “medo da censura” e da “aniquilação” (LORDE, 2013, p. 42). A autora demonstra a transformação dessa quebra de silêncio em linguagem como uma retomada de poder, na medida que mulheres possam se apropriar da sua própria linguagem e expressão, dando lugar a uma linguagem dominante que historicamente as distorceu. Com isso, nos direcionamos em seguida a analisar diversas formas de distorção de experiências femininas, gerando uma ilusão de visibilidade que, na verdade, estava a serviço da dominação e do controle sobre as mulheres.

3.2 As distorções da experiência de mulheres na história

Percebemos uma linha tênue entre o silenciamento e a visibilidade de mulheres, já que, muitas vezes na História, a representação de mulheres foi utilizada como estratégia para fixar um modelo ideal de mulher, que se mantinha inferior e dependente dos homens. Um dos exemplos disso está nas famosas propagandas e revistas dos EUA entre as décadas de 1950 e 60, em que imagens de mulheres protagonizavam diversos anúncios publicitários que idealizavam perfeitas donas de casa, como demonstra Betty Friedan (1971) em “A Mística

Feminina”. Tais representações difundiam o:

[...] modelo da americana moderna, a orgulhosa imagem pública da jovem ginásiana namorando firme, da universitária apaixonada, da dona de casa com um marido de futuro e um carro cheio de crianças [...] Essa imagem, criada pelas revistas femininas, pela propaganda, a televisão, o cinema, as novelas [...] amolda a vida da mulher de hoje e reflete seus sonhos [...] A figura da mulher que emerge dessas bonitas revistas é frívola, jovem, quase infantil; fofa e feminina; passiva e satisfeita num universo constituído de quarto, cozinha, sexo e bebês (FRIEDAN, 1971, p.33-34).

Assim, essa visibilidade feminina se limitava ao ideal de mulher branca, bela, de classe média e alta dedicada às funções domésticas, à cozinha e à maternidade. Esse papel feminino específico, fixado principalmente em anúncios de vendas de produtos domésticos, que tinham mulheres como público-alvo, sustentava uma organização social, política e econômica ligada à dominação e o poder dos homens na esfera pública, no mercado profissional e no topo das estruturas políticas. Dessa maneira, Friedan (1971) demonstra a grande responsabilidade das representações midiáticas geradas pela indústria publicitária:

São culpados de persuadir a mulher a ficar em casa, mesmerizada pela televisão, com desejos humanos não sexuais insatisfeitos, indefinidos, canalizados pelo impulso sexual para a aquisição de bens. Eles e seus clientes comerciantes dificilmente seriam acusados de criar a mística feminina, **mas são seus mais poderosos perpetuadores**. São os seus milhões que cobrem o país de **imagens convincentes, lisonjeando a dona de casa, desviando seu complexo de culpa e disfarçando a crescente sensação de vazios**. [...] se não são os únicos responsáveis por levar a mulher de volta ao lar, **são responsáveis por manterem-na ali**. É difícil escapar aos seus insistentes argumentos nesta época de comunicação de massa; inseriram profundamente no espírito da mulher, do marido, filhos e vizinhos, a mística feminina. Tornaram-na parte do tecido da vida cotidiana, insistindo em que quem não for melhor dona de casa não ama a família ou está ficando velha (FRIEDAN, 1971, p.197).

Voltando um pouco mais na História, outro exemplo emblemático é a visibilidade das santas, divindades femininas e mulheres comuns nas imagens, obras e registros do Cristianismo, a partir da Idade Média. Ainda que houvesse uma presença expressiva de mulheres nessas representações, elas fixavam padrões de mulheres puras, curvadas diante dos homens, seja pela cuidado e misericórdia da maternidade (a exemplo da Virgem Maria), ou pelos papéis de esposas e santas fiéis à superioridade masculina — o que se traduz, por exemplo, em seus ideais de virgindade feminina:

A Virgem é, porém, plenamente mãe; traz o filho dentro dela, alimenta-o, segue-o nas suas prédicas, apoia-o na paixão, assiste-o na morte: mãe perfeita, mas apenas mãe. A Virgem é rainha e mãe da Igreja medieval, mediadora, protectora. [...] As virgens das catedrais e das igrejas assinalam a presença apaziguadora, mas também obsidante de Maria [...] Filhas de Maria, são obrigadas à pureza. O pudor é o seu adorno. A virgindade no casamento é o seu capital mais precioso (PERROT, 2007, p.67).

Tal ideal de pureza, embora ligado à supremacia de Maria, consolida o controle dos homens sobre os corpos femininos, na medida em que a virgindade das mulheres “pertence aos homens que a cobiçam”, estabelecendo o casamento com “o direito do marido” sobre a mulher, na medida em que ele “apodera-se da mulher na noite de núpcias, verdadeiro rito de tomada de posse” (PERROT, 2007, p.67).

Portanto, essas representações serviram ao controle masculino, uma vez que “o poder dos clérigos e dos príncipes é um poder de homens, misóginos por estarem convencidos da impureza e da inferioridade da mulher, ou mesmo da sua maldade” (PERROT, 2007, p.94). Dessa maneira, por outro lado condenava-se a mulher impura, sexualizada, cuja expressão de prazer feminino, ao desviar da doutrina conjugal e do controle masculino, era associada à feitiçaria e à loucura, que levou mulheres a serem alvos da queima nas fogueiras na caça às bruxas (PERROT, 2007; FEDERICI, 2020). Ocorrida principalmente na Europa, nos séculos XIV e XVIII, atravessando a Idade Média e o início da Era Moderna, a perseguição às bruxas foi silenciada até mesmo nos registros posteriores da História, ocultando seu papel fundamental no controle sobre os corpos femininos e a deslegitimação de suas ideias, na medida em que bruxas eram tidas como ‘loucas’ — deixando resquícios desses estereótipos em toda a cultura do mundo ocidental. Tal como demonstra Silvia Federici, sobre as distorções no registro da caça às bruxas a serviço da dominação masculina:

A caça às bruxas aparece raramente na história do proletariado. Até hoje, continua sendo **um dos fenômenos menos estudados na história da Europa ou, talvez, da história mundial**, se consideramos que a acusação de adoração ao demônio foi levada ao Novo Mundo pelos missionários e conquistadores como uma ferramenta para a subjugação das populações locais. O fato de que a maior parte das vítimas na Europa tenham sido mulheres camponesas talvez possa explicar o motivo da indiferença dos historiadores com relação a tal genocídio; **uma indiferença que beira acumplicidade, já que a eliminação das bruxas das páginas da história contribuiu para banalizar sua eliminação física na fogueira**, sugerindo que foi um fenômeno com um significado menor, quando não uma questão de folclore [...]. Ainda que deplorassem o extermínio das bruxas, muitos insistiram em retratá-las como tolas miseráveis que sofriam com alucinações. Desta maneira, sua perseguição poderia ser explicada como um processo de “terapia social” que serviu para reforçar a coesão amistosa (Midelfort, 1972, p. 3), ou poderia ser descrita em termos médicos como um “pânico”, uma “loucura”, uma “epidemia”, **todas caracterizações que tiram a culpa dos caçadores das bruxas e despolitizam seus crimes** (FEDERICI, 2019, p.289, grifos nossos).

Assim, a “indiferença”, falta de significação e despolitização das quais fala Federici (2019) demonstram ser instrumentos fundamentais no silenciamento de mulheres, cumprindo o propósito de manter abusos e controles masculinos sobre elas em diversos contextos. Esse problema de representação reside, definitivamente, em seu objetivo de retirar da experiência

feminina os significados e sentidos, anulando quaisquer possibilidades de debater, questionar e tentar modificar a ordem patriarcal. Sendo essa sub-representação um padrão ao longo dos registros da História, ela reflete uma ordem dominante que rege a maneira como aprendemos sobre o mundo e os significados do que é ser mulher.

A partir desse olhar, é fundamental constatar que essas práticas também reduzem ou modificam as experiências das mulheres retratadas nos jornais. A dominação masculina nessas representações se mostra evidente com o levantamento fornecido pelo Global Media Monitoring Project, maior estudo global sobre mulheres nas mídias, realizado em mais de 120 países, desde 1995. Como demonstra o 6º Global Media Monitoring Project 2020, nesse ano a presença de mulheres nas notícias representou apenas 25%, como fontes ou assuntos na mídia impressa, no rádio e na televisão. Essa baixa representação segue um padrão histórico em 25 anos de levantamentos, tendo sido, por exemplo, de 17% em 1995, 21% em 2005 e 24% em 2010 (GMMP, 2020, p.21). O estudo ainda revela a objetificação dos corpos femininos nas páginas de notícias, com a constatação de que “mulheres ainda são vistas, e seus atributos físicos descritos mais do que suas vozes são escutadas nas notícias” — revelando que a presença de mulheres só é superior ao dos homens quando se tratam das imagens delas (GMMP, 2020, p.39).

Como demonstra o livro-reportagem “Maria Bonita: sexo, violência e mulheres no cangaço” (NEGREIROS, 2018), objeto de análise de enquadramento noticioso desta dissertação, tais lacunas de informações e distorções históricas difundiram a figura popularmente conhecida da cangaceira Maria Bonita como uma mulher guerreira, destemida e empoderada. Assim, popularizaram-se ideias equivocadas sobre um cangaço livre de desigualdades entre homens e mulheres. Tal idealização ocultou, portanto, o debate público acerca do contexto de violência contra mulheres que afetava as cangaceiras. Ao longo dos relatos, o livro demonstra como essas noções acabaram fortalecendo justamente a exclusão e silenciamento das experiências de mulheres, a partir da perspectiva delas mesmas. Isso porque, segundo a apuração de Negreiros (2018), é possível perceber que essas representações não surgiram originalmente da própria vida das mulheres, tendo sido pouco geradas a partir de suas próprias vozes e visões de mundo sobre suas realidades, como pontua: “contribuiu para que se criasse a fantasia de uma impetuosa guerreira, hábil amazona do sertão, uma Joana D’arc da caatinga. Perpetuou-se a falsa ideia de que, no cangaço, homens e mulheres tinham direitos iguais [...]” (NEGREIROS, 2018, p. 7).

Assim, entendemos essa problemática não como um problema de falta de visibilidade ou representatividade feminina (o que seria simplista se olhado apenas por esse viés), mas sim como um problema ligado aos significados e valores com os quais as mulheres são retratadas na História. Nessa lógica, o silenciamento opera ao calar as vozes femininas e anular a pluralidade de suas existências.

3.3 A anulação da diversidade de identidades femininas e o silenciamento das mulheres negras

Essa sub-representação sustenta especialmente a exclusão social, a violência ou extermínio de outras experiências e identidades femininas, anulando a existência de mulheres com diferentes orientações sexuais, identidades de gênero, raças, etnias ou modos de vida diferentes daqueles impostos pelos moldes do cristianismo ou do capitalismo ocidental. Isso ocorre, portanto, na medida em que as representações dessas mulheres são criminalizadas ou exotificadas nos relatos — como já citamos no primeiro capítulo da dissertação, acerca da exclusão dessas identidades pela objetividade jornalística tradicional (MORAES e VEIGA DA SILVA, 2019a). Nessa concepção masculina e generalizada do que significa ser mulher, predomina um ponto de vista branco e eurocêntrico, que privilegia um modelo de mulher branca e ocidental.

Dessa maneira, para as mulheres negras, a dominação masculina (inclusive por homens negros) atravessa suas condições de classe e raça, levando a arranjos específicos da desigualdade entre homens e mulheres dentro das comunidades negras e de classes baixas. Nesse sentido, bell hooks (2019, p.145) aponta a lacuna do feminismo contemporâneo ao fornecer “pouco debate sobre o impacto do sexismo no status social de mulheres negras”, o que desconsiderou “o fato de que o poder patriarcal, o poder que homens usam para dominar mulheres, não é apenas privilégio de homens brancos das classes baixas”.

Essa percepção assume grande importância ao aprofundar e politizar a questão da desigualdade de gênero em toda sua complexidade. Isso porque tais narrativas do feminismo branco acabavam simplificando o problema apenas como uma questão de desigualdade dos salários e do poder econômico entre homens e mulheres, deixando de olhar para como essas práticas ocorriam entre as classes baixas (HOOKS, 2019). Dessa maneira, a autora constata uma falta de reconhecimento social de “que os efeitos prejudiciais do racismo contra homens

negros nem evitam que sejam opressores sexistas nem desculpam ou justificam a opressão sexista que exercem sobre mulheres negras” (HOOKS, 2019, p.146). Tal questão se mostra, fundamentalmente, ligada a um problema de representação, na medida em que os relatos históricos sobre a população negra desconsideram essas distinções:

Historiadores relutam em reconhecer ou o alto status, na subcultura negra, do homem escravizado ou o fato de que a diferenciação de funções de trabalho baseada em sexo, conforme designado por senhores brancos, reflete uma tendência voltada para o homem (por exemplo, exigir que mulheres negras realizem tarefas ‘masculinas’, mas não exigir que homens negros realizem tarefas ‘femininas — mulheres trabalham no campo, mas homens não cuidam de crianças). [...] o homem negro escravizado, apesar de obviamente privado do status social que o permitiria proteger e prover para ele mesmo e para os outros, tinha status melhor do que mulheres negras escravizadas, com base apenas no fato de ele ser homem. Esse status mais elevado nem sempre levava a tratamentos preferenciais, mas era manifestamente reconhecido na diferenciação dos papéis sexuais (HOOKS, 2019, p.146-147).

Por isso, nosso olhar para as vivências de mulheres negras, em contextos como o período escravocrata e o colonialismo, mostra-se fundamental para investigar os problemas de representação feminina, uma vez que elas foram silenciadas e excluídas dos debates nas próprias reflexões do feminismo tradicional — fato que demonstra o quanto passaram ainda mais invisíveis e insignificantes pela História. Assim, destacamos a importância da tarefa de “enegrecer o feminismo” como algo inerente a qualquer discussão sobre a representação de mulheres, considerando a necessidade de situar “a identidade branca e ocidental na formulação feminista”, visando ainda a “integrar as diferentes expressões do feminino construídas em sociedades multirraciais e pluriculturais” (CARNEIRO, 2003, p.118).

Como demonstra Lélia Gonzalez (2020), ao contextualizar o colonialismo europeu sobre as sociedades da América Latina no século XIX, tal modelo se desenvolve à medida “o racismo se constituía como a ‘ciência’ da superioridade eurocristã (branca e patriarcal)” (p. 174), concepção que do modelo científico positivista até os dias atuais. A autora resgata ainda que:

[...] tal processo se desenvolveu no terreno fértil de toda uma tradição etnocêntrica pré-colonialista (século XV — século XIX) que considerava absurdas, supersticiosas ou exóticas, as manifestações culturais dos povos ‘selvagens’ (Leclerc, 1972). Daí a ‘naturalidade’ com que a violência etnocida e destruidora das forças do pré-colonialismo europeu se fez abater sobre esses povos. No decurso da segunda metade do século XIX, a Europa transformaria tudo isso numa tarefa de explicação racional dos (a partir de então) ‘costumes primitivos’, numa questão de racionalidade administrativa de suas colônias. Agora, em face da resistência dos colonizados, a violência assumirá novos contornos, mais

sofisticados; chegando, às vezes, a não parece violência, mas ‘verdadeira superioridade’ (GONZALEZ, 2020, p.174).

Nesse olhar colonial, todas as etnias, raças e identidades tidas como ‘diferentes’ (ainda que sejam os povos originários e que são a maioria na América Latina) são considerados inferiores. E, portanto, são excluídos e apagados dos relatos históricos e da memória coletiva, com base na crença da superioridade que naturaliza essa hierarquia ao longo das épocas e relações sociais do sul do mundo.

No caso do Brasil, a crença de divisão racial, que sustenta as relações desde a escravidão de pessoas negras, se dá por um racismo complexo e específico, que Gonzalez (2020, p.175, grifada autora) classifica como “racismo disfarçado” ou “*racismo por denegação*”. Como constata a autora, esse tipo de discriminação racial leva a “uma forma mais eficaz de alienação dos discriminados” do que outras formas de racismo mais escancaradas, tais como as ideologias difundidas na segregação racial do *apartheid* na África do Sul. Nesse sentido, Gonzalez (2020, p.175) pontua que o “racismo à brasileira” é velado e negado por quem o pratica, sob o mito de ‘democracia racial’ (ou como tornou-se popular no senso comum brasileiro, as falas de que ‘não existe racismo no Brasil’ e de que ‘somos todos iguais’).

Como contextualiza a autora, esse modelo está intimamente ligado à construção histórica dos colonizadores da América Latina, provenientes da Espanha e Portugal. Essas nações foram marcadas pelo passado de disputas territoriais, discriminação racial e dominação cristã contra os mouros, povos islâmicos e negros originários do Norte da África, que ocuparam a Península Ibérica entre os séculos VIII e XV, deixando diversas contribuições culturais e científicas na região. Como demonstra Gonzalez (2020), as formas intensivas de combate dos europeus cristãos contra os mouros formaram as bases da perpetuação desse racismo disfarçado e socialmente enraizado, que posteriormente seria difundido na América Latina:

Sabemos que as sociedades ibéricas se estruturaram a partir de um modelo rigidamente hierárquico, onde tudo e todos tinham seu lugar determinado [...]. Enquanto grupos étnicos diferentes e dominados, mouros e judeus eram **sujeitos a violento controle social e político**. As sociedades que vieram a constituir a chamada América Latina foram as herdeiras históricas das ideologias de classificação social (racial e sexual) e das técnicas jurídico-administrativas das metrópoles ibéricas. Racialmente estratificadas, **dispensaram formas abertas de segregação, uma vez que as hierarquias garantem a superioridade dos brancos enquanto grupo dominante**. [...] O racismo latino-americano é suficientemente sofisticado para manter negros e índios na condição de segmentos subordinados no interior das classes mais exploradas, graças à sua forma ideológica mais eficaz: a ideologia do branqueamento. Veiculada pelos meios de comunicação de massa e pelos aparelhos ideológicos tradicionais, **ela**

reproduz e perpetua a crença de que as classificações e os valores do Ocidente são os únicos verdadeiros e universais. [...] o desejo de embranquecer (de ‘limpar o sangue’, como se diz no Brasil) é internalizado, com a simultânea negação da própria raça, da própria cultura (GONZALEZ, 2020, p.176- 177, grifos nossos).

Assim, percebemos que esses processos geraram formas profundas de distinção racial, que se perpetuam até hoje nas crenças, valores e práticas sociais, para além do período da colonização e da escravidão. É justamente por seus graus de profundidade e “sofisticação” que esse racismo forma efetivamente a estrutura social do Brasil, tornando-se parte fundamental dos valores simbólicos partilhados no país. Com isso, o racismo de denegação demonstra ser uma das origens e causas fundamentais do silenciamento histórico dessas identidades afro-latinas. Assim, nos parece evidente que tais práticas de apagamento ou distorção, sendo intimamente ligadas à construção de memórias, significados e ideais coletivos, são instrumentos potentes de perpetuação desse tipo de racismo e sexismo.

Dessa maneira, as marcas dessa distinção racial são evidentes nos relatos históricos e na memória coletiva transmitida desde a educação básica até diversas instituições sociais — tal como a ideia de que o país foi ‘descoberto’ pelos colonizadores portugueses, ocultando a experiência anterior dos povos nativos e a contribuição de suas culturas para a formação do país. Essa crença veio, portanto, sustentando o extermínio e assassinato dessas populações até os dias atuais.

Esse padrão colonial dos relatos históricos ocorre também com a memória apagada, reduzida ou distorcida sobre o sequestro e escravidão dos povos africanos no país. E posteriormente, nos tempos modernos e contemporâneos, se traduz em novas formas de silenciamento da população negra e das suas contribuições culturais — que a custo de muitas perdas e genocídios, se desenvolveu resignificando ou criando suas próprias identidades que formam a “amefricanidade”, como intitula Gonzalez (2020).

Dessa maneira, Gonzalez (2020) destaca as lacunas e fantasias presentes nos relatos históricos oficiais do Brasil acerca da população e das mulheres negras. Como resgata a autora, tal distorção está na raiz do entendimento das relações raciais no Brasil: que reside no “mito” de “democracia racial”, ligado à ideia da miscigenação utilizada como justificativa para a solução e negação do racismo, mas que na verdade se deve a um “resultado da violência de mulheres negras por parte da minoria branca dominante (senhores de engenho, traficantes de escravos etc.)” (GONZALEZ, 2020, p.59).

Nesse sentido, tais distorções remetem ainda à memória da escravidão como um processo aceito passivamente por pessoas negras, que teria sido superado e resolvido no passado — já que “a história oficial, assim como o discurso pedagógico internalizado por nossas crianças, fala do brasileiro como um ser ‘cordial’ e afirma que a história do nosso povo é um modelo de soluções específicas para todas as tensões [...]” (GONZALEZ, 2020, p.60). Essa fabulação da história da população negra brasileira demonstra um propósito evidente de ocultação das suas revoltas e movimentos sociais, tal como a desinformação histórica acerca da República Negra de Palmares — da qual pouco se fala, tampouco do fato de ter sido “a primeira tentativa brasileiro sentido de criação de uma sociedade democrática e igualitária que, em termos políticos e socioeconômicos, realizou um grande avanço” (GONZALEZ, 2020, p.61). Como destaca a autora, mesmo silenciamento ocorre sobre a falta de conhecimento do desenvolvimento e o legado dos quilombos. O silêncio sobre essas e outras mobilizações do povo negro — tanto em insurreições contra o racismo quanto na luta por direitos sociais diversos — demonstra não só um meio de manter o controle sobre essa população, mas também uma maneira de apagar as notáveis contribuições das pessoas negras na formação política e cultural brasileira.

Assim, Gonzalez (2020) verifica maneiras específicas de silenciamento ou distorção das mulheres escravizadas — por meio de práticas racistas que depois se estendem e se reinventam no pós-escravidão, em que essas mulheres são marginalizadas como periféricas, empregadas domésticas, e diversos papéis subordinados à branquitude. Como resgata a autora, tanto entre as mulheres escravizadas quanto no trabalho fora dela (nas plantações e produções agrícolas dos senhores), lhes foi imposta “a tarefa de doação de força moral para seu homem, seus filhos ou seus irmãos de cativo” (GONZALEZ, 2020, p.63). Fato esse que, por si só, fundamenta a predominância masculina nas relações e nos relatos ligados à escravidão e ao povo negro (como também já tratamos a partir de bell hooks, nos tópicos anteriores).

Com isso, a acumulação de opressões levou à carga excessiva de papéis de cuidado, docilidade e submissão que sobrecarregava mulheres negras com tarefas ligadas à própria família, e, sobretudo, à família dos seus senhores (ou às patroas e patrões, no pós-escravidão). Dessa maneira, tais papéis sociais femininos geraram contribuições próprias e específicas na formação cultural brasileira, mas que foram ocultadas nas narrativas dominantes da História. Essa questão é destacada por Gonzalez (2020), por exemplo, ao apontar o papel da “mãe preta” (figura da mucama que educava os filhos dos senhores), e seu papel

na formação das crianças a partir das histórias folclóricas de origem afro-brasileira, que contribuíram para a difusão das tradições culturais negras no Brasil. Apesar dessa contribuição, conforme critica a autora, seu reconhecimento foi anulado e apagada da História:

Ao nosso ver, a mãe preta e o pai-joão, com suas histórias, criaram uma espécie de ‘romance familiar’ que teve uma importância fundamental na formação dos valores e crenças do povo, do nosso *Volksgeist*. Conscientemente ou não, passaram para o brasileiro ‘branco’ as categorias das culturas africanas de que eram representadas. Mais precisamente, coube à mãe preta, enquanto sujeito suposto saber, a africanização do português *falado* no Brasil (o ‘pretuguês’, como dizem os africanos lusófonos) e, conseqüentemente, a própria africanização da cultura brasileira. [...] já se pode perceber a profunda importância do papel da mulher negra em nossa sociedade e como o estudo desse tema assume um valor de tal ordem que acaba por revelar certos aspectos da nossa realidade cultural de que **muitos pesquisadores nem sequer desconfiam** (GONZALEZ, 2020, p.65, grifo nosso).

Considerando que essa ordem racial sempre esteve intimamente ligada à dominação masculina patriarcal, as mulheres indígenas, afrodescendentes e mestiças são inferiorizadas e silenciadas de múltiplas formas, por uma acumulação de todas essas opressões de gênero, raça e classe. Tais particularidades passam a ganhar mais foco nesta dissertação, já que são as bases para compreender a situação das mulheres cangaceiras — que eram negras ou mestiças, nordestinas e pobres, atravessadas por essas opressões. Com isso, olhamos para essas múltiplas opressões com o olhar da interseccionalidade — conceito estabelecido pela autora do pensamento afro-estadunidense Kimberlé Crenshaw. Esse olhar, desenvolvido intensamente por teóricas do feminismo negro, demarca a complexidade presente nas múltiplas formas de violência e silenciamento contra mulheres negras, partindo da questão racial, como demonstrar Carla Akotirene:

“Contrariando o que está posto, o projeto feminista negro, desde sua fundação, trabalha o marcador racial para superar estereótipos de gênero, privilégios de classe e cisheteronormatividade articuladas em nível global. [...] O feminismo negro dialoga concomitantemente entre/com as encruzilhadas, digo, avenidas identitárias do racismo, cisheteropatriarcado e capitalismo” (AKOTIRENE, 2019, p.22).

Dessa maneira, é fundamental aferir que esses apagamentos deslegitimam as experiências autênticas de mulheres — consideradas desimportantes, não são validadas ou consideradas como conhecimento legítimo e histórico da sociedade. Aprofundando a questão, torna-se importante investigar ainda as raízes sociais e culturais dessa deslegitimação e as formas como ela opera socialmente.

Portanto, nos direcionamos a investigar como essa invalidação do conhecimento e memória

feminina é construída ao longo da produção do conhecimento e organização social da humanidade. Com isso, consideramos fundamental olhar para o problema da representação tanto como origem que sustenta a estrutura de violência contra mulheres, quanto como efeito e consequência dessa violência. Assim vamos apontar e discutir, de um lado, como as representações históricas, científicas, religiosas, artísticas e midiáticas serviram de sustentação para perpetuar abusos e violações contra mulheres, e por outro lado, como estas foram geradas como fruto e efeito de relações e concepções abusivas contra mulheres, num fluxo em que as representações podem ser inclusive formas posteriores de justificar e legitimar violências já estabelecidas socialmente.

Cabe ressaltar e resgatar, nesse ponto, que entre a representação e a realidade objetiva, o problema do 'quem surgiu primeiro' é aqui entendido por um fluxo simultâneo o que se representa e o que se vive, sem que seja possível distinguir o que começa primeiro. Isso porque, como já estabelecemos nesse trabalho, adotamos aqui uma perspectiva construcionista que percebe esses dois momentos como combinados e interdependentes, que se retroalimentam na construção e no conhecimento da realidade histórico-social (HALL, 2016).

Assim, passamos nesse momento a investigar como as concepções da humanidade, a racionalidade científica e as crenças sociais geraram a estrutura social de dominação masculina sobre as mulheres. Para tal, acionamos as teorias feministas de perspectivas materialistas e também de estudos mais recentes de perspectivas decoloniais.

3.4 O conhecimento da mulher como inferior como base da humanidade

Ainda que os papéis sociais de mulheres atravessassem diversas variações, entre distintas civilizações, culturas e épocas ao longo do curso da humanidade, a participação feminina na sociedade é historicamente tida como inferior e submissa a um princípio, uma essência e um primeiro ato masculino. A condição masculina surge como universal, absoluta, atribuindo ao homem a supremacia de representar, oficialmente, aquilo que significa ser humano. À mulher, por sua vez, é atribuído o caráter de específico, um desvio a esta norma geral do que é o humano.

O homem representa a um tempo o positivo e o neutro, a ponto de dizermos "os homens" para designar os seres humanos (...) A mulher aparece como o negativo, de modo que toda determinação lhe é imputada como limitação, sem reciprocidade

(...) Há um tipo humano absoluto que é o masculino (...) A humanidade é masculina e o homem define a mulher não em si mas relativamente a ele, ela não é considerada um ser autônomo (BEAUVOIR, 1970, p. 9).

É neste sentido que Simone de Beauvoir (1970) caracteriza essa distinção entre os gêneros ao longo da humanidade, em suas teorias feministas materialistas, que marcaram os estudos desse campo pela ideia da construção social e não natural do ‘tornar-se mulher’. O legado da autora, nesse sentido, consolida o entendimento da desigualdade entre homens e mulheres como uma concepção construída socialmente, contrariando a ideia de uma distinção determinada pela natureza ou pela determinação biológica dos sexos, como se tenta justificar historicamente em discursos masculinistas que alegam distinções biológicas na inferioridade da capacidade intelectual ou física de mulheres.

Em busca da origem e das raízes dessa ordem desigual, na fundamentação teórica de Beauvoir (1970), encontramos seu princípio na concepção da alteridade, sendo esta “uma categoria fundamental do pensamento humano” (BEAUVOIR, 1970, p. 11), que constitui a formação das civilizações humanas a partir da ideia de que o ser humano se afirma enquanto sujeito a partir da distinção do “Outro”. Nesse sentido, Beauvoir (1970) contextualiza que “A categoria do Outro é tão original quanto a própria consciência. Nas mais primitivas sociedades, nas mais antigas mitologias, encontra-se sempre uma dualidade que é a do Mesmo e a do Outro.”, o que é exemplificado pelas tradições dos pares “Varuna-Mitra, Urano-Zeus, Sol-Lua, Dia-Noite”, assim como “a oposição do Bem ao Mal”, ou de “Deus e Lúcifer” (BEAUVOIR, 1970, p.11).

Ao desenvolver esse pensamento, a autora resgata o estudo de Lévi-Strauss sobre as sociedades primitivas, que estabelece: “A passagem do estado natural ao estado cultural define-se pela aptidão por parte do homem em pensar as relações biológicas sob a forma de sistemas de oposições: a dualidade, a alternância, a oposição e a simetria (...)” (LÉVI-STRAUSS, 1949 *apud* BEAUVOIR, 1970, p.11). Nesta reflexão, ela ainda avança sua contextualização para os postulados de Hegel, pontuando que “o sujeito só se põe em se opondo, ele pretende afirmar-se como essencial e fazer do outro o inessencial, o objeto” (BEAUVOIR, 1970, p.11-12).

Dessa forma, no contexto de uma humanidade elaborada aos moldes masculinos, em que o homem é tido como padrão natural e universal, tal necessidade de afirmar o Outro, para que se afirme a si mesmo como sujeito numa lógica de oposição, leva a situar a mulher como o Outro. Portanto, é nessa demarcação que Beauvoir (1970) visualiza os rastros da origem da

submissão e inferioridade feminina que se perpetua por toda a História. Como esta concepção faz parte da própria naturalização da humanidade e sua construção cultural, formada ao longo do seu desenvolvimento, Beauvoir (1970) reforça que a submissão feminina não surge de um acontecimento ou evento histórico pontual, sendo essa condicionada à própria condição do que significa ser mulher:

Elas são mulheres em virtude de sua estrutura fisiológica; por mais longe que se remonte na história, sempre estiveram subordinadas ao homem: sua dependência não é consequência de um evento ou de uma evolução, ela não aconteceu. E, em parte, porque escapa ao caráter acidental do fato histórico que a alteridade aparece aqui como um absoluto (BEAUVOIR, 1970, p. 12-13).

Portanto, na medida em que a humanidade, e o conhecimento racional acerca dela, são centrados no homem branco, heterossexual e ocidental como sujeito absoluto e universal, o “Outro” corresponde a quaisquer identidades diferentes desse sujeito — isso faz com que esses diversos atores sociais não tenham voz para representarem a si mesmos, sendo sempre definidos a partir do ponto de vista daquele homem ‘universal’. Dessa maneira, é nessa lógica que são construídos os papéis sociais das mulheres: não a partir das perspectivas e vozes delas próprias, mas sim definidas pelos homens, pelas linguagens e códigos masculinos, impondo modelos femininos submissos a eles de diversas formas.

Condenada a desempenhar o papel do Outro, a mulher estava também condenada a possuir apenas uma força precária: escrava ou ídolo, nunca é ela que escolhe seu destino. (...) São eles que decidem se as divindades supremas devem ser femininas ou masculinas. O lugar da mulher na sociedade é sempre eles que estabelecem. Em nenhuma época ela? impôs sua própria lei (BEAUVOIR, 1970, p. 97-98).

Sendo essa lógica que rege as estruturas, relações e processos das sociedades humanas, sua disseminação ao longo da imensidão da História da humanidade traz o desenrolar de diversos modos com os quais o homem se reafirma nessa condição de absoluto e natural. Esse empenho histórico na elaboração de um mundo de autoria e de ordem masculina se traduz desde seus princípios mais fundantes, então, como caracteriza Beauvoir (1970):

Legisladores, sacerdotes, filósofos, escritores e sábios empenharam-se em demonstrar que a condição subordinada da mulher era desejada no céu e proveitosa à terra. As religiões forjadas pelos homens refletem essa vontade de domínio: buscaram argumentos nas lendas de Eva, de Pandora, puseram a filosofia e a teologia a serviço de seus desígnios, como vimos pelas frases citadas de Aristóteles e Sto. Tomás. Desde a Antiguidade, moralistas e satíricos deleitaram-se com pintar o quadro das fraquezas femininas (BEAUVOIR, 1970, p. 16).

Com isso, é justamente por esta condição de inferioridade feminina ser um princípio fundador da consciência e da sociedade humana, e não desencadeado por um evento específico, que a dominação masculina e suas formas de submeter as mulheres são permanentes e intactas na temporalidade humana, quase que como parte da própria

Natureza. Ainda que mutáveis, dinâmicas e diversas, tais relações aniquiladoras da experiência feminina estão sempre em manutenção e continuidade, sendo apenas alteradas por aspectos sociais, políticos e culturais que caracterizam cada fase da história e as particularidades de cada sociedade. Dessa maneira, Wilshire (1997) demonstra:

A história da civilização e da filosofia ocidentais só varia até o ponto em que cada era dá ênfase a alguns aspectos favorecidos, característicos; quanto ao conhecimento e sua aquisição, todas as eras nessa história têm em comum a explícita desvalorização da terra e do corpo - mais especificamente, o corpo da mulher, junto com formas de saber e estar no mundo associados ao feminino (WILSHIRE, 1997, p. 103).

Tal permanência da dominação masculina constitui o modelo de conhecimento humano, como parte de princípios que guiam tanto a racionalidade quanto a religiosidade. Essa perspectiva é reforçada por Donna Wilshire (1997), refletindo a questão da alteridade e da mulher como o “outro” no campo da formação filosófica e do modelo de conhecimento ocidental: “Os dualismos hierárquicos - com seu privilégio em relação à Mente (isto é, masculinidade) e seus preconceitos contra o corpo e a matéria (isto é, feminidade) – estão na base da epistemologia ocidental e do pensamento moral” (WILSHIRE, 1997, p. 204).

Sendo esta a concepção filosófica da Razão associada à masculinidade, que se distingue do mito ou crença, se impõe como método que verifica, esclarece e lança luz sobre a realidade, tais princípios acompanham toda a formação e concepção da sociedade no sentido de consolidar a polarização entre as ideias que significam ser homem e ser mulher. Isso impacta, portanto, não só nas particularidades dessas relações sociais, mas geram como pano de fundo da sociedade o sentido do masculino como fonte geradora de todo conhecimento positivo, objetivo, verificável e, portanto, legítimo para a concepção e estruturação social. Como explica a autora:

Esse modelo de conhecimento tem pelo menos 2.500 anos. Na Grécia clássica, era sintetizado por Apolo, divindade do céu, deus do sol e da luz, deus da Razão. Desde esse tempo antigo até o presente, tal sistema tem considerado a Razão como algo de maior valor, porque é elevada, mental, ordenada, moderada, controlada, objetiva – todos fatos positivos, associados a ideias, a masculinidade e a Apolo [...] (WILSHIRE, 1997, p. 102).

Na Antiguidade, os princípios fundantes de Aristóteles na Grécia Clássica traduzem dessa maneira o papel privilegiado e superior da masculinidade, que se traduz em racionalidade e reproduz os “dualismos hierárquicos”, em que há sempre um domínio de um polo sobre o outro, como “Razão *sobre a emoção*, Masculino *sobre* feminino”, sendo que: “a Mente e a Razão masculinas dominam e são ‘mais divinas’ que o corpo feminino, porque a mulher (sendo dominada por emoções e funções corporais) não é tão capaz de Mente e Razão etc” (WILSHIRE, 1997, p. 103). Assim, tanto Beauvoir (1970) quanto Wilshire (1997), seguindo o horizonte da crítica feminista, pontuam o caráter masculinista dos postulados de Aristóteles, que chegam a condenar a própria condição feminina.

Já com a instauração das religiões cristãs e seu papel político de formação das civilizações, sendo postulados que sustentam a sociedade ao longo da Idade Média, é fundamental perceber a retomada desta mesma lógica de dominação masculina no mito cristão de criação do mundo de Adão e Eva, em que ela é criada e extraída a partir dele, condicionada à relação com o homem para satisfazer as necessidades de companhia e procriação, sendo ela ainda responsável pelo primeiro pecado. Dessa forma, na transição das crenças pagãs da Antiguidade para os dogmas do Cristianismo, a mulher continua sendo associada à matéria, ao corpo, ao emocional descontrolado, ao oposto da Razão. Como pontua Wilshire, “mesmo cristãos como São Paulo e Santo Agostinho, que desprezam os deuses pagãos” mantêm o dualismo hierárquico, “considerando o corpo feminino mais especialmente pecaminoso, culpando Eva (e todas as mulheres subsequentes) pela queda do Homem, pelo Pecado Original e tudo mais” (WILSHIRE, 1997, p. 103).

Nesse processo de afirmação da religiosidade cristã, o apagamento dos mitos e lendas associados ao paganismo também inclui essa reafirmação masculina, influenciando também os contos de fadas e as histórias fictícias contadas culturalmente. Nesse sentido, a psicóloga jungiana Clarissa Pinkola Estés (2018), em seus estudos na obra dedicada a resgatar os arquétipos femininos, que formam a concepção da mulher selvagem, contextualiza a construção dos contos de fadas em suspeitas de processos que “purificavam’ as histórias” por razões religiosas e cristãs para acobertar símbolos pagãos: “de tal modo que uma velha curandeira num conto passava a ser uma bruxa perversa; um espírito transformava-se num anjo [...]. Os elementos sexuais eram omitidos. Animais e criaturas prestimorosas eram transformados em demônios e espíritos do mal” (ESTÉS, 2018, p. 29-30). Dessa maneira, a autora caracteriza

apagamento da participação das mulheres, que eram tradicionalmente simbolizadas nas narrativas míticas:

Foi assim que se perderem muitos dos contos femininos que continham instruções sobre o sexo, o amor, o dinheiro, o casamento, o parto, a morte e a transformação. Foi assim que foram arrasados e encobertos os mitos e contos de fadas que explicavam mistérios antiquíssimos das mulheres. Da maioria das coletâneas dos contos de fadas e mitos hoje existentes foi expurgado tudo o que fosse escatológico, sexual, perverso, pré-cristão, feminino, iniciático, ou que se relacionasse com as deusas, que representasse a cura para vários males psicológicos e que desse orientação para alcançar êxtases espirituais (ESTÉS, 2018, p. 30).

Tais noções representam um importante peso para a condição feminina, já que representam sentidos de consolidação do homem enquanto absoluto e racional desde a gênese do mundo, associando esse ideal masculino ao divino e ao etéreo, já que “[...] os homens não poderiam gozar plenamente esse privilégio [de superioridade], se não o houvessem considerado alicerçado no absoluto e na eternidade: de sua supremacia procuraram fazer um direito” (BEAUVOIR, 1970, p. 16).

A racionalidade e os cientificismos passam a predominar ainda mais o conhecimento ao longo da Idade Moderna, com os princípios iluministas, e anteriormente as inspirações na cultura e intelectualidade renascentista. Nesses fluxos históricos, identificamos o reforço contínuo da mesma oposição da razão contra a emoção, ampliando a concepção humana de mundo que já vinha sendo desenvolvida desde Aristóteles. Como contextualiza Wilshire (1997):

Durante a revolução científica, ainda se pensava que a Alma e a Mente só podiam se realizar em seres masculinos e que a alma tinha que lutar para subjugar o corpo. Descartes inaugurou a Idade Moderna descrevendo a Mente humana como um Espírito que nada tem a ver com a matéria ou o corpo. Como os antigos, ele associava a Mente masculina à divindade e à Alma [...] Descartes e sua época continuaram a clássica tentativa de libertar o Conhecimento e a Razão de qualquer contaminação corporal, da Mãe Terra e todas as coisas femininas [...] (WILSHIRE, 1997, p. 104).

Assim, é possível perceber ainda mais a maneira como as representações e práticas sociais estão intimamente ligadas à inferiorização das mulheres, na medida em que atravessam tanto as relações de poder e interações sociais quanto os princípios do conhecimento racional, os dogmas religiosos e demais representações nesse sentido. Como explicita Saffioti (1994), não existe nenhuma sociedade sem uma organização de gênero, e essa diferenciação vigente na história humana se torna negativa, pois “se transforma em hierarquias, seja na direção de

inferiorizar a mulher, como acontece em todas as sociedades em maior ou menor grau, seja na direção oposta” (SAFFIOTI, 1994, p.461). Esse sistema gera a perpetuação do poder exercido por homens sobre as escolhas, a vida e realizações de mulheres, e do próprio corpo feminino. Como mostra Bandeira (2019, p.304): “as diferentes manifestações da violência de gênero são maneiras de estabelecer uma relação de submissão ou de poder, implicando sempre situações de medo, isolamento, dependência e intimidação para a mulher”.

3.5 A dominação masculina e seus desdobramentos

A partir desses apontamentos, torna-se fundamental indicar e caracterizar a “onipresença” dessa violência (SAFFIOTI, 1994, p. 445), que se perpetua tanto no plano das ideias, enquanto violência simbólica, quanto no plano material enquanto violência física e sexual. Entendemos que a desigualdade de gênero não representa somente “um conjunto mais ou menos sistemático de ideias, mas também, e fundamentalmente, de estruturas de poder” (SAFFIOTI, 1994, p. 444). Portanto, isso nos leva a enxergar “a violência enquanto modalidade material de controle social e da repressão exercida através das formas ‘ideacionais’ de socialização” (SAFFIOTI, 1994, p.445). Nesse mesmo sentido, Bandeira (2019, p.304) define essa questão como um “fenômeno social persistente, multiforme e articulado por facetas psicológica, moral e física”.

Esse entendimento da violência de gênero surge como uma maneira de classificar o comportamento da dominação masculina sobre as mulheres, como pano de fundo das agressões e abusos cotidianos. Essa forma de interpretar a violência masculina contra mulheres surge como uma demanda feminista em busca das origens e do enfrentamento desses crimes, cujo pensamento teórico atua “destacando a natureza das relações de poder estabelecidas entre homens e mulheres, nas conjugalidades e famílias” (BANDEIRA, 2019, p. 299).

Portanto, não é genérico afirmarmos que todas as mulheres convivem com a violência masculina, em diferentes medidas e formas de expressão, desde as convenções sociais que impõem e educam a maneira como mulheres devem viver, se comportar, se vestir e se expressar. Essa construção cultural naturaliza o comportamento masculino abusivo e agressivo como significado do que é ‘ser homem’:

Potencialmente, todo homem é violento à medida que é incentivado,

cotidianamente, a ser valente, a mostrar que é macho, masculinidade sendo sinônimo de transformação da agressividade em agressão. A mulher, ao contrário, é estimulada a suportar calada os maus-tratos a ela infligidos por seu companheiro, sobretudo quando este é um bom provedor das necessidades materiais da família (SAFFIOTI, 1994, p. 460).

Dessa maneira, esse modelo ideal de masculinidade é ensinado e construído no processo formador de homens desde a infância. Nessa direção, Bandeira (2019) caracteriza a violência contra mulheres como “apreendida no decorrer dos processos primários de socialização” (BANDEIRA, 2019, p. 304-305), e que permanece formando o comportamento social masculino ao longo da sociabilidade da vida adulta. Concluímos, então, que essa violência “não se caracteriza como patologia ou como desvio individual, mas sim como “permissão social” concedida aos homens na sociedade, em relação a qual estariam de acordo” (BANDEIRA, 2019, p. 304-305).

Em relação à legitimação social da violência contra mulheres, bell hooks (2019) argumenta que, como sintoma da sociedade patriarcal, “o sexismo alimenta, justifica e apoia a violência do homem contra a mulher” (HOOKS, 2019, p. 172). Considerando o patriarcado uma “estrutura de poder baseada tanto na ideologia quanto na violência”, percebemos que essas relações de poder envolvem inclusive a garantia de “direitos sexuais aos homens sobre as mulheres, praticamente sem restrição” (SAFFIOTI, 2004, p. 461).

Com isso, tal superioridade masculina é fixada na estrutura das sociedades, na linguagem e nas bases com as quais as instituições e relações sociais se formam e se desenvolvem. Por essa razão, ao olharmos para o decorrer da história, deve-se levar em conta que mesmo em momentos de progresso nas conquistas feministas, elas continuam a esbarrar nessas estruturas linguagens fixas de dominação masculina, por conta de sua naturalização na formação cultural da sociedade. Nesse sentido, Beauvoir considera que:

Mesmo quando os direitos [das mulheres] lhe são abstratamente reconhecidos, um longo hábito impede que encontrem nos costumes sua expressão concreta. Economicamente, homens e mulheres constituem como que duas castas; em igualdade de condições, os primeiros têm situações mais vantajosas, salários mais altos, maiores possibilidades de êxito do que suas concorrentes recém-chegadas. Ocupam, na indústria, na política etc., maior número de lugares e os postos mais importantes. **Além dos poderes concretos que possuem, revestem-se de um prestígio cuja tradição a educação da criança mantém: o presente envolve o passado e no passado toda a história foi feita pelos homens [...]** (BEAUVOIR, 1970, p.14, grifos nossos).

Considerando que a autora trouxe essa constatação em sua época, na década de 1970, e no pós-guerra da Europa, lembramos que tais poderes e prestígios masculinos se revestem e se perpetuam de novas maneiras nos dias atuais. No momento atual, inegavelmente, mulheres

conquistaram cada vez mais amplitude de espaços, representações, poderes e direitos iguais. Mas as estruturas e linguagens masculinas se mantêm, assumindo seu peso histórico em diversos problemas simbólicos e objetivos que ainda ameaçam a vida das mulheres. Isso é possível perceber, por exemplo, na gravidade do padrão de violência doméstica, abusos físicos, sexuais e psicológicos que ainda afetam, ameaçam e até exterminam a vida de milhares de mulheres mundialmente.

A naturalização e magnitude desses abusos e agressões masculinas demonstra nitidamente como eles ainda ordenam a organização social e cultural. A exemplo disso, mais da metade (59,1%) da população brasileira havia presenciado alguma situação de violência e assédio contra mulheres no último ano, em seu bairro ou comunidade, de acordo com o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2019), em dados coletados em 2019. Segundo o estudo, 16 milhões de mulheres brasileiras com mais de 16 anos relataram ter sofrido algum tipo de violência ou agressão no último ano, enquanto 22 milhões de mulheres reportaram ter sofrido algum tipo de assédio.

A permanência dessa dominação masculina nas práticas sociais e nas representações midiáticas é tensionada, atualmente, pela crescente ideia do ‘pós-feminismo’ — a partir da qual diversas noções do senso comum acreditam que o problema da desigualdade de gênero já foi resolvido e superado, não sendo mais necessário o feminismo. Tal como observa Duarte (2019):

Há quem defenda, inclusive, que estes seriam tempos ‘pós-feministas’, pois as reivindicações estariam — teoricamente — atendidas e ninguém ousa negar a presença das mulheres na construção social dos novos tempos. Se o prefixo ‘pós’ estiver sendo empregado (e lido) como explicitando uma fase posterior ao feminismo — agora ultrapassado e fora de moda —, não é possível concordar com a expressão. Apesar de tantas conquistas nos inúmeros campos de conhecimento e da vida social, persistem nichos patriarcais de resistência. Para corroborar essa posição, basta que nos lembremos do salário inferior, da presença absurdamente desigual de mulheres em assembleias e cargos de direção, e da ancestral violência que continua sendo praticada com a mesma covardia e abuso da força física (DUARTE, 2019, p.45).

Portanto, direcionamos os tópicos a seguir à análise de como o espaço e o corpo das mulheres são situados nessa estrutura de dominação masculina, delineando também a maneira como diversas representações reforçam esses papéis femininos ao longo da história. Por tratarmos de uma história ligada tradicionalmente ao espaço público, nosso olhar sobre a dominação masculina demonstra ser sustentado principalmente pela imposição das mulheres ao espaço privado, íntimo, secreto. E, portanto, não digno de ser conhecido ou lembrado enquanto experiências que ‘ficam para a História’ — tal como também destaca

Perrot (2007) em apontamentos que iremos trazer adiante.

3.6 “Lugar de mulher é...”: o lugar e o corpo das mulheres entre o espaço público e privado

Acreditamos que a territorialidade é uma dimensão fundamental na divisão entre homens e mulheres. Isso porque os papéis atribuídos a cada um dos gêneros se materializou, historicamente, pela reclusão delas ao espaço privado, e a determinação deles ao domínio do espaço público. Longe de ser uma simples divisão, essa relação territorial está ligada não só às dimensões físicas desses espaços, mas antes disso, à dimensão simbólica que esses espaços representam, ancorados numa rede de significados fortemente fixados e também variados em diferentes contextos. Essa estrutura perpetua os direitos e relações patriarcais atribuídos aos homens sobre as mulheres tanto nos espaços públicos quanto privados, afetando desde as atividades sociais cotidianas até a dimensão íntima da sexualidade.

Com isso, a partir da fundamentação das teorias feministas, acreditamos que o patriarcado “não se trata de uma relação privada, mas civil” (SAFFIOTI, 2004, p. 461). Reconhecemos a profunda ligação entre o público e o privado ao se tratar das relações de gênero. Assim, o direito patriarcal engloba de forma inerente a questão sexual, por meio do estabelecimento do “contrato sexual” como parte do “contrato social”, que surge nas teorias clássicas da sociedade com a concepção de que “as relações sociais livres tomam uma forma contratual” (PATEMAN, 1993, p. 15). Como argumenta Pateman (1993), essa noção contratual das relações sociais esconde, intrinsecamente, um pacto que também é sexual e intimamente ligado ao corpo: “o contrato cria o direito político dos homens sobre as mulheres -, e também sexual no sentido do estabelecimento de um acesso sistemático dos homens aos corpos das mulheres” (PATEMAN, 1993, p. 16-17).

Tal divisão simbólica e espacial de papéis entre o público e o privado foi sempre institucionalizada de diversas formas, sendo uma parte fundamental da organização social desde as sociedades mais primitivas, e que encontra suas formas de consolidação mais sólidas a partir da modernidade. Isso porque, como veremos, nesse período o ‘lugar da mulher’ é definitivamente preso ao lar — o que não era tão nítido nos modelos comunitários anteriores à urbanização e industrialização capitalista (BEAUVOIR, 1970; FEDERICI, 2019).

Como ponto de partida, é fundamental pontuar como os modelos das sociedades mais

antigas desenvolviam distintas maneiras de demarcar a função doméstica e privada das mulheres, que surge sendo imposta e justificada principalmente por conta sua determinação biológica de reprodução e maternidade. Assim, Beauvoir (1970) demarca essa reclusão doméstica gerada pela atribuição das mulheres unicamente à função reprodutiva.

Como resgata Beauvoir (1970, p.82), em sociedades primitivas as mulheres pareciam ser “robustas e resistentes para participar das expedições dos guerreiros”, tais como exemplos das amazonas e outros grupos femininos que demonstravam “a mesma coragem e a mesma crueldade que os homens”, contrapondo teorias que justificam a desigualdade pelas condições físicas e biológicas de mulheres e homens. No entanto, apesar dessa aparente equidade, “as servidões da reprodução” imposta a elas intensificava sua dependência aos homens. Beauvoir (1970, p. 82) lembra ainda que as dificuldades com partos e ciclos menstruais, por exemplo, “condenavam-nas a longos períodos de impotência”.

Mas sua privação doméstica não ocorreu naturalmente por suas condições biológicas, e sim pelo controle e exploração masculina sob essas condições. Assim, os períodos primitivos foram marcados pela/por uma extrema procriação feminina, determinada pelos homens em suas necessidades de desenvolvimento. Nesse sentido, a autora pontua “a fecundidade absurda da mulher”, que sendo “imprescindível à perpetuação da espécie, perpetuava-se de maneira exagerada: o homem é que assegurava o equilíbrio da reprodução e da produção” (BEAUVOIR, 1970, p.82).

Portanto, esse processo gerou valores fundamentais ligados às mulheres ao longo das eras. Como registra a autora, a perpetuação da função reprodutiva da mulher atribui socialmente a ela uma essência banal, repetitiva, responsável pela mera manutenção da humanidade sem muitas inovações, sem nada de original. Enquanto os méritos mais extraordinários e aplaudidos socialmente são os dos homens, na medida em que estes alcançam a vida pública e transcendem essa banalidade da vida doméstica:

Eis por que nelas a mulher não encontra motivo para uma afirmação ativa de sua existência: ela suporta passivamente seu destino biológico. Os trabalhos domésticos que está votada, **porque só eles são conciliáveis com os encargos da maternidade, encerram-na na repetição e na imanência**; reproduzem-se dia após dia sob uma forma idêntica que se perpetua quase sem modificação através dos séculos: **não produzem nada de novo**. O caso do homem é radicalmente diferente; ele não alimenta a coletividade à maneira das abelhas operárias mediante simples processo vital e sim **com atos que transcendem sua condição animal** [...]. Nessa ação, experimenta seu poder: põe objetivos, projeta caminhos em direção a eles, realiza-se como existente. Para manter, cria; supera o presente, abre o futuro [...]. Esse orgulho, ele o manifesta ainda hoje quando constrói uma barragem, um arranha-céu, uma pilha atômica. Não trabalhou somente para

conservar o mundo dado: dilatou-lhes as fronteiras, lançou bases de um novo futuro (BEAUVOIR, 1970, p.83-84, grifos nossos).

É essa a concepção que consolida desde o início da humanidade o aprisionamento das mulheres às tarefas domésticas e reprodutivas. Tal ideal de ‘transcendência’ ligado aos feitos masculinos, e de ‘repetição’ aos feitos femininos, guiam o desenvolvimento da humanidade nos tempos primitivos, em seus desafios por sobrevivência na natureza. Num contexto de duras condições naturais que “reclamava o pleno aproveitamento dos recursos da comunidade”, com descobertas e evoluções graduais na fabricação de utensílios e domínio dos recursos, adominação masculina sobre as mulheres gerava exploração e “esgotamento de suas capacidades individuais” (BEAUVOIR, 1970, p.86).

Portanto, nesses períodos iniciais da humanidade, é possível demarcar o uso dos corpos femininos como instrumento de manutenção da humanidade (ao gerar as vidas e alimentar). Enquanto os homens elevavam suas capacidades físicas e intelectuais, e assim, os feitos masculinos prevalecerem sendo reconhecidos como grandes responsáveis pelas descobertas e construções rumo às civilizações humanas. Além de excluir as mulheres de funções distintas da reprodução, essa concepção evidencia uma desvalorização das tarefas reprodutivas e domésticas, que tidas como ‘naturais’, não recebem qualquer prestígio público, tal como explica a autora:

[...] a humanidade sempre procurou evadir-se de seu destino específico; pela invenção da ferramenta, a manutenção da vida tornou-se para o homem atividade e projeto, ao passo que na maternidade a mulher continua amarrada a seu corpo [...] o projeto do homem não é repetir-se no tempo, é reinar sobre o instante e construir o futuro. Foi a atividade do macho que, criando valores, constituiu a existência, ela própria, como valor: venceu as forças confusas da vida, escravizou a Natureza e a Mulher (BEAUVOIR, 1970, p.85-86).

Na medida em que a humanidade começa a se estabelecer em comunidades, verifica-se certa mudança e melhorias nos papéis designados às mulheres. Nesse ponto, ocorre a transição entre o modo de vida nômade — sem tanta valorização da perpetuação humana e da ideia de futuro

— e as comunidades agrícolas — que passam a enxergar na existência humana um sentido maior com a construção de próximas gerações para perpetuar seu legado. Nessa organização social, ainda não ligada à propriedade individual, “a propriedade coletiva transmite-se, então, pelas mulheres; com elas assegurem-se os membros do clã os campos e as colheitas” (BEAUVOIR, 1970, p. 88). Dessa maneira, tais perspectivas geram certa valorização feminina:

A maternidade destina a mulher a uma existência sedentária; é natural que ela permaneça no lar enquanto o homem caça, pesca e guerreia. **Mas entre os povos primitivos quase só se cultivam hortas de dimensões modestas e que se encerram dentro dos limites da aldeia: sua exploração é tarefa doméstica;** os instrumentos da Idade da Pedra não exigem um esforço intensivo; **economia e mística concordam em confiar às mulheres o trabalho agrícola** (BEAUVOIR, 1970, p. 89).

A partir dessas crenças, que passam a atribuir um caráter místico à mulher, ligado ao mistério da gravidez e da maternidade, também se desenvolve uma noção fundamental ressaltada pela autora: a ligação do feminino com a terra e as forças da natureza. Esses valores se desenvolvem num contexto em que o homem agrícola passa a cultuar o fascínio do “mistério da fecundidade”, ligado tanto aos ciclos de crescimento e colheita da terra quanto à maternidade: “A Natureza na sua totalidade apresenta-se a êle [o agricultor] como uma mãe; a terra é mulher, e a mulher é habitada pelas mesmas forças obscuras que habitam a terra” (BEAUVOIR, 1970, p.88).

Tais concepções são identificadas em diversas tribos e suas crenças politeístas em regiões como a Ásia Ocidental, a Grécia e o Egito, em que são encontradas diversas “divindades femininas através das quais se adora a ideia da fecundidade” (BEAUVOIR, 1970, p.90). No entanto, a autora atenta para o fato de que tais períodos da história não representaram um pleno domínio feminino ou igualdade diante dos homens. As próprias ideias ligadas à divindade, ao misticismo e ao etéreo reforçam uma reclusão dos papéis femininos a um campo privado, ainda distante da vida pública e concreta dos homens. E, sobretudo, como esses papéis divinos também foram determinados por linguagens e crenças dominadas pelos homens, reafirmando sua condição como “Outro”, continuaram a demonstrar uma persistência nas formas masculinas de ditar às mulheres papéis limitados e dependentes deles:

Esses fatos induzem a supor que existia nos tempos primitivos um verdadeiro reinado das mulheres; foi essa hipótese proposta por Baschoffen que Engels retomou: a passagem do matriarcado para o patriarcado parece-lhe “a grande derrota histórica do sexo feminino”. Mas, em verdade, essa idade de ouro da mulher não passa de um mito. Dizer que a mulher era o *Outro* equivale a dizer que não existia entre os sexos uma relação de reciprocidade: Terra, Mãe, Deusa, não era ela para o homem um semelhante: era *além* do reino humano que seu domínio se afirmava: estava portanto *fora* desse reino. A sociedade sempre foi masculina; o poder político sempre esteve nas mãos dos homens [...]. As mulheres nunca, portanto, constituíram um grupo separado que se pusesse para si em face do grupo masculino; nunca tiveram uma relação direta e autônoma com os homens (BEAUVOIR, 1970, p.91).

Esse surgimento da divisão de mulheres e homens entre espaço público e privado demonstra estar essencialmente ligado ao padrão de registros históricos, que privilegiam os feitos

masculinos. Assim, eles são tidos como responsáveis pelos grandes feitos da vida pública e das transformações históricas, tal como mencionamos no primeiro tópico a partir de Perrot (2007). É possível entender, então, a predominância que ainda hoje persiste, tanto nas práticas sociais quanto nas representações históricas e midiáticas, de homens na vida pública e no poder político. Portanto, iremos nos aprofundar ainda mais nos próximos tópicos nas práticas e narrativas que perpetuam essa ordem.

3.7 Mulheres entre a Idade Média e a Modernidade: a caça às bruxas como meio de repressão e exclusão

A imposição da vida doméstica às mulheres torna-se ainda mais evidente no controle da geração de emprego e renda a partir da modernidade, com a consolidação do capitalismo e da industrialização, que fixa a predominância da força de trabalho masculina nas fábricas e no mercado de trabalho. Isso porque a lógica da propriedade privada, fortalecida no capitalismo, passa a estabelecer uma organização social ainda mais rígida com base na divisão entre homens e mulheres.

Tal como demonstram os estudos de Federici (2019), a transição do feudalismo para o capitalismo demarca a mudança de um modo de vida camponês e servil para uma vida urbana marcada pelo trabalho das fábricas. Tal transformação também implicou numa exclusão mais intensa das mulheres da vida pública, já que antes disso as camponesas e servas desempenhavam tarefas mais próximas das dos homens no campo. Isso não significa dizer que a dominação masculina sobre mulheres não existia no período feudal. Mas nesse contexto, verifica-se uma lógica menos demarcada pela imposição doméstica, já que esses valores foram mais sedimentados com as concepções de trabalho e propriedade privada do capitalismo.

Por outro lado, no feudalismo medieval, a submissão de mulheres era determinada pela dominação do senhor sobre suas servas — o que era mais determinante do que a submissão das mulheres aos maridos. Isso porque os senhores, tendo seus servos como propriedade, “tentavam controlar cada aspecto de suas vidas, desde o trabalho até o casamento e a conduta sexual”, exercendo a dominação “no trabalho e nas relações sociais das mulheres” (FEDERICI, 2019, p.54). Além disso, a autora pontua que, nesse período, o controle das mulheres também se dava por ordens sociais como a transmissão de terras pela linhagem masculina e a inferiorização das mulheres nas distinções de classes dos camponeses. Mas

ainda assim, o papel das mulheres no trabalho e nas funções sociais da vida campesina ainda ocupava uma importância considerável, e mais compartilhada com as funções ocupadas pelos homens:

A autoridade dos servos homens sobre suas parentas também estava limitada pelo fato de que a terra era entregue geralmente à unidade familiar, e as mulheres não somente trabalhavam nela, mas também podiam dispor dos produtos de seu trabalho e não precisavam depender de seus maridos para se manter. [...] Além disso, dado que o trabalho no feudo estava organizado com base na subsistência, **a divisão sexual do trabalho era menos pronunciada e exigente que nos estabelecimentos agrícolas capitalistas.** Na aldeia feudal não existia uma separação social entre a produção de bens e a reprodução da força de trabalho: todo o trabalho contribuía para o sustento familiar. As mulheres trabalhavam nos campos, além de criar os filhos, cozinhar, lavar, fiar e manter a horta; **suas atividades domésticas não eram desvalorizadas e não supunham relações sociais diferentes das dos homens**, tal como ocorreria em breve na economia monetária, quando o trabalho doméstico **deixou de ser visto como um verdadeiro trabalho** (FEDERICI, 2019, p.53-55).

Esses valores associados ao trabalho das mulheres se davam, principalmente, por conta de num contexto em que “relações coletivas prevaleciam sobre as familiares” (FEDERICI, 2019, p.55). Nesse cenário, Federici (2019, p.55) pontua ainda que a maioria das atividades eram realizadas de forma colaborativa entre as mulheres, compondo uma organização social que “longe de ser uma fonte de isolamento, constituía uma fonte de poder e de proteção para as mulheres. Era a base da intensa sociabilidade feminina, que permitia às mulheres enfrentar os homens [...]”. Embora a Igreja Católica já doutrinasse diversas formas de repressão às mulheres e submissão aos maridos, inclusive o direito deles de as agredirem fisicamente, tais funções partilhadas entre mulheres favorecia um fortalecimento feminino. Assim, esse demonstra ser mais um aspecto distinto da lógica do capitalismo que, ao impor o individualismo como um dos seus pilares, promove o isolamento de mulheres em suas casas, servindo às suas famílias, favorecendo o silenciamento sobre as violências que sofriam.

No entanto, é importante perceber, como ressalta a autora, que essas condições femininas verificadas durante o feudalismo não eram fixas nem estáticas. Os desafios enfrentados pelas mulheres apresentavam diversas variações em distintas realidades, na medida em que “o poder das mulheres e suas relações com os homens estavam determinados, a todo o momento, pelas lutas de suas comunidades contra os senhores feudais e pelas mudanças que

essas lutas produziam nas relações entre senhores e servos” (FEDERICI, 2019, p.55). Nesse ponto, chama atenção o impacto das lutas sociais antifeudais, e sua significativa participação de mulheres, que representaram inclusive “as primeiras tentativas organizadas de desafiar as normas sexuais dominantes e de estabelecer relações mais igualitárias entre mulheres e homens” (FEDERICI, 2019, p.47).

Assim, a Idade Média foi marcada por diversos períodos conflituosos com revoltas sociais do campesinato, que representaram protestos significativos contra as hierarquias sociais, levando ao fortalecimento da repressão da nobreza e principalmente da Igreja contra quem ameaçava seus poderes. Conforme contextualiza Federici (2019), foram justamente essas tensões que motivaram a instauração do capitalismo com novos meios mais eficazes para manter o poder das elites, para controlar e reprimir as classes excluídas, e especialmente as mulheres. Com isso, a autora resgata que as lutas antifeudais demonstram “o papel que tiveram as mulheres na crise do feudalismo e os motivos pelos quais seu poder devia ser destruído a fim de que se desenvolvesse o capitalismo, tal como ocorreu com a perseguição às bruxas durante três séculos” (FEDERICI, 2019, p. 46). Dessa maneira, a autora destaca o fato de que o capitalismo não foi uma evolução do modelo de produção anterior e nem modificou a ordem dominante, mas foi uma “resposta dos senhores feudais, dos mercados patrícios, dos bispos e dos papas a um conflito social cenário que chegou a fazer tremer seu poder [...] a contrarrevolução que destruiu as possibilidades que haviam emergido da luta antifeudal [...]” (2019, p. 46).

No contexto medieval, a exclusão das mulheres passa a ser mais intensa a partir do final do século XIII, em que as relações de servidão vão sendo finalizadas para dar lugar a contratos com pagamento em dinheiro pelos serviços prestados pelos camponeses. Esse processo é interpretado por Federici (2019, p.62) como um fenômeno similar a “muitas vitórias dos trabalhadores que apenas satisfazem parcialmente as demandas originais”, já que “funcionou como um meio de divisão social”. A autora verifica, apoiando-se também em registros de Marx, que essa mudança beneficiou apenas os camponeses abastados em sua conquista de independência, mas intensificou a desigualdade socioeconômica no campesinato. E conseqüentemente, tal processo levou a formas específicas de precarização das condições femininas, instaurando a reclusão delas por meio das hierarquias de renda e propriedade privada. Assim, mulheres de todas as classes foram prejudicadas na medida em que “a comercialização da vida reduziu ainda mais seu acesso à propriedade e à renda”, tendo sido “excluídas da posse de terra” em áreas urbanas e rurais, com novos contratos,

que retiravam delas o direito de herdar e ter propriedades. Isso levou, como indica a autora, ao êxodo rural das mulheres em fins do século XIV. Mas no contexto urbano medieval, apesar de alcançarem certa redução da dependência dos homens por se estabelecerem sozinhas nas cidades, elas foram fortemente afetadas:

[...] a maioria [das mulheres] vivia em condições de pobreza, fazendo trabalhos mal pagos como servas, vendedoras ambulantes, comerciantes (com frequência multadas por não terem licença), fiandeiras, membros de guildas menores e prostitutas [...] As leis das cidades não libertavam as mulheres; poucas podiam arcar com os custos da “liberdade cidadina”, como eram chamados os privilégios ligados à vida na cidade (FEDERICI, 2019, p.65).

Com essas crises, a luta antifeudal se expandia com diversos movimentos das classes baixas, tais como os movimentos heréticos que representavam “uma tentativa constante de criar uma sociedade nova” (FEDERICI, 2019, p.71), apresentando propostas e ideias bem definidas para reformular os dogmas religiosos e hierarquias sociais dominantes.

A heresia denunciou as hierarquias sociais, a propriedade privada e a acumulação de riquezas, e difundiu entre o povo uma concepção nova e revolucionária da sociedade que, pela primeira vez na Idade Média, redefinia todos os aspectos da vida cotidiana (o trabalho, a propriedade, a reprodução sexual e a situação das mulheres), colocando a questão da emancipação em termos verdadeiramente universais (FEDERICI, 2019, 72).

A expansão desses movimentos na Europa levou à intensa perseguição da Igreja, à queima de hereges na fogueira, e à criação da Santa Inquisição, que foi “uma das instituições mais perversas jamais conhecidas na história da repressão estatal” (FEDERICI, 2019, p.71). Assim, apesar do movimento herético ter se desenvolvido em seitas específicas, a Igreja passou a difundir a “acusação da heresia para atacar toda forma de insubordinação social e política” (2019, p.75). Nessa perseguição generalizada, em meados do século XIV, a Inquisição ameaçou, torturou e queimou nas fogueiras desde membros da seita até trabalhadores explorados que protestavam contra seus empregadores.

Ao longo desse contexto, as mulheres se tornavam cada vez mais alvos principais da Igreja, na medida em que esta endurecia suas regras sobre a sexualidade, a reprodução e o

matrimônio como questões mais ameaçadas pelos hereges. Como contextualiza Federici (2019), esse debate ganha mais força em fins do século XIV, “quando o crescimento populacional se tornou uma preocupação social fundamental durante a profunda crise demográfica” (p. 79). A partir desse período, “a heresia passou a ser associada aos crimes reprodutivos, especialmente à ‘sodomia’, ao infanticídio e ao aborto” (FEDERICI, 2019, p.79). Dessa maneira, isso levou o poder religioso a “estabelecer um controle sobre o matrimônio e a sexualidade que lhe permitia colocar a todos — do imperador até o mais pobre camponês — sob seu escrutínio disciplinar” (FEDERICI, 2019, p.80). E esse controle sobre o casamento e a vida sexual já ocorria, especialmente, sobre os corpos das mulheres. Essa repressão da Igreja à heresia pela via da sexualidade — que também tentava frear várias propostas heréticas de libertação sexual — fortalecia o controle sobre as mulheres: “Desde tempos muito antigos (depois que o cristianismo se tornou a religião estatal no século IV), o clero reconheceu o poder que o desejo sexual conferia às mulheres sobre os homens e tentou persistentemente exorcizá-lo” (FEDERICI, 2019, p. 81).

Assim, o estigma negativo associado aos hereges, pelo poder dominante, acabou recaindo principalmente sobre as mulheres, por conta da disruptiva presença delas e de sua ligação aos aspectos sexuais que desviavam às imposições religiosas. A autora destaca, então, a “elevada posição social” das mulheres como “um dos aspectos mais significativos” da heresia popular (FEDERICI, 2019, p. 84). Ao contrário da insignificância atribuída às mulheres na Igreja, a autora verifica que havia igualdade de direitos, de vida social e mobilidade entre homens e mulheres hereges, provocando o protagonismo feminino em diversos movimentos dessas seitas (FEDERICI, 2019). Com esses novos arranjos, as mulheres heréticas se desviavam da dominação masculina e religiosa vigente, à medida que “tentavam controlar sua função reprodutiva”, por meio do aborto e uso de contraceptivos — que foram posteriormente criminalizados pela caça às bruxas intitulados como “poções para a esterilidade” (FEDERICI, 2019, p.85 *apud* Noonan, 1965, pp. 155-61). Assim, a perseguição e extermínio aos hereges se intensificou “logo que o controle das mulheres sobre a reprodução começou a ser percebido como uma ameaça à estabilidade econômica e social” (FEDERICI, 2019, p.86).

Como contextualiza a autora, em meio à crise demográfica causada pela pandemia da peste negra, que matou milhões de pessoas na Europa de 1347 a 1352, essa perseguição tomou

novas proporções na medida em que “os aspectos sexuais da heresia adquiriram maior importância em sua perseguição” (FEDERICI, 2019, p.86). Esse processo se traduziu em representações religiosas, que acusavam os heréticos de fazer rituais satânicos, sexuais, sacrifícios de animais e crianças, difundindo uma demonização completa dos heréticos. Nesse mesmo processo, as mulheres tornaram-se alvos principais dessa demonização, alimentando as práticas de queima delas na fogueira pelas acusações de bruxarias:

Coincidindo com este processo, que marcou a transição da perseguição à heresia para a caça às bruxas, a figura do herege se tornou, cada vez mais, a de uma mulher, de forma que, no início do século XV, **a bruxa se transformou no principal alvo da perseguição aos hereges** (FEDERICI, 2019, p.87).

Ainda assim, os movimentos heréticos seguiram se expandindo com a resistência de mulheres e homens, reunindo o proletariado urbano e o campesinato, fomentando as revoltas sociais contra a exploração do trabalho e contra as imposições religiosas. Após a população ser dizimada durante o período da peste negra, gerando falta de mão de obra e produção, o ambiente de crise generalizada favoreceu diversos protestos sociais e o enfraquecimento do poder feudal no século XV — proporcionando melhores condições para os camponeses e para o proletariado europeu. Como registra Federici (2019), essa ascensão social, que beneficiou inclusive as mulheres com melhores salários e condições de trabalho. Com isso, iniciou-se uma “contrarrevolução” das autoridades pelo incentivo à violação das mulheres, por meio de “uma maliciosa política sexual, que lhes deu acesso a sexo gratuito e transformou o antagonismo de classe em hostilidade contra as mulheres proletárias” (FEDERICI, 2019, p.105).

Esse processo foi, então, marcado pela naturalização de diversas práticas de violação das mulheres nas cidades, que eram muitas vezes respaldadas pelas autoridades. A autora cita, porexemplo, cidades francesas que “*descriminalizaram* o estupro nos casos em que as vítimas eram mulheres de classe baixa”, nas quais “o estupro coletivo de mulheres proletárias se tornou uma prática comum” (FEDERICI, 2019, p.105, grifo da autora). Assim, é possível perceber que tudo isso sustentou a exclusão da classe trabalhadora e isolamento das mulheres, o que alcança sua forma efetiva no capitalismo. E antes disso, essas práticas abriram caminho para certa aceitação social da caça às bruxas:

[...] os resultados foram destrutivos para todos os trabalhadores, pois o estupro de mulheres pobres com consentimento estatal debilitou a solidariedade de classe que se havia alcançado na luta antifeudal [...] Para estas mulheres proletárias, tão arrogantemente sacrificadas por senhores e servos, o preço a pagar foi incalculável. **Uma vez estupradas, não era fácil recuperar seu lugar na sociedade.** Com a reputação destruída, tinham que abandonar a cidade ou se dedicar à prostituição (ibidem; Ruggiero, 1985, p. 99). Porém, elas não eram as únicas que sofriam. **A legalização do estupro criou um clima intensamente misógino que degradou todas as mulheres, qualquer que fosse sua classe.** Também **insensibilizou a população frente à violência contra as mulheres, preparando o terreno para a caça às bruxas** que começaria nesse mesmo período. Os primeiros julgamentos por bruxaria ocorreram no final do século XIV; pela primeira vez, a Inquisição registrou a existência de uma heresia e de uma seita de adoradores do demônio **completamente feminina** (FEDERICI, 2019, p.105-106, grifos nossos).

Dessa maneira, a caça às bruxas se fortalecia ao ser institucionalizada por meio de medidas, políticas, decretos da Igreja e legislações que classificavam a bruxaria como crime grave, respaldavam a execução de mais e mais mulheres enquadradas dessa forma, e incentivavam a população à denúncia das bruxas. Esse processo levou à estruturação da caça às bruxas como “uma iniciativa política de grande importância”, que contou com a base fundamental

do “arcabouço metafísico e ideológico” criado pela Igreja Católica na implantação da Inquisição, mas “não foi somente um produto do fanatismo papal” (FEDERICI, 2019, p.299).

Para além disso, se desenvolveu como uma forte política por toda a Europa (e com reflexos em outros países, como na América do Sul), verificado como “o primeiro exemplo de unificação europeia depois da cisma provocada pela Reforma” (FEDERICI, 2019, p.300). Assim, todos esses aspectos pelos quais a caça às bruxas se desenvolveu demonstram que suas motivações estavam muito menos ligadas à efetiva busca por sinais de uso de magia, e muito mais atrelada a uma perseguição política e social que utilizava a ideia da magia como justificativa religiosa para tal:

Se consideramos o contexto histórico no qual se produziu a caça às bruxas, o gênero e a classe das acusadas, bem como os efeitos da perseguição, podemos concluir que a caça às bruxas na Europa foi **um ataque à resistência que as mulheres apresentaram contra a difusão das relações capitalistas e contra o poder que obtiveram em virtude de sua sexualidade, de seu controle sobre a reprodução e de sua capacidade de cura**. A caça às bruxas foi também instrumento da construção de uma nova ordem patriarcal em que os corpos das mulheres, seu trabalho e seus poderes sexuais e reprodutivos foram colocados sob o controle do Estado e transformados em recursos econômicos. O que quer dizer que os caçadores de bruxas estavam menos interessados no castigo de qualquer transgressão específica do que na eliminação de formas generalizadas de comportamento feminino — que já não toleravam e que tinham que se tornar abomináveis aos olhos da população (FEDERICI, 2019, p. 302-303).

Assim, essa questão contraria versões oficiais da história — bastante difundidas pelas ideias iluministas — de que essa perseguição teria sido apenas como um delírio folclórico superado junto com as credices medievais. Ao contrário disso, Federici (2019) demonstra como esse fenômeno de repressão às mulheres sedimentou o terreno político e econômico de exclusão das mulheres no mundo moderno, constatando que o ápice dos episódios de tortura, queima nas fogueiras ou enforcamento de mulheres, ocorreu já no final do feudalismo e das lógicas medievais, em fins do século XVI até início do XVII, “numa época em que as relações feudais já estavam dando lugar às instituições econômicas e políticas típicas do capitalismo mercantil” (FEDERICI, 2019, p.294). Essa reflexão traduz uma importância fundamental dos estudos feministas em politizar fenômenos de violência contra a mulher como esses, uma vez que as táticas tradicionais de silenciamento desses fenômenos acabam tirando de vista os impactos e reflexos que eles geraram na sociedade até os dias atuais. Dessa maneira, a autora argumenta que:

O que ainda não foi reconhecido é que a caça às bruxas constituiu um dos acontecimentos mais importantes do desenvolvimento da sociedade capitalista e da formação do proletariado moderno. [...] **A caça às bruxas aprofundou a**

divisão entre mulheres e homens, inculcou nos homens **o medo do poder das mulheres** e destruiu um universo de práticas, crenças e sujeitos sociais cuja existência era incompatível com a disciplina do trabalho capitalista, redefinindo assim os principais elementos da reprodução social (FEDERICI, 2019, p.292).

A partir dessa investigação, enxergamos a importância da compreensão dessas formas de criminalização e apagamento da experiência das mulheres, de modo a identificar crenças e estruturas sociais, que sedimentaram a condição feminina reclusa à vida doméstica e ao casamento patriarcal, na vida moderna e contemporânea — sendo essa a condição que, de modo geral, também atravessa a realidade das mulheres sertanejas e cangaceiras no Brasil dos anos 1920, que são foco dessa dissertação. Embora a caça às bruxas não tenha ocorrido de forma direta ou amplamente na América Latina e no Brasil, acreditamos que é importante perceber o legado que essa perseguição histórica deixou em toda a cultura ocidental sobre os papéis atribuídos às mulheres, considerando que o estereótipo de ‘bruxa’ perdura até hoje, desde os contos infantis aos ditados do senso comum, para denominar mulheres que desviam ou questionam a ordem patriarcal dominante, associando-as ao delírio, à loucura e a intenções malignas.

Além disso, também chamamos atenção para a maneira como a alcunha de bruxa se traduziu de formas específicas no caso da cultura afro-latina-brasileira. Isso ocorreu por meio da histórica criminalização de mulheres negras, mulheres escravizadas, mulheres inseridas em religiões de matriz africana, indígenas, ciganas e afins — ao serem enquadradas na ideia de feitiçaria e bruxaria, supostamente ligadas a forças malignas, como meios de criminalizar seus rituais, costumes e tradições naturais. É importante ressaltar, nesse ponto, que esse mesmo estigma está ligado, em certa medida, à demonização que ocorreu contra as mulheres cangaceiras no sertão nordestino brasileiro, no século XX, conforme falaremos mais adiante. Dito isso, seguimos agora na direção de compreender como a domesticação das mulheres se estabeleceu ao longo do desenvolvimento urbano e econômico da modernidade.

A economia da mulher doméstica

Na passagem para a Modernidade, entre os séculos XVIII e XIX, portanto, a exclusão e o silenciamento da participação de mulheres dos espaços de decisões e transformações político-sociais se materializam nas revoluções burguesas, na industrialização e urbanização que instauram a vida industrial nas cidades. Essa realidade fortalece o dilema da experiência feminina reclusa exclusivamente ao espaço privado, doméstico, destinado à família e à maternidade, com o complexo desafio do pleno acesso dessas mulheres à educação, ao

mercado de trabalho, ao voto e à participação política. Nesse sentido, as reivindicações feministas passam a surgir ao passo em que as demandas da burguesia continuam a privilegiar e concentrar-se na dominação masculina. Com um início de participação da mulher no trabalho produtor a partir da revolução industrial, mais por demandas econômicas e predominantemente funcionalistas do que pela efetiva conquista da autonomia feminina, ocorrem conflitos conforme Beauvoir caracteriza:

[...] a burguesia apega-se à velha moral que vê, na solidez da família, a garantia da propriedade privada: exige a presença da mulher no lar tanto mais vigorosamente quanto sua emancipação torna-se uma verdadeira ameaça; mesmo dentro da classe operária os homens tentaram frear essa libertação, porque as mulheres são encaradas como perigosas concorrentes, habituadas que estavam a trabalhar por salários mais baixos (BEAUVOIR, 1970, p. 17).

Com isso, mulheres são excluídas dos postos de trabalho, ou são contratadas com salários, cargos e condições de exploração inferiores às dos homens. Dessa maneira, a força de trabalho feminina é predominantemente destinada ao trabalho doméstico. Tais funções domésticas, inscritas no casamento e na família, acabam por manter mulheres submissas e dependentes de homens principalmente com o fortalecimento do modo de produção capitalista — em que a produção de lucro e renda são elementos centrais para a atividade humana. Assim, essa lógica contribui para fortalecer a desvalorização de tudo que é produzido por mulheres. À medida que elas são excluídas de funções que geram lucro e renda diretamente, suas funções domésticas são desconsideradas enquanto trabalho. Dessa forma, tal como demonstram os estudos de Federici, demarcando as operações do capitalismo que consolidam as tarefas domésticas da mulher enquanto importantes pilares da economia, essas funções reprodutivas demonstram ser fruto da ‘produtividade’ feminina, tornando o corpo feminino propriamente como instrumento de produção econômica:

[...] na sociedade capitalista, **o corpo é para as mulheres o que a fábrica é para os homens trabalhadores assalariados**: o principal terreno de sua exploração e resistência, na mesma medida em que o corpo feminino foi apropriado pelo Estado e pelos homens, forçado a funcionar como um meio para a reprodução e a acumulação de trabalho. Neste sentido, é bem merecida a importância que adquiriu o corpo, em todos os seus aspectos — maternidade, parto, sexualidade —, tanto dentro da teoria feminista quanto na história das mulheres (FEDERICI, 2019, p.37, grifo nosso).

Nesse desenrolar, as demandas econômicas e comerciais, que emergiam das lógicas da sociedade capitalista, motivaram fortemente a imposição do modelo de mulher doméstica e a retirada de mulheres do mercado de trabalho e da vida pública. Reafirmando a tese de Federici (2019), os estudos sobre esse fenômeno demonstram que houve de fato um retrocesso em relação às épocas anteriores, em que as mulheres avançaram ao reivindicar

suas condições submissas e chegaram a experimentar certa autonomia social. Essa questão foi constatada pelos estudos de Betty Friedan (1971) no contexto dos Estados Unidos em meados do século XX, mas que abordamos aqui por representar um modelo difundido em todo o mundo ocidental, gerando reflexos nítidos inclusive no Brasil, já que “a sociedade brasileira também se aproximados padrões mais elevados do consumo, principalmente nas grandes cidades. O problema por ela [Friedan] levantado começa, também, a ser o problema da mulher brasileira urbana” (MURARO, 1971, p.7).

Assim sendo, no prefácio da edição brasileira de “A Mística Feminina”, tradicional livro de Friedan (1971), que historicizou a domesticação das mulheres nessa época, Rosie Mauro Muraro expõe as motivações econômicas que empreendem o bem-sucedido projeto de mulher doméstica norte-americana. Após contextualizar o cenário dessa época, em que a valorização do consumo se torna prioridade, dando sequência do alcance do desenvolvimento industrial e econômica nos EUA, a estratégia para tal propagação do consumo, muito fortalecida pelas “novas técnicas de convencer”, que chegavam com o marketing e a propaganda (FRIEDAN, 1971, p.9), se dá pelo direcionamento à mulher como principal consumidora dos bens adquiridos principalmente pelos homens:

Nos Estados Unidos a mulher é a grande consumidora. Ela compra 80% de tudo. Lá como aqui [no Brasil], o homem ganha e a mulher gasta. Por isso, quase toda a propaganda é dirigida a ela. Habilmente os donos do poder econômico convencem-na a voltar em massa para casa. Nas décadas anteriores tinha havido um movimento de libertação feminino que abriu às mulheres as portas da participação social e econômica na construção da Grande Sociedade. Agora, **por necessidades também econômicas**, mas não mais das próprias mulheres ou da sociedade e sim da grande indústria, **eis que a sua atuação fora de casa é desvalorizada e «revalorizada» ao máximo a sua feminilidade**, a sua maternidade, como se participar na construção da sociedade fosse incompatível com a sua condição de mulher. Embora aparentemente correta a suposição, no fundo o que queria a grande indústria era que, **mantida isolada, sem participação ativa, a mulher dedicasse mais atenção ao consumo** (MURARO, 1971, p.9).

Dessa maneira, Friedan (1971, p.17-18) verificou que esse contexto desencadeou um novo (inspirado em modelos antigos) paradigma dos papéis femininos, baseado na ideia de que “a mulher verdadeiramente feminina não deseja seguir carreira, obter educação mais aprofundada, lutar por direitos políticos e pela independência e oportunidades que as antigas feministas pleiteavam”. Nesse sentido, a autora destaca os dados desse retorno das mulheres ao lar em fins da década de 1950, nos EUA, correspondendo aos modelos femininos que protagonizavam as representações da imprensa e a publicidade, gerando lucro para a

indústria da moda, dos eletrodomésticos e etc. E ainda, correspondiam às expectativas sociais e econômicas com aumento na reprodução, num contexto que incentivava a natalidade e o crescimento populacional, diretamente proporcionais às necessidades de consumo e mão de obra da época.

Em fins da década de cinquenta, a média etária relativa ao casamento baixou para 20 anos entre as mulheres americanas e continuava a cair, descendo à adolescência. Havia quatorze milhões de moças noivas aos 17 anos. A proporção de mulheres universitárias em relação aos homens caiu de 47% em 1920 para 35% em 1958. Um século antes as mulheres lutavam por uma educação superior. Em 1950, as moças iam à universidade para arranjar marido. Em meados da década, 60% abandonaram a faculdade para casar, ou temendo que o excesso de cultura fosse um obstáculo ao casamento. [...] Os especialistas em estatística surpreendiam-se principalmente como fantástico aumento do número de filhos entre as estudantes universitárias. Onde antigamente havia famílias com duas crianças viam-se então quatro, cinco ou seis. As jovens que nas décadas anteriores desejavam seguir uma carreira preferiram a maternidade (FRIEDAN, 1971, p. 19).

Tudo isso gerava, portanto, o esvaziamento das mulheres da esfera pública, dos campos da educação, do trabalho e da participação política — os quais elas haviam começado a ocupar nos últimos séculos. Nesse sentido, a autora destaca “um fenômeno sociológico” em que, na época, “um terço das mulheres americanas trabalhava”, mas a maioria delas estava enquadrada em subempregos de meio período, “ajudando a pagar os estudos do marido ou dos filhos” (FRIEDAN, 1971, p.19). Esse contexto demonstrou a escassez de mulheres seguindo carreiras profissionais efetivas, levando até ao efeito inverso de crises em cidades dos EUA com falta de mão-de-obra e de especializações profissionais femininas.

Assim, esse modelo foi enraizado na construção cultural norte-americana contemporânea ao longo de décadas, atravessando o período da Segunda Guerra Mundial, de modo que a figura da dona de casa “tornou-se a concretização do sonho” da mulher norte-americana, e com essa idealização “dedicava-se exclusivamente ao marido, aos filhos e ao lar, encontrando assim sua verdadeira realização feminina” (FRIEDAN, 1971, p.19). Esse modo de vida vinha ainda com a ideia de “liberdade de escolher automóveis, roupas, utensílios” e o privilégio de possuir “tudo o que a mulher jamais sonhou” — o que gerava, portanto, uma falsa sensação de autonomia e realização de seus sonhos. À medida que o poder aquisitivo (conquistado pelo marido nas famílias mais abastadas) proporcionava a essa mulher a realização dos sonhos de consumo, da casa própria, do automóvel, dos bens e utensílios mais desejados, essa vida material sedutora aprisionava essas mulheres pela ideia do ‘privilégio’ de desfrutar

de tudo isso — nessa lógica, qualquer protesto ou reclamação das mulheres soaria como ingratidão e injustiça, e por isso elas silenciavam.

Com isso, Friedan (1971) constatou um processo generalizado de perda da identidade, da personalidade e dos autênticos desejos das mulheres. Assim, a autora teve acesso a relatos de mulheres, que alegavam esse esvaziamento de sentidos, ainda confessados de maneira secreta e oculta como um “problema sem nome” (FRIEDAN, 1971, p.21): “Às vezes diziam: «Estou me sentindo vazia... incompleta». Ou então: «Tenho a impressão de não existir». Às vezes apagavam a sensação com um tranquilizante, julgavam que o problema se relacionava com o marido ou os filhos”. Na medida em que essa insatisfação e falta de sentidos ligada à existência feminina foi mais revelada e tratada socialmente, como constata a autora, a raiz do problema era desviada para diversas outras razões que nunca abalavam as suas raízes originadas da ordem patriarcal de submissão feminina:

Em 1960, o problema sem nome explodiu como uma bolha na imagem da feliz dona de casa americana. Nos anúncios de televisão, as bonitas garotas continuavam a sorrir empunhando toalhas de prato [...]. Mas sua infelicidade foi de súbito registrada, a começar do *New York Times* e o *Newsweek*, até *Good Housekeeping* e a CBS («A Dona de casa Prisioneira»), embora **quase todos os que mencionavam o assunto descobrissem uma razão superficial** para liquidá-lo. Era atribuído à incompetência de profissionais de concertos (*New York Times*), ou ao longo percurso que as crianças precisavam cobrir nos subúrbios (*Time*), ou ao excesso de reuniões de pais e mestres (*Redbook*). Alguns diziam ser o velho problema: educação. A mulher estava recebendo educação cada vez mais elevada, de maneira que se sentia infeliz em seu papel de dona de casa. [...] Especialistas em economia doméstica **sugeriram um preparo mais realista para as futuras donas de casa**, tal como aulas práticas nos ginásios. **Educadores sugeriram grupos de debate sobre administração do lar e da família**. Meia dúzia de artigos surgiram nas grandes revistas oferecendo «cinquenta e oito maneiras de tornar mais estimulante o seu casamento» (FRIEDAN, 1971, p.23-24).

Assim, este demonstra mais um exemplo histórico da maneira como as distintas práticas de exclusão das mulheres foram desviadas do debate público, ao distorcer as razões, despolitizar e reduzir as causas estruturais da submissão feminina a outras questões ínfimas, contribuindo para manter o controle sobre as mulheres. Dessa maneira, destaca-se novamente o papel fundamental das representações midiáticas, tal como os artigos da imprensa e anúncios publicitários apontados por Friedan (1971), como ferramentas ativas e potentes a serviço das opressões contra mulheres.

Dessa maneira, o modelo da mulher dedicada à vida doméstica é historicamente ligado a

diversos significados, valores e crenças, que sustentam esses papéis, e que estão atrelados intimamente ao corpo feminino. No mundo moderno, ocidental e marcado pelo modelo capitalista, o ideal mais difundido foi o da mulher branca, com padrões estéticos específicos, de classe média ou alta, ligada ao casamento heterossexual e à reprodução. Dentre diversas representações sociais e midiáticas, que sustentaram esse modelo, grande parte deles provém das donas de casa desse contexto norte-americano dos anos 1960. Nesse modelo, que se difundiu pelo resto do mundo, como um padrão geral de mulher na modernidade, a territorialidade do espaço privado e doméstico é o ponto chave que compõe a ideia de uma mulher simbolicamente ligada ao cuidado do lar e da família, mas também marcada por certo glamour ligado a esse espaço: a imagem da mulher bela, sexualmente atraente, bem arrumada, com um lar perfeitamente arrumado e decorado — o que provoca ainda um forte símbolo de atração sexual.

No entanto, esse modelo encontra tensões e contradições diante de distintos contextos de classe, raça, e diferentes determinações sociais e culturais. Tais tensões irão surtir efeitos, por exemplo, à medida que mulheres negras enfrentam uma problemática diferente das brancas: a de já serem obrigadas a trabalhar ‘fora de casa’ por necessidade, mas em condições de subempregos e exploração, que não reconhecem suas funções enquanto trabalhos dignos.

Dessa maneira, outros significados bem diferentes são atribuídos aos ideais de mulheres negras no espaço doméstico, a exemplo de mulheres escravizadas ou das funções de empregadas domésticas nos períodos pós-escravidão. Assim, os valores simbólicos ligados a elas carregam, especificamente, a conotação de servidão e cuidado incondicionais. Isso ocorre na dedicação exclusiva das escravizadas à casagrande, bem como nas contratações abusivas de empregadas domésticas que ‘moram’ em seu trabalho, tendo que dedicar mais tempo e cuidado à casa, à família e aos filhos da patroa.

Com isso, esse espaço doméstico reservado às mulheres negras carrega uma conotação de servidão e discriminação, materializada na divisão de um espaço ‘externo’ e separado — os tradicionais ‘quartinhos’ reservados para empregadas domésticas (análogo ao espaço da senzala, antes reservado às escravizadas). Tais modelos também incluem um ideal de docilidade (que superaria a ideia de selvageria atribuída aos negros pelo racismo estrutural), impondo que elas sejam incondicionalmente gratas pela ‘caridade’ das patroas brancas ao lhes darem ‘oportunidades’. Por outro lado, esses papéis também são atravessados por uma conotação sexual suja e impura, nesse espaço íntimo e privado, atribuída às mulheres negras

comumente acusadas de seduzir, enfeitiçar e corromper sexualmente os maridos das patroas. Quando na verdade, essa realidade é marcada por estupros motivados pela vulnerabilidade, pelo simbolismo sexual e a ideia de acesso livre aos corpos negros femininos.

Portanto, tal imposição da vida doméstica às mulheres, na modernidade e no advento do capitalismo, também deve ser especialmente demarcada nas condições específicas e complexas das mulheres negras no pós-escravidão. Como constatou bell hooks, sobre a realidade de mulheres negras no século XIX, os “empregos domésticos (empregadas, governantas, lavadeiras) não eram considerados trabalhos ‘de verdade’ ou emprego significativo”. Dessa maneira, essa ordem demonstra ser mais grave no caso das mulheres negras, que precisavam trabalhar nas casas de famílias brancas, condicionadas pela ideia dos “serviços domésticos por mulheres negras como mera extensão do papel ‘natural’ da mulher” (HOOKS, 2019, p. 152). É importante identificar, nesta lógica, um peso ainda maior para a reclusão feminina atravessada pela questão de raça:

Enquanto os homens brancos podiam se sentir ameaçados pela competição contra homens negros por bons empregos assalariados e usavam o racismo para excluir os homens negros, mulheres brancas estavam bem dispostas a entregar as tarefas domésticas a empregadas negras. Uma vez que as tarefas domésticas eram vistas como trabalho degradante, é improvável que pessoas brancas estivessem demonstrando favoritismo com as mulheres negras ao proporcionarem a elas esses empregos (HOOKS, 2019, p. 152).

Mais tarde, até mesmo a entrada da mulher no mercado de trabalho é reapropriada pelas demandas capitalistas por mão-de-obra, que também não abalam a ordem de dominação contra as mulheres, e geram a acumulação das tarefas domésticas juntamente com as tarefas profissionais de mulheres que entram em postos profissionais. Tal fenômeno é bem demarcado por bell hooks, por volta da década de 60, nos Estados Unidos:

Apesar de aliados feministas gostarem de pensar que o feminismo tem sido a força motivadora por trás das mudanças no papel da mulher, na verdade, **as mudanças da economia capitalista estadunidense representaram o maior impacto no status das mulheres**. Mais mulheres estão no mercado de trabalho dos Estados Unidos não como resultado do feminismo, mas porque famílias não conseguem mais contar com a renda do pai. O feminismo tem sido usado como ferramenta psicológica para fazer mulheres pensarem que o trabalho, que em outra circunstância enxergariam como entediante, chato e demorado, é libertador. Porque, existindo ou não feminismo, mulheres precisam trabalhar (HOOKS, 2019, p. 173).

Essa noção se mostra fundamental, inclusive, para compreender o momento atual, em que mulheres já ocupam parte significativa dos postos de emprego, mas continuam exploradas por diversas práticas profissionais de submissão e inferiorização aos homens. Assim, são

obrigadas a se submeter ou se masculinizar em espaços profissionais que ainda resguardam suas antigas estruturas de dominação masculina. Esse problema foi percebido, por exemplo, no livro-reportagem “Ela disse: os bastidores da reportagem que impulsionou o #MeToo” (KANTOR; TWOHEY, 2019), em seus relatos sobre os abusos sexuais em série contra atrizes famosas e diversas funcionárias na indústria cultural *Hollywood*, conforme analisado em estudo de Rocioe Henriques (2021). Nesse sentido, as jornalistas revelam no livro a permanência da dominação masculina mesmo no atual momento de protagonismo, de ocupação das mulheres no mercado de trabalho e na vida pública:

[...] as mulheres tinham mais poder do que nunca. O número de empregos ocupados quase que exclusivamente por homens - policial, soldado, piloto de avião - tinha diminuído tanto que por pouco não se extinguiria. Mulheres governavam países como a Alemanha e o Reino Unido e lideravam empresas [...], mas as mulheres continuavam a sofrer assédio sem que ninguém fosse punido (KANTOR, TWOHEY, 2019, p. 4).

Seguindo nossas investigações, torna-se importante situar tais modelos femininos ligados ao ‘lugar da mulher’ em termos de Brasil, observando como esses padrões se articulam historicamente nas particularidades da cultura e da sociedade brasileira, marcada pela miscigenação e pelo ideal elitista de embranquecimento — conforme esclarecemos nos tópicos anteriores. Por conta de políticas nacionais e elites brancas, que se espelhavam aos modelos europeus e norte-americanos dominantes, a exclusão histórica e estrutural de mulheres brasileiras seguiu o padrão geral de reclusão à vida doméstica, ao papel social da mulher ‘ideal’ dedicada unicamente ao casamento, sem acesso ao ensino e à educação, e ao trabalho remunerado.

O direito ao voto, marco do início da luta por participação política feminina, só foi efetivamente conquistado nacionalmente em 1932, cedido pelo presidente Getúlio Vargas, que logo depois suspendeu as eleições, instaurou a ditadura e as mulheres só tiveram esse direito garantido de volta em 1945. Ao longo desse período, as lutas por ampliação dos direitos das mulheres eram ainda protagonizadas por um feminismo burguês, liderados por mulheres majoritariamente brancas que tiveram privilégios de estudar em universidades do exterior ou de serem educadas em casa, com condições socioeconômicas para atuar na imprensa feminista e em mobilizações acadêmicas (DUARTE, 2019).

No contexto do século XIX, as mulheres brasileiras enfrentavam a falta básica do acesso à educação que as mantinha aprisionadas à vida doméstica. Como primeira demanda a ser enfrentada e conquistada nacionalmente, o direito de ler e escrever era restrito a poucas com

ensino particular, e mais voltado às tarefas domésticas (DUARTE, 2019). Nesse contexto, percebemos que as primeiras reivindicações feministas brasileiras por educação demonstram o acesso ao conhecimento como um processo revolucionário e libertário para libertar as mulheres da esfera privada. Isso porque, como demarcamos também no tópico anterior, a racionalidade mostrou ser um dos meios principais do poder masculino e imposição da vida doméstica às mulheres, por meio da deslegitimação da capacidade de produção intelectual ou profissional de mulheres.

Essa questão é bem representada na contextualização de Constancia Lima Duarte (2019) sobre a história do feminismo no Brasil e os estudos pioneiros de Nísia Floresta em 1832, defendendo que “as desigualdades que resultam em inferioridade ‘vêm da educação e circunstâncias de vida”, sendo que “somente o acesso à educação permitiria às mulheres tomarem consciência de sua condição inferiorizada” (FLORESTA, 1989 *apud* DUARTE, 2019, p. 28). Com isso, a luta pela emancipação das mulheres brasileiras ocorreu de maneira mais tardia do que na Europa, em que as reivindicações feministas “se faziam sob a forma de crítica a uma educação já existente”, já que no Brasil “as solicitações eram ainda primárias, pois mesmo a alfabetização mais superficial esbarrava em toda a sorte de preconceitos” (DUARTE, 2019, p.29).

Nas lutas femininas por profissionalização, as desigualdades sociais e raciais brasileiras, demandavam diferentes desafios e demandas. Enquanto mulheres da classe média e alta reivindicaram sua inclusão no mundo do trabalho, mulheres pobres já enfrentavam trabalhos domésticos. Ainda mais as mulheres negras, afetadas pelas imposições da servidão feminina herdada na tradição escravista que ainda perdura na realidade brasileira e, mesmo após a abolição, deixava rastros definitivos ao impor condições econômicas e sociais inferiores à população negra. Assim, no desenrolar do século XIX, já num solo brasileiro de reivindicações feministas por meio da literatura, da imprensa, das associações e organizações revolucionárias instauradas por mulheres, como demonstra Duarte (2019): “a resistência à profissionalização das mulheres de classe alta e da classe média permanecia inalterada, pois se esperava que elas se dedicassem integralmente ao lar e à família. Apenas as moças pobres estavam liberadas para trabalhar nas fábricas e na prestação de serviços domésticos” (DUARTE, 2019, p. 35).

É importante ainda contextualizar que, nessa época, a urbanização do Brasil, após a abolição da escravidão, se organizava com base na divisão racial do trabalho e dos espaços urbanos, concentrando a população negra em uma “localização periférica”, no “Brasil subdesenvolvido” (GONZALEZ, 2020). Esse processo perpetuou o racismo “enquanto articulação ideológica e um conjunto de práticas”, com “eficácia estrutural na medida em que estabelece uma divisão racial do trabalho e é compartilhado por todas as formações socioeconômicas capitalistas e multirraciais contemporâneas” (GONZALEZ, 2020, p. 38). Esse contexto impôs, historicamente, particularidades e deslocamentos nos significados e atribuições simbólicas em relação à mulher negra, que se diferenciam, contradizem e se misturam aos estereótipos gerais ligados às mulheres. Diferentemente das mulheres brancas e de classes privilegiadas, que estavam presas aos afazeres domésticos, a mulher negra “era obrigada a se dividir entre o trabalho duro na casa da patroa e as suas obrigações familiares”, uma vez que passou a representar “sustento moral” de sua comunidade e da família nos períodos seguintes à abolição (GONZALEZ, 2020, p. 44). E a partir da ampliação da participação das mulheres no mercado de trabalho, a partir da década de 1950, as mulheres negras também perdem certo espaço, com a reformulação de processos burocráticos no mercado de trabalho, que envolvem ainda mais a “seleção racial” e a exigência de níveis de escolaridade que não eram acessados por mulheres negras (GONZALEZ, 2020, p. 46).

A imposição da vida doméstica para as mulheres cangaceiras, e seus impactos nas representações históricas e midiáticas

Todas essas variações entre as realidades de mulheres se tornam ainda mais distintas, complexas e particulares no contexto das mulheres pobres, negras, indígenas ou mestiças no sertão e do cangaço brasileiro dos anos 1920. Num ambiente marcado por uma realidade rural, de comunidades que viviam da agricultura de subsistência, ainda não havia qualquer indício de ideais do movimento feminista — que se desenvolvia apenas nos centros urbanos do país, enquanto os papéis sociais impostos às mulheres se intensificavam nas tarefas domésticas e artesanais em condições de miséria (NEGREIROS, 2018).

Investigar esses aspectos demonstra ser fundamental para que possamos entender como funciona a complexa mistura dos papéis de ‘reclusão’ feminina atribuídos às cangaceiras. Como veremos melhor adiante, sobre o contexto em que as cangaceiras fogem ou são retiradas do espaço doméstico carregado onde exerciam os modelos de mulher doméstica

de sua época (décadas de 1920 e 1930, no Brasil, num contexto de pobreza, vida rural e sertaneja, de mulheres mestiças, negras ou indígenas). Nessa realidade, a vida das cangaceiras se descola de muitas dessas ‘prisões’ domésticas, na medida que passam a desfrutar de certas autonomias e liberdades fora de casa e longe dos maridos, mas sua experiência também se mistura com distintos papéis femininos que são impostos naquela nova realidade.

Negreiros (2018, p.70) narra, por exemplo, as tarefas de Maria Bonita na costura de “roupas para si, para o marido e, eventualmente, para outros cangaceiros, mais para passar o tempo enquanto os homens combatiam do que por necessidade”. Conforme os relatos do livro, a função tradicionalmente imposta às mulheres de servir sexualmente aos seus maridos também era perpetuada no cangaço, de distintas maneiras tal como a exigência da “higiene íntima das mulheres, de maneira que estivessem constantemente asseadas para seus homens” (NEGREIROS 2019, p.73) — nesse ponto, reafirmamos para a ligação quase intrínseca entre as tarefas domésticas de cuidado e a completa entrega do corpo feminino à mercê dos desejos sexuais dos maridos.

Por outro lado, as cangaceiras tiveram, em sua realidade, certa libertação de tarefas domésticas mais impostas às mulheres em casamentos tradicionais. Faz-se importante, portanto, pontuarmos essas imposições, entendendo como a reclusão doméstica — que pontuamos como condição feminina imposta desde os tempos primitivos — se perpetuaram na vida comum do sertão nordestino brasileiro dos anos 1920 e 1930. E por outro lado, para percebermos de que forma o cangaço rompe com algumas dessas condições. Portanto, Negreiros (2018) constata que:

Do ponto de vista das tarefas domésticas, o ingresso das cangaceiras não alterou muito a rotina dos cabras. Assim como a costura, lavar e cozinhar era tarefa de todos. Observava-se uma pequena divisão de trabalho por gênero em relação ao preparo dos alimentos. Os homens caçavam os bichos e as mulheres lavavam, temperavam e devolviam a carne para que eles a assassem. Isso não impedia que, em determinadas ocasiões, eles respondessem por todo o processo [...]. Nos lares convencionais do sertão nordestino, além da higiene e da arrumação da casa, cabia às mulheres o cuidado das crianças. As mais pobres ainda trabalhavam na roça com os maridos, e havia as que faziam bicos para aumentar a renda, como trabalhos de costura e preparo de doces que podiam ser vendidos nas feiras e pequenos comércios da região. Do ponto de vista restrito ao trabalho doméstico, pode-se dizer que as cangaceiras tinham uma vida mais privilegiada do que a média das sertanejas. A vantagem ainda permanecia quando a comparação era feita com as mulheres da zona urbana, cuja situação, naquele ano de 1932, soava exasperadora (NEGREIROS, 2018, p.72).

Nesse sentido, Negreiros (2018) demonstra a intensificação da imposição da vida doméstica

às mulheres nas metrópoles brasileiras, que para satisfazer os maridos, eram exigidas a cumprir uma série de funções como “cozinhar caprichosamente”, “passar e engomar as roupas”; costurar, produzir e arrumar o máximo possível de itens de decoração da casa, e até mesmo “aprender a pintar” ou tocar instrumentos musicais para entreter seus maridos, além das tarefas da maternidade.

No entanto, como observa Beauvoir (1970) sobre distintos papéis femininos na História que, embora variassem, não mudavam tanto sua condição de inferioridade, é importante considerar que percebemos a mesma problemática no caso do Cangaço. Ainda que diversas tarefas domésticas convencionais fossem retiradas dos ombros das mulheres (mais por conta dos novos arranjos de sobrevivência coletiva do bando do que em razão da liberdade feminina), suas condições como inferiores aos homens eram atenuadas em diversas formas de opressão delas pelos homens do bando, e pela visão da sociedade e das instituições sobre elas. Como também mostram os relatos de Negreiros (2018) — que ainda serão analisados nesta dissertação —, elas foram afetadas por uma série de opressões masculinas tais como: estupros e sequestros (para algumas delas, foi por esses crimes que entraram forçadamente nos bandos); a proibição de criarem seus filhos nos bandos, levando ao abandono de seus bebês recém-nascidos; e diversas formas de controle por serem consideradas propriedades dos homens.

Nesse sentido, Negreiros (2018) retrata, ao longo do livro, diversas ideias e tradições que corroboram com esse ideal feminino restrito à vida privada e sexual. Tais como trechos de anúncios publicitários e da imprensa que circulavam nos centros urbanos do Brasil entre as décadas de 1920 e 1930, que reproduziam os papéis a serem exercidos por mulheres. Num desses casos, a jornalista resgata um artigo da seção “Assuntos Femininos” do jornal *Correio da Manhã*, que dizia:

Deixa ao homem a política; nela é preciso mentir, trair, enganar e muitas outras coisas mais, onde não poderás rivalizar com o sexo forte. Votar? Queres fazer o destino do país? Ilusão! Se nem o nosso próprio destino nós podemos fazer!’, esbravejava Claudia, concluindo, com doçura, sua colaboração na edição de 16 de setembro de 1928: ‘Não preciso dizer-te qual é tua arma mais poderosa, mulher: é o beijo!’- (NEGREIROS, 2018, p. 15).

E além da reclusão aos papéis domésticos e sexuais, tais crenças sociais reverberam formas de manter mulheres em lugares sociais distantes da vida pública e suas lógicas de controle e negociação guiadas pelos homens. Assim, torna-se importante conectar essa questão a mais um aspecto destacado por Beauvoir, no contexto historicamente a exclusão de mulheres dos

papéis de poder:

O semelhante, o outro, que é também o mesmo, com quem se estabelecem relações recíprocas, é sempre para o homem um indivíduo do sexo masculino. A dualidade que se descobre sob uma forma ou outra no seio das coletividades opõe um grupo de homens a outro grupo de homens, **e as mulheres fazem parte dos bens que estes possuem e constituem entre eles um instrumento de troca [...]**. As mulheres nunca, portanto, constituíram um grupo separado que se pusesse *para si* em face do grupo masculino; **nunca tiveram uma relação direta e autônoma com os homens**. ‘O lado de reciprocidade que estabelece o casamento não se firma entre homens e mulheres e sim entre homens, através de mulheres que são apenas a principal oportunidade dele’, diz Lévi-Strauss, em *Les Structures élémentaires de la Parenté* (BEAUVOIR, 1970, p.91, grifos nossos).

Portanto, é dentro desses parâmetros que mulheres são historicamente e socialmente estabelecidas enquanto propriedades, posses e instrumentos à mercê do controle dos homens. Isso ocorre na medida em que as relações sociais e de poder, as negociações e mesmo as disputas entre distintos grupos sociais e diferentes povos se dá, sobretudo, entre grupos de homens. Dessa maneira, as mulheres estão situadas nessas relações enquanto instrumentos de negociação ou de disputa entre homens — sendo que, como vimos, tal instrumentalização delas ocorre principalmente a partir do controle dos seus corpos, seja pelo sexo ou pela reprodução, maternidade e suas respectivas funções domésticas.

Elas são, por um lado, moeda de troca e negociação em casamentos, que foram, por muito tempo na História, formados por ‘acordos’ vantajosos e inclusive econômicos entre pai e marido. E por outro lado, utilizadas como objeto de disputa em estupros, que em diversos contextos ocorrem como demonstração de poder entre rivalidades e disputas masculinas (a exemplo de guerras entre nações, em que homens estupram mulheres como forma de ameaça e dominação das nações rivais).

Essa estruturação social também se mostra presente no contexto das mulheres no sertão nordestino brasileiro na época do Cangaço. Desde suas infâncias, era comum que fossem obrigadas pelos pais, no exercício de seu poder patriarcal sobre as famílias, a exercerem tarefas ligadas à vida doméstica. Um exemplo disso foi a proibição do acesso à educação à menina sertaneja Sêrgia, que posteriormente entraria para o Cangaço, mais conhecida pelo apelido de Dadá. Como o relata o livro, “por decisão do pai, seu Vicente, Dadá não havia frequentado a escola” (NEGREIROS, 2018, p.33), ressaltando que após uma conversa familiar que cogitava matriculá-la na escola, o pai deu a “palavra final: em vez de estudar, a filha ficaria em casa, ajudando a mãe nas tarefas domésticas [...]” (NEGREIROS, 2018, p.34), o que foi motivo de revolta para a menina. Por conta disso, a alfabetização dela se tornou uma tarefa iniciada pelo cangaceiro Corisco, que também fora seu agressor sexual e

seu companheiro no Cangaço. Comisso, percebemos ainda a maneira como o desvio de mulheres para atividades determinadas como ‘masculinas’, como a educação e o trabalho, costuma depender da mediação ou autorização de homens para possibilitar que uma mulher acesse esses outros campos.

A jornalista começa pontuando a condição de Maria como “casada desde os quinze anos com um primo seis anos mais velho” (NEGREIROS, 2018, p. 11). Esse relato abre margem para caracterizar, ao longo do livro, a objetificação feminina, que ocorria nos casamentos infantis frequentes no sertão nordestino da época, bem como a reclusão de mulheres nesses matrimônios, tratadas como instrumentos de troca entre pais e maridos. Essa mesma objetificação de mulheres em prol de relações masculina é percebida no caso oposto: de disputas entre cangaceiros contra seus rivais, tais como proprietários de terras, governantes ou autoridades. Nesse sentido, a reportagem de Negreiros (2018) demonstra que entre os estupros — principais crimes cometidos por cangaceiros — vários deles foram motivadas por ameaças, vinganças e disputas entre os agressores e os pais das vítimas. Por exemplo, o livro relata um caso em que cangaceiros cometeram um estupro coletivo contra uma jovem em 1929, em uma cidade baiana, motivado pelo fato de o líder Lampião ter ficado “indignado ao saber que um homem de oitenta anos estava casado com uma mocinha”, levando os bandoleiros à agressão do marido seguida da violação sexual de sua esposa. Como resgata a reportagem, anos depois o caso foi justificado por um dos cangaceiros dizendo que “A mulher foi comida pro velho deixar de ser sem-vergonha” (NEGREIROS, 2018, p.38-39) — demonstrando nitidamente que a violação do corpo feminino sendo utilizada para atingir objetivos de um homem em disputa contra outro. O mesmo ocorreu com Dadá: com apenas doze anos, foi vítima de uma violação sexual que, como demonstra a reportagem, foi motivada por vingança do cangaceiro Corisco contra o pai da menina, numa disputa motivada porque ele teria denunciado um amigo de Corisco às forças policiais, o que levou à sua prisão:

Dar com a língua nos dentes era crime grave, que merecia o pior dos castigos, dizia o visitante. E a vingança ele já tinha toda planejada: ficar com o que o dono da casa tinha de mais precioso. — Mas é só uma menina — insistia o velho. Ato contínuo, o rapaz deu ordem para os dois invadirem a casa e arrastarem Sérgio (NEGREIROS, 2018, p.23).

Em seguida, a reportagem narra que a jovem foi raptada e estuprada, tendo sofrido hemorragia, febre e alucinações decorrentes da brutalidade dos abusos sexuais. Após os primeiros abusos, foi levada para a casa de uma tia do cangaceiro para que “quando estivesse

recomposta, voltaria para pegá-la” (NEGREIROS, 2018, p.24). E posteriormente, foi levada por Corisco para integrar o bando como sua companheira. A objetificação das mulheres nessa situação mostrava-se ainda mais intensa com os relatos que demonstram como as mulheres dominadas por cangaceiros se tornavam alvos de perseguição das autoridades, que ameaçavam e reprimiam elas e suas famílias como meios para chegar aos cangaceiros. Nesse sentido, Negreiros (2018) também pontua a perseguição das forças policiais à família de Dadá, em que os soldados torturaram e mutilaram seus pais e irmãos. E também à família de Maria Bonita, que foi ameaçada e precisou fugir. Ainda assim, o livro ressalta que, “entretanto, [a repressão contra a família de Maria Bonita] era um paraíso se comparado ao pesadelo constante da vida das jovens mulheres que cruzavam o caminho com os cangaceiros — ou com os soldados que as perseguiam” (NEGREIROS, 2018, p.34).

Assim, ao olharmos para as representações históricas e midiáticas, identificamos formas de destacar ainda mais às funções masculinas ‘extraordinárias’ e as tarefas femininas como ‘banais’. Tal concepção se reafirma nas visões da imprensa da época do cangaço brasileiro, que não consideravam mulheres cangaceiras e a própria Maria Bonita como “digna de pauta”, já que estavam “apressados em narrar as crueldades e ações espetaculares do Jaguar do Nordeste [Lampião, o líder do cangaço]” (NEGREIROS, 2018, p. 13). Portanto, é nessa priorização pelo registro das “ações espetaculares” dos homens, que percebemos um mesmo padrão de reconhecimento das condutas masculinas como grandes feitos. Ainda que haja mulheres atuando da mesma forma com a mesma importância (como as mulheres do Cangaço), o olhar da História e da produção de conhecimento (que se reproduz na imprensa) já está desde os tempos primitivos programado a prestigiar os atos masculinos.

Essa mesma problemática é apontada e contestada por Svetlana Aleksievitch (2016), em seu livro-reportagem “A guerra não tem rosto de mulher”, de 1985, que retrata experiências – silenciadas ou nunca antes contadas – de mulheres soviéticas que lutaram no Exército Vermelho, durante a Segunda Guerra Mundial. Como revela, predominavam as representações masculinas de guerra, que delegavam às mulheres as funções de enfermeiras, esposas e responsáveis pelo cuidado maternal e submissão aos soldados. Assim, essa disputa de narrativas deslegitimava os relatos de esposas e outras mulheres, também ex-combatentes, cujas versões eram classificadas por homens como “fantasias de mulher”; “que queria ser bonita, que chorou quando cortaram a trança” (ALEKSIÉVITCH, 2016, p.16-17).

Tudo o que sabemos da guerra conhecemos por uma ‘voz masculina’. **Somos todos prisioneiros de representações e sensações ‘masculinas da guerra’.** [...]

Já as mulheres estão caladas. Ninguém, além de mim, fazia perguntas para minha avó. Até as que estiveram no front estão caladas. Se de repente começam a lembrar, contam não a guerra ‘feminina’, mas a ‘masculina’. [...] E só em casa, ou depois de derramar alguma lágrima junto às amigas do front, elas começaram a falar de sua guerra, que eu desconhecia. Não só eu, todos nós. [...] Quando as mulheres falam, não aparece nunca, ou quase nunca [...] (ALEKSIÉVITCH, 2016, p. 12, grifos nossos).

Como iremos delimitar e situar este estudo no contexto das mulheres no cangaço brasileiro, nos colocamos diante dos desafios e contradições gerados pela presença inusitada de mulheres nesse fenômeno de banditismo do sertão brasileiro na década de 1920: ao mesmo tempo em que elas são símbolo de rebeldia e liberdade diante do sistema patriarcal, que as forçavam a casamentos e à vida reclusa dentro de suas casas, as tarefas da vida doméstica transcendem para suas funções nos bandos, e a vida fora de casa se choca com outros tipos de abusos masculinos diante da vulnerabilidade de seus corpos tidos como ‘bandidos’ e ‘foras da lei’. Dessa forma, no terreno dos símbolos e significados produzidos e partilhados por uma cultura, os papéis sociais acerca do que significa ser mulher reproduzem um mesmo padrão histórico de exclusão e inferioridade em relação ao domínio masculino. Mas se deslocam, se contradizem e se misturam com questões que aparecem em cada tempo e espaço específico. Essa disputa de papéis e representações está em jogo na imprensa, que por sua vez se alimenta dos padrões já estabelecidos socialmente e também dialoga com elas ao gerar novas pistas.

A invisibilidade das mulheres nos relatos históricos como efeito da reclusão à vida íntima e privada

A partir das revisões teóricas percorridas, reafirmamos a premissa de Perrot (2007) desde a qual a imposição do espaço privado é a primeira e uma das principais razões que levam à invisibilidade, silenciamento e esquecimento de mulheres nos relatos históricos.

Primeiro, porque as mulheres são menos visíveis no espaço público, o único que, durante muito tempo, foi digno de interesse e comentários. Elas trabalham em família, confinadas à casa, ou ao que sirva de casa. São invisíveis (PERROT, 2007, p.13).

Portanto, é importante sublinhar um significado histórico, dominante e fundamental dado ao espaço privado: a invisibilidade. Numa humanidade marcada pela racionalidade neutra e absoluta, torna-se evidente a maneira como a reclusão das mulheres ao espaço privado serve como estratégia, solução e justificativa para garantir que a perspectiva delas seja invisível. E nisso, garante-se também a invisibilidade e a irrelevância pública dada aos abusos,

insatisfações e discordâncias que elas sofrem com os próprios homens nesse espaço íntimo (exemplificar com dados de violência doméstica, por familiares). Isso favorece, então, a imutabilidade dessas estruturas de poder masculino, já que não há espaço para que as reivindicações e denúncias femininas saem de dentro da casa, desse espaço secreto e do invisível, sobre o qual ninguém fala e sobre o qual ‘não se mete a colher’. Por essa razão, a invisibilidade das mulheres sustenta a ordem pública, e contrariar essa visibilidade significa justamente a desordem, o caos, abalo das estruturas:

De resto, em muitas sociedades, a invisibilidade e o silêncio das mulheres fazem parte da ordem das coisas. São a garantia de uma cidade tranquila. A sua aparição em grupo assusta. Para os Gregos, é a *stasis*, a desordem. O seu discurso público é indecente, Diz Paulo, o apóstolo: ‘Convém que permaneça em silêncio, pois Adão foi formado primeiro e, depois, Eva. Não foi Adão que foi seduzido, mas a mulher é que, enganada, ocasionou a transgressão’. As mulheres terão de pagar com o silêncio eterno (PERROT, 2007, p.13).

Com isso, a privação feminina ao longo do tempo gerou efeitos diretos na maneira como os registros históricos das suas próprias vozes foram gerados de forma tímida, envergonhada, secreta, na confidência dos diários e cartas pessoais, que sempre foram guardados a sete chaves. Ocultados pela ideia de pudor e impureza que envergonha as experiências femininas, pois considerados desimportantes e não legítimos. Não à toa, os diários ‘femininos’ foram, por muito tempo, objetos vendidos fechados com uma chave e um cadeado:

Devido ao seu papel na família, torna-se mais fácil encontrar ecos das mulheres nos *arquivos privados*. Por definição, o estatuto destes arquivos foi durante muito tempo, e continua a ser, obviamente indefinidos. Destinados a receber contribuições administrativas, que os submergem, os arquivos públicos, nacionais ou departamentais, acolhem-nas com reticências, a conta-gotas, de maneira selectiva. Escritores, políticos, empresas... transpõem o seu limiar. Mas é muito mais difícil para o cidadão comum, e mais ainda para as mulheres (PERROT, 2007, p.26).

Diante desse problema, Perrot (2007) pontua iniciativas de arquivos públicos, que foram criados para acolher registros autênticos de mulheres na História, e na recuperação desses documentos, houve a predominância de escritos ‘íntimos’, reafirmando a reclusão delas ao espaço privado, como único meio de expressão de suas próprias vidas: De uma maneira geral, a presença de mulheres nesses arquivos é função da sua utilização da escrita, escrita privada, mesmo íntima, ligada à família, praticada à noite, no silêncio do quarto, para responder às cartas recebidas, escrever o diário e, mais excepcionalmente, contar a sua vida. Correspondência, diário íntimo, autobiografia não são gêneros especificamente femininos, mas abrem-se mais às mulheres justamente por seu caráter privado. De maneira desigual.

[...] O olhar voltado para si mesmo na viragem ou no termo de uma vida, mais por personagens públicas do que privadas, que pretendem fazer um balanço da sua existência de modo a deixar marcas, é uma atitude pouco feminina. ‘A minha vida vale menos que nada’, diz a maior parte das mulheres (PERROT, 2007, p.27).

3.8 A perspectiva feminista como caminho para uma linguagem e história construída por mulheres

Assim, consideramos que a reformulação e a reterritorialização dessas noções no jornalismo implica uma mudança do olhar que guia o processo da reportagem, deslocando-o da vivência masculina tida como universal e passando a abranger experiências distintas, inclusive das identidades femininas. Isso significa, fundamentalmente, assumir o olhar masculino como também específico, igualando-o a tantas outras visões singulares que compõem a vivência sócio-política do mundo. Como demonstra Rago (2019):

[...] se considerarmos que as mulheres trazem uma experiência histórica e cultural diferenciada da masculina, ao menos até o presente, uma experiência que várias já classificam como das margens, da construção miúda, da gestão do detalhe, que se expressa na busca de uma nova linguagem, ou na produção de um contradiscurso, é inegável que uma profunda mutação vem-se processando também na produção de conhecimento científico (RAGO, 2019, p. 373).

Nesse sentido, conforme argumenta Wilshire (1997), a produção de conhecimento nesse sentido avança para além da “valorização do feminino”, mas alcança um significado de “tornar plena a experiência humana, resgatando o valor e o conhecimento no corpo humano, na emoção e no compartilhar humanos”. Ou seja, amplia o foco para uma visão integrada do real incluindo aspectos que eram reclusos ao feminino, “desqualificados como ‘inferiores’, ‘subjetivos’, ‘fatos privados e domésticos’”, que levam a “intensificar e enriquecer a busca por verdade e conhecimento” (WILSHIRE, 1997, p. 106).

Com isso, acreditamos encontrar na Epistemologia Feminista maneiras de produzir, por meio do jornalismo, novos conhecimentos acerca da historicidade humana, ao passo em que a apuração e apresentação dos fatos históricos sejam vistos por outros ângulos que não pela visão de mundo masculina dita ‘universal’. Assim, abordar a experiência feminina, inclusive como protagonista dos fenômenos retratados, inclui enriquecer a produção de memória e conhecimento com outros aspectos, que não eram tradicionalmente apreendidos na esfera pública. Acredita-se, com isso, ampliar o conhecimento para englobar elementos tais como ações políticas lideradas por mulheres; os desafios enfrentados por elas e que demandam mobilizações de toda a sociedade; bem como detalhes, microrrevoluções, iniciativas e questões miúdas do cotidiano que delineiam jornadas femininas e também refletem

significações sociais partilhadas por toda a sociedade.

Nesse horizonte, portanto, seguimos para o próximo e último capítulo com a tarefa de delinear a perspectiva feminista e essa recuperação da história de mulheres na prática jornalística, focando especialmente na análise das reportagens, que ressignificam a realidade silenciada das mulheres cangaceiras, do sertão nordestino brasileiro nos anos 1920. Tal esforço será empreendido, portanto, pela análise desses livro-reportagens, articulada aos princípios e propostas da epistemologia feminista aplicada às práticas jornalísticas.

CAPÍTULO 4

Metodologia e análises empíricas

4.1. A escolha do olhar para as mulheres cangaceiras nos livros-reportagem

Chegamos na etapa final deste trabalho — da análise empírica a partir do caminho metodológico trilhado — após atravessar um percurso teórico que explorou os principais eixos de conceituação e debate desta pesquisa: 1) o jornalismo como meio de conhecimento social, de construção simbólica e contextualização; 2) o jornalismo literário e narrativo aliado à produção historiográfica, como forma de construção de narrativas da realidade, de sensibilização e aprofundamento dos relatos; 3) as teorias feministas, suas perspectivas e ferramentas para olhar o mundo e as experiências de mulheres na História ao demarcar a estrutura social de desigualdade de gênero, dominação masculina, silenciamentos ou distorções históricas das vivências femininas, operando de diversas formas em distintas culturas e contextos.

O conjunto desses eixos teóricos guiam a análise empírica por meio da operação desses conceitos, funcionando como lentes para apreender o objeto empírico. Com isso, essas reflexões nos levam a optar pela análise de livros-reportagem, buscando verificar nesses modelos jornalísticos seus métodos para contextualizar fenômenos históricos, complementando aspectos subjetivos e objetivos. Nesta análise, verificamos em que medida tais ferramentas de contextualização e sensibilização geram a pluralidade de vozes e experiências de mulheres, tradicionalmente silenciadas em representações históricas e midiáticas. Dessa maneira, pretendemos verificar como a perspectiva feminista opera ou pode operar no sentido de contrapor esse padrão de silenciamento ou distorções históricas dos relatos femininos.

Conforme já explicitado no capítulo anterior, com a escolha pelo recorte de mulheres em fenômenos históricos específicos — nesta pesquisa, a história do cangaço no sertão brasileiro

—, consideramos a produção historiográfica, especialmente aliada ao jornalismo e às representações midiáticas, uma síntese do problema da produção de conhecimento baseada na dominação masculina e no silenciamento de mulheres, aprisionadas ao espaço privado e ‘subjetivo’, tido como ilegítimo neste modelo. Isso porque essa premissa guia a ótica

positivista e a objetividade tradicional que formam as bases de todo conhecimento — incluindo o jornalismo — e estruturas de poder ocidental desde a modernidade. Portanto, ao focarmos nessa prática de silenciamentos e distorções da representação de mulheres na História — um dos principais problemas de pesquisa, já verificado e debatido até aqui, pretendemos identificar como essa ausência e enviesamento dos relatos de mulheres reforça um conhecimento masculinizado que, a partir da análise dos livros, nos faz encontrar lacunas nas fontes e relatos disponíveis sobre as mulheres participantes no fenômeno tratado. Nesse mesmo sentido, é objetivo da análise identificar parâmetros, enquadramentos jornalísticos e relatos que questionam e contrapõem esses silêncios, gerando novas narrativas mais plurais ao incluir as experiências de mulheres de diversas formas, priorizando suas próprias vozes.

Nesse percurso, a experiência das mulheres cangaceiras, atuantes no fenômeno banditismo rural do Cangaço no sertão do Nordeste do país, entre 1920 e 1930, foi selecionada como recorte por representar um exemplo significativo de um fenômeno histórico do passado que teve sua significação e suas representações históricas e midiáticas pautadas no silenciamento ou nas distorções de mulheres. Neste contexto, elas participaram de forma significativa e inusitada, entrando rebeladas da sua vida doméstica ou sequestradas pelos cangaceiros nos bandos que tomaram o sertão nordestino. A experiência das mulheres cangaceiras foi tão expressiva que se materializou na figura histórica e popularmente conhecida de Maria Bonita, considerada primeira-dama por ser esposa do líder do bando, o lendário cangaceiro Lampião.

No entanto, nos atentamos à relação complexa e contraditória pela qual as mulheres foram tidas e representadas durante e depois do fenômeno, pelos jornais, pela indústria cultural e registros históricos. Se, por um lado, a versão das cangaceiras mais difundida historicamente nos jornais, novelas e propagandas era a de mulheres livres, guerreiras e corajosas, por outro lado, registros históricos (ainda que escassos e ocultados) demonstram uma realidade de mulheres tidas como propriedade dos cangaceiros, frequentemente violentadas e submetidas a servir aos homens bandoleiros de diversas formas, desde obrigações sexuais, proibições de criarem filhos até regras e tarefas cotidianas instituídas pelos homens (NEGREIROS, 2018).

Com isso, nas representações históricas e midiáticas, ainda que não fossem completamente silenciadas, foram sobretudo representadas à sombra e em função dos homens cangaceiros como protagonistas. Nos relatos midiáticos e históricos, a omissão dessa dominação

masculina, da desigualdade de gênero e da violência de gênero (entre diversos casos de estupros, agressões e feminicídios de cangaceiros por seus companheiros do bando) contribuiu para a construção de uma memória e imaginário coletivo do cangaço como um fenômeno de violência, de protesto social e diversas questões envolvidas — mas nunca um fenômeno de violência contra mulheres, como também deveria ter sido tratado. Dessa forma, tais representações, alastradas na imprensa nacional, nos documentos históricos e fincada no imaginário social, também atribuíram às cangaceiras sentidos particulares demarcados pela questão de gênero, carregadas pelo estereótipo de mulheres violentas e pelo peso de terem subvertido imposições e papéis ligados à vida doméstica e privada tradicional.

4.2. O cangaço como pano de fundo

Ao olharmos para o contexto do Cangaço, lançamos a ele questões de pesquisa de viés feminista, ou seja, que buscam compreender como a desigualdade de gênero e a dominação masculina se estruturavam nesse cenário. Assim, questionamos de que maneiras essas bases masculinas de construção da humanidade exerciam controles sobre a vida das mulheres sertanejas e cangaceiras no nordeste brasileiro dos anos 1920, para compreender, sob essa perspectiva, quais papéis sociais eram impostos a elas e como foram representadas na História e na imprensa.

Após verificarmos que o silenciamento de mulheres na história perpassa também uma falta de registros dessa dominação masculina em diversos contextos históricos, direcionamos essa questão para o Cangaço, questionando se esse fenômeno é historicamente lembrado como um fenômeno de dominação masculina sobre mulheres. Verificamos, então, que o Cangaço é lembrado por diversas questões que abalaram o sertão nordestino e marcaram fortemente a história dessa região e do Brasil, sendo registrado, por exemplo, como um fenômeno de banditismo rural, de protesto social, de disputas de poder sobre o sertão, de revolta contra a miséria e a pobreza, de justiça popular frente ao abuso de poder das autoridades vigentes, entre outros temas envolvidos. Nesse cenário, o Cangaço é pouco lembrado como um fenômeno de dominação masculina, de tensões ligadas às mulheres, tampouco é lembrado pela representatividade feminina que teve — já que a participação de mulheres cangaceiras na maioria dos registros é reduzida à Maria Bonita, por ser esposa do grande líder Lampião e considerada a ‘Rainha do Cangaço’.

Mas o cangaço foi sim, em certa medida, lembrado como um fenômeno marcante para mulheres, memorizado principalmente por conta dos estupros, das torturas que marcavam com ferro a pele de mulheres, e diversos outros crimes mais graves contra elas. No entanto, verificamos que esse enquadramento ocorreu em menor grau, e que por focar na espetacularização da violência contra mulheres ou da romantização das cangaceiras como ‘guerreiras’, seus registros não alcançaram discussões mais profundas sobre como as cangaceiras viviam, sobre o contexto de inferiorização de mulheres da época, etc.

4.3 Seleção do corpus

Para a seleção do *corpus* formado, foram adotados diversos critérios alinhados aos objetivos e problemas de pesquisa. Considerando o volume intenso e exaustivo de publicações de diversos gêneros, e com diversas formas de narrar e registrar o Cangaço, foi preciso adotar um foco específico para seleção da amostra. Ressaltamos, ainda, que o próprio fenômeno de representações midiáticas, históricas e literárias e artísticas sobre o cangaço é um ponto chave considerado nesta análise.

A partir de uma busca no acervo da Biblioteca Nacional, foi encontrado um total de 349 publicações, categorizadas como Livro (296), documento textual (52) ou periódico (1), que incluíam os termos cangaço; cangaceiros; cangaceiras; Lampião ou Maria Bonita. Ao buscarmos apenas o termo ‘Lampião’ como assunto, a quantidade de publicações continua volumosa, apresentando 178 dentre livros (175) e documentos textuais (3). É importante ressaltar que as publicações restritas ao termo ‘Lampião’ — e que constatamos ser, em sua maioria, de fato sobre o líder cangaceiro como personagem e mote principal — correspondem a 51% do total de publicações gerais sobre o cangaço, encontradas com todos os termos utilizados na primeira busca. Por outro lado, já na busca por ‘Maria Bonita’, as publicações encontradas foram apenas 16, que correspondem apenas a 4,6% do total.

Dessa maneira, além de verificarmos a quantidade significativa de publicações, percebemos o enviesamento desse volume mais voltado para a dominação masculina, especialmente concentrada na figura de Lampião. Por um lado, reconhecemos que isso se deve ao fato da estrutura de poder centralizada em Lampião, cujo poder e figura de bandido ou herói foi amplamente difundido com alcance nacional e internacional, de maneira que o menor grau

de representações não se deve somente a Maria Bonita e às demais cangaceiras, mas a diversos integrantes do bando, entre diversos homens e mulheres que não tiveram tanta influência ou fama.

No entanto, consideramos que esse fato não anula a significativa inferiorização e apagamento histórico dos feitos e da figura de Maria Bonita, já que, como trataremos mais a seguir, a cangaceira exercia um significativo poder no bando em seu lugar de ‘primeira-dama’, de líder e pioneira entre as representações femininas, e ainda assim, passou quase despercebida pela imprensa e pelos registros da época durante um tempo. Tal como destaca Negreiros (2018), constatando que — diferente do reconhecimento, bem ou mal, sempre atribuído a Lampião — a cangaceira nunca fora entrevistada e pouco foi retratada enquanto esteve viva. Teve sua figuramais popularizada, romantizada e mitificada somente após sua morte, de modo que a Maria deDéa nunca soube, em vida, da dimensão da fama que teria como Maria Bonita.

Ao olharmos para esse conjunto de representações e registros desse contexto, partimos da perspectiva — já exposta no primeiro capítulo deste trabalho — dos estudos culturais britânicos (HALL, 1993; 2003; 2016) e dos postulados de Gramsci (2010), filósofo e historiador marxista italiano — cujos estudos em torno da formação cultural do senso comum também inspiraram, em partes, a formação do pensamento da escola britânica composta por Hall e diversos outros autores e autoras.

Dialogando com as premissas desses autores, consideramos que esse volume e variações de registros e narrativas sobre o Cangaço representam diversas formas de produzir e reproduzir sentidos, significar e ressignificar esse contexto. Essas variações de sentidos e quadros desse contexto, tão reformulado, com versões que inclusive tentam desmentir ou rever, checar, desconstruir e reconstruir as ‘verdades’ históricas difundidas, são em si um fenômeno significativo fundamental nesta pesquisa. Ao observá-lo, verificamos de maneira concreta e empírica como as representações de mundo são construídas em um processo contínuo de diálogo, de desmontagem e repontagem com a cultura, as crenças sociais e os valores simbólicos.

Ressaltamos, então, que essa organização e significação do cangaço só se torna viável na medida em que o jornalismo, a História e demais produtores de conhecimento acionam diversos repertórios culturais que se articulam. Tal como observam os autores sobre esse processo de significação: “Se os jornalistas não dispusessem – mesmo de forma rotineira –

de tais “mapas” culturais do mundo social, não poderiam ‘dar sentido’ aos acontecimentos invulgares, inesperados e imprevisíveis que constituem o conteúdo básico do que é “noticiável” (HALL et al., 1993, p. 225-226). Tal perspectiva é reforçada nas considerações de Hall et. al (1993) sobre o processo da notícia de vivificar os fatos:

Se o mundo não é para ser representado como uma confusão de acontecimentos desordenados e caóticos, então estes acontecimentos devem ser identificados (isto é, designados, definidos, relacionados com outros acontecimentos do conhecimento público) e inseridos num contexto social (isto é, colocados num quadro de significados dos familiares ao público.). Este processo – a identificação e a contextualização – é um dos mais importantes, através do qual os acontecimentos são “tomados significativos” pelos media (HALL et al., 1993, p. 225-226).

Tais questionamentos e contradições foram levantados pelo livro “Maria Bonita: sexo, violência e mulheres no Cangaço”, de Adriana Negreiros (2018), com o objetivo de romper com o silenciamento dessa realidade e apresentar de maneira plural a experiência dessas mulheres, a partir de um viés feminista e contextualizado. Assim, a seleção deste livro como objeto de análise empírica foi feita por este trabalho apresentar e operar numa fusão entre os conceitos teóricos aqui acionados, utilizando essas perspectivas para realizar uma releitura contemporânea de um fenômeno histórico de violência e silenciamento contra mulheres.

Dessa maneira, nos debruçamos sobre o livro por ele diretamente a problemática da representação de mulheres na História brasileira pelo jornalismo, trazendo como exemplo um contexto histórico tão importante quanto o cangaço, que curiosamente contou com a participação e protagonismo de mulheres como Maria Bonita, mas que foram historicamente associadas e submetidas aos homens, e também carregadas de estigmas que as reduzem as personagens a agressivas, violentas e/ou vulgares.

Em contraponto, selecionamos para uma análise secundária o livro “Lampião e Maria Bonita: Uma história de amor e balas”, do jornalista Wagner Barreira (2018). Lançado no mesmo ano de publicação do primeiro livro analisado, a obra de Barreira (2018) também utiliza critérios e práticas jornalísticas para reconstruir o fenômeno do cangaço, focando nas figuras de Lampião e Maria Bonita, e no legado simbólico deixado pelo casal.

A escolha de dois livros em uma imensidão de olhares sobre o cangaço

Nesta seleção, adotamos a “regra de pertinência” proposta por Laurence Bardin (2007) em seus postulados da Análise de Conteúdo francesa, correspondente à etapa de pré-análise. Conforme demonstra Bardin, tal regra se encaixa na seleção do corpus para análise qualitativa, de modo que os materiais são selecionados de acordo com “o objetivo que suscita a análise” (BARDIN, 2007, p.128).

Portanto, ao considerarmos os objetivos e pressupostos teóricos citados até aqui, durante o processo de pré-análise do fenômeno das representações do cangaço, chegamos aos dois livros considerando diversos critérios. O primeiro deles foi a data próxima de publicação entre os dois livros: a obra “Maria Bonita: sexo, violência e mulheres no Cangaço”, de Adriana Negreiros (NEGREIROS, 2018), foi lançada em agosto de 2018, enquanto “Lampião e Maria Bonita: Uma história de amor e balas” (BARREIRA, 2018) teve sua publicação em outubro do mesmo ano. Portanto, consideramos como critério de pertinência a seleção de dois livros construídos num mesmo tempo histórico, que de certa forma, tiveram níveis semelhantes de acesso às fontes históricas, aos documentos e entrevistados disponíveis atualmente sobre o assunto.

Por essa razão, também fomos motivados pelo fato de, por um lado, o livro de Negreiros (2018) adotar uma perspectiva assumidamente feminista e mais focada na experiência das mulheres. Enquanto a obra de Barreira (2018) traz um recorte que também inclui a figura feminina de Maria Bonita, mas associada à sua relação com Lampião, e que ressalta o cangaço por uma perspectiva mais geral e ampliada, assim como ocorre com a maioria das publicações sobre o fenômeno. A partir deste critério de seleção, pretende-se verificar em que medida recortes mais ‘gerais’, como no caso de Barreira (2018), reproduzem um padrão de produção de conhecimento tradicional que, ao abordar fenômenos sob uma perspectiva ampla e não específica, acabam por reproduzir a lógica de silenciamento e inferiorização da experiência de mulheres. Isso porque, nesta ótica que privilegia a perspectiva dos homens brancos como ‘neutro e universal’, as vivências femininas são encaixadas no lugar do específico, subjetivo e ‘diferente’, sendo, portanto, excluídas de relatos históricos ‘gerais’, conforme sugerem teorias críticas feministas acerca dos padrões de racionalidade humana (BEAUVOIR, 1970).

Por fim, outro critério considerado foi a busca por livros jornalísticos, que demonstram utilizar métodos da reportagem na construção da narrativa do livro. Na seleção dos livros, confirmamos esse critério ao observar que, na seção de apresentação de si próprios no livro,

tanto a autora quanto o autor se apresentam apenas como jornalistas, ambos descrevendo a trajetória profissional em redações de revistas e jornais brasileiros. Inclusive, possuem em comum o fato de terem nascido em São Paulo e terem passado pela revista *Veja*, dentre outras experiências distintas de cada um. Conforme apresentado no livro, o autor Wagner Gutierrez Barreira atuou como repórter nas revistas *Veja* e *Aventuras na História*, no jornal *O Estado de S. Paulo* e na *TV Cultura*. Já Adriana Negreiros, conforme se apresenta no livro, que é sua obra de estreia, atuou nas revistas *Veja*, *Playboy*, *Claudia* e outras não mencionadas.

4.4 Metodologias utilizadas: a escolha das lentes para olhar o problema de pesquisa

Com base nas questões de pesquisa levantadas, na operação dos conceitos e discussões envolvidos, a metodologia foi definida entre as seguintes etapas: pesquisa bibliográfica e fundamentação teórica (BRAGA, 2011); análise de enquadramento jornalístico e narrativas (ENTMAN, 1993; GUAZINA et al, 2017); e entrevista de profundidade semi-aberta (DUARTE, 2005).

Assim, ingressamos neste percurso metodológico com base nos pressupostos da pesquisa em Comunicação que versam sobre a concepção relacional da Comunicação (FRANÇA, 2016). Acreditamos e atribuímos tal conceito como processo fundamental para pensar a Comunicação a partir de seus fenômenos em constante movimento e relações distintas, produzindo diferentes sentidos, afetações, interações e reflexões entre os sujeitos que fazem parte de seus processos. Ao contrário de formular pesquisas estáticas e presas a postulados teóricos imutáveis, nos alinhamos a abordagens mais dinâmicas e flexíveis, que abarcam as diversas formas simbólicas e múltiplas interações nas produções midiáticas e suas recepções.

A consciência da força da linguagem na comunicação nos impele a um olhar atento para a maneira como ela atua em cada processo. Não se trata apenas de interpretar sentidos e analisar formatos; isto é necessário e importante, mas senos reduzimos a lidar com os discursos comunicativos neles mesmos (ou os gêneros de linguagem), perdemos a dimensão do todo comunicacional. A atenção à linguagem, aos discursos proferidos e trocados nas dinâmicas interativas significa entender o que eles estão fazendo, como atuam posicionando interlocutores e representando os aspectos da realidade (as coisas do mundo) (FRANÇA, 2016, p. 164).

Assim, partimos das premissas de que “comunicação é ação, é vivenciada como experiência, supõe interação e é medida pela linguagem” (FRANÇA, 2016, p.164), guiando o olhar para

o objeto e o problema de pesquisa. Adotamos tal perspectiva metodológica na medida que olhamos para os tensionamentos e disputas entre diferentes significados que circulam acerca da experiência das mulheres no cangaço. Nesse sentido, nos aliamos ao pressuposto de que, no campo de pesquisas da Comunicação Social, “não é possível assumir abstratamente abordagens prévias e ‘fechadas’” (BRAGA, 2011. p.2). Diante de uma realidade diversa e instável como ados fluxos comunicacionais e suas representações sociais, necessitamos realizar articulações teórico-metodológicas personalizadas e ajustadas às questões empíricas (BRAGA, 2011).

Para além do mero relato descritivo e aplicação de técnicas prontas, conforme lembra Braga (2011), a metodologia envolve tomadas de decisões e sistematizações que levam ao questionamento e problematização entre teorias e tensões da realidade, no sentido de “enfrentara resistência da realidade, cercá-la com nossa problematização” (BRAGA, 2011, p. 6). Dessa forma, consideramos uma metodologia que se reconhece enquanto percurso contínuo de investigação e não somente na etapa empírica, incluindo escolhas metodológicas desde a revisão de literatura e pesquisa bibliográfica até chegar aos métodos de análise de mídia, sendo esses momentos interligados e articulados pela pergunta e problema de pesquisa.

Com isso, ingressaremos na análise empírica utilizando o método da análise de enquadramento jornalístico (ENTMAN, 1993). Enquanto método de pesquisa, para realizar a identificação e interpretação dos dados e operações descritos acima, pretende-se empregar este método com origem nas ideias do sociólogo Erving Goffman (1974) e apropriada para os estudos da mídia jornalística por autores como Robert Entman (1993). Conforme demonstram tais características da Teoria do Enquadramento, consideramos essa análise por sua eficácia na investigação dos fatos e enfoques que ganham destaque ou exclusão nas reportagens jornalísticas, revelando, dessa forma, o contexto social e as possíveis intenções culturais, políticas e ideológicas que levam à construção de determinadas perspectivas em detrimento de outras, nos relatos midiáticos. Ao mesmo tempo, consideramos o potencial desta análise em ressaltar de que maneira as notícias identificam e retratam problemas, atores sociais, soluções e fenômenos da realidade.

Com base no enquadramento jornalístico (ENTMAN, 1993), iremos analisar e interpretar como as reportagens analisadas promovem a “definição de um problema particular, interpretação de causas, avaliação moral, e/ou recomendação de tratamento” (ENTMAN,

1993, p. 52, tradução nossa), sendo que cada um desses aspectos será utilizado como categorias de análise para codificar e interpretar os relatos do livro. Por meio da codificação do material dentro de cada um desses quadros, será possível verificar a predominância e “saliência” e “repetições” de certas interpretações da realidade, fornecendo uma perspectiva específica sobre os acontecimentos (ENTMAN, 1993, tradução nossa).

Isso se torna especialmente significativo para aferir se determinados fatos históricos são retratados a partir de enfoques que privilegiam e naturalizam a dominação masculina como se fosse a versão única, universal e mais importante a ser contada. Da mesma forma, será possível identificar como ocorrem as mudanças de enquadramentos jornalísticos para ângulos que focam e desvelam questões vividas por mulheres, situando essas vivências na mesma ordem de importância política daquilo que deve ser apreendido sobre a realidade.

Tal análise se faz necessária, ainda, para identificar reproduções ou rupturas das concepções masculinistas, uma vez que a prática jornalística de destacar determinadas visões sobre a realidade determina, em certa medida, a maneira como a sociedade irá discernir e difundir interpretações sobre o mundo, como as relações de gênero. Tal como define Entman (1993, p. 53, tradução nossa), essa operação “significa tornar uma parte da informação mais perceptível, significativa ou memorável para o público”. Assim como esclarece o autor:

[...] o quadro determina se a maioria das pessoas percebe e como eles entendem e lembram um problema, bem como a forma como eles avaliam e escolhem agir em relação a isso. A noção de enquadramento implica, assim, que o quadro tem um efeito comum em grandes proporções do público receptor, embora não seja provável que tenha um efeito universal sobre todos (ENTMAN, 1993, p. 54, tradução nossa).

Além de detalhar esses quadros, iremos apontar as perspectivas que guiam predominantemente o entendimento dos relatos nos livros, no sentido de identificar a “construção das narrativas explicativas do mundo da vida” (GUAZINA; PRIOR; ARAÚJO, 2017, p. 5). A partir desta etapa, será possível identificar ainda os papéis que as mulheres aparecem desempenhando nas narrativas jornalísticas, os cenários e a frequência com que são retratadas, cabendo perceber se elas são representadas mais como protagonistas ou coadjuvantes em relação às figuras masculinas da narrativa. Após a interpretação dos dados, também iremos perceber investigar os processos de verificação e contextualização jornalística, a complementação entre objetividade e subjetividade, bem como as estratégias de sensibilização, humanização e demais recursos literários utilizados no corpus.

Assim, a partir da leitura flutuante das obras “Maria Bonita: Sexo, violência e mulheres no

cangaço” (NEGREIROS, 2018) e “Lampião e Maria Bonita: Uma história de amor e balas” (BARREIRA, 2018), seus trechos foram codificados em cada um dos aspectos propostos por Entman (1993) e que nos ajudam a identificar o quadro: definição de problema, causas, avaliação moral e soluções. Como o foco do trabalho é a verificação da perspectiva feminista no jornalismo, voltada para relatos mais plurais da experiência de mulheres historicamente, realizamos uma análise mais aprofundada do livro de Negreiros (2018), que traz a proposta feminista de biografia de Maria Bonita e, em menor grau, de demais mulheres cangaceiras, com o objetivo de preencher as lacunas históricas deixadas pelo silenciamento dessas mulheres nos registros. Dessa maneira, analisamos o livro de Barreira (2018) em segunda instância, com uma análise secundária e realizada com uma amostragem menor do livro. A partir da classificação e separação dos trechos sob cada um dessas dimensões, iremos classificar os quadros conforme são retratados particularmente em cada livro.

Com isso, tornou-se possível aferir, por exemplo, se a definição de problema atribui violências contra mulheres à desigualdade de gênero ou a problemas criminais, passionais, e demais quadros que perdem de vista a experiência feminina. Esse procedimento garante importância na medida em que possibilita compreender e discutir o quanto os problemas de gênero são pouco discutidos como aspectos culturais e estruturais da sociedade, com a predominância de quadros que tratam isso apenas sobre um aspecto pontual, policial e espetacularizado, gerando pouca compreensão acerca dessa organização social e cultural. Tal como revelam Natasohn e Brito (2019), as notícias sobre feminicídio analisadas, entre os anos de 2014 e 2017, e publicadas no jornal Folha de São Paulo, definiram o assassinato de mulheres como uma questão predominantemente policial (55,2%); judicial (13,15%) e de drama familiar (13,15%). Sendo que a definição com base na violência de gênero foi apresentada em apenas 5,26% das notícias.

Para uma análise desses enquadramentos e representações a partir do percurso de apuração das reportagens, aplicamos uma entrevista de profundidade semiabertas com a jornalista Adriana Negreiros. Para tal, iremos aplicar este método conforme demonstra Duarte (2005), sendo um modelo que “conjuga a flexibilidade da questão não estruturada com um roteiro de controle”, de modo a estruturar as questões da entrevista em poucas perguntas originadas no problema de pesquisa (DUARTE, 2005, p. 46). Nesse sentido, consideramos a relevância significativa da entrevista em profundidade por fornecer um propósito que “está relacionado ao fornecimento de elementos para compreensão de uma situação ou estrutura de um problema [...]” (DUARTE, 2005, p. 46). Acreditamos que isso poderá gerar, portanto,

importantes noções e visões das e dos repórteres, explicando tanto seus procedimentos técnicos de produção da notícia quanto suas compreensões e crenças subjetivas que levam a determinadas abordagens (DUARTE, 2005).

4.5 Análise narrativa: as transformações e significações culturais como forma de olhar para a variedade de representações do cangaço

Na medida que novos valores vão sendo atribuídos à sociedade, suas trocas e maneiras de entender o mundo, os relatos sobre o Cangaço passam a partir de novos lugares e olhares, reenquadrando esse complexo fenômeno do passado a partir de novas e distintas questões que surgem da sociedade e dos agentes que constroem essas representações.

Assim, essa maneira com a qual o cangaço foi, e permanece sendo, continuamente ressignificado ao longo da história na memória coletiva do Brasil, e permanece sendo no momento presente, sintetiza e concretiza o entendimento das transformações culturais e de seus valores a partir de Gramsci (2011). Por essa razão, dentre outras questões ligadas a diversos desafios e limitações — seja por limitações técnicas ou socio-culturais — envolvidas na transmissão das informações e na significação do fenômeno no século passado, é que o fenômeno do cangaço não se esgotou nos registros e discussões ao longo do tempo, e tampouco teve apenas uma verdade conclusa e homogênea sobre o que ocorreu. Nesse sentido, o autor ressalta que “as modificações nos modos de pensar, nas crenças, nas opiniões, não ocorrem mediante ‘explosões’ rápidas, simultâneas e generalizadas, mas sim, quase sempre, através de combinações sucessivas, de acordo com fórmulas de autoridades variadíssimas e incontroláveis” (GRAMSCI, 2001, p. 207). Nesse sentido, Gramsci (2001) aponta diferenças fundamentais entre a “explosão de paixões políticas acumuladas num período de transformações técnicas”, ligadas às inovações tecnológicas, que se distinguem das “transformações culturais, que são lentas e graduais; e isto porque, se a paixão é impulsiva, a cultura é produto de uma complexa elaboração” (GRAMSCI, 2001, p. 207).

Com isso, na medida que consideramos tais aspectos como fundamentais na composição e significação de fenômenos culturais e históricos, direcionamos esta análise não para uma ‘busca por verdades’. Com base nesse posicionamento, não pretendemos aqui realizar uma checagem

dos relatos históricos, mas sim buscamos perceber como tais determinações culturais e mudanças de perspectivas alteram o foco e a dimensão dos fatos relatados. É por esta ótica que pensamos, portanto, as experiências das cangaceiras — além de serem mais uma ‘verdade’ verificada na realidade sobre o que ocorreu, são sobretudo um recorte dessa realidade que permaneceu silenciado e distorcido em diversos relatos, justamente por conta dessas distintas crenças sociais em torno do contexto.

Exemplo claro desse padrão é a forma como os atuais livros-reportagem sobre o cangaço, aqui analisados, revisam as histórias do cangaceiro questionando a maneira como elas foram lidas e contadas no passado. Conforme apontam as críticas de ambos os jornalistas analisados (Negreiros, 2018; Barreira, 2018) em seus relatos, alguns registros jornalísticos da época em que o bando atuava no sertão anunciam o lugar histórico e social de uma imprensa vinda do eixo do Rio-São Paulo, com padrões elitistas, com olhar sobre o sertão como ‘exótico’ e marginal, e perspectivas masculinistas e brancas. Essas determinações sociais e culturais, com suas crenças e maneiras de olhar o mundo, ordenaram relatos com um enquadramento específico do sertão: focado nos feitos masculinos e na espetacularização da violência, retratando e criminalizando o bando como exótico, selvagem e quase animalesco.

Essa questão é apontada em trechos como: “Os jornais dos anos 1930, apressados em narrar as crueldades e ações espetaculares do Jaguar do Nordeste, não consideravam a existência de sua esposa digna de pauta.” (NEGREIROS, 2018, p.7). Assim como essa outra passagem, que destaca a maneira como os jornalistas buscavam as pautas buscando espetacularizar e romantizar o cangaço, quase como se fosse uma ficção, muitas vezes sem checagem dos fatos e diversificação das fontes, que eram majoritariamente masculinas e por vezes davam suas próprias versões, inclusive objetificando as mulheres em seus relatos, como no trecho abaixo: “Diante dos olhares gulosos dos repórteres, que mal podiam esperar para publicar aquelas histórias fantásticas em seus jornais, Volta Seca contara que Maria de Déa era uma fera.” (NEGREIROS, 2018, p.67-68)

A presença fundamental dos distintos valores e crenças por trás desses relatos, com suas variedades e contradições, também é destacada no exemplo de Barreira (2018, p.11) sobre as diversas narrativas em torno da figura de Lampião — e que, neste trabalho, consideramos ser o que ocorre também com as mulheres cangaceiras, com Maria Bonita e a “ficção coletiva” associada de maneira geral ao fenômeno. Tal como demonstra o autor:

A história de Lampião é ficção coletiva, **contada há quase um século por narradores e protagonistas dos eventos que, por vezes, moldam a História às suas necessidades, convicções e ambições**, por autores que tomam partido ou simplesmente escancaram a ficção. **Há de tudo nas narrativas, um arco que vai do herói sertanejo que combateu desigualdades**, passa pelo homem de negócios que transformou o cangaço em meio de vida e chega ao assassino sanguinário, ao bandido sem escrúpulos. São formas justas e possíveis de tratar de um sujeito complexo feito Lampião, que foi tudo isso – e muito mais. (BARREIRA, 2018, p. 11)

Dessa maneira, ainda que historicamente a sociedade tenha presenciado diversas inovações no período de industrialização, a partir do século XVIII, assim como no período de revolução tecnológica e digital que inaugura a Era da Informação, a partir do século XX, as transformações culturais e as significações decorrentes dessas mudanças técnicas se dão de formas muito mais complexas, graduais e distintas de acordo com as práticas, relações e crenças de diferentes camadas sociais.

Isso nos leva, ainda, a trazer nesta análise um enfoque específico nos relatos contemporâneos — neste caso, a partir dos livros lançados em datas próximas, no ano de 2018 — que revisam justamente este *continuum* de olhares para o cangaço a partir de um olhar posicionado quase 100 anos após esses eventos. Com isso, um dos principais pontos que conduzem a narrativa construída é a maneira como ambos os livros começam suas jornadas ao assumir esse olhar contemporâneo que revisita a História.

Nesse sentido, o livro de Negreiros (2018) inicia descrevendo, com recursos jornalísticos e literários, a primeira chegada da reportagem ao Museu Casa de Maria Bonita, onde ela originalmente nasceu e cresceu, e numa praça próxima ao local onde se situa uma estátua de Maria, sendo hoje pontos turísticos e memorialísticos na pequena cidade sertaneja de Paulo Afonso, na Bahia. Nesse prólogo, a jornalista narra seus próprios passos para chegar aos memoriais, descrevendo a própria entrada dessa narrativa rumo ao passado, em direção aos resquícios de memória presentes naquele ambiente onde viveu Maria Bonita.

No interior do museu, réplicas de utensílios domésticos de época tentam reproduzir o ambiente de uma casa sertaneja típica dos anos 1930 [...] Apesar da precariedade, o Museu Casa de Maria Bonita é um dos pontos altos de quem visita a cidade de Paulo Afonso, município ao qual hoje pertence Malhada da Caiçara, em busca de informações sobre a cangaceira mais ilustre da história do Brasil. Outro destino obrigatório é a estátua em pedra talhada de Maria, na praça das Mangueiras, no centro da cidade, do escultor José Faustino. No largo, transeuntes interrompem a caminhada para tirar selfies ao lado da figura idealizada da personagem: cenho fechado, com ares de valentia, a despeito de Maria ter sido uma mulher risonha; rifle posicionado na vertical, diante do

corpo, embora Maria só portasse armas de pequeno porte — e, ao que conste, nunca tenha dado um tiro. (NEGREIROS, 2018, p. 7, grifos nossos)

Por meio desse mergulho inicial na presença atual da memória de Maria Bonita, demarcando um paralelo entre os dias atuais e os tempos vividos pela cangaceira, Negreiros (2018) segue a narrativa de viés histórico sinalizando o problema da representação silenciada e distorcida da líder cangaceira — o que, como veremos, irá configurar o enquadramento da Definição de Problema, conforme as categorias estabelecidas por Entman (1993).

Da mesma maneira — com exceção do enquadramento feminista específico de Negreiros (2018) voltado para o silenciamento das cangaceiras — Barreira (2018) inicia seu livro neste mesmo olhar contemporâneo voltado para a história, próximo da produção historiográfica, dos memoriais e museus produzidos e disponíveis atualmente. Diferentemente de Negreiros (2018), que parte do Museu Casa de Maria Bonita, o jornalista parte do Museu do Cangaço, em Serra Talhada, na casa onde nasceu o Lampião, e que é um dos principais a preservar a história do cangaceiro e do bando. Dessa maneira, Barreira (2018) parte do momento atual, reportando uma visita de estudantes aos memoriais, como gancho para a passagem do tempo que irá se aprofundar no passado por meio da verificação e revisão dos contos e memórias popularizados sobre o Cangaço até os dias atuais:

No meio de uma tarde de novembro de 2017, estudantes do ensino médio do alto sertão pernambucano, das ribeiras do rio Pajeú, ouviam atentos a palestra sobre as implicações do cangaço na cultura. Estavam no auditório anexo ao Museu do Cangaço, em Serra Talhada, depois de um dia cheio — chegaram cedo, de ônibus, vindos de cidades vizinhas. Visitaram a casa de Lampião, as ruínas da sede da fazenda do inimigo número 1 de Virgulino Ferreira, a formação rochosa da primeira tocaia contra o futuro cangaceiro. (BARREIRA, 2018, p.9)

Tal percepção se alinha, portanto, ao objetivo desta análise observar a maneira como as lentes crenças do momento histórico atual, de acordo com o lugar social e cultural dos jornalistas analisados, se sobrepõem no olhar para este evento do passado. A partir disso, a principal dessas lentes a ser verificada é a perspectiva feminista, que diferentemente daquela época, hoje já conta com um aparato mais difundido de linguagens e formas de olhar a realidade, possibilitando novas interpretações e enquadramentos sobre a vida daquelas mulheres. Da mesma maneira, também verificamos a presença das perspectivas jornalísticas mais alternativas e diversificadas — como já tratadas na revisão bibliográfica — com lentes mais próximas da sociologia e da antropologia, e olhares voltados à contextualização das crenças sociais e valores simbólicos, que oferecem uma percepção mais plural ao fenômeno

do cangaço. São essas, portanto, as lentes atuais que percebemos estar presentes, em maior ou menor grau, em ambos os livros - reportagem, o que nos motivam a selecionar especificamente esses dois produtos para análise. Assim, nos encaminhamos a aprofundar ainda mais as construções narrativas.

Análise narrativa: as representações midiáticas como forma de construção narrativa do Cangaço

A análise entre os dois livros estudados, nos quais selecionamos temáticas, narrativas e tipos de enquadramentos, gerou pontos em comum que atravessam os dois trabalhos jornalísticos pela semelhança entre formas de olhar e narrar o contexto do cangaço, ao se aprofundarem nas vivências e experiências dos cangaceiros e cangaceiras de forma peculiar. Na etapa de análise narrativa, percorremos, em primeiro lugar, a leitura flutuante, extraindo desse processo as categorias temáticas e narrativas mais predominantes nos livros. Em seguida, realizamos a codificação dos trechos dos livros que correspondiam à essa categoria.

Em relação à construção narrativa narrativa, geramos as seguintes categorias: verificamos a prática recorrente — e de certa forma, metalinguística — das reportagens, de analisar como o Cangaço foi representado, descrito e retratado anteriormente, nos trouxe respostas importantes e complementares aos problemas levantados pelos conceitos teórico-metodológicos deste trabalho.

Como tratamos do problema das distorções históricas, das representações variadas e distorcidas acerca do cangaço, entendendo essa questão como um problema de ordem jornalística e da produção do conhecimento (fixado em determinações culturais de gênero, raça, classe etc), entendemos que este problema é resolvido empiricamente pelo esforço do livro de Barreira e Negreiros em resgatar e utilizar análises midiáticas para explicar seus próprios caminhos jornalísticos distintos. Nesse sentido, tal prática jornalística aparece a fim de desconstruir e reconstruir verdades e sentidos fixados por essas representações anteriores, ao questionar tais narrativas pelo caráter romantizado, distorcido, sensacionalista, de naturalização da violência — sendo esses diversos aspectos verificados nas notícias, filmes, novelas e demais produções, que, portanto, fixavam diversos sentidos que liam o Cangaço de maneiras violentas, discriminatórias, alimentando essas perspectivas e discursos socialmente.

Entendemos, com isso, que ainda que a atuação do bando tenha sido negativa, violenta em vários sentidos — por ter causado mortes, crimes brutais e naturalizado a violência, principalmente contra mulheres — tais leituras sobre esse fenômeno reproduziam um olhar estereotipado e criminalizado sobre a população do sertão, sobre a pobreza e especialmente sobre as mulheres nesse contexto, alimentando as desigualdades, a marginalização social, o abandono e descaso do Estado e das políticas públicas contra as pessoas envolvidas nessa realidade. Portanto, essas questões aparecem com frequência, apontadas por Barreira e por Negreiros a fim de apontar e recomendar representações mais plurais, contextualizadas, esclarecedoras e representativas desse contexto. Essa finalidade é esclarecida por Adriana Negreiros, em entrevista concedida para esta pesquisa. Ao descrever o processo que a levou à empreitada de biografar Maria Bonita e mais mulheres do Cangaço, Negreiros (informação verbal) conta que pretendia “desconstruir verdades estabelecidas” sobre o Cangaço, e em seu caso, principalmente tais verdades fixadas acerca das cangaceiras. Com isso, a jornalista declara que possui um posicionamento jornalístico focado em jogar luz sob acontecimentos e relatos silenciados e distorcidos nas representações anteriores. “Minha perspectiva é muito mais nesse sentido de escrever sobre algo a respeito do qual não se dava atenção, não se olhava. Quando você não ilumina uma parte da história por uma questão sexista, você deixa um vácuo e nesse vácuo se proliferam as fantasias todas”, argumentou Negreiros (informação verbal).

Nesse sentido, o livro de Negreiros (2018) traz resgates históricos de anúncios publicitários e mensagens da imprensa da época que reproduziam os valores sociais dos papéis a serem exercidos por mulheres, tal como um anúncio publicado em jornais cariocas que mencionava as funções de “esposa e mãe” enquanto “máximas expressões” (p. 15), bem como outro artigo que argumentava: “Deixa ao homem a política; nela é preciso mentir, trair, enganar e muitas outras coisas mais, onde não poderás rivalizar com o sexo forte. Votar? Queres fazer o destino do país? Ilusão! Se nem o nosso próprio destino nós pudemos fazer!’ esbravejava Cláudia [...] ‘Não preciso dizer-te qual é tua arma mais poderosa, mulher: é o beijo!” (NEGREIROS, 2018, p. 15).

Como veremos com mais profundidade no tópico que identifica as categorias da Análise de Enquadramento, veremos que esses quadros configuram inclusive uma Recomendação de Tratamento, conforme as categorias definidas por Entman (1993). E em seguida, iremos ainda avaliar como esse enquadramento se relaciona com a proposta da perspectiva feminista aplicada ao olhar e à construção da narrativa jornalística sobre a experiência de mulher

(WILSHIRE, 1997; RAGO, 2019; VEIGA DA SILVA, 2014). Com isso, nos encaminhamos nesse momento a apresentar os resultados da análise narrativa, dentro das categorias empregadas.

Análise narrativa: o contexto e os valores simbólicos do sertão e do cangaço como chaves de leitura

Em comum, verificamos uma construção narrativa que gira em torno dos valores simbólicos gerados sobre o fenômeno do Cangaço. Tais valores, ao serem traduzidos e construídos nas obras analisadas, demonstram estar ligados às representações e imaginários sociais formados sobre o fenômeno, pela sociedade, pelo próprio bando acerca de si mesmos, pela imprensa e por diversas produções da indústria cultural, tais como notícias, fotografias, produções cinematográficas, criações e tendências da moda, entre diversas formas de representações simbólicas e midiáticas do cangaço.

Nessa construção narrativa, o caráter mítico com que a saga de Lampião e Maria Bonita, e demais integrantes do bando, é uma importante chave de leitura e de reconstrução dessa história em ambos os livros analisados. Nessas narrativas, esse valor de mito contorna o Cangaço como se fosse uma ficção, uma lenda popular formada por heróis e anti-heróis, dotada de significados, símbolos e arquétipos que compõem o imaginário popular — especialmente da população sertaneja que vivencia os diversos elementos culturais envolvidos no cangaço — em suas formas de pensar e memorizar o Cangaço. Com isso, a maneira fantasiosa e fantástica com a qual o ‘mito’ real do Cangaço circula ao longo da história e desse imaginário desperta diversas emoções que engendram esses significados: o fascínio, o suspense, o caráter assustador e ao mesmo tempo heroico.

Dessa forma, essa narrativa é ponto de partida em ambos os livros, conduzindo toda a construção dessas reportagens numa direção que atravessa diversos valores envolvidos na significação social, histórica e midiática do Cangaço. Dessa maneira, em “Maria Bonita: sexo, violência e mulheres no Cangaço”, de Adriana Negreiros (2018), a jornalista assume desde as primeiras páginas o caráter de reescrita da experiência vivida no Cangaço. Para ingressar no caminho do livro que demistifica e questiona o silenciamento das mulheres nos registros históricos anteriores, a jornalista abre o livro justamente a partir da ideia simbólica dos ‘mitos’ e fantasias que contornam esse contexto.

Logo no prólogo, após descrever brevemente a maneira como Maria Bonita e as mulheres cangaceiras eram ignoradas pela imprensa da época, Negreiros já explora a forma como foram construídos os valores simbólicos e fantasiosos sobre a líder e as integrantes, na ausência de relatos mais fidedignos e da escuta de suas próprias vozes pelos jornais: “Esse obscurecimento [da imprensa e da falta de espaços para os relatos femininos] não impediu que, por outro lado, Maria Bonita fosse ganhando **ares de mito** depois de sua morte.” (NEGREIROS, 2018, p.8). Em outro trecho, a jornalista utiliza o mesmo termo para se referir aos significados associados à Lampião pela imprensa e pela sociedade: “A entrevista de Otacílio Macedo e as fotos de Lauro Oliveira transformariam Lampião em celebridade nacional, **figura com ares de mito** que logo seria explorada pela indústria do entretenimento”. (NEGREIROS, 2018, p.26, grifos nossos).

No mesmo sentido, Barreira (2018, p.14) dedica boa parte do primeiro capítulo de seu livro para caracterizar a “ficção coletiva” que girava em torno do casal de cangaceiros. Essa caracterização também localiza e sugere a maneira como contexto histórico e cultural do país, na época do Cangaço, levou à construção simbólica dessa narrativa. Além disso, reafirma o olhar já mencionado nos tópicos anteriores, que considera a importância das transformações históricas e culturais nas formas de pensar e conhecer o Cangaço.

A união da dupla e o cotidiano entre seus seguidores **apresentou ao país, preocupado em ser moderno, uma forma diferente, assustadora e sedutora, de viver. Gênio militar inato, galanteador, sábio, pernóstico, malvado, justo. Quantas pessoas foram capazes de reunir tantos defeitos e qualidades?** Quantas mulheres abandonaram tudo para seguir o grande amor, arriscando a própria vida? Testemunhada, contada, recontada, reescrita, a história de amor entre Lampião e Maria Bonita, **um legítimo romance de aventura, só podem ser projetados como ficção coletiva**, erguido sobre as fundações deixadas por tantos outros narradores que se aventuraram a contar sua história. (BARREIRA, 2018, p. 14, grifos nossos).

O ponto de distinção dessa narrativa, entre os dois livros, é justamente a prioridade dada, no livro de Negreiros (2018), à narrativa dos valores associados às mulheres — enquadramento que permite observar, questionar e contrapor os silenciamentos e distorções ligadas aos estereótipos da dominação masculina sobre elas, sobre os quais trataremos mais adiante. No entanto, desde já salientamos a verificação de possíveis perdas, lacunas e distorções deixadas em um enquadramento que não inclui necessariamente a perspectiva feminista, como é o caso do livro de Barreira (2018). Tais distorções ocorrem, a exemplo do trecho anterior, quando o jornalista se refere ao casal Lampião e Maria Bonita com termos como “história de amor”;

“umlegítimo romance de aventura”; e sugere que mulheres “abandonaram tudo para seguir o grande amor” (BARREIRA, 2018, p.14).

Tais classificações e simbolismos ligados ao amor romântico e idealizado, ainda que sejam alegorias utilizadas pelo jornalista para caracterizar as representações sociais da época — se não bem esclarecidas —, podem obscurecer do relato o fato de que a relação entre Lampião e Maria Bonita também envolveu diversas violências, físicas e simbólicas, sofridas por ela pela dominação de Lampião sobre a esposa, em meio a uma organização social — tanto daquele contexto em geral quanto das regras internas do bando — que determinava mulheres deveriam ser propriedades e submissas aos homens. Essas práticas sociais, também presentes no Cangaço com imposições e abusos masculinos brutais sobre as mulheres, são pontuadas ao longo do livro de Negreiros (2018) como parte fundamental desta realidade. Dessa maneira, a ideia de amor entre o casal é desmistificada pela jornalista, com a ressalva de narrar, em alguns momentos, registros em que foram percebidos certos momentos de cuidado afetivo e paixão entre o casal líder do Cangaço.

Portanto, é na linha de construção desses valores simbólicos que apresentamos esta análise, partindo de dois livros que se propõem a revisitar e desconstruir os elementos que fizeram dessa história uma “ficção coletiva” (BARREIRA, 2018) ou protagonizada por figuras com “ares demito” (NEGREIROS, 2018). A seguir, detalhamos um pouco mais cada um desses valores, classificando e interpretando-os dentro das seguintes subcategorias, que se mostraram predominantes na leitura: a) valores místicos e religiosos; b) valores de poder e governança.

Torna-se fundamental ressaltar que verificamos, no desenvolvimento desses valores ao longo dos livros, a forte presença de paradoxos e de oposições. Por exemplo, nos valores místicos, os livros narram como Lampião era, em alguns momentos, ligado e fiel à religiosidade cristã; e em outros, como era considerado o próprio diabo pela população. Nos valores de poder verificamos a classificação de integrantes do bando ora como justiceiros, ora como assassinos brutais. E, neste caso, pontuaremos ainda os valores ligados às experiências das mulheres, que, por conta do problema de silenciamento e distorção levantado nessa pesquisa, foram carregadas de valores específicos decorrentes dessas lacunas históricas e da ordem masculinista que imperava sobre aquela realidade e sobre os relatos a partir dela. Essa questão reafirma a complexidade presente no processo de significação social e simbólica do Cangaço, sendo que a leitura e narrativa dos livros guiada por um olhar dos dias de hoje, com as lentes contemporâneas que observam os valores simbólicos e culturais como parte fundamental dessa

realidade (HALL, 1993; MOTTA, 2013).

Valores místicos e religiosos: cangaceiras e cangaceiros entre o deus e o diabo

Os valores místicos e espirituais, gerados pelo sincretismo religioso e os costumes ligados à fé à religião no sertão, aparecem com frequência em ambos os livros. A importância dada a esserectore religioso está associada ao cenário social e cultural da época, na medida que contextualizam um território acometido pela miséria, pela fome, pelo abismo social que deixava tantas famílias sertanejas em uma vida rural precarizada. Dessa maneira, as reportagens demonstram como a religiosidade surgia como alternativa de apoio e suplício emocional para que as pessoas passassem por situações de dificuldade extrema de sobrevivência. Tal como demonstra Barreira (2018), sobre a relação de catástrofe social associada à religiosidade:

Em 1915, o Nordeste enfrentou uma seca catastrófica. Pelo menos 100 mil pessoas morreram, outras 250 mil migraram. No Ceará, as autoridades contabilizavam 150 mortes por dia – e os efeitos da devastação se faziam sentir por todo o sertão. Com a perda dos animais e das colheitas, famílias abandonavam suas casas em busca de abrigo e comida nas capitais. [...] Em Serra Talhada, os Ferreira conseguiram permanecer em suas terras, mas José e parte da família, como milhares de sertanejos, **decidiram seguir em romaria a Juazeiro do Norte, em busca da bênção do Padre Cícero Romão Batista, chefe político e ícone religioso da região, atrás de consolo, pagamento de promessas e de um milagre que garantisse a volta da chuva** – uma jornada de quase 400 quilômetros, ida e volta. Ao retornarem, já no fim do ano, deram pela falta de parte do mirrado rebanho de cabras e de alguns chocalhos (BARREIRA, 2018, p.43-44, grifos nossos).

Dessa maneira, essa narrativa segue contextualizando uma terra e num tempo de poucas perspectivas de vida, em que os detentores do poder (governantes, políticos, proprietários de terras e, em certa medida, o próprio Lampião) se apropriavam dessa condição da população para exercer mais domínio, simbólico, financeiro e político. E esse domínio foi, inclusive, exercido a partir dos aspectos religiosos e místicos associados aos poderosos. Como mostram os livros analisados, isso ocorre na medida que Lampião se associa a políticos, coronéis e governantes, reunindo acordos que mantinham os cangaceiros ‘protegidos’ na medida que controlavam territórios, inclusive por meio da violência, de interesse desses poderosos. Dessa maneira, tais acordos de proteção política eram por vezes associados, popularmente, a uma ‘proteção espiritual’ associada ao cangaceiro e a todo o bando, seja essa proteção de deus ou do diabo. Tal como demonstra Negreiros (2018):

Sempre que Lampião escapava de armadilha ou saía ileso de intenso tiroteio, reforçavam-se os boatos sobre **seus poderes mágicos e negócios com o Capeta**. Entre os soldados, corria a lenda de que o capitão tinha poder de se tornar invisível, era adivinho e conseguia pressentir o perigo, o que fazia com que muitos oficiais evitassem, a todo custo, encontrar-se com ele. Seu cabelo desgrenhado, na altura dos ombros, **reforçava as suspeitas dos que o imaginavam descendente de Lúcifer**. Macacos e cangaceiros pertenciam ao mesmo universo místico do sertão nordestino e, desse modo, partilhavam de idênticas crenças no maravilhoso. **Acreditava-se que o Rei do Cangaço sabia ler as estrelas, previa chuva e seca, podia traduzir os sons da caatinga** — mugido de boi, piado de coruja e rugido de onça — e interpretar os sonhos. **Parte do respeito que Lampião impunha a seus cabras estava relacionada à sua fama de detentor de sexto sentido. Reputação na qual ele próprio acreditava**. Virgulino levava muito a sério os avisos da natureza e do além. **Aos talentos sobrenaturais do Rei do Cangaço se somariam, ainda, as bênçãos de padre Cícero [líder católico de grande poder e influência social e política sobre o sertão nordestino brasileiro, por volta de 1900 a 1930]. Segundo a história que corria em toda a caatinga, Lampião tivera o corpo fechado pelo sacerdote**, razão pela qual balança nenhuma poderia matá-lo. O fechamento, contudo, não seria definitivo. Algumas atitudes poriam o feitiço a perder (NEGREIROS, 2018, p. 137, grifos nossos).

Tais superstições e crenças, nas quais o próprio bando acreditava e mantinha em sua rotina, também demonstram estar presentes, segundo os relatos de Negreiros (2018), nas crenças fixadas pelos homens cangaceiros acerca das suas companheiras, sobre as quais exerciam relações de dominação e posse. Dessa maneira, essa dominação ocorria também pelo viés místico e religioso que mantinham sobre elas, num contexto social já estruturado na dominação masculina no poder político e religioso:

Com a execução de Cirilo de Engrácia, Joana Gomes — a cangaceira Moça acabou se juntando a Jacaré. Passaram-se poucos meses da união até que Jacaré também tombasse morto. **Os cabras começaram a achar que Moça dava azar e, em vez de assassiná-la, como certamente ocorreria se estivesse sob as ordens diretas do capitão, Corisco decidiu pela sua expulsão do bando**. Talvez o azarento fosse Benjamin Abrahão, **mas ninguém considerou essa possibilidade (“dar azar” parecia ser uma prerrogativa das mulheres)** (NEGREIROS, 2018, p. 206).

Valores de poder e governança: de heroínas e justiceiros, a guerreiras e bandidos

Na esteira desses valores demarcados pela construção narrativa, um dos principais pontos é a questão de poder atribuída principalmente a Lampião, cuja representação social transita entre a promoção de justiça social e a conduta de violência brutal. Assim, ao mesmo tempo em que os atos do bando foram associados à violência e brutalidade, também são associados a um certo protesto social e à ideia de ‘fazer justiça’, por conta do enfrentamento injustiças

sociais e a ordem de poder até então vigente no sertão, concentrada em proprietários de terra e autoridades militares. Essa ideia evoca uma certa inversão de poder em que sua cultura popular, sua origem pobre e sua ausência de obediência às leis (que eram também injustas e violentas com aquelas populações). Tal como ressalta Barreira (2018): “Os cangaceiros formavam uma espécie de aristocracia sem terra no sertão. Tinham , e carregavam , muito dinheiro , gostavam de ostentar ouro e joias. Os soldados trataram de saquear os corpos” (BARREIRA, 2018, p.31).

4.6 Análise de enquadramento midiático

A partir das constatações apresentadas até aqui, ingressamos na análise de enquadramento midiático, por meio da qual categorizamos os livros analisados dentro dos quadros definidos por Entman (1993): “definição de um problema particular, interpretação de causas, avaliação moral, e/ou recomendação de tratamento” (ENTMAN, 1993, p. 52, tradução nossa). Paralelamente, definimos categorias temáticas que foram associadas a esses quadros, permitindo verificar as temáticas principais sobre as quais os livros caracterizam problemas, causas, julgamentos morais e soluções apontadas. Assim, elaboramos as seguintes categorias temáticas, com foco na perspectiva feminista aplicada ao jornalismo contextualizado como questão principal desta pesquisa: dominação masculina; submissão feminina; silenciamento de mulheres; violência sexual; inferiorização das mulheres; resistência feminina; presença de mulheres no cangaço e naturalização da violência.

a) Definição do problema: silenciamento e distorções

Propondo a reconstituição da história da famosa cangaceira, a obra parte do questionamento sobre a falta de informações sobre a vida dela, tendo sido frequentemente silenciada ou retratada apenas como ‘a mulher do Lampião, Rei do Cangaço’ nas coberturas jornalísticas tradicionais da época. Com isso, a jornalista se propõe a construir, no livro, um relato “do papel dessas mulheres em um universo marcado pelo domínio masculino”, como apresenta na contracapa (NEGREIROS, 2018).

Na categoria da definição de problema, o próprio processo de silenciamento das mulheres

nos relatos históricos, ponto principal problematizado nesta pesquisa, é a temática mais frequente e predominante na narrativa construída em “Maria Bonita: sexo, violência e mulheres no Cangaço”, de Adriana Negreiros (2018). Essa problematização é foco do livro de Negreiros, que se assume quase como um relato com olhar inéditos sobre as cangaceiras, por questionar esse silenciamento e torná-lo ponto de partida de uma reportagem voltada especificamente a revelar os relatos ocultados das cangaceiras, tal como propõe em sua contracapa:

Depreciadas em seus discursos, relegadas a um plano inferior, essas mulheres tiveram seu papel como personagens históricas no fenômeno do cangaço. Adriana Negreiros **encarou o desafio de juntar pistas e seguir o rastro de Maria e suas companheiras de bando. O resultado é um relato impressionante e inovador do sertão brasileiro** dos anos 1920 e 1930 - e do papel dessas mulheres em um universo marcado pelo domínio masculino (NEGREIROS, 2018, contracapa, grifos nossos).

Partindo desse ponto, o problema das lacunas de registros sobre as cangaceiras conduz todo o processo da reportagem em torno do debate e resolução desse problema principal. Assim, como intuito investigativo de identificar e reformular o obscurecimento dessas experiências femininas, Negreiros (2018) percorre a realidade do Cangaço demonstrando, ao longo de todo o livro, como várias dessas práticas de silenciamento operavam em diversas situações, práticas e representações sociais. Dessa maneira, esse quadro abre o livro assim que a jornalista analisa a maneira como a representação e os valores em torno de Maria Bonita atravessaram a história e, até os dias de hoje, resguardam uma visão romantizada e distorcida em função desse silenciamento definido como problema. Nesse sentido, o início do livro descreve como a ampla popularização em torno da sua figura também guarda, na verdade, o silenciamento feminino nas maneiras como o cangaço foi registrado e noticiado:

A forma como Paulo Afonso homenageia Maria Gomes de Oliveira, a Maria Bonita, é uma metáfora da **maneira dúbia como ela entraria para a história: por um lado, como se vivesse permanentemente à sombra do marido, despertou pouco interesse por parte de contadores da história do cangaço**, fenômeno de banditismo rural que teve na figura de Lampião a sua mais famosa expressão. Os jornais dos anos 1930, apressados em narrar as crueldades e ações espetaculares do Jaguar do Nordeste, **não consideravam a existência de sua esposa digna de pauta. A memória da Rainha do Cangaço na imprensa da época é imprecisa, precária e fantasiosa** (NEGREIROS, 2018, p. 7, grifos nossos).

Nesse enquadramento, a jornalista narra com frequência aspectos da hierarquia do Cangaço e do sertão, em seus **costumes e regras sociais que inferiorizavam e deslegitimavam as cangaceiras**, de modo que, na organização social do bando e também nas relações de poder do

sertão, suas próprias vozes, opiniões e percepções não eram tidas como legítimas, ou seja, eram privadas de espaços para se manifestar livremente, serem escutadas e participarem ativamente daquela realidade.

Na esteira de caracterizar esse problema do silenciamento de mulheres, o livro de Negreiros (2018) demonstra que essa questão decorre da posição e dos papéis sociais que as mulheres ocupavam no Cangaço. Nesse contexto, é identificada a presença de mulheres como propriedades adquiridas pelos homens, que continuavam a ditar a lógica social do bando, inclusive determinando a maneira como as mulheres deveriam se relacionar e se submeter a eles. Isso demonstra, portanto, uma ausência de escolhas de vida e ausência de vozes naquele espaço, acarretando na ausência de vozes femininas nos registros e relatos acerca dessa realidade.

Como regra, depois da morte de seus maridos, **as mulheres ficavam à disposição dos outros cabras, como um patrimônio sem herdeiro certo. Um cangaceiro solteiro poderia, se quisesse, pegar a moça para ele.** Se houvesse mais de um interessado, que resolvessem a disputa entresi,amigavelmente. **Caso não despertasse o interesse de ninguém, o mais recomendável era que fosse morta, pois, caso voltasse para casa, poderia entregar os segredos do grupo para a polícia. A presença de mulheres solteiras era rigorosamente proibida no bando. Só ficava ali quem tinha dono.** Embora fossem raros, havia casos em que uma mulher podia ser transferida de um homem para outro, sem que o antigo proprietário precisasse estar morto para isso (NEGREIROS, 2018, p.127-128).

Com essas investigações e constatações, a jornalista fundamenta a maneira com que a “versão romântica e justiceira de Maria Bonita” foi apropriada e comercializada culturalmente, ilustrando novelas, desfiles de moda, propagandas e diversos produtos da indústria cultural que representavam as cangaceiras até mesmo como figuras feministas, embora tenham ainda sido por vezes cúmplices de estupros e práticas violentas contra mulheres, naturalizadas no cangaço. Da mesma forma, tais narrativas midiáticas idealizavam o amor romântico entre Maria Bonita e Lampião, apesar da relação também ter sido repleta de abusos e agressões por violência de gênero, como demonstram as verificações e relatos ao longo do livro-reportagem.

Com isso, por mais que tenham gerado visibilidade para a presença de mulheres cangaceiras, tais representações foram definidas ainda numa lógica de dominação masculina, construídas a partir de relatos de homens. Percebemos, então, que isso gerou narrativas que favorecem a experiência feminina apenas como apêndice deles, e pouco questionam os privilégios, o poder e controle deles sobre as cangaceiras, ainda que elas fossem fortes e destemidas, em

certa medida.

Essa problemática reflete marcas das concepções masculinistas ao longo da História, por exemplo, em momentos de comum adoração de divindades femininas na Antiguidade, ou nas práticas de culto à natureza associada ao feminino, nas sociedades agrícolas primitivas. Apesar desse prestígio, representações como essas não chegaram a representar rupturas significativas na ordem da dominação masculina, à medida que ainda eram associadas a papéis específicos associados ao Outro. Eram figuras frequentemente manipuladas e consolidadas por homens, não arriscando a soberania masculina sobre o poder político, sobre a racionalidade e tomada de decisões (BEAUVOIR, 1970). Assim como exemplifica Beauvoir (1970, p. 93): “eles se ajoelham diante do Outro, adoram a Deusa-Mãe. Mas, por poderosa que seja, é através de noções criadas pela consciência masculina que ela é apreendida”. A autora demonstra historicamente que:

Condenada a desempenhar o papel do Outro, a mulher estava também condenada a possuir apenas uma força precária: escrava ou ídolo, nunca é ela que escolhe seu destino. (...) São eles que decidem se as divindades supremas devem ser femininas ou masculinas. O lugar da mulher na sociedade é sempre eles que estabelecem. Em nenhuma época ele impôs sua própria lei (BEAUVOIR, 1970, p. 97-98).

Assim, a leitura da experiência das cangaceiras sob essa ótica leva Negreiros (2013) a demonstrar, ao longo do livro, a maneira como a narrativa de Maria Bonita foi construída conforme as determinações da visão masculina e dominante, o que provocou a ausência de relatos próprios fornecidos pela líder cangaceira enquanto esteve viva. E somente a partir da espetacularização midiática da sua morte — em decorrência do extermínio do bando por policiais — é que a figura da cangaceira foi construída em torno da ideia de guerreira, batalhadora e subversiva. Nesse processo, a reportagem registra uma das primeiras vezes em que ela foi apelidada como Maria Bonita — nome que segundo as versões apuradas no livro, era desconhecido entre os cangaceiros. Assim, o apelido aparece de forma quase inédita na carta escrita pelo Tenente João Bezerra, oficial da Polícia Militar de Alagoas que deixou sua marca na história por ter ordenado a operação responsável pela morte do casal e de mais cangaceiros, conforme relata o livro:

João Bezerra produziria, ali, um dos mais importantes documentos da história do cangaço. Não apenas por informar oficialmente a surpreendente morte de Virgulino Ferreira da Silva, mas por tratar sua mulher, pela primeira vez em registro, pela maneira como seria eternizada: Maria Bonita. No bando, Maria Bonita nunca foi tratada como tal. [...] O apelido era de conhecimento do oficialato, razão pela qual João Bezerra,

ao ditar o telegrama, o tenha empregado para identificar a cangaceira. [...] Seja qual for a versão correta, o fato é que, a partir do dia 28, Maria de Déa seria definitivamente substituída por Maria Bonita (NEGREIROS, 2018, p. 252).

Portanto, esse fenômeno demonstra de maneira representativa o silenciamento, que neste caso se atenua ao ser construído com o silêncio póstumo da cangaceira, a partir do qual é gerada uma personagem mitificada conforme as crenças sociais e os valores atribuídos a ela pela imprensa e diversos meios, com o intuito de tornar o cangaço uma história cada vez mais atrativa, exótica e espetacular. Dessa maneira, essa mudança de papéis de Maria Bonita é sintetizada na última frase, que fecha o capítulo final do livro: “Quando Maria Gomes de Oliveira morreu, nasceu Maria Bonita” (NEGREIROS, 2018, p. 248).

Levando esta análise, de forma secundária, para o livro de Barreira (2018), verificamos que a definição de problema é construída de forma distinta, uma vez que o ponto focal do jornalista se difere do foco de Negreiros (2018) em desdobrar a representação das mulheres. No caso do livro de Barreira (2018), a definição de problema demonstra focar justamente na maneira como o Cangaço se tornou um fenômeno, mítico, fantasioso e repleto de valores simbólicos próprios, tal como pontuamos nos tópicos anteriores. Após percorrer, no primeiro capítulo, os contornos da narrativa, dos registros históricos e da memória do Cangaço que o tornaram esse fenômeno, os capítulos seguintes já narram o episódio do extermínio dos cangaceiros. Nesse ponto, é interessante notar como o enquadramento entre os livros analisados se modifica pela ordem na qual cada livro conta a histórica morte de Lampião e Maria Bonita: Barreira (2018) prioriza o episódio para contá-lo nos capítulos iniciais; enquanto Negreiros (2018) deixa o cangaço para o último capítulo. Assim, Barreira (2018) retrata, na última frase do terceiro capítulo, o aspecto fundamental e representativo de Lampião que levou à ruína do Cangaço com a morte do líder, deixando diversos legados e significados observados ao longo do livro pelo autor:

O cangaço, depois da morte de Lampião, **era apenas a sombra do que fora. Sem o grande estrategista e intermediário para a compra de armas e munição, a atividade perdera o sentido.** A guerrilha, o banditismo nômade e rural cuja origem moderna remonta ao fim do século XIX e que sempre foi restrito aos estados do Nordeste, em especial ao sertão, **com sua estética, valores e princípios próprios, que os distanciava dos criminosos comuns, tinha chegado ao fim** (BARREIRA, 2018, p.35, grifos nossos).

Com esse enquadramento, portanto, Barreira (2018) demonstra pontuar no simbolismo deixado pelo fim do cangaço, expondo essa maneira dúbia com a qual o cangaço foi um

fenômeno finalizado brutalmente e sem outras sucessões, após a morte de Lampião e Maria Bonita, mas que se prolongou e foi sendo resignificado na memória coletiva. Esse prolongamento póstumo do cangaço também é pontuado, em ambos os livros, pelo fenômeno da exposição das cabeças degoladas do casal após a morte, demonstrando a extrema naturalização e espetacularização da violência, que fez com que, após matarem e degolarem os cangaceiros, os oficiais da polícia e demais autoridades promovessem verdadeiros desfiles assistidos e aguardados pela população.

As cabeças de Lampião, Maria Bonita e outros nove cangaceiros jaziam nas escadarias naquele 28 de julho de 1938 porque, **para além do discurso e da barbárie, era preciso mostrar à população que o Espantalho, o Terror, o Governador dos Sertões, O Homem, o Rei dos Cangaceiros não existia mais.** Morta a mais icônica liderança do banditismo rural do Nordeste, comandante incontestado do cangaço por duas décadas, não havia mais a quem aterrorizar, fora os paisanos que presenciavam a cena (BARREIRA, 2018, p.22, grifos nossos).

A maneira como ambos os livros retratam esse e outros vários momentos, em que a violência brutal foi banalizada e tratada de forma corriqueira pelos cangaceiros e pelas autoridades da época, demonstram ainda que a naturalização da violência é uma das principais temáticas contextualizadas e enquadradas. No livro de Barreira (2018), essa questão parece representar o quadro principal de características simbólicas do cangaço. Já no livro de Negreiros (2018), o tema parece ser direcionado à construção do pano de fundo desse fenômeno, a partir da qual se acentua a dominação e violência brutal contra mulheres. Tal como narra a jornalista sobre um dos crimes mais simbólicos e brutais causados comumente contra mulheres pelos cangaceiros: a prática de marcar mulheres sertanejas com ferro quente.

Depois de esquentar o objeto no fogo em brasa, pressionava - o contra a face, a genitália, a nádega ou a panturrilha de suas vítimas, todas do sexo feminino. O ferro incandescente fazia liberar forte cheiro de carne queimada e marcava as mulheres em definitivo, como ocorrera, segundo a edição de 11 de junho do jornal A Noite, com a jovem Maria Felismina, da localidade de Várzea da Ema, na região de Santo Antônio da Glória. Uma foto de perfil de Maria, morena de cabelo curto, nariz empinado e sobrelha grossa, ilustrava a matéria: logo abaixo da orelha, a marca com as iniciais JB (NEGREIROS, 2018, p. 22).

Na parte final do livro, novamente esse crime é lembrado, e indica os estereótipos machistas que levavam a marcar mulheres tidas como fora do padrão estabelecido:

Maria Felismina, a sertaneja marcada no rosto com ferro em brasa pelo cangaceiro Zé Baiano. Para receber a punição, que também poderia ser na virilha, nas nádegas e nas coxas, bastava que as mulheres tivessem cabelos curtos e usassem vestidos acima do joelho (NEGREIROS, 2018, p. 267).

b) Interpretação de causas

Contexto e costumes da dominação masculina e submissão de mulheres

Nesta categoria, percebemos que esses quadros desdobram e aprofundam os problemas já definidos, no sentido de esmiuçar as características e aspectos que motivavam as práticas opressivas socialmente difundidas contra mulheres. Nesses parâmetros, a categoria de objetificação feminina, incluindo os estereótipos acerca de mulheres, aparece como assunto predominante sob o qual essas causas são caracterizadas no livro.

Sendo que, em segundo lugar, predominam a contextualização histórico-cultural e a identificação de produções simbólicas entre as formas principais de situar essas causas do problema. Nesse sentido, o livro detalha diversas práticas e discursos que circulavam socialmente na época, investigando como eles alimentavam tais opressões contra mulheres. O relato demonstra que embora a primeira onda feminista mundial estivesse começando a inspirações no Brasil, nos anos 20, os estereótipos femininos ainda predominavam mesmo no Rio de Janeiro e no sertão nordestino. Sendo assim, a jornalista contextualiza como os estigmas ainda se mantinham:

Maria de Déa era, portanto, em quaisquer circunstâncias, uma mulher de comportamento transgressor. De uma senhora casada, **ainda que insatisfeita com o relacionamento, esperava-se nada além de cega obediência ao marido.** Mesmo no Rio de Janeiro – onde fora fundada, em 1922, a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino – **a subserviência, a ausência de ambição e a dedicação à vida doméstica eram valores abertamente associados às mulheres** (NEGREIROS, 2018, p. 15, grifos nossos).

A partir dessa contextualização, o quadro de interpretação de causas voltado para as razões e origens que engendram a regra da submissão de mulheres se desenvolve, ao caracterizar cada vez mais os traços o funcionamento dessa ordem dentro do Cangaço. Por meio desse quadro frequente no livro, categorizado e encontrado diversas vezes sob a categoria da submissão feminina, a jornalista fundamenta sua definição de problema ligada ao silenciamento das mulheres. Isso ocorre ao demonstrar que, ao contrário desses relatos distorcidos que difundiam a ideia de direitos iguais entre homens e mulheres do Cangaço, tais regras e práticas sociais de submissão feminina se reproduzem nas regras internas do bando e se materializavam em frequentes abusos físicos, sexuais e simbólicos — com duras penas para as mulheres que questionassem essa submissão (a morte, por exemplo, verificada em diversos casos de feminicídio de cangaceiras pelos próprios companheiros).

É possível que a Pantera Negra dos Sertões tratasse bem sua mulher por sabero quanto, em segredo, era invejado por outros rapazes. Afinal, a mulher mais desejada entre as cangaceiras pertencia a ele. E pertencia mesmo. **No bando, quer tratassem suas mulheres com mesuras, quer as agredissem fisicamente, os cangaceiros as consideravam suas propriedades. O código cangaço previa que as mulheres deviam fidelidade e submissão a seus companheiros**, sendo permitido a eles, quando se sentissem contrariados, penalizá-las da forma que melhor lhes aprouvesse. Com a morte, inclusive (NEGREIROS, 2018, p. 75-76).

Ao demarcar esses costumes, o livro de Negreiros (2018) ressalta a relação de poder inusitada e incomum que havia entre Maria Bonita e Lampião: apesar da cangaceira ser tratada como submissa em diversos momentos pelo companheiro, a relação era marcada pela inusitada credibilidade e influência da líder com o rei do cangaço. Como relatado no livro, era comum que ele a escutasse e deixasse com que a esposa intervisse em suas decisões diversas vezes, inclusive sobre as regras e condutas do bando. No entanto, esse elevado poder de Maria Bonita — que era inferior e excepcional em relação à inferioridade com que as outras cangaceiras eram situadas — também era frequentemente questionado pelos outros homens, sinalizando as regras sociais já naturalizadas nesse meio. Exemplo disso foram as situações descritas entre Lampião e o cangaceiro Corisco, esposo de Dadá, com a qual formaram um casal de cangaceiros também marcante na história. Os conflitos entre os dois bandoleiros envolviam, entre outras questões, as discordâncias em relação à submissão feminina de suas esposas:

Em público, sempre que possível, Corisco ressaltava as boas características de Dadá, **todas ligadas à submissão**. Considerava-a mulher mais certa que Maria de Déa. Por mais que evitasse conflito com Lampião, Corisco tinha suas reservas a algumas atitudes do chefe. **Achava que ele se deixava controlar por Maria**, cujas arengas criavam dificuldades no relacionamento entre os asseclas. [...] Antes de se despedir do chefe, que acabaria por partir na frente, o Diabo Louro o aconselhara a refletir sobre a autoridade da companheira. **“Homem governado por mulher não dá certo. Minha mulher fala, mas fala pouco”, recomendara. Ao ouvir aquilo, ainda segundo o relato de Dadá, a mulher de Virgulino ficaria humilhada.** Ou “toda tapeada”, conforme suas palavras. O posto de Rainha do cangaço submetia Maria de Déa a rasteiras como aquela, vindas de todas as partes (NEGREIROS, 2018, p. 131-132, grifos nossos).

E, conseqüentemente, conforme esse quadro se desenvolve no livro, essa insignificância e falta de credibilidade atribuída às mulheres gerava a falta de registros e a falta de relatos femininos nos vários processos de significação no cangaço — na imprensa, na indústria cultural e nas crenças sociais — tal como já citamos aqui sobre os questionamentos do livro acerca dessas representações.

Em seguida, voltando a abordar mais a realidade singular das cangaceiras e cangaceiros, o quadro de causas também demonstra o esforço jornalístico de retratar as razões que sustentaram a dominação masculina exercida por Lampião e por demais homens do cangaço, esclarecendo como isso impactava nos medos e tensões que afetavam mulheres. Nesse sentido, encontramos trechos como:

Na imprensa, de forma geral, observava-se um misto de revolta e admiração envolvendo a figura de Lampião. [...] No sertão, atribuía-se a invencibilidade do homem ao sobrenatural. O bandoleiro só podia ter “corpo fechado” ou “sociedade com Satanás”, dizia-se nas mercearias, feiras e inferninhos do interior. [...] Quem tivesse suas filhas que as trancasse em casa, porque aqueles demônios [os cangaceiros], tidos em todo o sertão como violadores de donzelas, estavam à solta. Já Maria de Déa podia até ter medo de Lampião. Mas tinha medo maior ainda da mesmice (NEGREIROS, 2018, p. 21).

Portanto, esse quadro permite verificar diversas maneiras com as quais a estrutura de dominação masculina operava, inclusive sobre os homens e os papéis sociais que deveriam desempenhar nesse sentido. Tal como mostra o trecho: “Aperreado com as constantes manifestações de medo por parte do rapaz, Lampião costumava dizer, em tom de suprema ofensa, que ele deveria ‘ter nascido fêmea’” (NEGREIROS, 2018, p.128).

Esses relatos acerca dos significados circulados socialmente se fazem, então, predominantes e relevantes ao contextualizar o imaginário social da época, o que abre caminho para conhecer as consequências desses pensamentos nos capítulos seguintes. A partir daí, a jornalista narra os casos de violências físicas e sexuais que os cangaceiros, policiais e diversos homens poderosos

– sem distinções se eram ‘fora da lei’ ou com respaldo de cargos e poderes públicos – cometiam contra mulheres de maneira rotineira, cotidiana, naturalizada, e frequentemente sem quaisquer formas de punições ou proteções às vítimas. Tal como narra Negreiros (2018) em várias passagens no terceiro capítulo:

[...] quanto mais resistência por parte das jovens, mais ele [Lampião] se sentia sexualmente atizado. **Virgulino tinha prazer intenso em “cobrir uma fêmea”, como se referia ao ato de estuprar uma mulher, enquanto ela chorava.** [...] Depois de dar uma surra no marido, voltou-se para a jovem e convocou seus homens a aplicar-lhe um gera — nome que se dava, no sertão, ao estupro coletivo. Por ser o chefe, não pegava fila. [...] Quando estavam acompanhados de suas mulheres, os cangaceiros evitavam as aventuras extraconjugais, o que contribuía para diminuir a ocorrência de estupros. Entretanto, se as esposas permaneciam nos acampamentos ou hospedadas na casa de coiteiros, os cabras não se furtavam às ‘brincadeiras’ — como, por vezes, denominavam o sexo, forçado ou não. [...] Para uma jovem estuprada por cangaceiro nos anos 1930 no sertão do

Nordeste não havia muito a fazer além de maldizer a própria sorte. Denunciar o crime às forças volantes seria duplamente temerário. [...] A perda da virgindade também condenava a jovemsertaneja ao preconceito. Deflorada, tinha mais dificuldades para conseguir casamento (NEGREIROS, 2018, p. 38-40, grifos nossos).

Ao revelar o estupro como um procedimento padrão, símbolo de poder ou vingança, o livro reafirma a construção social de que apenas as relações masculinas são historicamente legitimadas como recíprocas, tornando as mulheres instrumentos e objetos de trocas e disputas entre eles (BEAUVOIR, 1970). Era o que ocorria também nesse contexto do sertão, em que os cangaceiros estupravam mulheres por conta de disputas com maridos ou pais das vítimas. Como circunstâncias dessa lógica, conforme também demonstra a cobertura jornalística do livro, eram as próprias mulheres as únicas afetadas, culpabilizadas e responsabilizadas por esses crimes dos quais eram vítimas. Essa discussão revela, então, a imposição social da condição de submissão dessas mulheres, fosse aos crimes mais brutais de estupro ou ao próprio casamento, estando elas sob a posse ou controle de homens em qualquer circunstância.

Na análise prévia dos três primeiros capítulos do livro, o enquadramento de avaliação moral, correspondente aos julgamentos de possíveis culpados do problema, revela uma abordagem contextual e histórico-cultural com avaliações menos personificadas e mais voltadas para questões estruturais. Ainda assim, percebemos que há uma forte responsabilização da imprensa e dos produtos da indústria cultural, ao tratar do silenciamento feminino e das distorções públicas das mulheres cangaceiras, julgando os meios de comunicação por se valerem dessas representações com interesses comerciais, e por privilegiarem apenas os relatos masculinos dos cangaceiros como legítimos e dignos de pauta.

Em relação aos problemas localizados especificamente naquele contexto, que foram principalmente associados à violência masculina – dos cangaceiros e homens poderosos do sertão – percebemos que a avaliação torna-se ainda mais complexa de encontrar culpados específicos. Ainda que haja uma responsabilização explícita dos atos e comportamentos violentos de todos esses homens, há uma responsabilização mais significativa ao contexto histórico-cultural e às normas sociais que historicamente perpetuam essa dominação.

Neste quadro, em que identificamos possíveis apontamentos de soluções para o problema, percebemos que a apresentação do livro e os capítulos iniciais demonstram o predomínio, implicitamente, da própria abordagem feminista do livro proposta como solução para o

silenciamento feminino desse contexto. Nessa proposta, encontramos ainda um posicionamento implícito de narrar todo o sertão brasileiro e o contexto nacional da época do cangaço a partir da perspectiva feminina, assumindo um posicionamento de não tornar essas histórias reclusas apenas a relatos específicos ‘delas para elas’, mas resgatando a experiência feminina como parte fundamental e também universal deste registro histórico.

Outra recomendação de tratamento aparentemente promovida no livro é a prática de caracterizar o cangaço não só enquanto evento de banditismo rural como já é conhecido, mas sendo também uma história de violência contra mulheres. Assim, o livro demonstra admitir os próprios fatos históricos gerais como histórias de estupros, agressões e imposições sociais que afetam mulheres ao longo das épocas, mesmo quando os contextos não são especificamente sobre isso. Tal proposta reafirma a concepção de Beauvoir (1970) de que a desigualdade de gênero e a dominação masculina não tratam e nem se originam de um evento histórico específico, datado de determinado momento da História, mas fazem parte de todo o conhecimento e concepção da humanidade. Isso demonstra, portanto, que boa parte dos fatos históricos – independentemente de serem sobre determinados crimes, governos ou questões políticas específicas – são ainda histórias da própria dominação masculina, sendo também sobre violências contra mulheres em determinadas medidas, visto que a humanidade se faz historicamente masculina.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com os enquadramentos possibilitados no livro, portanto, identificamos práticas jornalísticas que operam conceitos teóricos do pensamento comunicacional acerca da importância das produções simbólicas presentes na notícia, admitindo as significações e conceitos sociais da linguagem como determinantes na maneira como os indivíduos atuam socialmente (HALL, 2016). O que se torna evidente, neste caso, na medida em que percebemos a necessidade de identificar, no campo simbólico, os valores e imaginários de poder gerados em torno dos homens do cangaço. E no campo prático, a forma como esses significados se concretizam na prática da violência de gênero, na dominação física e sexual das mulheres.

Tal leitura possibilita compreender, ainda, a “onipresença” dessa dominação, que se perpetua tanto no plano das ideias, enquanto violência simbólica, quanto no plano material, enquanto violência física e sexual, como descreve Saffioti (1994). Assim, lembramos que a desigualdade de gênero não representa somente “um conjunto mais ou menos sistemático de ideias, mas também, e fundamentalmente, de estruturas de poder”. Isso nos leva a enxergar, portanto, “a violência enquanto modalidade material de controle social e da repressão exercida através das formas “ideacionais” de socialização” (SAFFIOTI, 1994, p.444-445). Essa percepção leva a reiterar, fundamentalmente, o entendimento feminista acerca da violência sexual contra mulheres como uma perpetuação do “direito político e sexual” dos homens sobre as mulheres, operado por meio do “acesso sistemático” deles aos corpos femininos (PATEMAN, 1993, p. 16-17).

Entre os resultados das análises de narrativa e de enquadramento noticioso do livro-reportagem sobre Maria Bonita e as mulheres cangaceiras, reafirmamos que os quadros de definição de problemas e de interpretação de causas fornecem ferramentas de contextualização jornalística com perspectiva feminista. Ao definir os problemas, predominantemente, sob a temática do silenciamento de mulheres, o livro identifica todas as dimensões dessa deslegitimação feminina, desde o campo simbólico (ao desconsiderar as ideias e memórias fornecidas por mulheres) ao campo físico (ao permitir o controle e abuso dos homens sobre os corpos e vidas delas). E ao apontar as causas, esse enquadramento amplo — que articula diversas formas de violência contra mulheres — encontra uma contextualização fundamental das raízes e crenças sociais, demonstrando a forma como fixaram e naturalizaram narrativas romantizadas e distorcidas sobre as cangaceiras.

A partir desta análise, consideramos a importância da representação plural de experiências femininas não de forma isolada, mas sim contextualizadas dentro de registros da História da humanidade. Assim, tornar-se-ia possível estabelecer parâmetros de enquadramento jornalístico que rompam com a dualidade e hierarquia simbólica entre masculino e feminino, de forma a pautar as histórias das mulheres — e sua dimensão até então reclusa na vida privada — com um sentido político transformador e integral do conhecimento social. Portanto, esse tipo de relato inclui não só pautas feministas, mas inclui uma visão plural da realidade, como mostra Wilshire (1997, p.106): “Muito do que faço pode ser chamado de ‘valorização do feminino’, mas estou realmente procurando tornar plena a experiência ‘humana’ [...]”.

Portanto, consideramos que tal prática de retratar as experiências vividas por mulheres, a partir de sua dimensão política, é fundamental para a compreensão de certos fenômenos histórico-sociais, corresponde à demanda feminista de politização das vidas e corpos das mulheres. Nessa compreensão, adotamos como parâmetros norteadores as ideias de Silveirinha (2001), demonstrando que a inclusão do feminismo nas representações midiáticas leva ao desafio de politizar as vivências de mulheres, enquanto caminho fundamental para transformar a forma como suas identidades são compreendidas nos significados e subjetividades que compõem a esfera pública. Torna-se necessário, então, superar os relatos de questões femininas retratadas isoladamente, como pessoais e particulares. Como argumenta a autora:

Na verdade, o velho slogan feminista ‘o pessoal é político’ corre no risco de assumir, nos media, dimensões particulares — da simulação à privatização — que urge pensar. [...] O privilégio patriarcal é despolitizado por uma imensidão de tragédias femininas individualizadas. Com isso, os media poderão chamar a atenção das mulheres, mas não mudam a sua vida. Pelo contrário, escondem as complexidades do feminismo (SILVEIRINHA, 2001, p. 10).

Concluimos, a partir desta experiência com as ferramentas de análise utilizada nesta pesquisa de dissertação, que tais relatos femininos não devem ser isolados apenas ao tratar sobre mulheres ou sobre crimes de gênero de maneiras pontuais, mas devem ser fundamentalmente contextualizados ao resgatar de maneira geral a História da humanidade, em cada um de seus eventos particulares.

Com isso, acreditamos encontrar na Epistemologia Feminista maneiras de produzir, por meio do jornalismo, novos conhecimentos e composições da memória social acerca da historicidade humana. Abordar a experiência de mulheres, inclusive como protagonistas dos fenômenos históricos, inclui enriquecer a produção de memória e conhecimento com outros aspectos que não eram tradicionalmente apreendidos na esfera pública. A partir dos conceitos propostos, reunimos parâmetros sistematizados para o alcance da diversidade de representações sociais e identitárias na reportagem com viés histórico. A tomada de consciência do jornalismo sobre seu próprio papel na produção simbólica do mundo, pode gerar uma noção contextualizada acerca do real, possibilitando refletir sobre as desigualdades sociais e as relações de poder que costumam compor o entorno, as origens e desdobramentos dos fatos

REFERÊNCIAS

ALEKSIÉVITCH, Svetlana. **A guerra não tem rosto de mulher**. 9. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

ALMEIDA, Sandra Regina Goulart. Prefácio – Apresentando Spivak. In: SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Pólen, 2019.

BAK, John S. Rumo a uma definição de jornalismo literário internacional. **Brazilian Journalism Research**, v. 13, n. 3, p. 230-255, 2017.

BANDEIRA, Lourdes Maria. Violência de gênero: a construção de um campo teórico e de investigação. In: HOLANDA, Heloisa Buarque de (org.). **Pensamento feminista brasileiro: formação e contexto**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019. p. 293-313.

BARBOSA, M. C.. O que a história pode legar aos estudos de jornalismo. **Contracampo** (UFF), Niteroi, v. 12, p. 51-62, 2005.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Tradução Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. 4.ed. Lisboa-Portugal: Edições 70, 2007.

BARREIRA, Wagner Gutierrez. **Lampião e Maria Bonita: uma história de amor e balas**. São Paulo: Planeta do Brasil, 2018.

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo: fatos e mitos**. 4. ed. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1970.

BERGER, Peter; LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento**. Petrópolis: Vozes, 2004. p. 35-68.

BRUM, Eliane. **A vida que ninguém vê**. Porto Alegre: Arquipélago editorial, 2006. BRUM, Eliane. **O Olho da Rua**. São Paulo: Editora Globo, 2008.

CARNEIRO, Sueli. Mulheres em movimento. In: **Estudos Avançados**, v. 17, n.49, p. 117-133, 2003. Disponível em: <http://old.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S0103-40142003000300008&lng=en&nrm=iso&tlng=pt>. Acesso em: 01 mai. 2022.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. 6. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999. **Communication** 43 (4), 1993.

DANIEL, Marcelo. Belas, censuradas e do lar. **Risca Faca** 29 abr. 2016. Disponível em: <<https://riscafaca.com.br/historia/belas-censuradas-e-do-lar/>>. Acesso em: 1 fev. 2022.

DUARTE, Constança Lima. Algumas histórias sobre o feminismo no Brasil: Lutas políticas e teóricas. In: HOLANDA, Heloisa Buarque de (org.). **Pensamento feminista brasileiro: formação e contexto**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019. p. 25-48.

ENTMAN, Robert M. Framing: Toward Clarification of a Fractured Paradigm. **Journal of Communication**, Oxford, v. 43, n. 4, p. 51-58, 1993.

ESTÉS, Clarissa Pinkola. **Mulheres que correm com os lobos**: mitos e histórias do arquétipo da mulher selvagem. Rio de Janeiro: Rocco, 2018.

FEDERICI, Silvia. Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva. São Paulo: Editora Elefante, 2019.

FERNANDES, Anna Cláudia Bueno. Mulheres em realidade: feminilidade e gênero na revista *realidade* (1966-1968). In: Encontro Estadual de História, 14., Rio Grande do Sul, 2018. **Anais eletrônicos** [...]. Rio Grande do Sul, ANPUH, 2018.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. Visível e invisível: a vitimização de mulheres no Brasil. 2.ed. São Paulo: O Fórum, 2019. Disponível em <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2019/02/relatorio-pesquisa-2019-v6.pdf>. Acesso em: 28 jul. 2020.

FRANCISCATO, Carlos Eduardo. O jornalismo e a reformulação da experiência do tempo nas sociedades ocidentais. **Brazilian Journalism Research**, Brasília, v. 11, n. 2, p. 96-123, 2014.

FRIEDAN, Betty. **Mística Feminina**. Petrópolis: Editora Vozes Limitada, 1971.

GENRO FILHO, Adelmo. **O segredo da pirâmide**: para uma teoria marxista do jornalismo. Porto Alegre: Tchê, 1987.

GINZBURG, Carlo; PONI, Carlo. O nome e o como. Troca desigual e mercado historiográfico. In: GINZBURG, Carlo; PONI, Carlo; CASTELNUOVO, Enrico (Orgs.). **A micro-história e outros ensaios**. Tradução de Antônio Narino. Rio de Janeiro: Difel-Bertrand Brasil, 1991.

GLOBAL MEDIA MONITORING PROJECT (GMMP). GMMP 2020–2021 final report. **Who makes the news?**. Disponível em: <https://whomakesthenews.org/gmmp-2020-final-reports/>. Acesso em 01 mai. 2022.

GOFFMAN, Erving. **Frame analysis**. New York: Free Press, 1974.

GOMES, Wilson. **Jornalismo, fatos e interesses**: ensaios de teoria do jornalismo. Florianópolis: Insular, 2009. (Série Jornalismo a rigor, v. 1).

GOMES, Wilson. **Jornalismo, fatos e interesses**: ensaios de teoria do jornalismo.

Florianópolis: Insular, 2009.

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções, diálogos.** IN: RIOS, Flávia; LIMA, Márcia [Org]. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere.** vol.2. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

GROTH, Otto. **O poder cultural desconhecido: fundamentos da Ciência dos Jornais.** Petrópolis: Vozes, 2011. Tradução de Liriam Sponholz.

GUAZINA, Liziane; PRIOR, Helder; ARAÚJO, Bruno. Enquadramentos de uma crise: o impeachment de Dilma Rousseff em editoriais nacionais e internacionais. In: CONGRESSO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PESQUISADORES EM COMUNICAÇÃO E POLÍTICA, 7., 2017, Porto Alegre. **Anais...** Rio de Janeiro: Compolítica, 2017.

GUERRA, Josenildo. **O percurso interpretativo na produção da notícia: verdade e relevância como parâmetros de qualidade jornalística.** São Cristóvão: Editora da UFS; Aracaju: Fundação Oviêdo Teixeira, 2008.

HALL, Stuart et al. A produção social das notícias: o mugging nos media. In: TRAQUINA, N.(org.). **Jornalismo: questões, teorias e 'estórias'.** Lisboa: Vega, 1993. p. 224-248.

HALL, Stuart. Codificação/Decodificação. In: SOVIK, Liv (Org.). **Da diáspora: identidades e mediações culturais.** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003. p. 387-404.

HALL, Stuart. **Da Diáspora: Identidades e mediações culturais.** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

HALL, Stuart. **Cultura e representação.** Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio: Apicuri, 2016.

HARTSOCK, John C. **Literary Journalism and the Aesthetics of Experience.** Amherst: University of Massachusetts Press, 2015.

HELLER, Barbara; MARTINEZ, Monica. A GUERRA NÃO TEM ROSTO DE MULHER: a reescrita da história da Segunda Guerra Mundial por Svetlana Aleksievitch. In: **ENCONTRO ANUAL DA COMPÓS**, 28., Porto Alegre, 2019. **Anais eletrônicos [...].** Porto Alegre: Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação, 2019. p.1-21.

HENRIQUES, Rafael Paes. O problema da objetividade jornalística: duas perspectivas. **Griot: Revista de Filosofia**, v. 17, n. 1, p. 256-268, 19 jun. 2018.

HENRIQUES, Rafael Paes. A objetividade jornalística por aproximação ou como ritual estratégico. **CONTEMPORANEA (UFBA. ONLINE)**, v. 19, p. 59-78, 2021a.

HENRIQUES, Rafael Paes. Entendimentos de objetividade entre os jornalistas brasileiros: o que se pretende ser, quando se quer ser objetivo. **BRAZILIAN JOURNALISM RESEARCH (ONLINE)**, v. 17, p. 792-831, 2021b.

- HOOKS, Bell. **E eu não sou uma mulher?:** mulheres negras e feminismo. Tradução: Bhuvi Libanio. Rio de Janeiro: Rosa dos tempos, 2019.
- KANTOR, Jodi; TWOHEY, Megan. **Ela disse:** os bastidores da reportagem que impulsionou #MeToo. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.
- KRAMER, Mark. Breakable Rules for Literary Journalists. In. SIMS, Norman; KRAMER, M.(Orgs.) **Literary Journalism: A New Collection of the Best American Nonfiction.** New York:Ballantine Books, 1995.
- LIMA, Edvaldo Pereira. **Páginas Ampliadas:** o livro-reportagem como extensão do jornalismo e da literatura. 4. ed. Barueri: Manole, 2009.
- LISBOA, Silvia; BENETTI, Marcia. O jornalismo como crença verdadeira justificada. **Brazilian Journalism Research**, v. 11, n. 2, p. 10-29, 2015.
- LORDE, Audre. **The transformation of Silence into Language and Action.** Sister Outsider:Essays and Speeches. Trumansburg, NY: Crossing, 1984. p. 40 44.
- LÜCKMAN, Ana Paula. **A noção de contexto no jornalismo:** uma proposição a partir da Teoria da Complexidade. 2020. 245 d. Tese (Doutorado em Comunicação e Informação) - Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2020.
- LUKÁCS, Georg. **Estética:** la peculiaridad de lo estetico. Barcelona: Ediciones Grijalbo, S.A,1966.
- MAGALHÃES, Eleonora. **“DOIS TIROS NAS REDAÇÕES”:** jornalismo brasileiro e o caso Pimenta Neves como incidente crítico. 2008. 138 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação) — Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Universidade Federal Fluminense, Niterói,2008.
- MARTINEZ, Monica. Jornalismo Literário: a realidade de forma autoral e humanizada. **Estudos em Jornalismo e Mídia**, n. 1, p. 71 -83, jan./jun. 2009.
- MARTINEZ, Monica. Reflexões sobre jornalismo literário e cotidiano. **Mídia e Cotidiano**, v.16, n.1, jan./abr. 2022.
- MCQUAIL, Denis. **Atuação da mídia:** comunicação de massa e interesse público. Porto Alegre: Penso, 2012.
- MEDINA, Cremilda. **Ciência e jornalismo:** da herança positiva ao diálogo dos afetos. 1. Ed. São Paulo: Summus, 2014.
- MEDITSCH, Eduardo. Jornalismo como forma de conhecimento. **Revista Brasileira de Ciências da Comunicação**, v. 21, n. 1, p. 25-38, jan./jun. 1998.
- MEDITSCH, Eduardo. Jornalismo e construção social do acontecimento. In: BENETTI,

Marcia; FONSENCA, Virginia P. da S. (Org.). **Jornalismo e acontecimento**: mapeamentos críticos. Jornalismo e acontecimento. Florianópolis: Insular, 2010. p. 19-42.

MORAES, Fabiana. Subjetividade: ferramenta para um jornalismo mais íntegro e integral. **Extraprensa**, São Paulo, v. 12, n. 2, p. 204-219, jan./jun. 2019b.

MORAES, Fabiana; VEIGA DA SILVA; Marcia. A objetividade jornalística tem raça e tem gênero: a subjetividade como estratégia descolonizadora. In: Encontro Anual da Compós, 18., Porto Alegre, 2019. **Anais eletrônicos** [...] Porto Alegre: COMPÓS – Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação, 2019a. Disponível em: <<https://proceedings.science/compos-2019/papers/a-objetividade-jornalistica-tem-raca-e-tem-genero--a-subjetividade-como-estrategia-descolonizadora>>. Acesso em: 28 mar. 2022.

MORETZSOHN, Sylvia. **Pensando contra os fatos**: jornalismo e cotidiano, do senso comum ao senso crítico. Rio de Janeiro: Revan, 2007.

MORIN, Edgar. **O método 5: a humanidade da humanidade**. Portugal: Publicações Europa-América, 2001.

MOTTA, L. G. **Análise Crítica da Narrativa**. Brasília: Editora UnB, 2013.

MORIN, Edgar. **Introdução ao pensamento complexo**. 5. ed. Porto Alegre: Sulina, 2015.

MURARO, Rose Marie. A mulher brasileira e a sociedade de consumo. In: FRIEDAN, B.

Mística Feminina. Prefácio. Petrópolis: Editora Vozes Limitada, 1971.

NATANSOHN, Leonor Graciela; BRITO, Juliana Lopes de. Feminicídio: a cobertura da Folha de S. Paulo a partir da Teoria do Enquadramento. **Pauta Geral - Estudos em Jornalismo**, v. 6, n. 2, 9 dez. 2019.

NEGREIROS, Adriana. **Maria Bonita**: sexo, violência e mulheres no cangaço. Rio de Janeiro: Objetiva, 2018.

NIETZSCHE, Friedrich. **Sobre verdade e mentira no sentido extra-moral**. In: Coleção Os pensadores. São Paulo: Nova Cultural, 1999.

OLIVEIRA, Karla Ingrid Pinheiro de; NASCIMENTO, Francisco de Assis de Sousa. A multiplicidade do feminino nas páginas da revista Realidade. In: **Contraponto**, n. 1, v. 2, p. 141-152, ago. 2013.

PARK, Robert E. A Notícia como Forma de Conhecimento: um capítulo da Sociologia do Conhecimento. Notícia e poder da imprensa. In: BERGER, Christa; MAROCCO, Beatriz. **A Era Glacial do Jornalismo**. vol 2. Porto Alegre: Sulina, 2008.

PASSOS, Mateus Yuri. Jornalismo literário e a pirâmide: implicações na Comunicação pública. In: **Intercom - Revista Brasileira de Ciências da Comunicação**, v. 33, n. 2, pp. 199-219, jul-dez, 2010.

PASSOS, Mateus Yuri. De fontes a personagens: definidores do real no jornalismo literário. In: SOSTER, Demétrio de Azeredo; PICCININ, Fabiana Quatrin (Orgs.). **Narrativas midiáticas contemporâneas: perspectivas epistemológicas**. Santa Cruz do Sul: Catarse, 2017.

PASSOS, Mateus Yuri; MARCHETTO, Arthur Breccio. Vozes do Leste: os jornalismo literários de Svetlana Alekiévitch e Hanna Krall. In: AGUIAR, Leonel; DA SILVA, Marcos Paulo; MARTINEZ, Monica (Orgs.). **Desigualdades, Relações de Gênero e Estudos de Jornalismo**. São Paulo: Life Editora, 2018.

PASSOS, Mateus Yuri. As comunidades interpretativas no jornalismo literário. In: Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo, 19., São Paulo, 2021. **Anais eletrônicos** [...]. São Paulo: SBPJOR – Associação Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo, 2021, p.1-16. Disponível em: <<https://proceedings.science/sbpjor-2021/papers/as-comunidades-interpretativas-do-jornalismo-literario>>. Acesso em: 31 jan. 2021.

PATEMAN, Carole. **O Contrato Sexual**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

PEIXINHO, Ana Teresa. História e Jornalismo: a narrativa como ética. In: M. S. A. Conde; S. Silva (Coords.). **História, Pensamento e Cultura**. Estudos em Homenagem a CarlosCordeiro. Ponta Delgada: Nova Gráfica, 2016. p. 557-569.

PERROT, Michelle. **Uma história das mulheres**. Lisboa: Asa, 2007.

QUEIRÓS, Francisco Aquinei Timóteo. **Brechas da Narrativa e Profundezas do Cotidiano**: micro-história italiana e jornalismo em *O olho da rua*, de Eliane Brum. 2020, 253 f. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação) — Universidade do Vale dos Sinos, São Leopoldo, 2020.

RAGO, Margareth. Epistemologia feminista, gênero e história. HOLANDA, Heloisa Buarquede (org.) **Pensamento feminista brasileiro: formação e contexto**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, p. 370-387, 2019.

RIBEIRO, Darcy. **O Povo Brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

ROCIO, Lais de Mello. HENRIQUES, Rafael da Silva Paes. Jornalismo e violência contra mulheres: o livro-reportagem do #MeToo e o sentido político da quebra de silêncio. In: **Líbero**, n. 48, pp. 31-50, maio-ago, 2021.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero. **Cadernos Pagu**, Campinas, n.16, p.115-136, 2001. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-83332001000100007>. Disponível em <https://www.scielo.br/j/cpa/a/gMVfxYcbKMSHnHNLrqwYhkL/?lang=pt>. Acesso em: 11 jun. 2021.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. Violência de Gênero no Brasil Atual. **Estudos Feministas**, Rio

de Janeiro, n. especial, p. 443-461, 1994. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/16177>. Acesso em: 11 jun. 2021.

SHOEMAKER, Pamela; VOS, Tim P **Teoria do Gatekeeping**: seleção e construção da notícia. Porto Alegre: Penso, 2011.

SIMS, Norman. The problem and the promise of Literary Journalism Studies. **Literary Journalism Studies**, v.1, n.1, p.7-16, Primavera 2009.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

SPONHOLZ, Liriam. **Jornalismo, conhecimento e objetividade**: para além do espelho e das construções. Florianópolis: Insular, 2009a.

SPONHOLZ, Liriam. O que é mesmo um fato? Conceitos e suas consequências para o jornalismo. In: **Revista Galáxia**, São Paulo, n. 18, p. 56-69, dez. 2009b.

VEIGA DA SILVA, Marcia. **Masculino, o gênero do jornalismo**: um estudo sobre os modos de produção das notícias. 2010. 249 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Informação)

- Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

WILSHIRE, Donna. Os usos do mito, da imagem e do corpo da mulher na re-imaginação do conhecimento. In: JAGGAR, Alison M.; BORDO, Susan R. **Gênero, corpo, conhecimento**. Rio de Janeiro: Record, Rosas dos Tempos, 1997

WOLFE, Tom. **Radical chique e o Novo Jornalismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.